DIGITALIZADO NO IBAMA

Serviço Público Federal

**PROCESSO Nº 02001.004046/11-84**

OME: **MINERAÇÃO**
**RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A**
**PROJETO ATLÂNTICO SUL**
**RS**
**VOLUME VI**

ANO: 2011

ROCEDÊNCIA:

EFERÊNCIA:

SSUNTO: MMA/IBAMA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
**PROCESSO: 02001.004046/2011-84**
INTERESSADO: RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 419
DATA: 27/11/2012
DOCUMENTO PROCEDÊNCIA: 18/07/2011
RESUMO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL; MINERÇÃO; RIO GRANDE MINERAÇÃO S/A; PROJETO ATLÂNTICO SUL-RS; VOLUMES 1 A 6...

ANDAMENTO

| RGÃO | DATA | ÓRGÃO | DATA | ÓRGÃO | DATA | ÓRGÃO | DATA | APENSAÇÃO ANEXAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

## ANEXO IV

IBAMA
MMA

**Ministério do Meio Ambiente**
**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

**TERMO DE RESSALVA**

Ressalvamos que o Processo de nº 02001.004046/11-84 contém o(s) seguinte(s) irregularidade(s):

( ) O volume ____ encerra-se com mais de 200 folhas.
(X) Há duplicidade de numeração entre as páginas 1139 e 1141
( ) Lapso de numeração entre as páginas ____ a ____.
( ) Ausência de carimbo ou rubrica da unidade de origem.
( ) Documentos com folhas menores que A4.

( ) Outro: _____

Informamos que o referido processo foi recebido com a(s) presente(s) irregularidade(s) por esta unidade. No entanto, não há prejuízo para instrução processual e o prosseguimento deste.

Certificamos que não é possível realizar a renumeração das páginas, pelo(s) seguinte(s) motivo(s):
( ) o processo foi autuado em anos anteriores à vigência da Instrução Normativa nº ?;
(X) foi objeto de cópias solicitadas por usuários externos;
( ) a(s) referida(s) página(s) foi/foram mencionada(s) posteriormente à numeração.
( ) outros: _____

Brasília 23/04/15

Mariana Carriconde
Assinatura do Elaborador

Assinatura da Chefia Imediata

Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo
Analista de Infraestrutura
Mat.: 2134759
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

Ronaldo Souza da Trindade
Coordenador de Mineração e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

DILIC/IBAMA
Fl. 999
Ass.:

# TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 22 dias do mês de abril de 2015, procedemos a abertura deste volume nº VI do processo de nº 02001.004046/2011-84, que se inicia com a página nº 999. Para constar subscrevo e assino.

Maycon Martins

**MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS**
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1000
Ass.: MFCA

ficha de inscrição a ser disponibilizada aos presentes. Os questionamentos ou comentários poderão ser realizados por escrito ou oralmente, devendo tal escolha estar indicada na ficha de inscrição. No momento do intervalo vão estar disponíveis os formulários nessas mesas aqui na lateral para que todos possam se inscrever. O presidente abrirá a fase de apresentação dos questionamentos ou comentários obedecendo a ordem de chegada das fichas de inscrição ao secretário executivo. As fichas de inscrição poderão ser organizadas em blocos de manifestação orais e escritas ou por assunto, a critério do presidente. O presidente conduzirá os debates com firmeza não permitindo a parte ou a outros manifestações exteriores de qualquer natureza. Cada manifestação oral deverá ser duração máxima de 03 minutos cuja resposta também deverá ter duração máxima de 03 minutos. Caso não se sinta contemplado pela resposta, o cidadão escrito poderá solicitar esclarecimentos adicionais por meio de manifestação oral no tempo máximo de 02 minutos cuja resposta também deverá ter duração máxima de 02 minutos. As manifestações orais deverão respeitar o tempo indicado em respeito aos demais cidadãos presentes. O cidadão escrito não poderá somar seu tempo para outro cidadão. Caso haja questionamento cuja resposta não seja possível de ser apresentada pelos presentes o IBAMA encaminhará o questionamento ao responsável e posteriormente encaminhará a resposta ao endereço indicado na ficha de inscrição. Durante a audiência pública poderão ser entregues documentos ao secretário executivo que serão recebidos, protocolizados e anexados ao respectivo processo administrativo de licenciamento ambiental. Somente serão respondidos ao autor aqueles documentos protocolizados que contenham identificação e endereço de resposta. Concluída a etapa de discussões será realizado o encerramento da audiência pública pelo presidente. Será lavrada ata de audiência pública por analista ambiental designado para esta função que deverá ser assinada pelo presidente, pelo secretário executivo, pelo representante do empreendedor e pelo representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA e pelas autoridades participantes se assim o desejarem passando a fazer parte integrante do processo administrativo de licenciamento ambiental. A audiência pública será gravada, filmada e transcrita. A gravação e a transcrição serão anexados ao processo administrativo de licenciamento ambiental. Por um prazo de 15 dias úteis, a contar da realização da audiência pública o IBAMA continuará recebendo questionamento e comentários que serão anexados ao respectivo processo administrativo. Somente serão respondidos ao autor aqueles questionamentos protocolizados que contenham identificação e endereço para resposta. Caberá ao presidente a decisão dos casos omissos presentes nesse regulamento. Agora eu vou fazer minha apresentação acerca dos objetivos da audiência o quê que a legislação que envolve o licenciamento, e fazer alguns comentários. Essa audiência vai discutir o Projeto Retiro. Então, o que é o licenciamento ambiental, de acordo com a Lei nº 6938, que é a Política Nacional de Meio Ambiente, o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo que tem como

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1001
Ass.: MFCA

objetivo disciplinar, previamente, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como aqueles capazes de causar degradação ambiental. Então para o que serve o licenciamento ambiental? Na sua fase inicial serve para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento, considerando os aspectos relacionados não só com os recursos naturais, mas também com o próprio ser humano. E em todos as fases ele buscar assegurar a gestão ambiental na execução das obras e das atividades de operação do empreendimento. Quais as principais legislações ambientais? Aqui é um resumo das principais, existem muitas outras, mas resumidamente são: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 6938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei Complementar nº 140/2011 que estabelece as questões das competências licencia tórias além de outras regras relacionadas ao licenciamento ambiental, a Resolução CONAMA nº 01/86 e Resolução CONAMA nº 237/97 que tratam especificamente do estudo de impacto ambiental e dos procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental. Quais são as licenças que devem ser requeridas antes do início da operação? O sistema brasileiro de licenciamento, ele prevê basicamente três fases de licenciamento: a fase de Licença Prévia, a fase de Licença de Instalação e a fase de Licença de Operação. Nós estamos então na fase de licença prévia que é a fase em que o empreendedor realiza uma análise, faz um diagnóstico da região e de um projeto base do empreendimento com a previsão de impactos ambientais e manifestações de viabilidade de instalação do empreendimento. Então nessa primeira fase, a partir de uma análise que foi feita pelo IBAMA, que realizou vistoria na área e a partir do projeto específico foi elaborado um termo de referência para que o empreendedor pudesse desenvolver os estudos ambientais e os estudos ambientais são denominados EIA/RIMA. Também foi realizado um processo de consulta aos órgãos envolvidos com o processo de licenciamento que participam e auxiliam no processo de licenciamento e agora nós estamos na fase de audiência pública. Então a partir da apresentação do estudo ambiental e das audiências públicas, o IBAMA faz a análise do estudo e vai avaliar se o empreendimento é viável ou não ambientalmente. Caso ele seja entendido como viável é emitida a licença prévia do empreendimento que contempla condicionantes específicas que o empreendedor deve cumprir nas fases subsequentes. Já na segunda fase, a fase de instalação é a fase de autorização da execução e acompanhamento das obras do empreendimento e dos programas ambientais relacionados às medidas de mitigação, compensação, controle e monitoramento dos impactos ambientais. Então o estudo ambiental ele deve prever programas e planos ambientais para que sejam mitigados ou potencializados os impactos, vai depender do tipo de impactos. Se for um impacto negativo ele vai buscar mitigar o impacto e se for um impacto positivo ele vai buscar potencializar o impacto para que seja o mais positivo possível. Então o empreendedor vai apresentar um plano básico ambiental que contempla os programas básicos

BIBLIOTECA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1002
Ass.: MFCA

ambientais que vão ser analisados pelo IBAMA e apresenta um relatório com cumprimento das condicionantes da licença prévia. O IBAMA faz a análise desses programas e se entender que esses programas estão aptos e as condicionantes cumpridas o IBAMA emite então a licença de instalação. Caso entende que não estejam satisfatórios ele solicita adequações e complementações para que possa ser analisado de novo para poder seguir com a licença de instalação. A terceira fase, que é a fase operação é a autorização da execução e acompanhamento das atividades de operação do empreendimento e dos programas ambientais relacionados às medidas de mitigação, compensação, controle e monitoramento dos impactos ambientais. Então muitos programas são analisados no âmbito que se aplicam a fase de operação do empreendimento. Então o IBAMA, considerando as fases ele vai analisar, ele acompanha na fase de instalação, a instalação do empreendimento e o empreendedor ele é obrigado a apresentar relatórios de acompanhamento das obras e dos programas e além disso de apresentar um relatório do cumprimento das condicionantes. Então o IBAMA analisa a documentação, realiza vistorias na área para acompanhar a instalação do empreendimento e caso ele entenda que está tudo ok ele emite a licença de operação. Quais são os possíveis órgãos envolvidos em um processo de licenciamento? Existem vário órgãos que contribuem no processo de licenciamento ambiental, o Ministério do Meio Ambiente que é responsável pela proposição e diretrizes das políticas ambientais; existe o CONAMA que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente, que estabelece resoluções que devem ser seguidas por todos, o IBAMA que executa a Política Nacional de Meio Ambiente em âmbito federal, ou seja, ele é o órgão responsável pelo licenciamento ambiental em âmbito federal, o IPHAN, que faz a análise do componente cultural; a FUNAI, que faz a análise do componente indígena caso seja aplicável ao procedimento em si, o ICMBio, no caso da análise de impactos sobre unidades de conservação federais; a Fundação Palmares, que opinião na questão do Componente Quilombola, a OEMAS, que faz as análises e manifestação e as Prefeituras que fazem a verificação da conformidade do uso e ocupação do solo para aquele empreendimento específico. Resumidamente o histórico do processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro, ele foi iniciado com a abertura de processo de licenciamento em julho de 2011, foi quando foi aberto este processo do empreendedor junto ao IBAMA, a emissão de termo de referência em outubro de 2011, a entrega do EIA/RIMA na sua segunda versão que foi aceita em abril de 2014, o EIA/RIMA foi aceito para análise em maio de 2014 e a disposição do EIA foi realizado e logicamente depois foi publicado edital com os locais de disponibilização deste EIA em julho de 2014 e agora, em dezembro de 2014 estão sendo realizadas as audiências públicas, uma em Rio Grande ontem e outra em São José do Norte hoje. Qual a importância da audiência pública? É a oportunidade para conhecer o projeto do empreendimento; oportunidade para conhecer os resultados do estudo ambiental, incluindo os impactos ambientais, medidas

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1003
Ass.: MFCA

mitigadoras e compensatórias e programas ambientais propostos; Oportunidade para manifestações (dúvidas, críticas e sugestões). Quem pode solicitar audiência pública? De acordo com a Resolução CONAMA nº 09/87: o órgão ambiental licenciador; Ministério Público; Entidade civil; 50 ou mais cidadãos. Quais são as principais etapas da audiência pública? Isso eu já li no regulamento que foi a abertura; a apresentação do IBAMA, apresentação do empreendedor sobre o projeto, apresentação da consultoria sobre o EIA/RIMA; Intervalo; Questionamentos, Manifestações oral; Resposta; Réplica e a Tréplica. Quais os procedimentos seguintes à audiência pública? Como eu já li também no regulamento, o recebimento de manifestações (15 dias úteis), a conclusão da análise do EIA/RIMA, a solicitação de complementações, se couber; o recebimento de complementações se houver e a análise conclusiva acerca da viabilidade ambiental do empreendimento; Caso seja viável ambientalmente a licença é deferida e caso não seja viável ocorre o indeferimento da Licença Prévia. Como posso obter mais informações sobre o licenciamento? O site do IBAMA, além dos locais que foram disponibilizados o estudo, encontram-se disponíveis os estudos, o EIA e tanto o RIMA, no link: www.ibama.gov.br/licenciamento, no link, EIAs - Relatórios - Monitoramentos disponíveis, ai entra no link Mineração, Projeto Retiro e também consta disponível os documentos do licenciamento no mesmo link de licenciamento mas no link consultas, empreendimentos. Ai é só digitar ou número do processo de licenciamento ou digitar o nome do projeto. Como posso obter mais informações sobre o licenciamento? Eu estou aqui e sou coordenador de Mineração e Obras Civis, hierarquicamente eu estou subordinado aos Sr. Marcos Vinicius de Melo e ao Sr. Thomas Miyazaki de Toledo, que são respectivamente o Coordenador-Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis e o Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental. E no Rio Grande do Sul nós temos o Sr. João Pessoa Rio-grandense Moreira Júnior, que é Superintendente do IBAMA no Rio Grande do Sul. Muito obrigado. Agora o Sr. Luiz Bizzi vai fazer a apresentação do projeto.

**Luiz Bizzi:** Sras. e Srs. muito boa noite já cumprimentamos todas as autoridades presentes o povo Rio Grandino, o povo Nortense aqui muito bem representados. Primeiro eu gostaria de me apresentar, meu nome é Luiz Bizzi eu sou Geólogo PhD, nascido em Porto Alegre, tenho mais de 30 anos de experiência em geologia e mineração no Brasil e no exterior muito me honra representar aqui a Rio Grande Mineração uma empresa brasileira de capital nacional, faz parte de um grupo com uma excelente reputação, absolutamente ilibada no desenvolvimento de projetos de mineração no Brasil. O nosso objetivo hoje aqui é o licenciamento de um projeto de mineração de titânio e zircônio, este projeto é pautado nos melhores princípios de desenvolvimento sustentável e eu pretendo demonstra r isso aos Srs. nos próximos slides. Antes de mais nada eu gostaria reapresentar ou apresentar a quem não está necessariamente habituado ao projeto a disponibilidade que nós temos feito já

EM BRANCO

...ILIC/IBAMA
1004
fls.: MFCA

desde de 2011 progressivamente e intensivamente desde julho deste ano dos dados relativos ao projeto, então eu acho que primeiro nós temos uma série de documentos que estão, existem uma cópia disto lá atrás, existe varias cópias destas disponíveis nas prefeituras, nas bibliotecas, na universidade, etc. E são nossos estudos do EIA, um estudo de peso, de densidade, de peso são 34kg de documentos e de levantamentos de dados, informações que são o melhor exercício já feito nesta região para demonstrar a viabilidade deste empreendimento. Nós temos um resumo disto o nosso RIMA – Relatório de Impacto Ambiental e que isto também está disponível lá atrás, no fundo deste auditório, os Srs. são bem vindos a levar um RIMA destes para casa par ler com mais clareza, com mais tempo o EIA nós gostaríamos de tê-lo para audiência de amanhã, ao mesmo tempo nós temos um site que já está rodando a bastante tempo rgminer.com.br, onde nós temos não só os documentos do projeto retiro como também filmes, nós temos animações, infográficos, nós temos uma série de informações adicionais que vão permitir que os Srs. tenham um perfeito entendimento de qual é a nossa proposta, quais são os riscos envolvidos, quais são os impactos positivos, os impactos negativos e as medidas mitigatórias. Gostaria agora de passar um filme que vai dar a oportunidade de vocês conhecer um pouco mais do projeto de uma maneira bastante objetiva.

*Filme.*

Muito obrigado. Eu peço desculpas pela falha técnica, acho isso relaxa todo mundo né. Eu acho que é uma boa oportunidade de convidá-los a visitar nosso site e ver este filme tantas vezes quanto lhes aprouver e tirar as dúvidas que haja. Gostaria também, o filme representa muito do que nós temos como mote importante de nosso projeto que é a sustentabilidade e, nós temos três pilares de sustentabilidade, um deles é baseado em uma lavra migratória com impacto apenas pontual e uma recuperação simultânea, tá, então se os Srs. observarem nesta ilustração os Srs. tem uma janela de operação que é alguma coisa como 300m por 1400m, o impacto máximo durante este processo, o que estiver fora destas duas janelas, aqui nós estamos assumindo duas dragas operando em paralelo. O que estiver fora desta janela verde ou ele não foi lavrado ainda, ou ele já foi recuperado, isso para nós é o impacto que nós chamamos aqui de impacto pontual, isto só é possível por conta de uma recuperação simultânea a lavra, isso é um pilar importante no nosso conceito de sustentabilidade. A outra é a adoçam das melhores práticas usando apenas de métodos físicos e sem qualquer produto químico no processo, usamos como parâmetro a única mina que existe na América do Sul, que é em Mataraca, que é situada entre Paraíba e Rio Grande do Norte e que tem exatamente o mesmo tipo de minério, ela opera exatamente da maneira que nós pretendemos e ela uma mina considerada como padrão pelo IBAMA. Então esta para nós é um paradigma em termos de melhores práticas e nós temos

M BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1005
Ass.: MFCA

ainda um paradigma, também presente em Mataraca, que é a geração de receitas e emprego em perfeito equilíbrio e complementariedade com outros projetos, este aqui é um exemplo fotográfico, pictórico, do que acontece em Mataraca onde energia eólica é gerada lado a lado com minério. Isto existe, isto acontece, isto não é um devaneio, isso existe. Os fundamentos do Projeto Retiro quando nós nos vemos são primeiro a substituição das importações de zirconita e rutilo, hoje o Brasil importa 60% de suas necessidades a partir de 2018 vai importar 100%, exportação de ilmenita, principalmente para a China, melhores praticas de operação e recomposição ambiental nos parâmetros, principalmente, definidos pelo banco mundial, o tratamento físico do minério, sem qualquer produto químico em circuito fechado e sem efluentes. O nosso cronograma de implantação prevê estudos técnicos e Licenciamento Ambiental que está em andamento, nós pretendemos terminar a engenharia de detalhe em 2015, a construção entre 2016 e 2017 e o inicio de operação no final de 2017 com o primeiro embarque. Nossa produção anual começa com 300.000 toneladas chega a 600.000 toneladas o investimento total chegará a 800 milhões, nós prevemos um carga tributária total de 50 a 70 milhões, incluindo municipais, estaduais e federais, nós prevemos que pouco mais que 10 12% disso sejam pagos diretamente para o município e a restante ele alimente a cadeia tributaria nacional, empregos diretos aqui serão 1500 na construção e 350 na operação. Quando nos é perguntado o que isso representa em termos de emprego, o que isto representa em condições de vida? O número que o ministério de minas hoje usa, que está no site do Ministério de Minas que está no site do IBRAN – Instituto Brasileiro de Mineração, é que o efeito multiplicador da mineração no Brasil é de 13 para 1, então para cada um dos 350 empregos diretos gerados pela Rio Grande Mineração têm o potencial de gerar 13 empregos, isto é a média nacional, me desculpem, 13 é o numero próximo, então eu diria que nós temos aqui certamente o potencial de gerar milhares de empregos para a região em particular para São José do Norte e em geral para a região, são milhares eu não sei estes dados prontos, se nós acreditarmos no Ministério de Minas e Energias, multiplica 350 por 13, outro impacto que nós temos em termos de condições de vida, isto é um levantamento das nações unidas datado de 2012 isto especificamente com relação ao IDH em municípios onde se faz se desenvolve mineração, o IDH dos municípios em via de regra é maior que o IDH do estado, e isto vem de encontro a uma observação que se tem que o município de São José do Norte tem sempre uma dificuldade de acompanhar o desenvolvimento e a liderança do estado se o que nós observarmos aqui, esta é nossa firme intenção de que o procedimento de lavra e desenvolvimento mineral em São José do Norte siga os mesmos preceitos, senão preceitos melhores do restante do país, é muito realista se esperar que o IDH do município se torne superior ao IDH do estado, isto é realista. Eu gostaria agora de passar a palavra, então para o nosso grupo que preparou o trabalho todo, foram mais de 100 profissionais trabalhando durante 4 anos algumas dezenas de Ph.D. envolvidos neste trabalho, um

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1006
Ass.: mfca

trabalho denso, um trabalho bem feito, um trabalho que nos dá muito orgulho em apresentar para a comunidade. E eu gostaria de aproveitar esta oportunidade primeiro para agradecer a CEPEIA, a HAR aqui de Porto Alegre, três grupos de engenharia que são a Roscoe e Postoe, a Hatch e a TZMI são três grupos internacionais, e muito importante, muito significativo nós tivemos um trabalho grande de FURG, UFPEL e UFRGS que muito nos ajudaram e muito nos honram com a parceria com este desenvolvimento aqui. Muito Obrigado.

**Jonatas Trindade:** Gostaria de registar a presença do Prefeito Municipal do Rio Grande, Sr. Alexandre Lindemeyer.

**Empreendedor:** Boa noite a todos eu sou Roberto Takahashi Coordenador Geral do EIA/RIMA pela CEPEIA. Primeiro eu gostaria de apresentar para você as empresas envolvidas, principalmente no EIA/RIMA, que é a HAR engenharia e meio ambiente, aqui do Rio Grande do Sul, e a CEPEIA onde eu sou o Diretor de Licenciamento Ambiental , bom o projeto vocês já viram, a equipe multidisciplinar que o Sr. Luiz Bizzi acabou de comentar, ela foi composta por mais de 100 profissionais de diversas áreas, diversas especialidade como nós podemos ver nesta lista enorme, além do que houve bastante contribuição das universidades, a fundação a FURG, a Universidade de Pelotas e a Universidade do Rio Grande do Sul com os diversos laboratórios aí contribuindo para o EIA/RIMA. O histórico de processos de licenciamento a gente pode observar lá que são 44 anos de pesquisa incluindo pesquisa mineral e estudo ambientais, então desde a década de 70 que foi identificado aqui o minério na região, até hoje são 44 anos, em 2007 2010 a RGM adquiriu os direitos minerários do grupo Rio Tinto e Paranapanema e a partir daí ela começou a desenvolve os estudos ambientais em 2011 ela contratou a HAR e a CEPEIA para desenvolver estudos prévios de viabilidade ambiental para determinar exatamente as restrições ambientais que deveriam ser respeitadas pelo projeto estabelecendo as diretrizes ambientais por dar inicio ao EIA/RIMA, e i protocolo do EIA/RIMA, como nos vimos, aconteceu em 2014. A localização do empreendimento do projeto é essa daqui, Rio Grande aqui, São José do Norte a Região de Retiro, começa na região de retiro. Esta área delimitada em vermelho é a área diretamente afetada pela lavra, onde vai ocorrer a lavra do minério, esta área roxa é a área da usina de beneficiamento, onde o minério vai ser processado, vai ser concentrado, vai existir uma planta de separação mineral. Vejam que esta áreas amarelas, estes polígonos amarelados eles representam as poligonais do DNPM as poligonais requeridas junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral, aonde dá o direito de exploração mineral, vejam que a área diretamente afetada pela lavra será muito menor que os limites das poligonais, Por quê? Porque tiveram que ser respeitados também os banhados as lagoas e diversas outras áreas sensíveis. As diretrizes ambientais do projeto como havia comentado que foram determinadas através

BIBLIOTECA

BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1007
Ass.: mfoA

do estudo de viabilidade previa, indicaram as seguintes restrições, preservação dos banhados, lagoas, sangradouros e nenhuma intervenção da faixa de praia, a praia não vai ser lavrada, lavrar é minerar é extrair o minério. A manutenção do regime das águas subterrâneas no sentido de não deixar a cunha salina adentrar no continente, o projeto não permite isto. A proteção do patrimônio histórico e arqueológico conhecido e em pesquisa, estamos pesquisando a possível ocorrência de novos sítios arqueológicos nas região. A recuperação das áreas degradadas durante a lavra, recuperação simultânea, concomitantemente à lavra as áreas vão ser recuperadas em termos de topografia serão reconstituídas as topografias originais aproximadamente, e também serão recuperadas as coberturas vegetais e também serão mantidas as culturas existentes, como apareceu no filme inclusive. Redução nos uso de agua e energia e sem processos químicos, não vão ter reagentes químicos envolvidos nos processo de separação mineral, o processo é totalmente mecânico, físico. A capacitação de emprego renda, oportunidade para a população local, isto aqui é uma preocupação e isto aqui vai ser possível sim com o projeto. Fortalecimento das entidades e das iniciativas e soluções existentes a compatibilidade com os empreendimentos já existentes, a EBR e os novos projetos de eólicas, que a gente considerou no EIA/RIMA como projetos coloca lizados, a EPCOR e a Vento Sul Atlântico. Na sequencia eu vou mostrar para vocês a metodologia utilizada para fazer o EIA/RIMA. É uma metodologia clássica, conhecendo o empreendimento a gente pode delimitar as áreas de influência onde vão ser feitos os diagnósticos do meio físico, biótico e socioeconômico. Conhecido o diagnóstico desses meios mais a área de caracterização do empreendimento é possível identificar os impactos ambientais, fazer a avaliação desses impactos e propor medidas mitigadoras que foram agrupadas na forma dos programas ambientais. E com esse conjunto de informações é possível você verificar a viabilidade ambiental do empreendimento. As áreas de influencia do meio físico e biótico são essas: A Área Diretamente Afetada: lavra, Usina de Beneficiamento e apoio AID - Área de Influência Direta: são as Sub-bacias da ADA e os limites de barreiras naturais e antrópicas. A Área de Influência Indireta: Bacia Hidrográfica Litoral Médio respeitando o que determina a legislação. As áreas de influencia do meio socioeconômico são essas daqui. A ADA não é modificada, ela é sempre a mesma. A área de influencia direta são os municípios de São José do Norte e Rio Grande. A área de influencia indireta do meio socioeconômico são os municípios no entorno de São José do Norte e Rio Grande. Os projetos foram estudados, desde o estaleiro da EBR, os dois projetos de energia eólica, a rodovia BR 101, polo Sistema Integrado de Gestão Ambiental, SIGA-RS Programa de Educação Ambiental Compartilhado, e o Programa de Gerenciamento Costeiro. Da mesma forma, estudou-se a Legislação Federal, a Legislação Estadual e a Legislação Municipal. As alternativas locacionais estudadas para a usina de beneficiamento foram 4 e a escolhida foi a alternativa 04. As alternativas locacionais para a lavra foram várias alternativas

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1008
Ass.: MFCA

estudadas e dentre estas as alternativas escolhidas foram as dragas móveis e plantas de conservação flutuantes. Isso porque o lençol freático na região é muito raso e o volume de material a ser lavrado é muito grande porque a percentagem obtida de minério é muito baixa, é somente 5%. Os insumos básicos são esses: Energia elétrica: CEEE; Água para consumo humano: CORSAN; Água para Unidade de Beneficiamento: poço profundo; Óleo combustível e diesel: distribuidores locais. Bens sócio econômicos todos foram estudados da seguinte forma: diagnóstico ambiental impactos ambientais medidas mitigadoras/programas ambientais. Eu vou começar pelo meio sócio econômico para que vocês possam ter ideia que são os principais impactos ambientais. Bom, meio sócio econômico nós estudamos esses vários temas com destaque ao uso e ocupação do Solo, atividades Produtivas, Tráfego e Patrimônio Arqueológico. O primeiro impacto é a geração de expectativa junto à população em função do primeiro contato com o poder público e o setor privado que a empresa faz normalmente que é o cadastramento das famílias e o levantamento fundiário. Bom, as ações decorrentes disso são: divulgação de informações categorizadas do empreendimento, como: a previsão de avanço/cronograma da lavra, os empregos a serem criados, as características técnicas do empreendimento, os impactos identificados e sua mitigação. O uso do solo foi estudado em São José do Norte e priorizou-se a utilização de área já antropizada. O uso do solo na ADA é esse aqui, composto por 43% de campos arenosos, 26% de pinos e eucaliptos, 17% de campos úmidos, 8% de dunas vivas, 5% de lavouras e pastagens e menos de 1% de matas de restinga, cursos d´água e lixão. As culturas em São José do Norte, segundo o IBGE são: banana principalmente, laranja, até a uva. As culturas anuais são: cebola e arroz. Em Rio Grande, segundo IBGE, não constam os dados sobre as culturas perenes, mas prevalecem as culturas anuais, arroz e cebola. Quanto a valorização imobiliária, geração de expectativas na população e na demanda por habitação, as medidas mitigadoras serão a do próprio município. E a divulgação de informações sobre o número de empregos a serem efetivamente criados. A alteração da acessibilidade às propriedades devido a operação da lavra e utilização e abertura de acessos para o transporte de insumos e de concentrado. As medidas mitigadoras serão projetar os acessos de forma a garantir a acessibilidade às propriedades ouvindo-se os interessados. Sempre respeitando o que o interessado entender. A redução de produção e renda agrícolas pela lavra e abertura de acessos com intervenções em áreas agrícolas e de florestamento que terão suas atividades temporariamente suspensas, serão mitigadas pela recuperação das condições de fertilidade do solo após o encerramento da atividade extrativa na gleba, priorização da contratação da mão de obra local, pagamento de indenizações e royalties. O aumento da demanda por habitação e incremento das ocupações irregulares será mitigado pela contratação e atração de mão de obra local; apoio às ações da prefeitura no planejamento e controle do uso do solo. O aumento da demanda sobre a infraestrutura e serviços públicos ele é

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1009
Ass.: MEA

decorrente da atração da mão de obra gera aumento da demanda por serviços públicos nas áreas de saúde, educação, saneamento ambiental e energia. As ações mitigadoras serão a contratação prioritária de mão de obra local e o apoio às ações da Prefeitura no planejamento e controle do uso do solo. O estudo de tráfego feito pela FURG levantou alguns pontos de São José onde a gente observa que na área rural somente 11% da via, os 55 caminhões da operação vão representar um acréscimo de apenas 2,8%. Na área urbana representa menos de 1%. Foram feitos estudos também em Rio Grande mas eu não vou apresentar. O aumento do tráfego de veículos pesados e do risco de acidentes decorrente do transporte de insumos, produtos e mão de obra e movimentação das máquinas e veículos será mitigado pelo planejamento do fluxo de veículos, pela identificação dos pontos mais propensos a acidentes, pelo controle de velocidade, educação e treinamento dos motoristas e pela sinalização. Todas essas ações mitigadoras estão contempladas em programas. O patrimônio arqueológico e quilombolas foram feitos levantamento não interventivos de toda a área do projeto, e os levantamentos interventivos que a lei obriga está em execução, sendo concluídos atualmente. Há a ocorrência de um sítio arqueológico no Retiro (registrado no LEPAN/FURG), Programa de Educação Patrimonial que é obrigatório pelo IFAN, ele já foi executado nas escolas de ensino fundamental e médio, e em relação aos quilombolas a lavra não vai interferir (manifestação da Fundação Palmares), que regulamenta toda essa questão. Os impactos socioeconômicos positivos: geração de empregos diretos e indiretos, aumento da renda da população local, aumento da arrecadação de impostos, dinamização da economia local, melhoria da balança comercial (redução da importação de matérias primas minerais e exportação de Ilmenita). Os programas ambientais, as medidas mitigadoras e compensatórias foram agrupadas em planos e programas ambientais. A estrutura dos Programas Ambientais. Nessa etapa ela é apresentada no formato de diretrizes, na etapa de obtenção de LP. Esses programas vão ser detalhados em níveis executivos na próxima fase, que vai ser o pedido de LI. Então nós temos aqui os temas: justificativa, objetivos, metas, procedimentos metodológicos, cronograma, responsabilidade. O programa consiste de todos esses temas. Eu vou apresentar para vocês um programa ambiental para vocês terem ideia do conteúdo. Programa de potencialização dos benefícios econômicos. Justificativa: Permitir que o município aproveite os recursos que possam advir da mineração, bem como de outros empreendimentos em implantação para que construa uma base para a sustentabilidade de seu desenvolvimento. Objetivos: Apresentar as iniciativas do empreendedor visando colaborar para o desenvolvimento sustentável do município. Metas: apoiar o Município na construção de uma base sólida para seu desenvolvimento sustentável. Procedimentos Metodológicos: Ações do empreendedor para colaborar com o processo de formação de uma economia sustentável no município. Essas ações são as seguintes: apoio ao desenvolvimento dos negócios e capacidade produtiva e empreendedora local.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1010
Ass.: MFCA

Visa apoiar as atividades produtivas locais identificando e apoiando as mesmas inclusive por meio de política de aquisições. Apoio à capacitação e formação de mão de obra. Além da mão de obra a ser utilizada pelo empreendimento em sua fase de implantação e de operação, esse provocará a geração de uma demanda por outros profissionais, principalmente, no setor de serviços. Prevê-se apoiar a capacitação e formação dessa mão de obra, inclusive buscando-se o apoio do sistema S, visando a realização de cursos de treinamento para formação desses profissionais. Apoio à gestão pública do uso e ocupação do solo no município. Apoiar a Prefeitura de São José do Norte, para o desenvolvimento de ações visando o planejamento e controle do uso e ocupação do solo no Município. Agora eu vou apresentar outro tema, que diz respeito ao meio físico. Para o meio físico, o diagnóstico compreendeu o diagnóstico e o levantamento de dados, de todos esses temas, com ênfase a Geomorfologia, os recursos hídricos, qualidade da água superficial e subterrânea, hidrogeologia, radioatividade e qualidade do ar. Em relação aos recursos hídricos, os estudos identificaram que não há nenhuma intervenção na faixa de praia, banhados ou lagoas, mesmo porque essa era uma diretriz do projeto e serão mínimas as intervenções nos demais corpos hídricos, visto que na área que será diretamente afetada são pouquíssimos os cursos d´agua, principalmente perenes. A qualidade da água superficial foi determinada em função de amostragem de vários locais dentro e fora da ADA, dentro da AID. A qualidade da água superficial feita com levantamento de campo em 32 amostras, sendo 9 na ADA e 23 da AID identificou que os parâmetros acima da resolução 357 eles estão relacionados com matéria orgânica já presentes nos corpos d´água. O impacto da alteração da qualidade do solo e recursos hídricos pode ocorrer devido a disposição de resíduos sólidos nos canteiros e a ação da chuva no solo exposto pela supressão de vegetação. As ações mitigadoras serão para os resíduos sólidos: caracterização, classificação, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação adequadas, controle de arrastes de materiais; prevenção de vazamentos de óleos e graxas; manutenção periódica de máquina, veículos e equipamentos; controle de emissões de efluentes; inspeções periódicas, obras na seca, estabilidade de taludes, claro, sempre que possível, a lavra não vai parar porque está chovendo, pois ela já está dentro da água, proteção do solo exposto, sistema de drenagem eficiente. Em relação a água subterrânea, diversas sondagens foram executadas, durante a pesquisa mineral que foi feita durante a década de 70. Adicionados a isso, na ADA e um pouco na AID foram feitos vários pontos de instalação de poços para medição dos níveis e para também a amostragem da água para a determinação da qualidade da água subterrânea. Foram feitos 56 poços de análise na ADA e AID monitorados por um ano. O comportamento físico do aquífero também foi estudado e vem sendo monitorado; Os valores acima da Resolução CONAMA ocorrem somente na área do "lixão", que não será lavrada: presença de Ferro, Manganês e Níquel. Esses estudos foram realizados e doados à Prefeitura Municipal de São

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1011
Ass.: MFCA

José do Norte. Cunha Salina, através da modelagem que foi possível pelos diversos dados que nós obtivemos de água subterrânea foi verificado que a Cunha Salina não será afetada de forma alguma. Isso foi comprovado por modelo matemático, simulação numérica. A alteração do nível ou fluxo das águas subterrâneas é devido a abertura das "cavas secas" para montagem das dragas e plantas de concentração, rebaixamento temporário local do lençol freático e as medidas mitigadoras são o controle e monitoramento de variações no nível freático e da qualidade da água subterrânea. A alteração da qualidade do ar ocorre devido a emissão de material particulado: terraplanagem na área da UB e movimentação de veículos e transporte do concentrado. A disposição temporária dos solos orgânicos e as medidas mitigadoras são a umidificação dos acessos, limitação das velocidades dos veículos, manutenção preventiva, monitoramento das emissões dos veículos a diesel (fumaça preta). A qualidade do ar é muito boa no município, veja que esses níveis estão muito abaixo dos padrões estabelecidos para partículas totais de suspensão. Incômodos à população: emissão de ruídos devido a terraplanagem na área da Unidade de Beneficiamento e movimentação de veículos e transporte do concentrado Lavra do minério e concentração na Unidade de Beneficiamento. As medidas mitigadoras são a regulagem periódica de motores; atender aos limites legais; utilizar abafadores quando necessário e o "enclausura mento" de equipamentos. Radioatividade dos minerais, eles não são radioativos, porque o limite é este daqui e os níveis estão muito abaixo então eles não são radioativos. Meio biótico, para o meio biótico, nós analisamos todos esses temas: Unidades de Conservação e outras Áreas Legalmente Protegidas, vegetação (flora), fauna Terrestre, fauna Aquática, bioindicadores. As unidades de conservação estão extremamente distantes, as principais que são a Lagoa do Peixe e a Estação Ecológica do TAIM, elas estão aproximadamente a 70 quilômetros da área diretamente afetada que é esta vermelha aqui. A flora, foram feitas 4 campanhas sazonais da ADA e na AID em todos esses pontos aqui. Em relação à flora foram analisados 5 ATAS que são os que ocorrem na região e verificou-se que nenhuma espécie ameaçada ocorre exclusivamente na ADA. O impacto na cobertura vegetal natural ocorre devido à supressão da vegetação, a remoção da vegetação e as medidas para a preparação dos terrenos e da lavra. E as medidas são: criação de viveiro de mudas (Resgate de Flora); monitoramento dos remanescentes para avaliar efeitos e, se necessário enriquecimento; recuperação das Áreas Degradadas (PRAD); compensação Florestal por vegetação suprimida; compensação Ambiental, obrigatório pela lei do SNUC. Alteração de áreas de preservação permanente é decorrente de Supressão de vegetação dentro de áreas de preservação permanente na operação da lavra e as medidas mitigadoras são a compensação por meio de conservação e/ou recuperação de Áreas de Preservação Permanente e a recuperação das Áreas Degradadas. Em relação à fauna, em todos esses pontos foram amostradas diversas espécies de faunas terrestres, aquáticas, dentro e fora da área diretamente afetada. Herpetofauna

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1012
Ass.: MFCA

são os répteis e os anfíbios. As 16 espécies de anfíbios, todas são comuns no Estado. Das 23 espécies de répteis, verificou-se a presença de espécies fossoriais como a cobra-cega e a lagartixa da areia na ADA, sendo esta última ameaçada de extinção no Estado. Em relação aos mamíferos são essas 24 espécies de mamíferos não voadores e 5 espécies de morcegos. Destes, 4 espécies ameaçadas de extinção na AID: gato do mato pequeno, a cutia, o tuco-tuco branco e a lontra. Em relação às aves, 181 espécies de aves, 15 novos registros na região. Há 3 espécies ameaçadas de extinção: gavião-cinza, maçarico-acanelado e coleiro-do-brejo. Grande presença de espécies aquáticas nas áreas de banhado que não vão ser afetadas. 45 espécies de peixes; 2 espécies ameaçadas de extinção, Austrolebias minuano e Austrolebias wolterstorffi (peixes anuais) registradas fora da ADA. Entretanto é previsto um monitoramento na frente de lavra ao longo de todo o projeto e serão resgatados caso encontrados. O impacto por perda de indivíduos da fauna terrestre é indireto pela supressão de vegetação, preparação dos terrenos e tráfego de veículos e máquinas e as medidas mitigadoras são: vistoria prévia das áreas que serão suprimidas, para resgate de fauna terrestre e aquática, com ênfase em fossoriais e educação ambiental de motoristas, instalação de redutores de velocidade e sinalização dentro do programa de tráfego. A alteração da estrutura e composição da biota aquática. Impacto indireto sobre o ambiente aquático pela abertura e limpeza de vias de acesso e pátios, supressão de vegetação e geração de resíduos sólidos. As medidas mitigadoras são o monitoramento de fauna aquática e ações de gestão quando necessário e a avaliação prévia das futuras áreas de lavra para, se necessário, fazer-se o resgate e translocação da biota aquática. Programas socioambientais. O caráter de um programa socioambiental ele pode ser de controle e prevenção dos impactos ambientais avaliados como negativos, porém passíveis de intervenção, podendo ser evitados, reduzidos ou controlados. Corretivos destinados a mitigar os impactos negativos que foram considerados reversíveis, como ações de recuperação e recomposição das condições ambientais existentes antes das intervenções. Compensatórios, destinados aos impactos ambientais negativos irreversíveis. As medidas indicadas destinam-se à melhoria de outros elementos significativos, com o objetivo de compensar a realidade ambiental da área. Monitoramento , destinados ao acompanhamento e registro da ocorrência e intensidade dos impactos e do estado dos componentes ambientais afetados, de modo a propiciar a correção ou mitigação dos efeitos negativos em tempo hábil. Temos ainda o plano de recuperação da área degradada. Nós vemos aqui no gráfico o seguinte: o avanço da lavra ele tem sentido inverso ao sentido do avanço da recuperação. Por quê? Porque aqui, por exemplo, nesse trecho houve supressão da vegetação e o trator aqui está removendo o solo orgânico que vai ser utilizado na reocupação ambiental da área já lavrada. Então o que acontece, a lavra está lavrando. O minério é processado nesta planta de extração primária. 95% da areia é devolvida para a reconstituição para

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1013
Ass.: MFCA

fechamento da cava enquanto a cava avança para esse lado a gente vai recuperar ali. Esse material é utilizado para recomposição da topografia e depois vem aqui com o solo orgânico e há a recomposição, o reflorestamento da vegetação nativa ou das passagens e culturas. Ou seja, vai haver o refazimento das feições topográficas, restabelecimento da fertilidade do solo, restabelecimento da vegetação. O que vai possibilitar o retorno da fauna, ela vai ter uma vegetação apta para se proteger e ela vai voltar a ocupar esse habitat aqui e o que vai ocorrer é o retorno do uso e ocupação do solo. Exemplo da mina de Guaju em Mataraca, isso aqui são áreas de recuperação já lavradas e aqui está a frente de lavras. Outro exemplo aqui da mina de Guaju, a frente de lavras áreas recuperadas, área em lavra e aqui é uma duna em recuperação e aqui é uma já recuperada. Exemplo de recuperação ambiental na Austrália, então gente isso aqui não é novidade para ninguém, isso aqui se faz no mundo todo. Plano de recuperação de áreas degradas que o objetivo dele é a recuperação da área lavrada que visa restabelecer as condições existentes na área antes da mineração. Áreas agrícolas terão sua condição produtiva restabelecida. Da mesma forma, o Manejo florestal será realizado com a experiência local utilizando a mão de obra especializada existente na região. Esse PRAD ainda prevê a criação do Centro de Estudos envolvendo: Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Pelotas, possíveis parcerias (EMATER, Embrapa, empresas, cooperativas e ONGs). Qual é o objetivo disso? Desenvolver técnicas e metodologias locais para a recuperação da fertilidade do solo e restabelecimento das culturas agrícolas, florestais e vegetação nativa. Estudos regionais de sustentabilidade e melhores práticas também é um objetivo desse programa. A compensação ambiental são duas as compensações ambientais: uma do Sistema Nacional Unidades de Conservação da Natureza: será destinado um valor de até 0,5% do investimento do valor da implantação do projeto para aplicação em unidades de conservação da região. Esse valor será definido pelo IBAMA. Outra compensação ambiental é por supressão de vegetação. A vegetação suprimida será recuperada na própria região por meio de plantios e / ou criação de reservas com vegetação nativa. Será definida com base no projeto executivo, na fase de obtenção da LI. Porque é nessa fase que nós vamos detalhar os levantamentos da cobertura vegetal. Conclusão, em função dos estudos e avaliações de impactos realizados, a equipe multidisciplinar responsável pelo EIA-RIMA do Projeto Retiro, recomenda a implantação do empreendimento que considera ambientalmente viável, desde que adotadas todas as medidas mitigadoras dos programas socioambientais propostos e realizada a compensação ambiental prevista na legislação. É isso meu recado era esse. Muito Obrigado.

**Jonatas Trindade:** Feitas as devidas apresentações eu informo que neste momento, no fundo deste auditório, as recepcionistas poderão distribuir as fichas de inscrição pro questionamento oral ou escrito, a critério da pessoa que

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1014
Ass.: MFCA

se inscrever do cidadão que se inscrever. Aos que optarem por realizar de forma oral basta colocar na ficha a frase/questionamento oral e a nossa Secretária Executiva que é a Sra. Auristela ela se encontra também lá no fundo da sala, para poder receber os questionamentos então a ordem dos questionamentos vai ser de acordo com o recebimento pela secretária conforme consta no regulamento. Informamos que serão lidos apenas os questionamentos das pessoas efetivamente presentes no auditório. Agora faremos um intervalo de 15 minutos para a entrega dos questionamentos.

Intervalo

**Interlocutor:** Sras. e Srs. retornando as atividades, antes gostaria de fazer o registro da presença do Sr. Dorotéu Fagundes, Presidente do Instituto Cavaleiros Farroupilhas do Rio Grande do Sul. Retomando as atividades, já está na mesa mais uma vez o Sr. Jonatas Trindade, Coordenador de Mineração e Obras Civis do IBAMA, que preside esta Audiência Pública o Sr. Luiz Bizzi, Presidente da Rio Grande Mineraçao , também o Sr. roberto Takahashi, representante da consultoria, e também convido para fazer parte da mesa a Sra. Auristela Ramos do Carmo, Secretária Executiva. Neste instante passo então mais uma vez a condução dos trabalhos ao Sr. Jonatas Trindade.

**Jonatas Trindade:** Vamos dar inicio aos questionamentos de acordo com a ordem com que foram entregues, podendo os questionamentos serem feitos em blocos caso , a critérios da mesa, caso sejam questionamentos parecidos abordem o mesmo assunto. Considerando os questionamentos da Sra. Procuradora Anelize Becker, eu vou dar uso a palavra ao Sr. Luiz Bizzi para que ele possa responder aos questionamentos e começar.

**Empreendedor:** Eu gostaria de agradecer a Dr. Anelize pelos questionamentos, absolutamente pertinentes, e que vão ajudar com que nós discutamos adequadamente nossa proposta de projeto. O primeiro item, eu vou ser breve para cobrir todos os aspectos, ou parte dos aspectos colocados, então em termos dos efeitos sinérgicos e cumulativos, isto é um assunto que muito nos preocupa , em particular com os projetos coloca lizados, mas também com os projetos localizados em São José do Norte e Rio Grande. Então alguns exemplos que nós temos tomados de iniciativa para desenvolver sinergia, por exemplo com a EBR, nós temos discutido largamente com colaboração na área de EPCM, me parece que isso é uma inciativa absolutamente válida e que vai ajudar a viabilizar projetos desenvolvidos agora em São Jose do Norte a capacidade instalada adequada, que tenha capacidade de atender a nós, nós damos preferencia a desenvolver este tipo de trabalho com eles e não com outras empresas de fora. No caso a construção nós damos preferencia aos empresários locais, não é por acaso que nós temos mapeado todos os prestadores de serviços e todas as empresas que fazem os serviços para a EBR, agora na construção deles. Na

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1015
Ass.: MFCA

parte de energia nós temos desenvolvidos ativamente nossos contatos, não só com a Vento Sul Atlântico mas também com a EPCOR, a nossa intenção é que a nossa demanda por energia venha a viabilizar ou um ou outro projeto, nossa intenção é que nós consigamos, mediante sessão da nossa demanda de energia, viabilizar o financiamento dos projetos. Na parte de manejo florestal nós temos discutido já a bastante tempo com a Flopal, nós gostaríamos de tê-los como parceiros no manejo florestal, nós achamos que eles são mais competente que nós ao fazer este tipo de coisa. Na parte de transporte, por exemplo, nós temos conversado com a F Andreis, é uma empresa com longa experiência na área. Todos estes parceiros, potenciais parceiros, obviamente tem seus condicionantes, condicionantes operacionais têm alguns condicionantes que nós vamos ter que colocar para trabalhar juntos mas são grupos locais que nós fazemos questão de apoiar se nós tivermos esta oportunidade. Uma coisa importante que foi levantada não só hoje, mas também em uma reunião que nós tivemos dia 26 em relação à mineração e eólica, no meu entender nós não estamos em condições de discutir ou eólica, nós temos que discutir mineração e eólica. Têm dois exemplos muito claros que estão acontecendo no Brasil hoje estão em implantação aonde a gente tem eólica junto com mineração, simultaneamente, um deles é Mataraca, que eu já coloquei, mostrei para os Srs., eu já convidei os colegas da Flopal para visitar Mataraca. Eu consegui uma autorização específica do Conselho Diretivo da Mataraca, é uma empresa pública, isto teve que ir a uma reunião do conselho, eu consegui esta licença para que o pessoal visite e veja como é que isto pode se desenvolver junto. Tem uma outra operação deste tipo de maior porte que é em Caetité na Bahia, só repetindo Mataraca, Rio Grande do Norte Paraíba, Segunda é Caetité na Bahia, também é um empreendimento de grande porte se desenvolve concomitantemente com a lavra de ferro, é algo que vale a pena visitar, são casos aonde é desenvolvido com absoluta tranquilidade, com absoluta equilíbrio, têm espaço para todos, nós não estamos competindo por espaço, nó estamos competindo para que a comunidade Nortense e a comunidade Rio Grandina tenha mais retorno sobre seus ativos. Com relação a remuneração dos superficiários, se os Srs. quiserem ler no nosso EIA os Srs. Vão ver que existe uma preocupação muito grande em proceder a indenização de perdas e danos, além do pagamento de royalties, isto não é invenção nossa isto está tudo definido em Lei, existe uma norma brasileira para fazer este tipo de coisa, NBR 14653, se alguém quiser anota, NBR 14653, nós não estamos inventando isto, isto é de Lei, isto é de melhores práticas, então proprietários, arrendatários, posseiros todos estes grupos de proprietários e superficiários estão contemplados neste tipo de regra. Nós não vamos inventar nada, nós fazemos questão de pagar o que cada um tem direito e de contribuir e compartilhar do que nós conseguirmos gerar de valor deste empreendimento com o proprietário da terra. Novamente, nós nos pautamos nos princípios do IFC, banco mundial, estes são as melhores práticas internacionais, no Brasil se tem alguma liberalidade com relação ao que tu faz em relação a algumas

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1016
Ass.: mfca

coisas, se você olhar hoje o BNDS e for pegar um financiamento do BNDS, ele não tem aderência aos princípios do IFC, perfeito vou acelerar. Bom mas o IFC são melhores práticas internacionais, em relação a algumas fragilidades do Bujuru, a Sra. Procuradora alegou, realmente isso foi ponto de partida do projeto, foi endereçar quais eram os problemas do Bujuru e nós temos algumas observações básicas, é um projeto diferente, neste nosso projeto não há verticalização, nós vamos paralisar na parte de lavra, nós não vamos desenvolver qualquer uso de produtos químicos como era ácido sulfúrico, desenvolver uma planta de pigmentos, etc. não há qualquer produto químico em nosso processo. É um processo absolutamente físico e que não tem nenhum impacto no meio ambiente que era o grande problema do Bujuru. Nós estamos atentos para os percalços e ceticismos que se geraram na esteira da EBR, consideramos isto como uma oportunidade de aprendizado, nós temos discutido intensamente com eles para que nós evitemos as mesmas experiências, não é inteligente da nossa parte adotar qualquer outra medida, nós temos que aprender com o que foi Bujuru, nós temos que aprender com o que está sendo a EBR, a nossa inserção na região vai minimizar o impacto negativo do que é hoje uma má fase na construção naval. A nossa intenção é ajudar com nossa demanda, ajudar , não só a EBR, mas também estaleiros e a capacidade instalada aqui em Rio Grande, de novo contratação local. Com relação a perda do patrimônio cultural, nós com certeza não vamos nos furtar a contribuir, nós temos participado ativamente em inserções estruturantes na cultura local, está aqui o nosso amigo Dorotéio Fagundes que não nos deixa mentir, ele tem participado conosco de varias inciativas junto a CTG e junto a outras coisas. No último aniversário da cidade nós tivemos o prazer de promover um evento cultural de porte e é nosso intenção é realmente desenvolver isto de uma maneira estruturada e estruturante, eu acho até que eu vou para por aqui para não corromper nenhum protocolo de tempo. Muito Obrigado.

**Jonatas Trindade:** O primeiro questionamento é da Sra. Eliza Mara Costa...

**Anelise Becker:** Imagino que eu tenha direito a tréplica. Quando eu me refiro a efeitos sinérgico e cumulativos não é capitalização para o empreendimento de eventuais facilidades que o contexto lhe ofereça, mas sim as demanda por serviços públicos, saúde, educação, transporte o que mais seja que vão ser incrementadas naturalmente através desse processo, não um somatório linear mas, justamente, sinérgico e cumulativo de empreendimentos , é esse impactos e , por conseguinte, as medidas mitigatórias antecipatórias que estejam sendo prevista para isto, que não foram com a suficiência e a seriedade no caso da EBR, que tendem a ser agravadas com o somatório de outros eventuais empreendimentos. É isso.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1017
Ass.: MFCA

**Jonatas Trindade:** o questionamento da Sra. Eliza Mara Costa: gostaria de saber com detalhes o que quer dizer significância média e significância alta. Em todos os casos agradeço. Três minutos.

**Empreendedor:** Significância média, é quando você tem a, está relacionada a outros fatores de classificação dos impactos ambientais. Então com o impacto ambiental ele não é muito abrangente ele é restrito, local, mas ele é irreversível ele pode ter uma significância média. Quando ele tem uma abrangência maior espacialmente, e ele é irreversível ele pode ser um impacto significativo, então isto também depende de outros fatores de outras categorização dos impactos, mas é basicamente isso. Isto pode ser visto no EIA/RIMA em detalhes, existe uma tabela, uma matriz de impactos que pode ser consultada no EIA/RIMA em detalhes e lá tem toda a classificação dos impactos ambientais.

**Jonatas Trindade:** Isto tem relação direta com relação a avaliação do impacto ambiental, que existem metodologias que você estabelece e classifica os impactos, e no casso ele classificou alguns impactos como médio e alta relevância a depender da significância destes impactos. O segundo questionamento é do Sr. Valter Almeida, ele gostaria de fazer um questionamento oral, por favor Sr. Valter.

**Valter Almeida:** Boa noite. Meu nome é Valter Almeida eu sou proprietário em São José do Norte na região do Estreito e estou completamente atingido, envolvido por este projeto. Eu gostaria de salientar que as pessoas que tem dúvidas, questionamentos a respeito do projeto não podem, absolutamente, serem considerados como retrógrados ou contra o progresso, quem tem estas duvidas significa que tem direito, e esta Audiência Pública está nos dando a oportunidade de levar as suas questões. Eu gostaria de me dirigindo a mesa, que eu sou proprietário na região do estreito, parceiro da Flopal no plantio de Pinus, que no meu entendimento foi subestimado na apresentação, no plantio de pinus e no projeto eólico, pois bem os Srs. sabem que a cultura do pinus tem diversas procedimentos tem desrame, tem resinagem, tem corte, e tem regeneração e tem recondução da regeneração. Nós estamos com andamento também com o projeto eólico na região. Eu pergunto: no meu caso como proprietário, entrei no negócio, tenho programação para fazer e a minha região do estreito só deverá ser atingida em princípio depois de 20 anos, que segurança eu tenho como proprietário de não poder fazer nada e esperar que o projeto ande? Por favor tirem esta angustia de mim, muito obrigado.

**Empreendedor:** Sr. muito obrigado pela oportunidade de discutir as suas dúvidas e eu espero poder saná-las. Nós temos trabalhado no estreito, nós temos um programa de trabalho que está sendo feito especificamente para discutir com os proprietários, será a próxima etapa, quais serão os critérios. Os proprietários eles tem, além de todas as indenizações previstas em lei, têm o royalty que é m valor substancial, este royalty só vai ser creditado, pago,

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1018
Ass.: MFCA

quando da execução da lavra, todas as outras medidas de planejamento, e isto é o que nós gostaríamos de desenvolver a duas mão juntos com os grupos Flopal e Vento Sul Atlântico, que são seus parceiros, todos estes parceiros tem de ser colocados de uma maneira estruturada. O que nós discutimos com os Srs. da Flopal e Vento Atlântico que nós iriamos contratar a Fundação Getúlio Vargas para trabalhar em um plano de sustentabilidade e desenvolvimento progressivo das três oportunidades, simultaneamente. E uma vez que este plano estivesse completo e detalhado o suficiente nós apresentaríamos isto para todos aqueles que fossem impactados. Então isto é objeto de um planejamento hoje, o que nós temos que o royalty é uma medida definida em lei, daria o preço do minério, nós estimamos hoje que ele vai ser alguma coisa entre sete e onze mil reais por hectare, depende da variação do preço, nós não sabemos, e a nossa indenização vai depender do tipo de benfeitoria , do tipo de investimento que o Sr. tiver na sua área, para nós plantação de pinus é uma benfeitoria é um investimento, uma expectativa de receita que não é realizada, isto é passível de indenização, e isto tudo seguindo as melhores práticas. O que nós não podemos é generalizar um valor específico para um processo.

**Valter Almeida:** Eu agradeço muito realmente foi bem explicitada a questão, só que, continuamos dando continuidade a floresta como vinhamos fazendo até então?

**Empreendedor:** Perfeitamente, se o Sr. observar o nosso plano de trabalho ele prevê que nós vamos começar a sul e nós vamos nos movendo a nordeste e devemos chegar no estreito no período de vinte anos, daqui a vinte anos é tempo mais que suficiente para que o Sr. tenha mais uma geração, que o Sr. depois de oito anos de crescimento das árvores os Sr. proceda a resinagem e etc., se nós quando chegar a mineração de alguma maneira interromper este ciclo o Sr. será indenizado o Sr. não vai ter qualquer tipo de prejuízo ou de interrupção no seu fluxo de caixa.

**Valter Almeida:** Só para concluir, me desculpa eu não posso tomar muito tempo, tem muita gente para falar. Neste momento meus amigos está sendo discutido num congresso no Peru a questão climática a questão da terra, do aquecimento, nós estamos aqui, temos que compatibilizar, o pinus a árvore retém o CO2, está colaborando , por favor não se esqueçam do pinus. Muito obrigado.

**Jonatas Trindade:** O próximo questionamento é do Sr. Luiz Sobreiro: depois de passar pela draga a areia será contaminada pelo contato com graxas e outros compostos? Como se dará a descontaminação?

**Empreendedor:** Luiz, muito obrigado pela pergunta. O processo de dragagem ele é um processo que envolve tão somente água e grão minerais, nós não podemos permitir a entrada de qualquer tipo de óleo ou qualquer tipo de argila, as pessoas tinham ideia de que bentônita ia fazer parte do processo, não pode

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1019
Ass.: MFCA

fazer, isto é um contaminante, não pode ter este tipo de coisa, se qualquer um desses outros contaminantes que entrar no processo ele inibe a equivalência hidráulica do processo e você perde tudo o que está acontecendo. Então é obrigação para fins de eficiência, que a lavra seja em condições absolutamente limpas e o processo de reconstrução do extrato ele é feito todo ele sob um processo controlado com absoluta higiene sem qualquer contaminação por draga, por óleo ou por qualquer outra substancia desse tipo.

**Jonatas Trindade:** Cleber Alcunho, questionamento oral acerca de medidas mitigadoras e compensatórias.

**Cleber Alcunho:** Me sinto muito a vontade que a um mês, primeiramente gostaria de parabenizar o Renan que aqui nessa casa se discuti os grandes acontecimentos de desenvolvimento sustentável nessa comunidade, tá. Eu me sinto a vontade novamente porque eu to terminando um curso que eu fiz agora de dois meses lá em São José do Norte, eu sou Presidente da ONG amigos da natureza e com grande satisfação, junto com a prefeitura municipal de Rio Grande a gente terminou com grande satisfação com apoio da EBR a gente tentou adequar os professores de educação ambiental do município, fizemos visitas na lagoa do peixe, ao mar grosso, ao parque dos penipedes e foi muito bom. Eu me sinto a vontade porque eu tava, como membro do CONDEMA, na reunião aonde a mineradora mostrou este trabalho e lá houve muitos questionamentos, muitos, muitos lá são as maiores autoridades ,dessa região, nesta parte ambiental que eu tenho orgulho de fazer parte a 15 anos e a 15 anos a Paranapanema foi parada no CONDEMA, então eu me sinto a vontade eu achei muito legal, primeiramente eu achei o corpo técnico de primeiríssima linha, achei muito bacana, entrei pra dentro do EIA/RIMA, na época fui totalmente contra a Paranapanema. Mas o meu questionamento é quase o mesmo da Dra. Anelize, que seria a aceleração das medidas mitigatórias sabendo que a Lei não contempla, a lei federal não contempla para a comunidade as medidas mitigatórias desses 0,5% eu acho que tem que ser em ata, já que isso não é com IBAMA, que as medidas compensatórias ficariam praticamente na reunião, na região, totalmente 5%. Não é que nem o estaleiro que eu contei, os estaleiros da época que eu votei, os estaleiros da época o Wtorres eu fui favorável no conselho e implantação, que hoje é Ecovix, Engenvix, terminaram com aquela mata ciliar, não foi plantada uma árvore, foi feita no Mato Grosso, pouca gente sabe disso, então a lei não contempla, então eu acho que tem que ser lavrado em ata que as medidas mitigatórias na região. A primeira coisa, com grande sabedoria a Dra. Anelize falou da aceleração também deste questionamento, de acelerar, não fazer que nem os estaleiros que disseram que iam fazer aquilo, fazer aquilo, tá aí ó, não tem uma árvore plantada, a não ser bonitinhas e de preferencia nativas e frutíferas, o que nós estamos fazendo , o caminhão em São José do Norte que seja em ata que nós do CONDEMA, brilhantemente o Professor Norton,

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1020
Ass.: MFCA

Professor mais Laureado da FURG diz que também tem que ser da região. Eu também sugiro a lagoa do peixe, é um ponto de aves que vem de outros lugares, não são endêmicas, são aves de outra região que também um pouco deste percentual seja aplicado a lagoa do peixe, também e talvez até a reserva do Taim, afinal é investimento de 1 milhão, e também sou totalmente favorável ao compartilhamento onde tem em Mataraca, Mataraca.

**Empreendedor:** Cleber muito obrigado, primeiro pelo elogio ao nosso corpo técnico, eu concordo contigo é um pessoal de primeira linha, eu não tenho como me manifestar sobre medidas mitigatórias na região, isso é competência de IBAMA e outras autoridades aqui presentes, com relação às árvores nativas, o nosso mandato é de repor o que existe hoje, esta é orientação que nós temos até o momento do IBAMA, se houver uma orientação a ser acordada entre IBAMA e comunidade nós teremos muito prazer em implantar para o beneficio da comunidade. Só complementando, em relação a lei do SNUC, a percentagem que a lei do SNUC prevê para a compensação ambiental obrigatória ela é de 0,5%, no máximo, não 5% a lei do SNUC se não estou enganado é a lei federal 9985 de 2000 se não me engano, ela prevê que se aplique a percentagem da compensação ambiental nas unidades de conservação no município, principalmente as unidades de proteção integral, entretanto fica a critério da Câmara de compensação ambiental do Ministério de Minas e Energias decidir em qual é a unidade, ou as unidades de conservação que ela poderá aplicar esta percentagem.

**Jonatas Trindade:** Só dando um adendo, Ministério o Meio Ambiente a Câmara de Compensação e a questão do 0,5% mas a questão da recuperação das áreas degradadas pode ser feito com espécies nativas, que é o ideal e o IBAMA normalmente tem estimulado e tem solicitado que sejam feitas com espécies nativas. O exemplo de Mataraca que é acompanhado pela equipe do IBAMA o empreendedor inclusive ele consegue separar geoambientes, e a recuperação destas áreas são feitas com as espécies daquele ambiente, é interessante, que eu tive a oportunidade de conhecer próximo a praia existia a espécie de maracujá, é um maracujá mesmo, mas é um frutinho pequenininho e eles viram que este maracujá ele estava sumindo da região porque na área do entorno tem vários plantios de cana, e eles conseguiriam pegar esta espécie de maracujá, que é uma espécie rasteira, e desenvolver nessa parte na parte específica onde ele é adaptado na parte de frente a praia, na parte de trás já uma mata atlântica, que eles estão também recuperando de acordo com a localidade, então a recuperação da área é nesse sentido, busca a recuperação de acordo como que era a área original, de preferência. A procuradora Anelize ela pediu para responder a questão dos efeitos sinérgicos, que não foram respondidos, aí o Luiz vai responder.

**Empreendedor:** Perfeito, de uma maneira bastante simplificada. Nós temos levantamentos que estamos na fase de detalhamento, toda a realidade na

EMBRA

DILIC/IBAMA
Fl. 1021
Ass.: MFIA

região é bastante dinâmica, mas nós estamos redetalhando vários levantamentos que nós fizemos sobre demandas e os anseios das comunidade e ao mesmo tempo nós estamos discutindo como por exemplo com o sistema S, com algumas empresas que estabeleceram aqui como a UNIMED, como nós podemos contribuir para assegurar a sustentabilidade da presença destes grupos na comunidade, como nós podemos contribuir para o crescimento sustentado deste tipo de serviço na região em questão de longo prazo, a nossa intenção é de estar na região por pelo menos 20 anos, a nossa intenção. Nós já temos várias pessoas nortense e de Rio Grande que estão conosco, na nossa empresa, que nós já estamos treinando para que comece a produzir em 2017, conosco, a nossa ideia é fazer um investimento sustendo em pessoas, em educação, em saúde, de maneira de que quando nós viermos a colocar nosso produto nós não vamos termos atropelo vai ser tudo colocado de uma maneira estruturada, eu não tenho todos os detalhes ainda os detalhes que os Srs. vão ver no nosso EIA/RIMA são a realidade de quando nós fechamos o documento, vários meses atrás. Nós continuamos trabalhando com a participação de valores locais e profissionais locais, que nós já temos na nossa equipe que estão nos ajudando a melhor entender quais são as nossas necessidades, como é que nós podemos contribuir. Posso complementar.

**Anelize Becker:** ?

**Jonatas Trindade:** Lógico, Não, é utilizada sim. A importância da Audiência Pública é essa não é. A gente consegue perceber estas coisas que as vezes no estudo a gente não consegue ter toda esta percepção, por este volume de informações e as vezes a percepção da comunidade é muito mais importante, se você for pegar na prática essas questões são relevantes para caramba. Então com certeza o IBAMA vai considerar o registro para Audiência Pública para poder se manifestar em relação aos efeitos sinérgicos, e caso entenda que necessária alguma complementação, alguma explicação vai requerer o empreendedor, se o estudo não estiver contemplando, não estiver atendendo este anseio, esta resposta em relação a este assunto. E esta é a orientação que tem sido passada para a equipe, a equipe que faz a análise, não são os coordenadores, nem coordenador geral, nem diretor, é a equipe que faz a análise, tem uma experiência grande em relação a outros licenciamentos, a gente licencia empreendimentos no Brasil como um todo, e eles buscam acompanhar de perto esta questão dos impactos, e a questão das medidas mitigadoras, efeitos sinérgicos de outros empreendimentos, eu posso citar o caso de Carajás que o IBAMA está procurando mudar um pouco da gestão dos empreendimentos, que são vários empreendimentos e a ideia do IBAMA é que isso se juntem os trabalhos que são desenvolvidos principalmente na parte social, para que estes empreendimentos tenham o trabalho único, somem esforços, que normalmente essas grandes empresas tem grandes equipes que trabalham de forma segmentada, então a ideia do IBAMA é juntar isso tudo

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1022
Ass.: MFCA

para que o trabalho seja mais robusto, e que seja mais direcionado aos impactos ambientais então isso tem tido uma evolução muito grande nessa questão da gestão ambiental dos empreendimentos, porque o IBAMA enxerga que deve ter esta sinergia este trabalho de uma forma mais concentrada e que de resultado na questão dos impactos e a gente vê que alguns resultados estão acontecendo nestes empreendimentos, a gente vê que a coisa acontece, a partir do momento em que a própria empresa uni esforços com outras empresas para poder trabalhar. Agora o questionamento da Sra. Suzilene Marques, da FURG. O porquê do impacto ser pontual se atinge toda a área de São José do Norte e de alguma forma Rio Grande? Porque o empreendimento é sustentável se atinge a biodiversidade da cidade? Como vai ser feito o programa de controle ambiental desta obra? Foi efetuado estudos socioambiental e verificado a dimensão do impacto irá causar às populações próximas ao empreendimento? Como será a restabelecida a qualidade do solo com a retirada destes minerais? Quantas entrevistas forma feitas? Eu não sei se nesses três minutas a gente consegue responder isso, mas vamos lá.

**Empreendedor:** Meu nome é Sergio Pompéia, sou Engenheiro Agrônomo faço parte da equipe, acho que a questão da avaliação do impacto do empreendimento ela está muito associada com a metodologia que é adotada, onde a recuperação se dá concomitantemente com a exploração mineral, então no tempo, que é um longo tempo, na verdade vai estar se ocupando uma pequena área, e essa área vai migrar, então se você olhar ao longo de 20 anos você pode dizer: puxa a região que sofreu este impacto é muito grande, mas este impacto veio em doses pequenas e com todas as suas medidas mitigadoras acompanhando e com todos os seus programas de controle e monitoramento. A experiência já existe em Mataraca, pra ser uma experiência nacional que é muito importante, o conhecimento técnico acumulado na região de Rio Grande, Pelotas é muito grande e aqui, seguramente, através do centro de estudo que está se propondo vai se criar a inteligência necessária para criar as metodologias, para selecionar as espécies, para fazer a parte de recuperação e restauração da fertilidade do solo. Não é novidade para ninguém as inúmeras possibilidades e técnicas que existem, mas para este caso também haverá, se agregará o conhecimento local para a solução desses problemas através do centro de estudo proposto.

**Jonatas Trindade:** Sra. Suzilene os questionamentos foram respondidos, a Sra. entende que foram respondidos?

**Suzilene:** Não, tem uma pergunta que não.

**Jonatas Trindade:** Por favor se aproxime. Fala no microfone que fica mais fácil que dai fica registrado.

**Suzilene:** Boa noite eu faço Tecnologia em Gestão Ambiental na FURG, e a última questão que eu fiz não foi atendida. Como eu moro ali perto eu não vi a

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1023
Ass.: MFCA

divulgação das entrevistas, aí eu queria saber quantas entrevistas fizeram e qual o mês que foram feitas as entrevistas.

**Empreendedor:** Foram realizadas entrevistas com 39 famílias da região do retiro, na data, próxima, ao longo deste ano, 2012, 2012 foi feito o levantamento que constou do EIA/RIMA, 39 famílias. Só uma coisa, é importante colocar que isto é um censo, não é um espaço amostral, então todas as famílias identificadas na região e que vão ser diretamente afetadas, e que moram lá, forma entrevistadas, moravam lá na época da coisa. São 39 famílias, 138 pessoas e também foram entrevistas lideranças em São José do Norte e Rio Grande , prefeitos, secretários, e outras autoridades formadoras de opinião, lideranças.

**Suzilene:** Tá bem, e em relação a população, se vai levar em conta o conhecimento local dessas populações ambientais, porque na pergunta socioeconômica também, e da população elas vão ser atingidas, vai ser retirado todos estes minerais em relação ao solo e atividade delas? De agricultura e atividade pesqueira?

**Empreendedor:** Luiz Bizzi já respondeu no inicio dizem que todas estas famílias, ou os ocupantes das áreas, sejam proprietários o outra coisa, eles serão remunerados, o solo primeiro vai ser totalmente recuperado, e essas famílias serão indenizadas de acordo com a lei, não só pelo valor da propriedade mas também pelo seu lucro cessante, aquele que ele vai deixar de ganhar, durante a fase.

**Jonatas Trindade:** Acho que ela tá questionando mais o retorno da atividade, né, se as pessoas podem retornar a atividade, por exemplo plantio de cebola, se a área está apta a recuperar.

**Suzilene:** Sim, e a atividade pesqueira também que é a principal atividade de sobrevivência destas pessoas.

**Empreendedor:** Também foi mostrado que, também vai ser esse terreno, esta área vai ser reutilizado naquela atividade anteriormente existente.

**Suzilene:** Desculpa eu retornar mas eu acho um equivoco o Sr. ter dito que o solo vai ser totalmente recuperado, até porque um impacto, ele não é 100% recuperado, ele tem um grande impacto, toda a degradação, e nunca um impacto é totalmente recuperado, eu achei um equivoco isto, só isso que eu quero ressaltar.

**Empreendedor:** Bom pessoal, o mais importante é focar na pergunta que ela fez que ela perguntou assim: o impacto será recuperado, o impacto não é recuperado. Assim, o impacto não é recuperado, o impacto existe e seria uma falta de senso dizer que não existe um impacto. O que está sendo tratado aqui que existe o conhecimento, existem experiências em áreas que são muito mais

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1024
Ass.: MFCA

complexas de dificuldade, inclusive de solo, de composição estrutural, de vegetação e que estas técnicas foram muito bem sucedidas inclusive exemplos que são considerados pelo IBAMA como padrão, padrões internacionais, e além de seguir estas técnicas e seguir estes mesmos princípios, um outro fator extremamente importante foi o envolvimento da comunidade científica local que conhece a realidade local, inclusive das universidades buscando então, desenvolver e adaptar estas técnicas que já são conhecidas e amplamente utilizadas em áreas no mundo inteiro, algumas a mais de 20 anos e 30 anos de atuação, e fazer com isso seja adaptado pela realidade local podendo, inclusive utilizar este modelo de recuperação para outras situações que não sejam relacionadas somente com a mineração. Usar isso como conhecimento, e consolidar este conhecimento na região envolvendo os órgãos e as universidades, exatamente para dar esta transparência e essa idoneidade ao processo. Não é a empresa que vai desenvolver, é um centro de estudos formados em parceria com os órgãos locais, com as universidades locais, que terão todo apoio da universidade para desenvolver estas técnicas e consolidar e indicar inclusive com acompanhamento ao longo de cinco anos no mínimo previstos durante todo o processo e após a conclusão da recuperação.

**Jonatas Trindade:** A Sra. Suzilene ela tem razão, o impacto ele não é eliminado, ele é reduzido, você tem uma mitigação deste impacto. A recuperação da área logicamente não vai ser uma recuperação igual, pode ser similar ou pode ser um pouco melhor dependendo da situação, porque o solo de certa forma já tem uma parte bem degradada. Existe as técnicas de recuperação de áreas que podem ser aplicadas como foi bem falado, então a questão é como foi dito: impacto você mitiga. Ramon Lopez, Câmara do comércio, questionamento oral, o Sr. Ramon saiu né. Sr. Luiz Sobreiro, consultor – Como se pode garantir que não haverá contaminação da água subterrânea é quase aflorante? Essa já foi respondida pelo empreendedor. Sr. Paulo Roberto Tagliani da FURG – questionamento oral.

**Paulo Roberto Tagliani:** Sou professor da FURG, do Instituto de Oceanografia, trabalho bastante com a avaliação de impacto ambiental, inclusive fui parceiro da empresa HAR no estudo de impacto ambiental da pavimentação da estrada da BR101, fiz meu doutorado inclusive naquela região em 1995, e na ocasião eu já tinha identificado essas tendências de desenvolvimento dessa região eu considero que São José do Norte está passando diretamente do século XIX para o século XXI sem ter passado pelo século XX, e eu vejo estes tensores que estão acontecendo com muita preocupação nesta região, nós temos 3 mega vetores de desenvolvimento nesse momento que estão explodindo aí em São José do Norte, uma cidade de 30 mil habitantes, e isso certamente muito aí as demandas de serviços da cidade, tudo isso. Já em 95 eu já propunha que se fizesse um zoneamento ambiental naquela região, encaminhei uma proposta para a prefeitura municipal

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1025
Ass.: MFCA

foi solenemente ignorada na ocasião, encaminhei esta proposta para a FEPAM e também foi solenemente ignorada, mas hoje parece que a FEPAM está com , a Secretária do Meio Ambiente está inclusive com recursos do banco mundial para implementar o zoneamento ambiental em todo estado do Rio Grande do Sul, então acho imperativo que esta questão do zoneamento da região seja implementada rapidamente, para se orientar o processo de ocupação na região, nós temos os vetores dos parques eólicos, os estaleiros, o polo naval se desenvolvendo em Rio Grande, todo o porto do lado de lá e agora este grande empreendimento e isto certamente demanda. E lamentavelmente, esta minha experiência toda de estudos de impacto ambiental, eu chego a conclusão que as coisas nunca saem exatamente como se prevê, porque nossas instituições são fracas, a verdade é essa, nós temos uma fragilidade institucional, e o papel aceita qualquer coisa e nós queremos que a coisa funcione mas na prática não sai exatamente como se espera, eu vejo dois aspectos que me preocupam bastante neste empreendimento que é bom que a gente discuta aqui, que tem que ser considerado, eu percebi pelo menos no RIMA, não ficou evidenciado, que a lagoa do estreito na verdade ela faz parte da rede de reservas hemisféricas da UNESCO, ela é uma área núcleo da reserva a biosfera, nós temos vinte anos para a lavra para chegar lá, então nós temos tempo para aprender este processo aí e discutir como é que vai ser esta questão quando a lavra chegar na região do estreito. A lagoa do peixe é uma área da reserva da biosfera, ou seja, ela tem uma importância internacional, e a lagoa do estreito é uma das áreas núcleos junto com uma outra lagoa que tem lá no Bujuru, são áreas importantes, são áreas núcleos da reserva da biosfera. Então objetivamente eu gostaria de perguntar – este fluxo de caminhões, pela minha avaliação são 60 caminhões, eles vão transitar por dentro da zona urbana do município? E a outra questão é se haverá trabalho noturno nesta mina? Se vai ter iluminação e transito de veículos noturnos estes são alguns aspectos que eu gostaria de perguntar. Uma questão que parece ser central, para finalizar, é a questão da recuperação da vegetação, que é uma questão delicada, não existe conhecimento hoje sobre esta região, sobre a recuperação desta região, que basicamente são gramíneas, não são arvores e se conhece muito pouco sobre as técnicas de recuperação destas gramíneas porque a questão do vento aqui é uma questão muito importante.

**Luiz Bizzi:** Os caminhões serão 55, quando nós estivermos no topo da produção, caminhões por dia trabalhando fora da BR, nós teremos linhas dedicadas ligando as várias áreas de lavra, quando a lavras estiver concluída estas linhas de acesso serão desfeitas, serão reincorporadas, nós teremos alguma atividade noturna, ela não vai ser tão intensa quanto a atividade diurna, mas teremos atividade noturna, a nossa recuperação de vegetação ela vai seguir as melhores práticas e as melhores experiências nacionais e internacionais, então nós temos avançadas tratativas com os grupos, hoje o que é melhores práticas no Brasil, que é Mataraca, eles vão alocar

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1026
Ass.: MFCA

profissionais para treinar nossa equipe aqui, para fazer uma transferência de tecnologia, para que nós possamos fazer aqui o quê realmente for o melhor, até o momento nós tivemos o pessoal da FURG e da Universidade de Pelotas trabalhando no nosso PRAD, o que este pessoal fez? adaptar o que são as melhores praticas e a percepção de melhores praticas para a nossa realidade aqui, só que nós precisamos de mais seguranças e de maior detalhe nisso, e é por isso que nós contatamos outras entidades como EMBRAPA e EMATER, para nos ajudar a ter exatamente a melhor solução, essa solução não é uma solução necessariamente que funciona na Austrália ou que funciona da Paraíba, ela vai ser a melhor que funciona aqui. A nossa proposta que está sendo tratadas com as universidades deverá funcionar no Campus da FURG, nós tivemos tratativas com a Reitoria, para que um centro de estudos avançados será sediado na FURG, vai sediar, vai abraçar este Centro de estudos avançados que vai ter universitários, vai ter centros de excelência universitários, vai ter empresas e vai ter os empresários locais participando para discutir as melhores metodologias e os melhores procedimentos de desenvolvimento sustentável, essa é o nosso firme compromisso com o desenvolvimento sustentável, eu poderia ficar aqui falando durante horas e horas de nutrientes e etc, etc. acho que não temos tempo agora, mas existem maneiras de fazer a coisa ficar melhor do que está. Obrigado. Os caminhões que vão levar o minério até a central de processamento, no pico, que é um total de 55 caminhões/dia, esses não vão passar pela área urbana, dos caminhões que vão com produto, no pico, quando a segunda fase estiver implementada, nós vamos ter no máximo de 19 caminhões/dia atravessando a área urbana, 19 caminhões/dia vocês hão de convir não é um fluxo muito grande, o nosso calculo de impacto é que no total de nossa atividade vai impactar em 0,4% no transito que existe hoje, então isto não vai ter um impacto considerável, obviamente nós vamos ter medidas mitigadoras de fazer com que o nosso máximo tráfego não coincida com o tempo de pico e etc. mas este impacto vai ser mínimo, e ele só vai acontecer com caminhões de produto, não com os caminhões que vão carregar o produtos, estes 55 não passam pela cidade.

**Jonatas Trindade:** Sra. Daniele Veleda Moura, Forum da Lagoa dos Patos, a coordenação do Fórum das Lagoas dos Patos, representante da pesca artesanal dos municípios de Rio Grande,Pelotas, São José do Norte e São Lourenço do Sul comunica que não foi informada da Audiência Publica realizada nesta data e qualquer considerações do Projeto Retiro sejam informadas ao Forum para que este possa se fazer presente. Comunicamos que o contato pode ser feito a coordenação por meio de seus representantes locais e/ou via email forumdalagoa2014@gmail.com. Daniela Moura.

**Empreendedor:** Daniela eu lamento que tenha havido algum problema de comunicação, nós temos, desde julho, com uma equipe dedicada a visitar, discutir e esclarecedor toda e qualquer dúvida. Eu mesmo estive em várias

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1027
Ass.: MFCA

comunidades aqui fazendo apresentações e discutindo os assuntos pertinentes. Nós temos já mais de 2000 assinaturas que participaram dessas reunião formalmente, e que tiveram a oportunidade de discutir conosco, eu gostaria de te convidar para mandar um e-mail para nossa equipe ou visitar o nosso estande, ou nos convidar que o nosso pessoal vai fazer uma apresentação para vocês para esclarecer alguma coisa que não tenha ficado clara, os documentos tanto do RIMA, os documentos necessários eles estão disponíveis desde julho , para toda a comunidade, todo mundo, nós tivemos o máximo de cuidado de atender mais do que são os dispositivos legais em termos de divulgação deste projeto e das informações .

**Jonatas Trindade:** Sr. Antônio Carlos Machado de Souza gostaria de fazer um questionamento oral sobre a metodologia aplicada no RIMA, ele é um proprietário.

**Antônio Carlos Machado de Souza:** Boa noite, meu nome é Antônio Carlos Machado eu moro em São José do Norte, eu moro na localidade de Parobé, próximo ao inicio deste projeto. Como foi explanado o projeto aqui, eu achei tudo muito bonito, tudo muito perfeito, até demais pro meu gosto, e me gerou várias dúvidas e preocupações, como por exemplo: recuperar área degrada, que parece que do dia para a noite ficaria recuperada, as árvores voltaria ao seu lugar de origem como num passe de mágica sem prejuízo da sua capacidade produtiva. Mas a minha preocupação maior são outros erros que compõem dentro desse RIMA, como na página 45, quando afirma que: a cultura perene em São José do Norte é a banana, a cultura perene em Rio Grande é a uva, corrijam-me se estou errado, não acredito nisto, e que o aspecto econômico começou a fazer efeito com a silvicultura a aproximadamente 10 anos, quando não é verdade, a silvicultura está instalada a mais de 40 anos em São José do Norte, portanto eu pergunto – Qual a metodologia empregada para chegar neste resultado? E se eu devo dar credibilidade a este documento?

**Empreendedor:** Eu vou ler aqui o trecho que está esta questão da banana,da cebola, silvicultura. Paragrafo de estrutura produtiva e de serviços, então está escrito aqui: São José do Norte a área apresenta uma estrutura econômica pouco diversificada com destaque para culturas perenes como a banana, ou temporárias exemplo cebola, outro aspecto produtivo que vem ganhando espaço no município de São José do Norte nos últimos 10 anos, diz respeito a silvicultura que consiste no reflorestamento de espécies autorizadas como o pinos para produção de resina e madeira em tora, eu acho que era esta frase que o Sr. se referia.

Os anos, de 10 anos de pinus, realmente pode ser algum problema de reconhecimento do valor. Obviamente que a cebola é a principal, existem pequenos cultivos, existem pequenas propriedades junto com a região da lagoa

FIM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1028
Ass.:

que se encontraram alguém que produz em pequenas quantidades, provavelmente para consumo. Primeiramente é importante o pessoal entender o seguinte , estes dados são dados secundários que vem de fontes oficiais, por exemplo neste caso a fonte é o IBGE, no trabalho do IBGE de mapeamento das atividades e isto consta do relatório do IBGE do último senso utilizado. Então o levantamento dos dados secundários, ele faz isso, ele apresenta as informações da área do município, importante lembrar que nós não estamos falando da área da ADA, isto é da área do município de São José do Norte conforme consta dos relatórios oficiais, das fontes de dados oficiais. E numa outra parte foi feito o levantamento do uso do solo da ADA e que aí, sim você vê uma maior participação de cebola de pinus e aí sim fica mais condizente com a realidade das pessoas que estão ali na área e que serão impactado conhecem. Então este dados que estão apresentado são fontes do IBGE do último trabalho resultados de 2010 e que são dados secundários que são apresentados em toda região do município que se estende, muito além da área do projeto da área de intervenção.

**Antônio Carlos Machado de Souza:** Desculpa então não foi pesquisa em São José do Norte então.

**Empreendedor:** Apenas para esclarecimento, na metodologia e na definição do termo de referencia existe todo um trabalho que é feito de levantamento de dados secundários, que ele abrange uma área, chamada área de influencia indireta, que inclui o município de São José do Norte, e outros municípios, neste tipo de levantamentos é previstos a utilização de dados secundários de fontes oficiais exatamente para você manter um padrão. Na área diretamente afetada, que é a área do empreendimento e na área do entorno imediato foi feito um levantamento, com inclusive um censo, que não é uma amostragem e sim uma visita em todas as propriedades que estão na ADA, aonde foi identificado qual foi o tipo de cultura, qual é a atividade econômica das famílias que estão dentro desta área, que serão diretamente afetadas, e que isso é o dado primário, que a gente chama de coleta de campo. Isso, o que acontece é isso, no RIMA é um processo de resumo, então isso acaba colocado, você olhando para isso você tem que resolver um estudo de 34 kg, em alguma folhas em uma linguagem mais acessível e por isso as vezes gera estes tipos de dúvidas, mas no EIA tem toda a metodologia o número de entrevistas feitas, todo o trabalho feito, o número de famílias visitadas, todos os mapeamentos e todos estes dados estão apresentados no EIA.

**Jonatas Trindade:** Sr. Pedro H. Rascov, comunidade. A partir do lucro gerado pela espoliação dos recursos naturais, minério neste caso. Qual será o lucro geral anual real da empresa? Qual será a quantidade de mão de obra vinda de fora pra suprir a mão de obra? Para suprir que real demanda local por minério será efetivada a degradação em São José do Norte e arredores? Estas perguntas ele direcionou para empresa, é isso? E tem um questionamento para

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1029
Ass.: MFCA

o vice-prefeito de São José do Norte a necessidade de politicas que visem as garantias de saúde, educação, transporte público, qualidade de vida ambiental, preservação ambiental, não seria mais urgente para a sociedade ao invés de práticas que visem o lucro exacerbado provindo da degradação ambiental da paisagem de São José do Norte?

**Empreendedor:** Pedro, obrigada pela pergunta eu não posso falar em nome do vice-prefeito, mas eu te garanto que não é lucro exacerbado e não é espoliação. Existe uma real demanda, tu pode não sentir muito claramente, mas hoje o Brasil importa 60% do seu zircão, tu não sabe se é o zircão mas tu usa para fazer cerâmica, é uma coisa que na tua casa tu paga um valor por ser importado. O Brasil hoje importa Titânio, talvez tu não saiba mas toda pintura que tem aqui ela vem de Titânio importado, então isso tem um impacto direto na comunidade Brasileira, na balança de pagamentos, tem uma séria de aspectos econômicos aqui que não vale a pena discutir nesse ambiente que justificam uma atividade econômica desse tipo. Se tu tivesse prestado atenção em tudo que foi dito aqui tu veria que não existe uma degradação ambiental, tá certo, se tu tiver suficiente atenção e boa vontade para ver o que os especialistas estão falando aqui em termos de reequilíbrio de massa, de reequilíbrio de macro e micro nutrientes, reequilibro em termos de porosidade, que é o que está escrito dentro do EIA, se tu olhar isso com seriedade e com boa vontade, tu vai ver que foi feito um trabalho bastante consistente com integridade e que permite um trabalho descente nessa área, um aproveitamento econômico que se tu não tiver a população não tem de onde tirar esse desenvolvimento sustentável que tu acha que tem.

**Jonatas Trindade:** O seu Vice-Prefeito gostaria de falar alguma coisa?

**Vice-Prefeito:** Olha, eu confesso que eu não entendi aquilo que foi dirigido ao vice-prefeito, mas de qualquer maneira eu quero dizer que não sei se a pessoa que dirigiu a pergunta estava aqui no inicio quando eu me manifestei enquanto dirigente do Município, que eu falei que nós estamos vendo sim todas as frentes de desenvolvimento, nós estamos lá enquanto gestores atuais do Município para facilitar os empreendimentos, mas eu não fiz aqui nenhuma defesa dos interesses econômicos em detrimento dos interesses ambientais. Alias eu queria dizer que antes de ser vice-prefeito eu fui professor universitário a minha vida toda e a sustentabilidade sempre foi um conceito que eu gostei muito de discutir com os meus alunos, então nós não fizemos nenhuma defesa de lucro em cima de prejuízos ambientais, eu falei muito bem que nós estamos vendo com grande entusiasmo aquilo que está acontecendo com São José do Norte, mas estamos muitos preocupados sim com uma gestão integrada do nosso município no sentido de que a gente possa realmente desenvolver lá projetos sustentáveis, do ponto de vista ambiental. Mas eu entendo que nós temos que sempre buscar as interfaces entre os interesses ambientais e os interesses econômicos, porque isso realmente é necessário. Então eu queria

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1030
Ass.: MPA

dizer que eu não fiz aqui nenhuma defesa do lucro em detrimento dos fatores ambientais.

**Pedro. H. Rascowiski:** O que eu quis dizer pra empresa, eu quis perguntar na verdade é que a partir do modo de vida daquela comunidade, qual a real demanda mesmo, porque o impacto vai ser ali né, e qual é a real demanda daquela comunidade por essa exploração, sabe, tipo, será que eles precisam disso para continuar a vida deles? Ou para melhorar de acordo com o que o vice-prefeito falou, tipo, não tem um outro modo de se melhorar a vida do que explorar minério pesado para importar ou para suprir demanda local do país, não da cidade onde vai ser o impacto.

**Empreendedor:** Pedro, muito obrigado pela pergunta mais bem estruturada. Eu consegui entender agora. E desculpa se eu fiquei um pouco, me senti provocado pelo teu comentário anterior. A questão do desenvolvimento econômico vem sempre discutida há muito tempo. Semana passada nós estávamos numa reunião e eu passava sempre a minha infância em Santa Maria, no ano que eu chegava lá e tinha uma chaminé nova era uma beleza, eu enxergava o progresso. Agora tu chega em Santa Maria tu vê uma chaminé nova e pensa que chegou a poluição. Então as coisas mudam com o tempo, mas de qualquer maneira, se tu não tiver uma chaminé em nenhum lugar, tu não vai conseguir dar as condições para que aquela comunidade, seja Santa Maria seja São José do Norte tenha condições de educar as pessoas ali e tenha condições de dar um projeto de vida para os filhos daquela comunidade. Eu me preocupo que os pescadores de São José do Norte, podem muito bem querer que os filhos sejam pescadores, colham resina, que plantem cebola, é ótimo e muito válido, mas quem quiser que o seu filho tenha o beneficio que vocês tem, de fazer uma universidade, de ter um trabalho diferente. De fazer biologia, fazer florestal, fazer engenharia, fazer medicina e etc. essas pessoas não tenham uma demanda estruturada no município que lhes permita crescer ali. Então ou a pessoa deixa os filhos ir para outro canto ou ele não tem outra alternativa. então o que eu proponho aqui em termo de desenvolvimento sustentável para uma comunidade desse tipo é que a gente tenha uma pluralidade de opções, que uma pessoa possa desenvolver o seu caminho em um longo prazo de no mínimo 20 ou 30 anos, que é o período que uma pessoa precisa para amadurecer profissionalmente. Então é o que a gente quer oferecer essa pluralidade, essas alternativas para a população local e fazer isso de maneira sustentável.

**Jonatas Trindade:** A gente tem que seguir a ordem, você tem um questionamento?

É porque o colega se sentiu ofendido, ou tratou de uma maneira que eu não achei respeitável ao meu colega aqui de faculdade, é porque são os estudantes que estão aqui questionando, os estudantes universitários estão questionando

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1031
Ass.: MFCA

e se novamente for repetido essa brutalidade da maneira que o senhor respondeu aos estudantes universitários da Universidade de Rio Grande me desculpa, isso vai ser pessoal e vai ser encaminhado juridicamente. Se os estudantes incomodam é porque tem alguma coisa errada, se os estudantes questionam é porque tem alguma coisa errada.

**Jonatas Trindade:** Rosane Ribeiro, SEBRAI, manifestação sobre melhorias do ambiente econômico, diversificação da economia.

**Rosane Ribeiro:** Boa noite a todos, eu sou a Rosane e sou gerente do SEBRAE, serviços de apoio às micro e pequenas empresas e nós queríamos primeiramente manifestar, nós trabalhamos já há algum tempo com os pequenos negócios do Município de São José do Norte, que são 99% dos negócios locais, que empregam de 3 a 4 pessoas por pequenos negócios e percebemos ao longo desses últimos anos as melhores condições, esses pequenos negócios somente no âmbito econômico para produzir mais e se desenvolver, melhorando não só digamos a sua auto estima, porque mais pessoas transitando na cidade, comprando, recebendo serviços que aquela comunidade desenvolve com habilidade, com competência que cada um dos pequenos negócios, hoje são mais de 700 pequenos negócios no município, nós estamos atendendo em torno de 350 pequenos negócios, com melhorias em todas essas empresas e a gente percebe hoje que o problema do pequeno negócio em São José do Norte não é mais o problema de antes, da baixa auto estima, da falta de clientes, das dificuldades que eles tinham. Hoje os problemas são novos, que é a melhoria da sua competitividade, da inovação, de todo esse processo, então a gente vê do ponto de vista econômico para as micro e pequenas empresas, para os empreendedores individuais e para os candidatos a empresários, a diversificação da economia como uma excelente oportunidade para o desenvolvimento econômico e sustentável da cidade de São José do Norte e também da nossa região sul. Já tivemos vários clichês de uma região deprimida, com baixa capacidade econômica e vem então todas essas diversificações, não só desse empreendimento como também dos demais, como uma oportunidade de melhoria de desenvolvimento para essas pessoas que tem habilidades, que querem realizar e muitas vezes não tem um ambiente favorável econômico. A geração de imposto também faz com que o próprio poder público possa investir nas compras públicas dentro do município. Então é uma cadeia de ações que se desenrolam em prol do desenvolvimento na melhoria da qualidade de vida. Então é essa, já vi que no projeto fala, mas poderia se o Dr. Bizzi quisesse falar um pouco mais sobre a participação da empresa apoiando os pequenos negócios.

**Empreendedor:** Roseli, muito obrigado pela oportunidade, eu estou ciente de que os pequenos negócios são uma solução para São José do Norte e a nossa intenção realmente é de contribuirmos com demanda e até onde for possível contar com uma parceria do SEBRAE para desenvolver o pequeno empresário.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1032
Ass.: MFCA

A maneira que nós podemos fazer isso, por exemplo, nós temos o beneficio de uma perspectiva de longo prazo, então nós podemos gerar uma demanda de transporte urbano, por exemplo, transporte dos funcionários e essa demanda de materializar em um pequeno negócio para um empreendedor local, ele pode utilizar dessa demanda de um contrato de longo prazo para formar o seu negócio e se financiar e se estabelecer ali a longo prazo. E nós temos ao longo de toda a cadeia produtiva afetada pela mineração nós vamos ter milhares de exemplos desse tipo e a nossa intenção não é verticalizar, a nossa intenção é de compartilhar as oportunidades. Então para nós a geração de uma diversidade maior dentro da comunidade isso da sustentabilidade no negócio e geração de impostos é apenas um aspecto disso que obviamente é bastante positivo para o município mas para nós é apenas um dos aspectos do desenvolvimento sustentável que nossa proposta quer.

**Jonatas Trindade:** York Dias, questionamento oral.

**York Dias:** Boa noite, eu queria perguntar o seguinte: Mataraca tem as condições como São José do Norte? Que é um município estreito entre a Lagoa dos Patos e o oceano. E a segunda hipótese, há um estudo ambiental, porque é frágil, essa língua de terra entre o oceano a lagoa dos Patos é muito frágil, há um estudo ambiental, porque no meio existe o banhado esse do Estreito, a mineração vai passar entre o oceano e o banhado do estreito, esse estudo de impacto tem estudo que garanta que não vai contaminar a lagoa o banhado do Estreito e nem o oceano Pacífico? Porque a estação ecológica do Taim foi feita muitos anos atrás ia ser um assentamento, quando se vai para a BR 471 do Chuí, aquele ela desvio, aquilo ali foi uma estrada feita para ser um assentamento. Anos passados se deram conta que uma agricultura ano a ano, que aquele banhado pesado, vegetação exuberante não conseguiria aguentar uma agricultura ano a ano, seria destruído. Não é um caso meio parecido aqui em São José do Norte? E segundo lugar, quando vocês vem apresentar um projeto, não podem chegar e dizer que Rio Grande tem cultura perene da uva, aqui vocês ficaram embaraçados, porque é do IBGE, mas vocês tem que pesquisar melhor, há dinheiro para isso. Aqui não existe, se quiserem fazer a festa da uva e reunir a população de Rio Grande vai dar 10% da população. Existe um pouquinho na ilha para fabricar a Jurupinga, não tem, não existe isso dai. Terceiro, eu não sou de São José do Norte, sou de RG, não tem negociação lá, mas não estou defendendo lado nenhum, para mim não precisa aplaudir, pode até vaiar, eu enfrentei a desapropriação da Estação Ecológica do TAIM, meu pai tinha 49 anos, morreu com 86 e não recebeu nenhum dinheiro, então eu aconselho aos proprietários que de cara contratem um bom advogado, porque a prática é demorar a receber, na prática as pessoas tem 30 ou 40 anos e chegarem aos 6 e  não terem recebido. Claro que as coisas mudaram, o judiciário apressou, nós do TAIM tivemos que ir ao Supremo Tribunal Federal para tentar uma ampliação, que tinha era de, era de 33

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1033
Ass.:

passaram para 110, na verdade eles tinham 11, mas eu quero deixar bem claro é isso. Eu espero que tu não te incomode comigo como tu se incomodou com o estudante que fez uma pergunta indelicada.

**Empreendedor:** Nós estamos nos divertindo, não é? Bom, seu Dias, muito obrigado. Primeiro, Mataraca não é linear e alongado como é São José do Norte, ele é uma área com dunas muito mais altas, tem um cômoros muito mais altos e a vegetação original lá é uma vegetação bem mais densa, mas ainda assim o pessoal conseguiu fazer um trabalho de densidade, um trabalho muito bom e a recuperação está sendo exemplar. Nós fizemos vários estudos ambientais e uma das nossas primeiras preocupações foi com o que aconteceria com o lençol freático, nós temos mais de 50 estações e dezenas de pesômetros, estações de bombeamento e etc. analisando isso desde 2011 para ver qual é o impacto, não tem um só resultado que mostre que a gente possa mobilizar a cunha salina ou que possa transformar em água saloba ou qualquer coisa disso, todos os estudos que nós fizemos até hoje não existe um só que indique que possa haver algum dano para o ambiente que nós reconhecemos como sendo frágil. Agora não é uma questão de dizer que você não tem como recompor. Como o senhor falou, a uva realmente o meu pessoal que enganou ou possa ter se enganado na uva, eu particularmente sou bastante interessado em uva e uma coisa que eu to tentando aprender a fazer é como tu muda e transforma qualquer tipo de terreno em terreno próprio para uva e como tu modifica essa fonte, e é passível de fazer, tem gente fazendo isso na Austrália, na França, em vários países. Se tu faz isso para uva que tem uma sensibilidade muito maior e tem um condicionante químico muito maior, tu pode com certeza fazer isso para cebola, tu pode fazer isso para o tipo de cultura que tu quiser fazer na terra, então existe condição de fazer uma reposição adequada de macro e micro nutrientes, de gerenciar o processo todo de maneira equilibrada e sustentada.

**York Dias:** Tu falasse que em Mataraca tem energia eólica e exploração mineral. Dá para fazer em São José do Norte, sendo um Município tão estreito.

**Empreendedor:** Olha tchê, se tu olhar no Google como é feito em Mataraca, como é feito na Bahia, tu vai ver que da para fazer e é um processo alongado, de até 40km de extensão. Então da para, o pessoal faz em Rio Grande do Norte, faz na Bahia, faz em vários outros lugares do mundo e nós temos condições de fazer isso aqui. Nós somos suficientemente inteligentes, pragmáticos, para fazer isso acontecer aqui. Eu acredito nisso piamente.

**Jonatas Trindade:** Senhora Carolina Amorim Bittencourt, da comunidade, questionamento oral.

**Carolina Amorim Bittencourt:** Meu nome é Carolina e hoje de tarde, com essa audiência eu resolvi escrever um texto literário inspirado na história da minha família, um pouco do que vivi lá. "Não sou poeta, mas resolvi prosear em

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1034
Ass.: MFCA

melodia que é para os ouvidos do povo se alargar, em um momento tão especial quanto esse dia. Eu amo o Norte, amo porque é lá que a minha família se cria, uma vida muito difícil, é verdade, assim como a de muitos dessa cidade construída sobre as dunas. É lá que aprendi a pescar, comer arroz com siri e sopa com cabeça de camarão, foi lá que aprendi o valor dos homens do mar e das mulheres que ficam por esperá-los jogando sabão para cima do telhado rezando e pedindo para acalmar a viração. Aprendi o valor da natureza, foi lá que aprendi que existe o mar, lagoas entre dunas, agricultura familiar. Muitos já se aproveitaram das riquezas dessa terra e dela tiraram proveitos sem cerimônia, negando comer o pão repartido daqueles que foram feridos por lutar por libertação. Em prol do que? De dinheiro. Porque da gente do Norte não sobra nada. E está feito. Nos resta a vida em comunhão. Repartindo as dores e as feridas, resgatando a história já vivida para não esquecer os nossos maridos, mulheres, filhos, netos que dela fizeram parte, que ajudaram a construí-la. Não é fácil lembrar a nossa história que é muito doída, aqui o povo morre de fome, de falta de estudo, buscando aliviar essa dor, sarar essa ferida e esquecer o que passou. Nessa cidade em que uma nota de cem é Deus, os homens de gravata, demonstrando o seu desprezo, fazem o que for para acumular. O dinheiro que dá é tanto, mas tanto, que nem sei quantas vidas eles vão levar para gastar. O povo já sofreu muito. Primeiro com a plantação da cebola, uma monocultura que fazia as crianças nasceram acéfalas. Depois disso veio as grandes plantações de pinos, sugando toda a água do solo, o minério já escasso no nosso planeta, destruindo áreas de banhado. Agora com as obras do estaleiro estão utilizando a lagoa como se fosse um canteiro, também veio mais gente pra cá, porque sempre cabe mais um, mas faltam postos de saúde, escola e agora casa também. Está tudo mais caro, escasso, amargo. Mas a gente vai se virando. Os homens de gravata vêm, diz que vai melhorar, que a gente só tem 3 minutos. A gente espera, tem gente que diz que é mais um para explorar. Não sei não, diz que vai ter emprego para os meus filhos que já tem 14 e precisam trabalhar. Dizem que vai ter até para os netos e bisnetos que já nem posso contar. Vem chegando o desenvolvimento dizem e por isso já não podemos mais pescar. Agora dizem que tem outra coisa debaixo dessa terra. É um minério preto e pesado, diz que é muito valioso e que tem lá no estrangeiro querendo comprar. Mas eu não posso acreditar que essa areia tão fininha que há de me carregar vale tanto, mas tanto, que tudo que tem em cima, mato, bicho, flor, arroio, tudo valha a pena tirar. Depenar, como é que pode isso? Acho que estão enganando esse povo do estrangeiro, comprar terra preta, isso eu nunca vi, é novidade para mim, coisa da modernidade que aqui não há de chegar. Mas a gente vai levando, vai batalhando, o que não falta é vontade de trabalhar, força tem nos braços dessas meninas que desde cedo tem que lavar chão, cuidar as crianças delas, dos patrões. Os meninos, ah esses já tem muita força na perna e nos braços que o andar dos antepassados pescadores e agora servem para os homens do dinheiro, aqueles que lá ficam sentados de gravata, que não tem calos nas

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1035
Ass.: MFCA

mãos e que não sabem capinar. Para passar por mais essa e acalmar o coração convoco Iemanja, Nossa Senhora dos Navegantes, Iara, que essas sempre estiveram do nosso lado servindo de muleta para o povo e que um dia vão nos levar em um desses nordestinos. Sou feiticeira, sou macumbeira e não abro mão de guerrear pelo meu povo, pelo meu chão. Estamos na luta, estamos na batalha, relembrando a história dos nossos guerreiros, pescadores, agricultores. E se não ganhamos o nosso próprio lugar por meio da legislação, eu chamo é as forças da natureza que não me abandonam nunca e hão de vingar o meu povo de tanta traição. A terra gira com o seu grande poder".

**Empreendedor:** Carolina, parabéns, gostei muito.

**Jonatas Trindade:** Você não tem nenhum questionamento, Carolina, ou tem algum questionamento? Senhor Francisco Simões Pires, advogado do grupo FLOPAL e consultor, questionamento oral.

**Francisco Simões Pires:** Saúdo o Sr. Jonatas Trindade, Sr. Bizzi, nosso vice-prefeito e todas as autoridades e o senhor consultor. Só antes de o tempo correr é uma questão de ordem também, a manifestação é oral e assim que o questionamento é dirigido ao IBAMA e assim que os questionamentos dirigidos a consultoria ou a RGM. A minha formação é jurídica e eu aprendi ao longo de vinte e tantos anos lidando com direito ambiental que processo de licenciamento tem começo, meio e fim. Visa a sucessão de atos ordenados buscando uma decisão. Da para dizer que uma publicação do edital no Diário Oficial a algum tempo, e saiu no jornal Agora de sábado, nitidamente essa audiência teria uma contaminação pela deficiência do principio da publicidade. Segundo lugar, uma vez que não há tamanha publicidade nas comunidades afetadas, levaria a deformidade do desrespeito ao princípio da participação e consequentemente geraria a deficiência de informação. Então eu faço esse registro, mas da para dizer que pela finalidade do ato atingiu porque nós temos a FURG, que é um grande foco, uma grande Universidade voltada ao mar e a comunidade e que com o seu corpo docente e discente conseguiu legitimar essa falha do princípio da publicidade que deveria ser assegurada. Mas como eu disse que a minha formação é jurídica eu não consigo entender e gostaria que fosse explicado e é objeto de questionamento, como um empreendedor ou um se dizente empreendedor que não detêm os direitos minerários, porque a RGM não recebeu ainda do Conselho Nacional de Defesa a anuência para substituir o empreendedor FINESA, isso é algo que eu não consigo entender dentro da ritualística do processo no IBAMA e a terceira situação a Dr. Anelise que também faço questão de saudá-la, eu gostaria de saber se a equipe do IBAMA hoje, tem condições de afirmar a comunidade que em torno de 74 exigências constantes da sentença que condenou o IBAMA a absorver no estudo de impacto ambiental daquela época e por força da coisa julgada o IBAMA está submetido aquela sentença com relação a esse projeto que era o

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1036
Ass.: MFGA

BUJURU e o RETIRO, está sujeito a internalizar como exigência no estudo de impacto ambiental o atendimento em torno de 74 exigências. Obrigado.

**Empreendedor:** Francisco, muito obrigado, eu não tenho condições de comentar sobre publicidade, participação, esses princípios eu, agora por exemplo, não é verdade que nós não detemos os direitos minerais. É verdade que nos demos entrada no processo de transferência disso junto aos órgãos competentes, quais sejam, o Ministério de Minas e Energia, etc. etc. e os processos estão em andamento, mas não é verdade que nós não o detemos. O senhor deve estar fazendo referencia a exigências do IBAMA referente ao Projeto Bujuru, esse não é o projeto Bujuru e não tem nenhuma relação com Paranapanema e nenhuma relação com Bujuru, então se for esse o seu objetivo o senhor está no projeto errado.

**Jonatas Trindade:** Só uma explicação com relação aos direitos minerários, a exigência que o IBAMA coloca como condicionante da licença de instalação apresentação da portaria de lavra, então o empreendedor quando da apresentação do cumprimento das condicionantes da licença de instalação ele tem que apresentar essa portaria mostrando que ele tem os direitos minerários para que seja analisada pela equipe. Em relação a publicidade, foi publicado edital de divulgação da audiência e foi solicitado ao empreendedor que realizasse a divulgação da realização das audiências e ele adotou algumas medidas e vai apresentar o resultado do plano de comunicação que foi adotado para divulgação do evento, no caso a audiência pública. Faltou algum questionamento, alguma resposta?

**Francisco Simões Pires:** Foram feitos 5 questionamentos ao IBAMA. A mocinha ali disse que seria lido. Direito minerário para poder fazer a lavra, para poder ter o direito de pesquisa, nesse caso que está na faixa de fronteira, depende da anuência do Conselho Nacional de Defesa e se ele prever que não há capacitação para tal, nega e ai continua da autorização de pesquisa e da concessão da lavra.

**Jonatas Trindade:** Mas é exatamente por isso que tem a condicionante da licença da instalação, se ele não apresentar ele não vai ter a próxima licença, ele tem que comprovar isso. A questão do cumprimento da decisão, a questão da análise vai ser feita em cima do EIA/RIMA, então a gente vai avaliar, analisar o EIA/RIMA e vai verificar os pontos críticos e os pontos importantes que o IBAMA, que a equipe técnica vai avaliar em cima do estudo, né? E caso necessário o IBAMA entender que sejam necessárias complementações o IBAMA vai exigir as complementações. Então a questão das exigências técnicas que estão presentes no EIA/RIMA vai depender dessa análise, então a equipe vai fazer a análise para poder falar se o estudo é o suficiente para tomada de decisão acerca da viabilidade ambiental. Acho que foram respondidos. A questão dos efeitos sinérgicos em áreas perto da região já foi

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1037
Ass.: MFCA

respondido em outro questionamento, eu já falei da publicidade, falei do processo pedindo para o licenciamento ser o requerente dos recursos minerários, já informei a questão da 4ª Câmara da informação técnica, nós recebemos aqui o CD que foi entregue pela Procuradora, ele vai fazer parte do processo e a questão da análise técnica. Deixa eu ler os questionamento que dai registra. Porque no relatório de impacto ambiental não traz qualquer modelagem de engenharia agroecônomica ou engenharia agrícola sobre a forma de reconstituição da qualidade do solo se localizar a denominada piscina de dragagem, contendo informações sobre a qualidade do solo atual e sobre a expectativa de sua qualificação após a passagem da lavra.

**Empreendedor:** Existe se o senhor tivesse observado no EIA, tem um capítulo chamado de PRAD, que trata exatamente disso dai. Foi feito por professores da UFPEL e alguns deles fazendo pós doutorado com especialistas americanos trabalharam a vida toda nesse tipo de processo. Então existe isso se o senhor procurar no EIA o senhor vai encontrar a resposta para as suas dúvidas ali.

**Jonatas Trindade:** Por que o relatório de impacto ambiental não trouxe qualquer elemento comprobatório demonstrativo de outro empreendimento cuja qualidade do solo foi reconstituída a situação anterior da atividade minerária. É mais ou menos a mesma lógica, porque o RIMA não trouxe nenhum elemento comprobatório de outro empreendimento cuja qualidade do solo foi reconstituída a situação anterior da atividade minerária?

**Empreendedor:** No PRAD é feita referência constante e abundante às práticas absorvidas ou mantidas pelo Mataraca, é o nosso modelo e é um tipo de tratamento que é abundantemente conhecido pelas autoridades ambientais que estão avaliando o projeto. Isso foi feito referencia lá ab nauseum, da mesma maneira nós fizemos referencia no termo do EIA, o senhor vai achar referencia, a maior parte das outras minas no mundo que fazem isso no mundo todo: na Austrália, na África do Sul, uma séria de minas desse tipo que são idênticas e que tem o mesmo tipo de procedimento.

**Jonatas Trindade:** Faz o registro de bentônita, utilização de bentônita na piscina e após, como será removida essa bentônita na atividade mineira?

**Empreendedor:** Me causa espécie na bentônita, eu não sei de onde o senhor tirou bentônita, eu imagina que se o senhor passar no EIA todo o senhor não vai achar essa palavra. Porque eu vou lhe dar uma informação, bentônita para esse tipo de lavra é um problema, sabe, mas o senhor não entendeu, o senhor não leu o documento.

**Empreendedor:** Um momentinho Bizzi, a bentônita ela é colocada para impermeabilização da cava inicial, não é na lavra e isso consta, não durante a lavra e depois ela vai ter que ser removida e disposta em algum lugar, mas não

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1038
Ass.:

é durante a lavra, é na cava seca para montagem dos equipamentos, para impermeabilizar. Na primeira, na cava seca. Não na lavra.

**Empreendedor:** É porque quando tu vai começar a draga, tu vai abrir o primeiro lugar para que a piscina não encha, tu usa um tipo de impermeabilizante, pode ser bentônita e pode ser outra coisa. A primeira piscina que tu faz não é uma coisa muito maior do que essa sala aqui, e o que tu vai fazer ali, se essa bentônita ficar no sistema, tu não consegue depois equilibrar o teu processo de tratamento, o processo de tratamento todo ele é feito em cima de equivalência hidráulica.

**Jonatas Trindade:** Pode a equipe técnica apresentar o estudo do EIA/RIMA que estabelece a preservação do banhado do estreito nas interações e sinergia com a lavra mineira naquela área? A empresa obteve a anuência do IFAM? Em caso positivo, em que data?

**Empreendedor:** A lavra não interfere de nenhuma maneira com o banhado do estreito. O IFAM, nós temos um projeto que foi apresentado, aprovado por eles que está em andamento, é independente desse processo aqui.

**Jonatas Trindade:** E o IBAMA solicitou a manifestação do IFAM para que ele conste do processo, a gente depende dessa manifestação deles. O próximo questionamento, seu Dorotéio Fagundes de Abreu, Instituto Cavaleiros Farroupilha, questionamento oral.

**Dorotéio Fagundes de Abreu:** Boa noite, eu represento aqui o Instituto Cavaleiros Farroupilhas, que é uma entidade de caráter cívico, cultural, educacional, social e de utilidade pública, que age em parceria com o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul e com o Instituo Histórico de São José do Norte em projetos focados no desenvolvimento sócio econômico, cultural do nosso estado e com atividades aqui no RS, em nível de Brasil e de projetos internacionais de incentivo a outros projetos de desenvolvimento sócio econômico e ecologicamente sustentável. Por isso nós estamos aqui a observar esse projeto da RGM que foi exibido e que nós já tínhamos estudado anteriormente e que dentro dos estudos do nosso Instituto junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul em aulas de imersão a respeito de duas questões extraordinárias, que é: o impacto reversível e o impacto irreversível de qualquer projeto. Nós como ser humanos, para onde nos destinarmos, tudo que nós fizermos tem impacto na natureza, desde o que plantamos, o que colhemos, mas o importante é que nós estamos aqui constatando pelos estudos apresentados que trata-se de um projeto que tem cientificamente mostrado a questão do impacto reversível da natureza e focado e isso é muito inteligente, interessante, inovador e revolucionário. Queremos parabenizar pela sua equipe desse trabalho e para o IBAMA que faz a fiscalização pontual e pelas observações do Ministério Público Federal que modifica todo critério de apresentação de projetos no nosso país, numa era moderna, onde as pessoas

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1039
Ass.: MFCA

querem utilizar o planeta de forma responsável e é isso que temos que fazer, utilizar o planeta de forma responsável e é isso que nós estamos vendo aqui. E pergunto então por fim, como se dará o apoiamento a projetos sócio culturais nesse processo em SJN, que se prepara para entrar no primeiro mundo?

**Jonatas Trindade:** Só complementando a resposta que eu dei ao Sr. Francisco, e quando o IBAMA emite a licença de instalação, essa licença ela serve para o empreendedor levar essa licença para o DMPM que ela é pré-requisito legal para que ele consiga a portaria de lavra e após traz para o IBAMA. Então, foi o que o Bizzi explicou. Não, o que eu estou falando é o seguinte, que tem o requisito legal que o DMPM usa a licença de instalação para emitir a portaria de lavra, então o empreendedor tem que apresentar necessariamente a licença de instalação para que seja emitida a portaria de lavra, e como o Bizzi explicou, ele vai precisar resolver essa questão junto ao Ministério de Minas e Energia da DMPM para que os direitos minerários sejam passados para a empresa.

**Empreendedor:** Dotério, muito obrigado pelo posicionamento, eu gosto de ver que a nossa iniciativa tem uma abrangência ampla e é justamente o que n´s gostamos de ter uma interface com a sociedade plural, e aonde os vários interesses são contemplados. Nós temos uma intenção séria de dar o nosso apoio a atividades sócio culturais, no curto espaço de tempo que nós temos tido a nossa interface com o povo nortense, nós temos ajudado dentro do que nos é possível com todas as ocasiões, nós estamos participando de toda a semana de eventos especiais promovidos pela prefeitura, nós temos ajudado dentro do possível, nós temos ajudado como por exemplo em reformas dentro do CTG, e etc. etc e nós tivemos o prazer de ajudar de uma maneira estruturada agora durante o aniversário da cidade. A nossa intenção é de realmente de começarmos a participar e inserir a comunidade na qual nós estamos incluídos dentro de uma agenda cultural mais ativa, mais proativa, mais dinâmica e que melhor se equilibre com outras iniciativas que tem ao redor do estado. E muito nos agrada essa potencial parceria com grupos como o seu para trabalhar, eu fiquei muito feliz de ver a banda nortense participando do seu programa, trazendo SJN ao protagonismo dentro do estado, que ela merece, isso me deu muita satisfação pessoal, eu espero que o povo nortense tenha tido a mesma satisfação. Nós temos procurado nos educar mais sobre a história da região e ver como nós podemos contribuir mais para desenvolver a comunidade.

**Jonatas Trindade:** Seu Paulo César Azevedo, da FLOPAL. Compatibilidades desse projeto com outros e os interesses dos proprietários rurais.

**Paulo César Azevedo:** Eu vou me permitir me dirigir ao Bizzi, que nós já viemos trabalhando juntos e é importante essa a manifestação nesse evento. Eu penso que tu tem muita habilidade de lidar com esse projeto e

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1040
Ass.:

principalmente do ponto de vista ambiental tu ta lidando bastante bem com isto, mas infelizmente a minha sensação de quem convive em São José do Norte tem muitos nós cegos na sociedade de São José do Norte. Eu penso que faltam algumas definições importantes e a grande angústia que gera para as cadeias que estão estabelecidas, cadeias consolidadas para produtores para uma séria de impactos faltam definições, eu não tenho dúvidas de que há boa intenção. Eu ouço muito respostas como: boas práticas, modelo do Banco Mundial, mas faltam coisas mais objetivas, não se faz negócio dizendo para o proprietário que vá a legislação ler de como ele vai receber, se faz negócio olhando para o proprietário e definindo atos formais definitivos, me parece que isso gera uma insegurança muito grande Bizzi. Veja só, eu conheço proprietários e planos de manejo que preveem na área onde vai ser feito a mineração seriam as áreas de reserva legal. Como vai ser lidado com esse fato? Me parece que está faltando muito essa companhia, essa atividade. A mineração ela sempre assusta, porque proprietário é tratado como superficiário e o negócio nós temos que acompanhar de todas as formas e olha, está aqui falando alguém que já fez mais de 20 reuniões com a Rio Grande Mineração, e apesar de toda a delicadeza que nós fomos tratados, toda a presteza, toda a boa vontade, nos faltam muitas definições. Me parece que o que nós vamos enfrentar amanhã em SJ é uma comunidade extremamente insegura, e essa comunidade precisa de respostas mais objetivas e qual é a grande insegurança? É que uma atividade de mineração ela vai evoluindo, e ela vai atingir rapidamente a um estado de irreversibilidade jurídica que depois nós da comunidade só podemos nos queixar disso. Falta diálogo e eu acho que a sugestão da Dra. Anelise ela é muito bem feita. A Instituição que está analisando o EIA ela deve considerar todos esses aspectos. Nós temos um empreendimento proposto com uma incompatibilidade locacional que representa um investimento pelo menos 8 vezes maior que este empreendimento, isso não está explicitado, vamos mitigar os impactos, vamos ver o que é melhor, então me parece que essa é a grande insegurança. Se nós tivermos uma segurança, nós comunidade, nós empreendedores que vai haver efetivamente essa mitigação, que nós vamos fazer a comparação e optar ou por uma convivência produtiva com uma compatibilidade ou no caso de incompatibilidade a escolha que interessa de última análise a sociedade parece que esse é o caminho que devemos seguir. Pergunta para ti, Bizzi, quando é que tu vai tornar as coisas mais objetivas no sentido de oferecer essa tranquilidade para ter critérios de indenização, critérios com os próprios proprietário e com as cadeias que estão impactadas?

**Empreendedor:** Paulo Cesar, muito obrigado. Nós viemos trabalhando juntos, tentando conhecer um o outro desde 2011 e nós nos aproximamos mais esse ano e realmente tudo que é novo traz insegurança, eu tenho feito o que eu posso para mitigar esse impacto na comunidade, nas pessoas com quem nós vamos trabalhar juntos e em alguns casos eu tenho tido mais sucesso e em

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1041
Ass.: MFCA

outro menos sucesso. Da mesma maneira que nós temos essa comunicação com vocês, nós temos com uma séria de outros proprietários e a diferença é que quando eu me ofereci para conversar contigo, a quantidade de valor agregado que tu tem na tua terra é completamente diferente daquela de quando eu chego para conversar com uma pessoa que tem cebola plantada e eu tenho que respeitar os dois igualmente e a primeira coisa que eu tenho que saber é qual é o impacto que eu vou causar na tua atividade quando eu chego e isso não é uma resposta simples então é dai a complexidade das nossas tratativas, dai a minha proposta para ti e que continua em pé, de que nós contratemos um órgão independente como a FGV para fazer essa avaliação para nós. Eu acho que nenhum de nós sozinho vai conseguir fazer isso com a mesma competência de uma organização como a FGV, que é independente, que é idônea, e é competente, para fazer exatamente qual é a distribuição de riqueza que nós vamos fazer entre nós e é o mesmo tipo de abordagem que eu vou ter com o plantador de cebola, com o pescador, pra mim o pequeno produtor, o pequeno empresário, ele deve ter o mesmo tratamento, que tu, que é um grande empresário, um grupo com muito sucesso e que eu devo muito respeito. Então os princípios que eu vou usar são plantados na lei, são pautados nas melhores práticas e para eu ter as melhores práticas eu tenho que ter informações, eu não posso chegar em uma pessoa e dizer, quanto é o hectar de cebola, eu vou te dar tanto, não é assim eu tenho que respeitar porque a pessoa colocou a vida dela toda às vezes ali, eu tenho que respeitar t tua posição porque tu tem gerações de trabalho em cima do desenvolvimento do teu negócio. As vezes por excesso de cuidado eu não arrisco um número, eu posso arriscar um número e vou estar totalmente fora. Eu quero fazer uma coisa séria, eu quero chamar um grupo independe para fazer as contas conosco e dai nós fazermos as contas juntos e vamos tirar essa dúvida. Me desculpa eu não te respondi porque eu não estou tendo tempo aqui.

**Paulo César Azevedo:** Então enquanto isso, o teu projeto vai andando, tu vai atingir um status talvez de uma irreversibilidade jurídica e nem o pequeno proprietário, nem o médio proprietário e nem o grande proprietário vai ter resultado desses estudos e vai ter essa definição. Isso gera insegurança, tu tem que entender isso.

**Empreendedor:** Essa insegurança ela é inerente ao novo. Eu posso te dizer aqui qual é a minha expectativa de royalt, eu posso te dizer qual é a minha expectativa por hectare, eu não posso te dizer o quanto é que tu tem investido naquele hectare e quanto eu vou te reembolsar por aquilo, então o meu lado do negócio eu conheço muito bem, o teu lado eu não conheço. Então para mim é uma questão de nós trocarmos informações e amadurecermos essa potencial relação comercial.

**Jonatas Trindade:** José Carlos Corrêa, IPAC.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1042
Ass.: MFCA

José Carlos Corrêa: Boa noite, meu nome é José Carlos e eu sou consultor jurídico ambiental do IPAC- Instituto de Preservação Ambiental e Cultural, nascido em 2001 em SJN, atualmente com sede em Rio Grande, represento também o Siti SICOPE, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada, hoje na pessoa do seu Diretor, senhor Sandro que se encontra presente. Primeiramente gostaria de dizer que o IPAC possui mais de 80 componentes, todos ambientalistas, e depois de várias reuniões, já estudamos o Projeto Retiro, claro não aprofundadamente e chegamos a conclusão que o IPAC como sempre é a favor do desenvolvimento sustentável, e portanto é favor desse projeto. Gostaria de dizer também que nesse seguimento, depois de analisar várias coisas do programa de vocês, nós chegamos na síntese dos impactos ambientais e vamos fazer uma pergunta primeiramente para o IBAMA. Diz ali na pagina 51, nota-se que sete dos impactos poderão ocorrer com maior frequência ao longo do desenvolvimento do projeto estão relacionados com a supressão de vegetação para mitigar, vai vai vai e depois fala sobre 8 diferentes ações, não é isso? Então fala assim, programas ambientais, programas de monitoramento da fauna terrestre e aquática, programa de resgate de flora, programa de monitoramento de flora, programa de compensação de supressão de vegetação nativa, intervenção de área de preservação ambiental, programa de controle ambiental e obras, e a pergunta ao IBAMA é o seguinte, quem vai fiscalizar? Continuamos informando que o IPAC sempre foi a favor em todos os projetos sustentáveis. E ai não há porque ser contra um projeto que é a favor do meio ambiente. Quero também desde já colocar o IPAC de plano no plano de estudos que eu observei que a mineradora vai ter um plano de estudos, então o IPAC está a disposição com todos os seus componentes para ajuda-lo nas soluções de medidas necessárias, qualquer soluções ambientais que sejam para ajudar no projeto. Tenho também uma pequena distância, eu sou pela parte jurídica estava vendo atentamente a exposição que o segundo palestrante deu e não vi a equipe técnica jurídica, não consta. Finalizando, eu gostaria de sugerir ao IBAMA que aceite o licenciamento requerido pela mineradora, é isso.

**Jonatas Trindade:** Em relação à fiscalização, a análise do estudo caso seja dada a viabilidade do empreendimento na segunda fase, é apresentação do detalhamento dos programas ambientais, que são subsídios para análise de licença instalação, então esses programas casos sejam aprovados também, ai logicamente o empreendedor vai poder implementar, caso aprovados. Então quando ele começa a implementar esses programas o IBAMA acompanha, ele tem uma rotina de vistorias que ele programa para fazer esse acompanhamento da instalação e operação do empreendimento então já é da é da rotina dos nossos empreendimentos a gente acompanhar. E normalmente vai depender do planejamento que a gente faz e do que a gente vai querer observar, que pode ser com vistoria a gente preveja só a participação de biólogos e engenheiros florestais para acompanhar por exemplo o

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1043
Ass.: MFCA

afugentamento da fauna na fase de supressão de vegetação ou a recuperação de uma área, ou alguém do meio físico para verificar como está a questão da reformulação da topografia e pode ser também o engenheiro agrônomo para observar a questão dos aspectos relacionados ao próprio solo. Então tem um acompanhamento e esse acompanhamento também é feito a partir dos relatórios que são apresentados ao IBAMA. O empreendedor apresenta relatórios e acompanhados também em campo.

**Empreendedor:** A questão da legislação ela não foi apresentada mas ela está por trás de todas as medidas mitigadoras. Ela foi analisada intensamente no EIA/RIMA e por questão de falta de tempo ela não foi apresentada hoje. Eu queria agradecer ao apoio e a nossa intenção de interagir com o IPAC no que for possível e conveniente para todos. Muito obrigado pelo apoio.

**Jonatas Trindade:** Iltonmar Chavier da Costa, Vereador de São José do Norte.

**Iltonmar Chavier da Costa:** Meu nome é Iltonmar Chavier da Costa, quero saudar a representação do IBAMA por essa audiência, saudar nosso vice-prefeito, saudar todas as autoridades e em especial, senhoras e senhores. As perguntas foram elencadas pela Procuradora Federal e Dr. Antônio Carlos já fez uma das minhas perguntas, mas em todas as reuniões que nós temos com a mineração, um dos questionamentos que pra mim ainda não está claro é como se vai indenizar os proprietários, já que se sabe que o nosso município tem problemas de regularização fundiária, se sabe que a regularização fundiária é um dos pontos que, são dois pontos, na verdade, o demorado e o mais demorado ainda, então como que vai se fazer essa indenização aos proprietários se nós não temos a regularização fundiário e o que está sendo feito nesse sentido? Em relação ao IBAMA, o IBAMA já era conhecedor do conflito dos dois empreendimentos que esta sendo tentando ser licenciado no município, que é a silvicultura, que já é um empreendimento há três décadas e meio consolidado, e o empreendimento eólico, que já era de conhecimento do órgão público.

**Jonatas Trindade:** O estudo ele tem que refletir essas questões e o IBAMA ele fez vistorias tanto para elaboração do termo de referência e fez também vistoria para conhecer a realidade da região depois, que já tem muitos anos que foi feito esse termo de referencia e a equipe técnica conhece a situação, tanto a questão do que o senhor falou da silvicultura como em relação a situação fundiário também, tem conhecimento sim.

**Empreendedor:** Iltonmar, muito obrigado por sua pergunta, eu acho que essa é uma das iniciativas mais próximas da nossa estratégia é justamente de ajudar o pequeno produtor e aquele que tem algum problema fundiário a regularizar a sua situação. Eu lembro que nós estávamos em retiro há dois anos atrás onde eu propus ao pessoal, olha nós vamos fazer uma estrutura aqui junto com a Defensoria Pública para que todo mundo possa se regularizar.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1044
Ass.: mfCA

Porque quando chegar na hora de pagar o royalt, eu quero pagar para quem merece, para quem está aqui em cima e não aquele oportunista que vai aparecer aqui dizendo que é o dono da terra. Aquilo que eu falei lá a dois anos atrás, eu mantenho e a nossa interface com a Defensoria Pública ela está demonstrando isso. Nós temos discussões bem avançadas com a Defensoria, com a Prefeitura, com o cartório no sentido de facilitar para que todo mundo tenha a sua situação fundiária regularizada e possa se habilitar para receber royalt e possa se habilitar para indenizado adequadamente. A indenização ela não necessariamente depende de uma regularização fundiária, até onde eu sei. Agora o royalty depende, eu não consigo fazer um pagamento de royalty se eu não tiver a regularização. Varias coisas e tem vários advogados aqui na sala que vão saber como fazer isso. Eu não estou me propondo que a Rio Grande faça a regularização, a Rio Grande pode contribuir no que for possível e no que for necessário para que o proprietário junto com a Defensoria Pública, junto com a Prefeitura, faça isso. Nós queremos ser o catalizador na regularização das áreas, mas nós não queremos influir os senhores a fazer de um tipo e a fazer de outro. A nossa iniciativa de não comprar terra é evitar toda e qualquer especulação imobiliária. Nós fazemos questão de pagar o royalty para quem é devido e não de comprar a terra e depois ficar com o royalty, isso não é a nossa política. Vamos conversar junto com o Defensor Público e resolver essa situação de maneira estruturada.

**Iltonmar Chavier da Costa:** Não, a questão do royalty até tá explicada, agora a questão da indenização do proprietário para mim ainda não está bem claramente a questão do que nós vamos levar e no mínimo para fazer uma regularização fundiária 3 anos ou mais, isso na melhor das hipóteses que o judiciário posso liberar essas regularizações. O empreendimento pretende começar as suas atividades em 2017, se eu não estou enganado então a minha preocupação é que venham começar já a exploração da mineração e ainda não saiu a regularização fundiária, então como que esse proprietário vai receber as suas indenizações, isso para mim ainda não está claro.

**Empreendedor:** Perfeito, esse é um assunto que nossos advogados vão gastar dias discutindo e eu faço questão que a Defensoria Pública participe de toda e qualquer reunião para ter certeza que os interesses de todo e qualquer pequeno proprietário, posseiro, ou qualquer que seja, estejam respeitados nessas discussões. Eu não sei, eu vou ter que perguntar, me diz aqui o nosso advogado que para ingressar na propriedade a gente já vai dar um tipo de indenização. Eu acho que existem algumas iniciativas que nós podemos fazer para reduzir essa incerteza, mas é uma questão que nós vamos ter que colocar advogados e Defensoria Pública, Prefeitura, para achar uma solução que seja sólida e que vai ter que favorecer o pequeno. Eu não quero de maneira nenhuma comprar a terra ou fazer qualquer tipo de transação isso antes de ter a situação de vocês regularizada.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1045
Ass.: MFCA

**Jonatas Trindade:** Senhora Fabiane Fonseca, FURG, questionamento oral.

**Fabiane Fonseca:** Boa noite a todas as pessoas que ficaram aqui até agora, eu sou a Fabiane e faço Biologia na FURG e o meu questionamento, eu anotei uma série de coisas aqui, eu queria começar falando sobre os impactos do empreendimento, porque no vídeo ele fala como se nós vivêssemos no país das maravilhas, tudo vai ser solucionado, põem aqui tira ali e vai nascer lá e a gente sabe que isso não é verdade. Para mim que estou na graduação já tenho noção que mexer com ecossistema, toda ecologia dele não é assim que funciona, o senhor falou que seu corpo de trabalho é com PHD, então eles devem saber muito mais do que isso. Em relação aos impactos, uma coisa que eu vi aqui é que nós falamos o tempo inteiro de como vai se dar o processo, de como nós vamos fazer a mitigação e tudo mais, mas em nenhum momento se tocou na possibilidade de não sair o empreendimento, existe essa possibilidade ou nós viemos aqui para saber como vai ser a mitigação, porque quando eu vim, por mais que a publicação desse espaço tenha sido horrorosa e eu só fiquei sabendo porque eu sou universitária e tenho acesso a internet, eu não sabia que estava decidido, porque com o que se deu aqui parece que está decidido e a gente tem que ver possibilidades para mitigar, porque em nenhum momento se falou que o empreendimento pode não acontecer e eu acho que isso tem que ser discutido, porque, a gente tem aqui no próprio município de Rio Grande, o exemplo claro do polo naval que essas empresas vem pra cá e me desculpa se o senhor vai me dizer que o senhor é altruísta e quer causar bem para sociedade e quer vir aqui tirar o minério que é essencial, desculpa, se o senhor quisesse fazer isso a sua empresa pesquisaria alternativas e não uma maneira de destruir o ecossistema. Para mim não tem nada além do senhor estar visando o seu lucro, enquanto um grande empresário. Enfim, o que eu quero saber, resumindo a história, se caso a população de Rio Grande e de São José do Norte, se colocar contrária a esse empreendimento, qual vai ser a postura do Ministério Público e qual vai ser a postura do IBAMA frente a essa questão? Vai ficar do lado do grande empresário ou do lado da sociedade? A pergunta foi mais par o Ministério Público e para o IBAMA.

**Jonatas Trindade:** A análise técnica vai ser feita em cima do estudo, então a equipe técnica vai se manifestar sobre a viabilidade ou não do empreendimento. Da mesma forma que tem gente favorável ao empreendimento tem gente contrária, o IBAMA tem que se posicionar tecnicamente, é o foco do nosso trabalho é esse, falar se tem viabilidade ambiental ou não, foi o que eu falei na minha apresentação. Se a equipe técnica avaliar que tem viabilidade ambiental, o IBAMA vai dar a viabilidade ambiental do empreendimento, caso contrário vai falar que não.

**Fabiane Fonseca:** A equipe técnica foi paga pela empresa?

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1046
Ass.: MFCA

**Jonatas Trindade:** Não, é paga pela sociedade. A equipe técnica é paga pela sociedade. É paga pelo recolhimento dos impostos.

**Membro do plenário:** Se a equipe técnica é paga pela sociedade não é a sociedade que tem que decidir então?

**Jonatas Trindade:** Nós vivemos uma democracia representativa, então o entendimento dessa democracia é que algumas pessoas tomam a decisão, se foi dado o direito minerário para ele, foi dado por uma autoridade que é chamada Presidente da República, então, sim, eu estou falando o que está na lei, então a questão da análise é feita com critério técnico com base na legislação vigente. É isso. O Ministério Público gostaria de se manifestas? O que eu estou falando é o seguinte, o juízo vai ser um juízo técnico, o posicionamento do IBAMA tem que ser técnico.

**Ministério Público Federal:** Antes de responder a pergunta eu gostaria de referir, em primeiro lugar com relação ao andamento da audiência pública, eu gostaria de chamar a atenção para necessidade de que se respeitem as intervenções, como foi o caso do estudante, o que se verifica, pelo menos na resposta o que me pareceu é que haveria um certo preconceito com a linguagem, com a aparência da pessoa, mas na verdade ele estava no direito de expressão e cabe ao IBAMA advertir se isso não é respeitado, porque isso é um espaço de livre expressão e também na própria condução da audiência quando uma pessoa suscitou uma questão de ordem para defender o direito de seu colega não foi considerado como questão de ordem que era justa, porque na verdade a presidência da audiência pública deve assegurar que isso ocorra. Isso vale para essa audiência e já fica como sinal para a audiência que virá amanhã.

**Jonatas Trindade:** Nós estamos tentando conduzir da melhor forma possível, a questão da intervenção, no próprio regulamente fala que não pode ceder o tempo para outro, a pessoa tem o direito de se inscrever e eu falei isso e registrei que a pessoa tem que se inscrever para poder falar, então considerando a presença de todos aqui, a gente tem que tentar respeitar o tempo, que é o que eu tenho tentado fazer e também respeitar a ordem de chegada das perguntas porque fica ruim para quem perguntou primeiro e chega outra pessoa para intervir e isso atrapalha a dinâmica da audiência.

**Ministério Público Federal:** Isso está corretíssimo, acho que está bem conduzida sob esse aspecto sem problema nenhum, só que foi uma questão de ordem que seria interessante ter sido recebida como tal. Bom, outra questão e dai avançando no que foi questionado, outra observação que eu faria com relação a exposição do projeto e do seus impactos, é que na verdade todas essas medidas que seriam propostas como mitigatórios, preventivas e compensatórias foram elencadas diretamente como programa disso, programa daquilo, então não há uma definição concreta do que realmente vai ser

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1047
Ass.: MFCA

proposto e não apenas pelo que pude sentir das respostas, não apenas na exposição aqui nos slides, mas se verifica que ainda o empreendedor, a sua equipe e essa equipe respondendo a questão presente ali atrás, alias, um belo texto a senhora produziu citou a equipe que elaborou o EIA/RIMA sim é remunerada pelo empreendedor, o senhor quando respondeu, respondeu sobre a equipe técnica do IBAMA, essa sim é integrada por servidores públicos e eventuais consultores contratados com recursos públicos. Agora a elaboração do EIA/RIMA é feita por equipe técnica contratada e remunerada pelo empreendedor. Outra questão, então, de acordo com o que se ouviu dessas propostas, esses programas não estão ainda suficientemente delimitados, me parece para se chegar, não sei, posso estar equivocada e essa é uma pergunta que faço então, infringindo a ordem, mas fui citada, no sentido de que se isso não está ainda concretamente delimitado para que se tenha a certeza, muito se falou em incertezas, em diversos aspectos, não me parece ser possível ainda um juízo sobre a real viabilidade ambiental sobre o empreendimento, não é? Então me parece que o EIA ainda, pelas dúvidas que foram suscitadas aqui, ele ainda padece de carências substanciais, porque somente em sendo demonstrado que aquele impacto assim constatado pode efetivamente ser reparado, mitigado, prevenido mediante tal e tal coisa que se faz assimassado e está comprovado que da certo neste ambiente e não em Mataraca, Mataraca sei lá, até pode servir dar, acredito no senhor quando diz que da, agora não sei se aqui isso. Foi experimentado? Então essas questões me parece que ai vem a resposta ao questionamento dirigido ao Ministério Público Federal no sentido de que o nosso papel é procurar fazer com que o licenciamento ambiental respeite que é previsto na legislação e uma das questões é essa, não é? Que a viabilidade, se atestada, seja atestada em bases firmes. E outra coisa que eu aponto é que se esses programas, na maneira como foram apresentados somente elencados ao nome do programa, isso não é informação que baste para uma participação informada na audiência pública, porque as pessoas aqui me parece que continuaram com as mesmas dúvidas, pelas perguntas que formularam, as incertezas não veio a resposta. Então vai a sugestão para o tema de casa que amanhã isso venha de forma mais consistente, não apenas um slide com diversos programas que a gente tonteia com as leiturinhas e não assimila, então concretamente o que é que é previsto para o impacto X e Y? Obrigada.

**Jonatas Trindade:** Eu peço desculpas em relação a minha explicação que eu acho que pode não ter sido suficiente como a Procuradora expôs eu estava falando da equipe técnica do IBAMA que vai realizar o estudo realmente e como ela mesmo falou e está correto, o estudo foi elaborado por uma equipe contratada pelo empreendedor.

**Fabiane Fonseca:** Eu tenho mais dois minutos né?

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1048
Ass.: MFCA

**Empreendedor:** Só uma observação, o detalhamento dos programas é algo que levaria um tempo desproporcional a disponibilidade. Nós tínhamos, o nosso corpo técnico tinha 40 minutos para apresentar toda a fundamentação e 22 programas e uma infinidade de subprogramas, então não existe tempo hábil para fazer essa apresentação. O que não quer dizer que o detalhamento desses programas não estejam detalhados no EIA/RIMA e não quer dizer que o detalhamento executivo desses programas que será objeto se nos for permitido ir à fase de LI, não quer dizer que o elemento executiva não vá ser feito detalhadamente, ele vai ser feito. Também nós não afirmamos em momento nenhum que o que acontece em uma situação árida do nordeste vai acontecer aqui igualzinho, é por isso que nós mencionamos aqui que nós temos as Universidades de Pelotas, FURG e etc., etc. todas elas conosco para gente desenvolver o que acontece se tu tiver uma pluviosidade muito mais alta, muita chuva, será que a recuperação vai ser a mesma? O que acontece se ao invés de ter Mata Atlântica tu tiver uma área de campo? Então essas coisas elas ensejam a necessidade de nós termos um detalhamento maior que está contemplado nessa parceria com as universidade locais que é quem melhor conhece a região. Seria deleidade nossa achar que nós vamos chegar aqui e vamos matar isso aqui com estudos aprofundados, isso leva anos para desenvolver esse tipo de tecnologia assim como levou anos lá no nordeste, levou anos na Austrália. Nós vamos trazer o melhor de lá mas precisamos adaptar e precisamos de profissionais do local para fazer. Se nós fizermos isso nós certamente vamos remunerar os profissionais locais para fazer um trabalho digno e um trabalho honrado. Obrigado.

**Fabiane Fonseca:** Prometo que vou ser rapidinha. Em relação ao que o senhor falou, da forma como se o senhor coloca parece que a decisão do IBAMA vai ficar do lado do empreendedor, porque parece que de acordo com os laudos que são feitos pelos técnicos pagos pela empresa, tudo está certo, tudo está perfeito e tudo vai ser solucionado, mas enfim, e dai a partir disso se libera as licenças e tudo mais, só que a minha concepção de laudo ambiental está além de bicho, planta, água e terra. Envolve também as comunidades que estão envolvidas e dai o senhor me fala em representatividade, que representatividade o senhor acha que tem aqui? É só gente engravatada e universitário. Como eu universitária vou decidir pelo agricultor e pescador, como? Se a gente não teve a capacidade e dai eu falo todos nós, universidade, IBAMA, empreendedor, se a gente não teve a capacidade de divulgar para as pessoas que estão envolvidas como que a gente vai vir aqui decidir a vida delas, como que o senhor vai vir aqui e dizer que vai pagar pra ele, quem disseque ele quer isso? Quem disse que ele quer que o senhor mude a vida dele? Quem disse que a gente precisa dessa extração? Se o senhor se importa tanto em sustentabilidade, que eu acho que não é verdade, mas se o senhor se importa tanto porque a sua empresa não visa lançamento de tecnologia sustentável? Não, o senhor visa lucro a curto prazo, que é o que a maior parte

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1049
Ass.: MFCA

das empresas querem. Desculpa se eu fiquei nervosa, mas a minha principal crítica é essa, a gente fala que nós estamos no espaço para discutir, para expor para comunidade e o que tem aqui é só gente de instituição: universidade, IBAMA, Prefeitura, poxa galera, vamos cair na real, quantos agricultores tem aqui? Quantos pescadores têm aqui? É fácil a gente vir aqui decidir a vida deles e ir pra casa e ficar no seu ar condicionado, enquanto eles não vão mais ter a Lagoa dos Patos para pescar e não vão mais ter a sua terra para plantar e ai, como vai ser? Poxa.

**Jonatas Trindade:** A questão é a seguinte, eu concordo com você, o problema é que a evolução do nosso país em relação a democracia e participação popular ainda é muito pequena. Eu concordo com você que o interessante é que viessem todos os impactados, participassem dessa audiência pública, eu espero que amanhã ele participem da audiência que vai acontecer lá em São José, porque é o momento de eles tirarem dúvidas e colocarem o posicionamento as dificuldades que eles vão enfrentar, os problemas que eles vão enfrentar, só que a gente não tem como obrigar a pessoa a vir, a pessoa tem que ter a vontade de querer participar né? Essa é a realidade.

**Fabiane Fonseca:** Uma coisa é ter vontade outra coisa é não ter tido nem divulgação né.

**Jonatas Trindade:** Divulgação houve gente.

**Fabiane Fonseca:** Que nem o moço falou, mandou o agricultor olhar no Google, poxa vida, fala sério.

**Jonatas Trindade:** Senhor Vinicius Puccineli, da FURG. Questionamento oral.

**Vinicius Puccineli:** Boa noite a todos e todas que resistiram, sou pesquisador do observatório de conflitos socioambientais do Rio Grande do Sul e antes de fazer minha pergunta e uma sugestão que eu tenho e revertendo palavras que foram ditas ai da mesa e eu peço que encarem com boa vontade e interesse também. E também queria inteirar que não estamos aqui por diversão, senhor. Bom, a Doutora Anelise Becker falou muito do efeito sinérgico, muito se falou da mesa mas pouco foi respondido, então eu trago alguns dados que observatório vem trabalhando. Estaleiro EBR, no RIMA feito pela empresa Polar, propõe no ápice de produção, 24 mil oportunidades de emprego. A mineradora no ápice da produção mais ou menos 1,8 mil empregos e o complexo eólico que nem foi colocado em questão. Analisando os últimos dados do IBGE, a população de São José do Norte é 27 mil, então se eu não estou errado, se as crianças de São José do Norte não começarem a trabalhar, vai ter que vir mão de obra de fora. Já foi perguntado isso aqui, mas pouco foi respondido. Senhores, bem objetivamente, o que será feito com a demanda da mão de obra? Que não é só demanda de mão de obra, é demanda de saúde, educação e infraestrutura que São José do Norte já sofre e os

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1050
Ass.: MFCA

empreendimentos. Bem objetivamente, por favor, porque algo muito parecido eu vi em Rio Grande, tudo que foi falado aqui como uma estratégia também foi falado em Rio Grande no Polo Naval e muitas coisas os riograndinos iam ganhar e ganharam, ganharam mais violência, mais pobreza, o aumento do preço dos produtos para subsistência, a maior falta de mobilidade e a única coisa que diminuiu foi o direito a moradia. Para que não se repita isso em São José do Norte, o que será feito? A minha sugestão vai agora diretamente para o seu Roberto que na sua exposição o senhor muito falou dos aspectos biofísicos, com uma linguagem até bem técnica, mas como estamos em uma audiência pública e os aspectos socioeconômicos foram passados muito rapidamente eu sugiro como tema de casa, também para amanhã que se de uma atenção maior aos aspectos socioeconômicos, porque se continuar tendo 37 minutos sobre as dimensões biofísicas e 3 minutos sobre os aspectos sócio econômicos eu posso supor que ou a equipe não domina o assunto ou tem algo que se aparecer não vai ficar bem visto.

**Empreendedor:** Muito obrigado pela sugestão. Uma colocação bem objetiva. Em termos de mão de obra, o que nós estamos fazendo. Nós estamos nos preparando agora para detalhar a próxima etapa. Nossa primeira medida foi contratar pessoas locais, pessoas de São José do Norte que se formaram aqui em Rio Grande, pessoas que ainda estão estudando aqui e que estão estudando e se preparando para detalhar a próxima fase. São pessoas que vão ter que ser treinadas nisso e elas estão se preparando para ter dúvidas para poder vir aprender com os profissionais que tem mais experiência; então isso é o que nós estamos fazendo. O que nós estamos antecipando, é que nós daqui até 2017 nós vamos ter uma demanda de 350 pessoas, 150 dessas pessoas serão pessoas com um grau de educação e de treinamento mais alto, são pessoas de nível superior e essas pessoas vão ter que ser treinadas por profissional e vão ter que fazer cursos de especialização, então a nossa intenção, assim como nós já começamos com uma pequena equipe, no momento que nós passarmos para a próxima etapa nós vamos contratar mais, nós temos algumas centenas de currículos no nosso arquivo de pessoas que tenham interesse de trabalhar conosco, essas pessoas elas vão ser enviadas para fazer treinamento em outros países, em outros locais, para visitar essas operações em outros cantos. Nós temos alguma coisa como 200 pessoas que vão estar trabalhando com manejo florestal. A nossa intenção não é de criar uma concorrência com a FLOPAL ou com outras empresas que aqui estão e que tem já capacidade instalada e uma capacidade de trabalho nisso, então o que nós pretendemos fazer é fazer uma parceria para que nós não fiquemos concorrendo pelo funcionário, para que nós criemos as oportunidades para que essas pessoas cresçam em um ambienta mais saudável que não tenha tanta competição no dia a dia. Então nós estamos fazendo o que nós podemos fazer para mitigar esse impacto, nós vemos hoje com tristeza que vários dos projetos que haviam sido programados para Rio Grande eles acabaram que não deram

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1051
Ass.: MFCA

tão certo, tem menos demanda do que a capacidade instalada, e nós vemos que talvez o desenvolvimento lá em São José também não tenha a velocidade que era esperada pela população. Então no momento que nós vemos com tristeza isso nós vemos com alegria que nós podemos ajudar a criar uma demanda para aquilo lá, para todo aquele pessoal que foi empregado, todo aquele investimento que foi feito para esse pessoal poder trabalhar no que eles foram treinados e no que eles querem fazer. Finalizando, nós estamos trabalhando junto com a comunidade, junto com os investidores para minimizar esses impactos, o tempo é muito curso para gente discutir isso. Muito obrigado.

**Vinicius Puccineli:** Bom, agora me dirigindo à comunidade, que aqui está né, bom eu trouxe alguns dados aqui, que eu como já foi visto aqui eu não sou PHD, mas são dados que estão aqui e acho que não é questão de título, porque muito das apresentações aqui dialogaram pouco com a realidade de São José do Norte, mas o que eu queria aqui talvez mostrar e que acho que ficou bem explicito com a resposta é que o empreendimento sim é de cima para baixo, esse dialogo com a comunidade é como foi o polo naval de Rio Grande fictício, não foi na verdade, mas as contradições de revelam a partir da realidade e a realidade está ai exposta. Obrigado.

**Empreendedor:** Vinicius, nós tivemos uma interface com a comunidade de São José do Norte bastante extensa. Nós tivemos mais de 2 mil morados que discutiram em detalhes conosco o projeto, tantos detalhes quanto lhes interessou, tá? Nós tivemos inúmeras reuniões, várias reuniões por semana durante vários meses e essas reuniões ao nosso ver atenderam a necessidade, o interesse que havia por parte da comunidade de interagir conosco. Nós estamos abertos, o nosso stand continua aberto, nós continuamos disponíveis a esclarecer o que for necessário. Obrigado.

Eu acho que eles não entenderam a questão da data que os contatos foram feitos, entenderam que seriam em 1989, se eu não estou enganado.

**Jonatas Trindade:** Eles estão falando da diferença das entrevistas e das reuniões, as entrevistas que foram feitas com os superficiários e o que o Bizzi falou da questão das reuniões que foram realizadas preparatórias para audiência pública. Acho que é isso a dúvida, não? Celso Eduardo Medeiros, Ventos do Atlântico SA, questionamento oral.

Celso Eduardo Medeiros: Boa noite, meu nome é Celso, eu sou representante da Ventos do Atlântico, Projeto Eólico em São José do Norte e a gente tem algumas diferenças de projeto, por exemplo, o nosso projeto só participa o proprietário que quer participar. Assina um contrato de arrendamento, é registrado na matrícula e é público. Ele sabe quanto ele vai ser remunerado, não tem que ler lei, não tem que ler nada, está bem tranquilo e discutido entre as partes. A minha dúvida aqui é pro IBAMA, exclusivamente. Foi dito que os dois projetos podem ficar no mesmo espaço e no mesmo tempo, eu tenho

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1052
Ass.: MFCA

dúvida e muita dúvida. Pela apresentação eu pude ver que até estrada some, ou é deslocada e eu fico imaginando um aero gerador, como é que vai ser e a competência do licenciamento em um é a FEPAM e no outro é o IBAMA e em ambos os projetos estão em fase de licenciamento como é o que IBAMA vai agir nesse caso? Ele vai se comunicar com a FEPAM?

**Jonatas Trindade:** Sim, no caso o IBAMA já oficiou à FEPAM com relação ao estudo do Projeto Retiro né, então eles podem registrar e informar em relação a existência de um outro projeto na mesma área e como nós estamos tendo essa audiência pública o IBAMA também pode provocar especificamente sobre esse projeto, isso é normal, isso é tranquilo de pegar e buscar essa resposta. E ai a questão da avaliação de projeto, dai vai avaliar e é possível ou não essa questão de coexistência. O empreendedor está falando que sim, então o IBAMA vai avaliar isso também.

**Empreendedor:** Celso, só para não me furtar ao comentário que tu fez de que hoje o superficiário ou proprietário sabe quanto vai ser remunerado, na minha opinião a certeza de que vocês tem de quanto vocês vão pagar ao superficiário ou ao proprietário é a mesma que eu tenho. A duvida é com relação a que tu acha que vai ser o preço de energia e o que tu acha que vai ser mesmo. Hoje tu não sabe qual vai ser o preço de energia para daqui a tantos anos, então é temerário tu dizer exatamente para o superficiário quanto é que ele vai receber, porque tu não sabe quanto tu vai ganhar. E a mesma incerteza que assola a mineração. Eu não sei qual vai ser o preço do minério daqui a tantos anos então eu não posso me alvorar a dizer exatamente qual é o valor que eu vou pagar pra eles. Essa é a incerteza que é inerente ao meu negócio e é inerente ao teu negócio.

**Celso Eduardo Medeiros:** Isso eu concordo, não temos como prever o valor d energia e do minério mas nós estamos correndo esse risco, nós assinamos com o proprietário e ele sabe exatamente o valor que ele vai receber e é público, está registrado na matrícula do imóvel dele.

**Jonatas Trindade:** Senhor Diogo Ortiz Machado, IFRS, Câmpus Rio Grande, questionamento oral.

**Diogo Ortiz Machado:** Boa noite a todos, senhoras e senhores, eu sou o Diogo Machado, sou Engenheiro Químico, sou Professor no Instituto Federal Ciência e Tecnologia aqui de Rio Grande e frente a todas essas riquezas que estão sendo discutidas, seja ela econômica, seja ela do conhecimento, eu me sinto impelido a questionar sobre a formação da mão de obra. Qual que é a função dos Institutos Federais é formar mão de obra para esses empreendimentos, é pra isso que ele existe e Rio Grande tem um padrão de empreendimento. Como é que é esse padrão, ele vem, explora, faz o seu negócio e acaba, e aqui não fica nada, foi com a indústria têxtil, depois foi com o peixe e talvez com o polo naval, não se sabe, e eu penso que um bom

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1053
Ass.: MFCA

investimento e uma boa politica desses empreendimentos é justamente investir na educação. É formar essa mão de obra e deixar ela aqui e fazer com que o povo Riograndino trabalhe no empreendimento. Em função de não ter tido tempo para as questões sociais, eu peço uma posição, uma opinião fixa sobre a questão da mão de obra e do profissional da região.

**Empreendimento:** Obrigado, Diogo. A nossa intenção é de treinar tantos profissionais locais quanto nós pudermos para atender toda a nossa demanda. Se houver disponibilidade de profissionais locais interessados de trabalhar conosco e ser treinados para operar nossos equipamentos, pra operar a nossa indústria, para operar o nosso negócio, essas pessoas serão muito bem vindas. A nossa principal demanda será em áreas de automação, de manejo florestal, na área de biologia, na área de engenharia florestal, são áreas diversas, então o nosso, uma das coisas que nos motiva é a busca por excelência, então provavelmente nós vamos ter que buscar treinamento para essas pessoas em outros centos universitários que vão fazer uma pós graduação, um treinamento específico e tal. Nós temos daqui até 2017 para fazer isso, então nós queremos trabalhar de mãos dadas, se centros locais, se instituições locais puderem nos ajudar nesse treinamento irão participar, se quando cair fora da linha de nós vamos buscar o que há de melhor para submeter esse nossos profissionais às melhores oportunidades. É o que eu posso dizer no momento.

**Diogo Ortiz Machado:** Está certo. Obrigado.

**Empreendedor:** Diogo, outra questão é a seguinte, todos esses programas ambientais que estão devidamente detalhados no EIA/RIMA abarcando todas as medidas mitigadoras, eles preveem vários monitoramentos durante muitos anos, durante a implantação e durante a operação, então isso também vai, como é que se diz, absorver uma certa mão de obra para o pessoal da região.

**Membro do Plenário:** Eu só queria manifestar o Professor, nós temos uma Escola Técnica do Programa Brasil Profissionalizado criado para São José do Norte para 600 vagas de Ensino Técnico- médio e 600 vagas para Ensino Técnico Superior. Essa escola ela está alinhada de que ela será operacionalizada ou pelo Instituto Federal de Educação com sede aqui em Rio Grande ou com sede em Pelotas, então esse vai ser o papel dos Institutos Federais na formação de técnicos lá em São José do Norte. Claro que nós não estamos preocupados unicamente com técnico para São José do Norte, mas essa escola deverá ser operacionalizada por um dos dois Institutos Federais. Então realmente vai ser muito importante a participação dos nossos Institutos Federais de Educação.

**Jonatas Trindade:** Só uma questão de ordem, a Sra. Eliziane Machado da Costa, solicitou que fosse adiantada a pergunta dela porque ela tem que pegar a barca. Vocês concordam que possa ela fazer a pergunta dela? Antecipar?

EM BRANC

DILIC/IBAMA
Fl. 1054
Ass.: MFCA

Pode, e qual é o nome do Sr.? Que amanhã vai ter audiência em São José do Norte.

**Eliziane Machado da Costa:** Boa noite a todos os presentes, gostaria de dizer meu nome, Eliziane Machado da Costa, sou estudante de direito, moradora de São José do Norte, nasci e cresci em São José do Norte, meus pais são agricultores, meus irmãos pescadores, vivo e convivo com isto, todos os dias, o que que eu vi aqui durante esta audiência? Muitos estudantes de biologia, ambientalistas, simpatizantes, botando contra a mineração, sendo que todos vocês vivem num mundo capitalista, vocês tem uma noção, passam uma ideologia para todos de anti-capitalista, mas vocês andam de carro, vocês tem celular, vocês vivem num mundo capitalista. Então assim, o que que eu acho? A colega como colocou ali antes que não tinha nenhum representante de São José do Norte, agricultor, e sou filha de agricultores, o Fernandinho é filho de agricultores e eu vou dizer para vocês o que é ser agricultor em São José do Norte, se pescador é rezar todos os dias para dar uma boa safra tanto de camarão quanto na agricultura, e rezar para dar preço gente, o que mais vocês querem. Eu sou mãe, eu tenho que sair de manhã cedo de lá para conseguir um emprego melhor em Rio Grande, para poder dar um futuro pra minha filha. É muito fácil para alguém que está na faculdade, que tem todas as vantagens, chegar aqui e botar contra uma empresa, o progresso tem o seu preço, não vamos ser hipócritas, mas o que que eu quero para o futuro da minha cidade? Eu quero que essa nova geração que esteja vindo, não precise sair de lá para trabalhar e para estudar, em tudo que é cidade que a gente vê se implantar qualquer empresa, vai ter os pontos negativos, é obvio, mas o progresso taí, e eu não quero ficar na idade da pedra e acredito que a maioria dos agricultores também não, tem muito agricultor, filho de agricultor que estão saindo das terras para ter futuro, vocês não sabem o que que é isso. Mas vocês saíram para ter um futuro melhor, eu não quero que a minha filha tenha que sair da cidade de onde ela nasceu. Eu só gostaria de dizer que eu sou a favor da mineração, sim.

**Jonatas Trindade:** Por favor respeite pessoal. Como é o nome da Sra.? a Sra Fabiane pediu direito de resposta porque ela acha que foi citada, não teve citação direta mas... Só um momento, deixa eu terminar, eu vou dar o direito dela falar mas vamos respeitar, todo mundo tem o direito de falar o que pensa, nós estamos em uma Audiência Publica para isso.

**Fabiane:** Eu sou filho de pescador mas meu pai é da colônia de Pelotas, por isso que eu vim aqui falar, e assim como tu eu sei o quanto é difícil, eu sei quanto eu tive que batalhar para entrar na universidade, eu sei quanta dificuldade eu tive que passar, desde meus 15 anos eu tive que sair de casa porque eu moro dentro dá água e eu não tinha como ir para a escola, não tem transporte público onde eu moro, só toma cuidado para dizer que eu não tenho propriedade para falar que assim como eu não conheço tudo o que tu passou,

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1055
Ass.: MFCA

eu tenho certeza que tu também deve ter passado por muita dificuldade, tu também não o que eu passei, e o que eu vim falar aqui , não é que eu não queira o progresso, eu quero o progresso sim, só que eu quero que o progresso seja nosso, eu não quero que o progresso fique concentrado na mão dos grandes empresários. Sinceramente eu te faço uma pergunta, essa instalação indo pra lá que nem foi o caso do polo naval, vai perguntar, eu já falei com vários trabalhadores do polo eles chegam a demitir 200, 300 trabalhadores por mês, tu acha que não é isso que vai acontecer? Eu quero o progresso para nós também, só que eu quero o progresso seja para todos e não que fique concentrado nas mão de grandes empresários, e sim, a gente vive no mundo capitalista mas não significa que a gente tenha que aceitar isso para sempre, não foi sempre assim e não precisa ser assim para sempre, pode ser uma utopia eu querer um modelo de vida diferente? Pode ser, mas eu prefiro viver na utopia e morrer sem alcançar alguma coisa do que eu viver me conformando e sabendo de todas as desigualdades que tem aí, sabendo que eu tive que batalhar muito e, não to dizendo que é meritocracia, mas eu sei que muitas pessoas não teve as oportunidades que eu tive, é só por isso que eu vim aqui falar. Não foi no sentido de menosprezar a tua vivencia, de menosprezar os pescadores, todo mundo quer ter um tablete, todo mundo quer ter um carro, não é essa a questão, a questão é que não são todas as pessoas que tem acesso a isso, ainda está concentrado na mão de poucas pessoas, e é contra isso que eu luto e não para agente viver na idade da pedra, desculpa se tu me entendeu mal, mas assim como tu eu também sou filha de gente que batalha muito, meu pai é pescador e depende dos catarina resolver o quanto eles querem pagar o quilo do camarão deles na safra, quanto os catarina querem pagar na tainha dele. Só isso assim.

**Eliziane Machado da Costa:** Bom, o que eu quero deixar claro aqui, o progresso vai trazer empregos é obvio que não só diretamente, até mesmo porque tem que trazer mão de obras especializadas, mas isso vai acarretar em empregos indiretamente, algum outro colega colocou projetos para aumentar a infraestrutura de São José do Norte, isso eu não acredito que caiba para a Rio Grande Mineração.

**Jonatas Trindade:** Por favor, se o Sr. quiser se pronunciar se inscreva para não tumultuar a audiência. O Sr. Luiz Compiani.

**Luiz Compiani:** Boa noite a todos, eu gostaria de fazer algumas colocações antes de apresentar minha pergunta. Primeiro eu sou jornalista a 34 anos, eu iniciei minha carreira eu também tinha a utopia que vocês tem quando era estudante da PUC – RS, essa utopia que eu tinha terminou nos 14 anos que eu trabalhei como jornalista em Brasília, não vem com conversa mole de energia eólica, porque eu sei como é que acontecem estes leilões no Ministério de Minas e Energia, vocês não vão atrás dessa energia eólica, porque só quem morou em Brasília sabe o que acontece em Brasília. Outra coisa, eu iniciei

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1056
Ass.: MFCA

minha carreira profissional no litoral norte do Rio Grande do Sul onde a silvicultura só trouxe o enriquecimento de duas pessoas que que é do meio sabe Péricles Duque e a família das tintas Rener, os Hermann, foram as únicas pessoas que enriqueceram com a silvicultura lá, o que que acontece com Pinhal e Cidreira, que eu morava lá na década de 80, trouxe marginais para trabalhar, exploração infantil, exploração das crianças que iam para as carvoarias fazer carvão daquela madeira que eles produzem dos pinus que tiram a nossa água, tanto é que em Rio Grande desistiram deste projeto, então o que eu quero dizer é o seguinte, o importante é o seguinte, que nós temos que infelizmente deixar esta nossa utopia, para finalizar e encaminhar minha pergunta, eu tenho um professor da universidade que hoje é Secretário Estadual da Comunicação do Governo do Estado, Claudio Thomas, que durante 20 anos ele foi Editor Chefe do jornal da RBS em Santa Catarina, e eu comecei a cobrar dele coisas que ele tinha ligação da política, porque ele hoje é secretario do governo do estado, sabe o que ele me falou quando eu questionei ele sobre as coisas que ele me ensinou lá em 1980, ele disse Luiz pega tudo que eu te ensinei e rasga porque nós vivemos em um mundo capitalista e nós temos que ganhar dinheiro infelizmente. Agora o que eu quero colocar é que eu tenho um programa de rádio lá que eu encerrei nesta sexta-feira passada e me trouxe muitas preocupações, primeiro com a EBR eu não estava aqui para ver todo o processo, a RGM é muito mais aberta que a EBR porque eu tô tentando entrevista pessoas da EBR e não consigo, e para finalizar eu perguntaria o seguinte: o que vão fazer pela comunidade? Porque olha basta de prostituição infantil em São José do Norte, então o que eu quero que a RGM forme a mão de obra lá em São José do Norte e que também dê oportunidade para aqueles jovens, para aquelas pessoas porque eu vou dizer uma coisa a EBR trouxe um desserviço para o município.

**Empreendedor:** Muito obrigado Luiz, com relação à formação da mão de obra, nós todos já fomos mais jovens, a formação de mão de obra o que nós estamos tentando fazer é nos estruturarmos, para estar em condições de implantar e trabalharmos de uma maneira boa em 2017 demos aqui alguns exemplos de como nós estamos contratando pessoas de São José do Norte, que queiram voltar, nossa intenção é de intensificar este nosso esforço. Nós identificamos primeiro um grupo muito pequeno que está conosco, nós temos já mapeado uma quantidade grande de candidatos de vários campos do conhecimento que querem voltar para São José, e nós fazemos questão de investir nesse pessoal, não é investimento a curto prazo nós temos daqui até 2017 para que esse pessoal comece a produzir, mas para nós vale a pena a longo prazo, isto paga qualquer tipo de treinamento que a gente poder dar para este pessoal, nosso é um compromisso honesto sincero de desenvolver os profissionais da área, os valores as pessoas que nós temos interagido tem nos surpreendido muito pela inteligência, pela força de vontade, a vontade de

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1057
Ass.: MFCA

crescer. Muito obrigado Luiz pelos comentários positivos que fizeste da mineração.

**Jonatas Trindade:** Agora os questionamentos do Sr. Daniel Godoi, questões de riscos ambientais e sociais, Sr. Daniel por favor.

**Daniel Godoi:** Primeiramente uma boa noite a todas as pessoas presentes, lamento muito que a maioria já tenham, em função do horário avançado, se reiterado. Gostaria de fazer um pedido a mesa, presidência da mesa, que eu protocolei por escrito também uma série de perguntas, que amanhã quando for aberto o momento, o horário da plenária da audiência de questionamentos que estas questões fossem lidas ao público, e ao empreendedor. Também gostaria de pedir posicionamento formal dos representantes das Universidade Federal do Rio Grande e da Universidade Federal de Pelotas, porque uma vez que elas estão sendo invocadas continuamente dentro dos discursos dos textos que nós temos estudados com muito cuidado com muito afinco, só que oficialmente as Reitorias e seu corpo cientifico como um todo não tem uma posição, tem a posição de determinados grupos que apoiaram que trabalharam junto, colaboraram com os trabalhos. Com relação às comunidades de São José do Norte, eu sou Geógrafo, sou morador do interior, moro numa comunidade tradicional, pertenço a uma sociedade, uma associação local, a recepção não foi boa do projeto, então eu creio que ele vai precisar ser muito mais discutido em outras séries de Audiências Públicas que eu já gostaria de solicitar ao IBAMA e ao Ministério Público. Há uma série de questões técnicas que eu avançaria que não há tempo, eu como profissional com o tempo dos dias que foram vistos eu não tive como preparar nada, com as outras pessoas que estão em rede estudando o material também não conseguiram preparar, então nós gostaríamos de ter uma outra oportunidade no tempo que seja estipulado pelo IBAMA, pelo ministério Púbico, pelos órgão competentes, para a gente poder estar discutindo. Outra questão que eu gostaria de perguntar é se tem como ser promovido um fórum especifico, promovido pelas universidades para discutir com seu corpo de estudantes e pesquisadores, as comunidades universitárias como um todos as questões desse processo. É um processo extremamente complexo, a gente sabe que o corpo técnico do IBAMA tem alta qualificação, mas nós temos também a questão da especificidade do nosso ambiente, das nossas comunidades, a questões arqueológicas, há uma série de questões que podemos elencar mais um volume de questionamentos e perguntas que estão abertos. Não acho que é uma questão de jogo de futebol para dizer se eu sou contra ou a favor, mas eu acho que é uma questão de discutir, inclusive a questão pedagógica do próprio processo, eu acho que a gente a oportunidade de estar avançando em processos de licenciamentos de empreendimentos tão impactantes que ao mesmo tempo, pelo que é mostrado e como é mostrado até trazer benefícios para o meio ambiente. Então eu tenho uma série de questões, outra questão também que eu acho muito relevante é

EM BRANC

DILIC/IBAMA
Fl. 1058
Ass.: MFCA

que nossos títulos não legitimam nosso status de falar a verdade. Finalizando, neste sentido gostaria de dizer que o que valida os relatórios técnicos são as avaliações pelos pares e não as titulações ou assinatura de determinado corpo de pesquisadores, então nesse sentido que não é. Então são essas perguntas que estão por escrito e se tem viabilidade estas solicitações que eu fiz.

**Empreendedor:** Me desculpe eu não entendi, a tua opinião não vale pelo titulo vale pelo quê? Pode me explicar por favor?

**Daniel Godoi:** Sim, a minha colocação é bem precisa o status de verdade que vai, enquanto sociedade, para nossa leitura interpretar, se o que é colocado dentro de um estudo não é a qualificação da expertise dos profissionais, mas sim a avaliação dos pares de profissionais como um todo, aprendo isso na academia e creio que para a sociedade isso também é valido.

**Empreendedor:** Perfeito, Daniel para ser bem honesto eu acho que está meio tarde e eu to meio, enfim, mas é o seguinte, nós procuramos sempre no nosso trabalho ter sempre os profissionais mais qualificados, mais renomados, com maior respeito dentro daquela área. Quando nós procuramos o pessoal lá de Pelotas, para discutir o PRAD, o nosso problema era como nós iríamos desenvolver a nitrogenação do solo, e para a minha surpresa que tinha um Professor com pós-doutorado em feijãozinho, e é um cara que realmente que sabe muito deste assunto, não é por ser pós-doutor mas é um cara que sabe muito do assunto, então nós procuramos sempre ter a pessoa mais apta e mais interessada em discutir aquele assunto, independente se a pessoa é biólogo, é agrônomo, o que for, eu nunca fui restritivo em termos de qual é a graduação, para mim é o expertise da pessoa e o interesse da pessoa em fazer aquilo, tem muita gente que não se interessa, tem outro interesse. Quanto ao fórum de discussões, nós criamos uma série de discussões com vários grupos, varias universidades , eu tenho apresentado em varias universidades, o Aureliano fez apresentações em varias universidades, nós temos discutido com todo mundo que apresenta meia vontade de nos ouvir, muitas vezes nós temos ido a sindicatos, a vilas, a comunidades mais distantes sem sermos convidados para apresentar o projeto e discutir. Então este fórum de discussão é bem vindo, se quiser discutir alguma coisa, nós nunca esgotamos este assunto, bem vindo nos procure no nosso estante, nós vamos ver o que nós podemos fazer para tranquilizar o teu espirito a o que foi proposto aqui.

**Daniel Godoi:** A pergunta do sentido se é viável a questão da organização do fórum promovido pelas universidades, não é para o empreendedor mas é a universidade discutir enquanto comunidade científica tudo o que já foi apresentado pelo empreendedor. Claro que o empreendedor faz parte do processo, mas não é esse o sentido da pergunta.

**Jonatas Trindade:** As pessoas que elaboraram o estudo, elas tem um cadastro junto ao IBAMA e elas respondem pelo que elas prestam, que aí por

EM BRANCO

1059

meio deste cadastro, se houver alguma coisa inverídica elas podem ser processadas por crimes ambientais. Por isso é importante a responsabilidade, é claro que a universidade pode participar e pode contribuir nesse processo, ela pode encaminhar como solidariamente como acontece em outros processos de licenciamento, ou os professores que sentir vontade de contribuir encaminhara ao IBAMA questionamentos ou contribuições da análise do estudo, mas legalmente quem responde pelo estudo é o empreendedor e a equipe que elaborou este estudo, por isso que existe este cadastro o cadastro técnico federal.

**Daniel Godoi:** É nesse sentido que eu refaço a pergunta: se há a viabilidade de um caminho alternativo a este.

**Jonatas Trindade:** Este é o caminho legal, ah sim, 15 dias uteis, a partir da realização da Audiência Publica, mandar os questionamentos do IBAMA, aí você pode protocolar em qualquer unidade do IBAMA, e aí vai para Brasília, tem o endereço no site do IBAMA ou pode mandar uma carta diretamente para o IBAMA Brasília que o processo é conduzido por lá, tem apoio da equipe do núcleo aqui do Rio Grande do Sul mas é conduzido lá por Brasília. Sr. josé Medeiros Correa – técnico em meio ambiente – PRONATEC – ANHANGUERA – questionamento oral. Ele se encontra? Sr. Vagner Silveira Secretário de Meio Ambiente do município de Rio Grande.

**Vagner Silveira:** Boa noite a todos, quero primeiramente me apresentar. Sou Vagner Silveira, sou biólogo, estou Secretário Adjunto de Meio Ambiente de Rio Grande e quero parabenizar o IBAMA na pessoa do Jonatas pela condução dos trabalhos nesta audiência que é de folego, estamos a mais de cinco horas aqui. Eu quero dar ciência a quem está presente que uma cópia dos volumes do Estudo de Impacto Ambiental, encontram-se na Secretaria do Meio Ambiente, localizada na rua General Bacelar, 503, dúvidas que eventualmente não sejam sanadas hoje podem ser consultadas lá e sanadas, ou eventualmente reafirmadas, haja vista que tem um corpo de EIA que somam milhares de páginas, também para fins de transparência eu comunico a todos que houve uma provocação por parte do órgão ambiental federal o IBAMA para que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o órgão ambiental municipal, se manifeste com relação ao EIA que foi apresentado, e de acordo com o prazo solicitado pelo IBAMA esta manifestação poderá ocorrer até meados janeiro de 2015, então até esta data deverá chegar uma manifestação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio Grande a divisão de licenciamento do IBAMA, e o fato, de acordo com esta provocação o fato de o EIA estar sobre análise do corpo técnico da Secretaria do meio Ambiente é o que ensejou a secretária, Dra. Miriam Balestra – Secretária de Meio Ambiente do Rio Grande, solicitou ao Conselho Municipal do Meio Ambiente que prorrogasse qualquer manifestação com relação a eventual destinação de recursos de destinação de recursos de compensação ambiental, até que se tivesse esta manifestação do

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1060
Ass.: MFCA

órgão ambiental concluído e eu coloco isso, faço este registo, houve uma manifestação neste sentido no inicio da audiência. E por fim eu gostaria de dizer que eu gostei muito de participar, especialmente pela riqueza das manifestação aqui presentes as quais eu considero elas todas plenamente legitimas e plenamente justificadas haja vista que é uma proposta de investimento de grande envergadura e que pela sua própria é causadora, é potencialmente causadora, de grande impacto ambiental, um processo delicado e em uma região que socialmente e ambientalmente é muito delicada, eu considero natural, eu considero muito frutífero, que os debates sejam acalorados nestes momentos e , haja vista, também concordando com algumas manifestações, trata-se de uma proposta que não está consolidada e poderá ter sua viabilidade ambiental atestada ou não. Era isso agradeço a atenção.

**Jonatas Trindade:** E o IBAMA encontra-se a disposição. Se houver problema ou dificuldade em relação ao prazo para manifestação eu solicito até que vocês solicitem um prazo adicional, para poder manifestar a contribuição de vocês, porque é importante a contribuição da secretaria.

**Vagner Silveira:** Eu tenho um questionamento bem pontual, na parte mais técnica que tem gerado alguma dúvida na parte do corpo técnico. É que critério que foi utilizado, exatamente que critério foi utilizado, para diferenciar entre duna e entre campos arenosos, já que eles tem um significado grande, na divisa que duna é APP e campos arenosos não é, e pergunto ao órgão ambiental se á existe um esclarecimento disso na parte do IBAMA ou se isto ainda está para ser analisado no EIA.

**Jonatas Trindade:** Isto está por ser analisado. O empreendedor gostaria de falar sobre este aspecto, responder, rapidamente.

**Empreendedor:** Bom, antes de mais nada é importante deixar claro que o próprio estudo levanta esta questões porque dependendo do meio tratado existem abordagens diferentes. Então não existe um consenso sequer de diferentes meios, então aquilo que para algumas pessoas se chama de dunas pra outras pessoas, tecnicamente, isso são campos arenosos, existe diferenças então o que foi feito foi: cada um dos meios foi detalhado o porque para aquele respectivo meio, naquele respectivo campo de conhecimento, considera-se aquilo como uma duna ou considera-se aquilo como um campo arenosos, tem muito a ver com o componente eólico, ou seja, maior componente eólico é geralmente é duna, menor componente eólico com deposição de regressão marinha , são campos arenosos, mas isso do ponto de vista inclusive de vegetação, por exemplo existe toda uma tratativa diferente, então assim, no inicio da introdução dos diagnósticos inclusive é dedicado uma parte de esclarecimento com relação a essas diferenças de abordagem, mas para cada um dos meios, para o foco do seu meio de estudos, estas diferenças não interferem e o que é importante ter o esclarecimento é que

BIBLIOTECA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1061
Ass.: MCA

independente da questão de APP a mineração ela é permitida, inclusive em regiões de APP, então não é uma questão de tá mapeando, não, é uma questão de diferenças de interpretação e analise, pelos diferentes profissionais, e as vezes até mesmo dentro de uma mesma área existe diferenças entre profissionais que tenham uma opinião geológica, geomorfológica ou não. Mas tudo isto está colocado lá e quais foram os parâmetros utilizados e isto não interfere nas analises e na avaliação dos questionamentos.

**Jonatas Trindade:** Sr. Vagner respondeu os questionamentos? Como é que é? Porque o tempo terminou né, só se restou dúvida, restou dúvida ou deu para explicar? Está ok. Sr. Caio Floriano dos Santos – Observatório dos Conflitos do Estremo Sul da FURG – questionamento oral, Por favor Sr. Caio

**Caio Floriano dos Santos:** Boa noite a todos, devido ao adiantar da hora eu vou ser extremamente rápido. E já fica o alerta que esta audiência públicas estão ficando cada dia mais cansativas o processo de licenciamento tem se tornado cada dia mais cansativo, mais marcado, e eu poderia citar aqui um monte de licenciamentos aonde o IBAMA emitiu um parecer contrario e o licenciamento aconteceu e eu poderia ficar aqui explanando já que a área que eu estudo. Primeiro eu gostaria de levantar uma preocupação das lanchas, uma vez que a última para São José do Norte é a 00:30 e a última de São José do Norte para cá, salvo muito engano, é às 11:30, então a gente tem um grande problema que não foi pensado para a Audiência Pública, que é a lancha que é um problema histórico da travessia de São José do norte para Rio Grande, esse é um grande problema que tinha que ter sido pensado também, quem sabe com a arrendatária ali da lancha, quem sabe um horário extra, mas já que não foi fica a preocupação para amanhã quem sabe consiga se viabilizar isso. A primeira questão, não é uma questão e sim é só uma afirmação, existe uma grande discrepância entre os 8 volumes do EIA/RIMA e o RIMA, não é, tu reduzir mais de 2000 paginas pelas minhas contas em 70 paginas é extremamente complicado, e o RIMA lembro eu, lá das minhas aulas de graduação, deveria ser o estudo mais simples para que a população em geral tivesse acesso e entendimento do empreendimento, o que não acontece aqui, vou dar um exemplo, ali não tem, a medição do RIMA da duração do impacto, se ele é permanente se ele não é, porque é uma questão importante para tu analisar o impacto, não é simplesmente dizer que vai ter impacto que vai ter programa para mitigar, mas qual é a duração e a permanecia dele. Para que quem está lendo, principalmente pelo RIMA, que é um documento de fácil acesso, consiga visualizar os reais impactos do empreendimento, não é. O segundo ponto é que o EIA, não existe a possibilidade de implementação, a possibilidade está lá, está dizendo só a parte econômica, que é uma questão que tem que ser incorporado com todos os estudos de impactos ambiental a regulamentação, não li, porque não consegui ler a fundo porque são 4 volumes densos e grandes, e de complicado acesso, o Vagner disse que está na

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1062
Ass.:

secretaria mas para tu ler aquilo lá, eu vou ter que passar dois três meses eu acho dentro da secretaria do meio ambiente se ele me emprestar a chave e eu puder dormir lá dentro, mas eu baixei pela internet pelo site do IBAMA e estou tentando ler na medida do possível, levantar a questão dos impactos em comunidades tradicionais, principalmente qual é o impacto na lagoa dos patos?, entender qual é o impacto na comunidade pesqueira? Quais os impactos ambientais negativos permanentes? Porque lá fala dos impactos que o socioeconômico é permanente mas não explicitar isso. Qual é o tempo de recuperação ambiental da lavra? Qual é a garantia da efetividade disso? Isto é importante, não é simplesmente dizer que vai recuperar, mas a efetividade da recuperação e já trabalhei com a recuperação de dunas e tem um mapa lá atrás do parcelamento do município de São José do Norte em três mineradoras, inclusive a área da oceano atlântico pertencendo a RGM mineração, como é isto? É o mesmo grupo? E é isso, obrigado e boa noite.

**Empreendedor:** Obrigado Caio, eu acho que em termos de impactos, em tempos de recuperação das dunas, o que tem acontecido e nós temos observado lá em Mataracas, 18 meses que o pessoal leva para recuperar, então nós estamos prevendo que nós vamos levar 2 anos, então nós estamos prevendo que nós vamos levar 6 meses de margem de erro para recuperar e depois conforme foi colocado aqui nós damos um período de monitoramento para isso para garantir que vai acontecer tudo certinho. Então todo esse processo de recuperação e processo de monitoramento a gente quer ter a participação da comunidade para ver o impacto que está causando, às vezes tu pode ter uma situação em que acesso a área que está sendo prejudicada e etc. etc. então a gente quer ter um canal de comunicação. A história das três mineradoras, não são três, é uma só, o que acontece é que o Ministério de Minas e Energia passou por um período aonde eles não estavam realizando, alguns anos, ainda está meio congelados quando nenhum pedido estava em processo de moratória, uma expectativa de mudar o Código de Mineração, então o MPM paralisou tudo e eles não fizeram as transferências solicitadas, elas estão na fila assim como milhares de outros pedidos estão na fila e é questão de procedimento, tu vai ver que tem FINESA que é a empresa que nos vendeu os direitos minerais, todos os tramites foram registrados adequadamente, é uma mineração só, e o nosso objetivo é lavrar Retiro, é isso que está sendo licenciado e nós temos que o tempo de recuperação de dunas ele vai ser alguma coisa entre dois anos e isso pode ser menos, nós esperamos que seja menos, mas nós estamos nos dando esse prazo. Tem alguma questão que ficou pendente? Tem uma que eu não entendi direito.

**Caio Floriano dos Santos:** Só quando as comunidades tradicionais, eu falo comunidades tradicionais aqui principalmente os pescadores da Lagoa dos Patos, desde que a lavra, a área da mineração uma parte faz fronteira com a Lagoa dos Patos e a outra vai fazer ao norte com a questão das dunas e

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1063
Ass.: mfCA

oceano. Qual o impacto isolado, quer dizer isolado, tem outras questões, vai ter o deslocamento de caminhões, por onde vai escoar, se é só pela BR 101 ou se vai ser pelo porto, então vai acabar tendo impacto dentro da Lagoa, então qual é esse impacto? Porque o pescador ele já vem sofrendo a décadas e décadas com o declínio da sua atividade graça a vários empreendimentos que vem sendo colocados um em cima de outro, então é isso. O RIMA, me desculpe ele é necessário colocar uma linguagem mais simples, ele ainda não está ao meu entendimento, mas eu acho que tu saber o tipo de impacto, a duração, tu saber se ele é irreversível, permanente, isso é importante para quem está vendo, porque aquilo ali muitas vezes vai ser o único documento, é só um mapa, mas é...

**Membro do Plenário:** Toda a área de São José do Norte está loteada em três mineradoras.

**Caio Floriano dos Santos:** Em três mineradoras, mas é só uma mineradora, então, tudo certo. Muito obrigado, e eu não voltarei a fazer questionamento mesmo que não for respondido, qualquer coisa farei amanhã.

**Jonatas Trindade:** É bom responder a questão da sócio economia, quem é que pode responder?

**Empreendedor:** A questão da sócio economia houve um afastamento da Lagos dos Patos, se não me engano de 150 metros para não influenciar as margens da Lagoa que poderia afetar os pescadores.

Bom, eu acho que um aspecto importante foi que primeiro algumas premissas foram adotas ainda na etapa de planejamento que já visavam com base no levantamento de alguns questionamentos que surgiram em outros projetos de licenciamento anteriores essas preocupações com aspecto de ambiente aquático, da água que foram levantadas premissas de projeto que era, a questão de não intervenção do banhado, no estreito, manutenção daquela faixa de distanciamento da praia, então essas premissas já delinearam o planejamento do potencial de aproveitamento dessa área, então já começou com esse primeiro delineamento. Depois foram feitos diversos estudos com relação a cunha salina, que é a preocupação que tenha esse risco, ou preocupação das pessoas de intervenção da cunha e os estudos determinaram as distancias de projeto que deveriam ser respeitadas e elas estão sendo respeitadas nessas distancias, então existe um distanciamento das áreas de banhado, existe um distanciamento das áreas de lagoa e da faixa de praia e pelos estudos não foi demonstrado qualquer risco desta intervenção ou automaticamente alteração da qualidade da água e interferência sobre a questão da pesca já que esse ambiente aquático é a base para toda reprodução de peixe, camarão e etc. então essa é uma premissa e os estudos apenas reafirmaram algumas premissas técnicas. Então existiam diretrizes e depois foi afirmado algumas diretrizes e limitações técnicas.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1064
Ass.: MFCA

Jonatas Trindade: Senhor Marcelo Corrêa, se encontra? Wilian Cesar, comunidade, senhor Wilian Cesar? Dione Luz, Senhor Dione? Terminaram os questionamentos, tem alguém que gostaria de fazer mais algum questionamento? Então só relembrando que amanhã ocorrerá audiência em São José do Norte, como já foi dito: por um prazo de 15 dias úteis, a contar da data da realização dessa audiência Pública o IBAMA receberá comentários, manifestações e sugestões que serão anexados ao processo de licenciamento ambiental. Tem mais algum questionamento? Não havendo mais questionamentos registro que os questionamentos aqui apresentados, a fita de gravação, a ata sucinta aqui lavrada e a ata transcrita, de acordo com o regulamento serão incorporados ao processo de licenciamento ambiental. Às 00horas e 12 minutos do dia 04 de dezembro de 2014, eu Jonatas Souza da Trindade, Coordenador de Mineração de Obras Civis, declaro está audiência pública válida para a instrução do processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento Projeto Retiro. Boa noite e muito obrigado pela presença de todos.

EM BRANCO

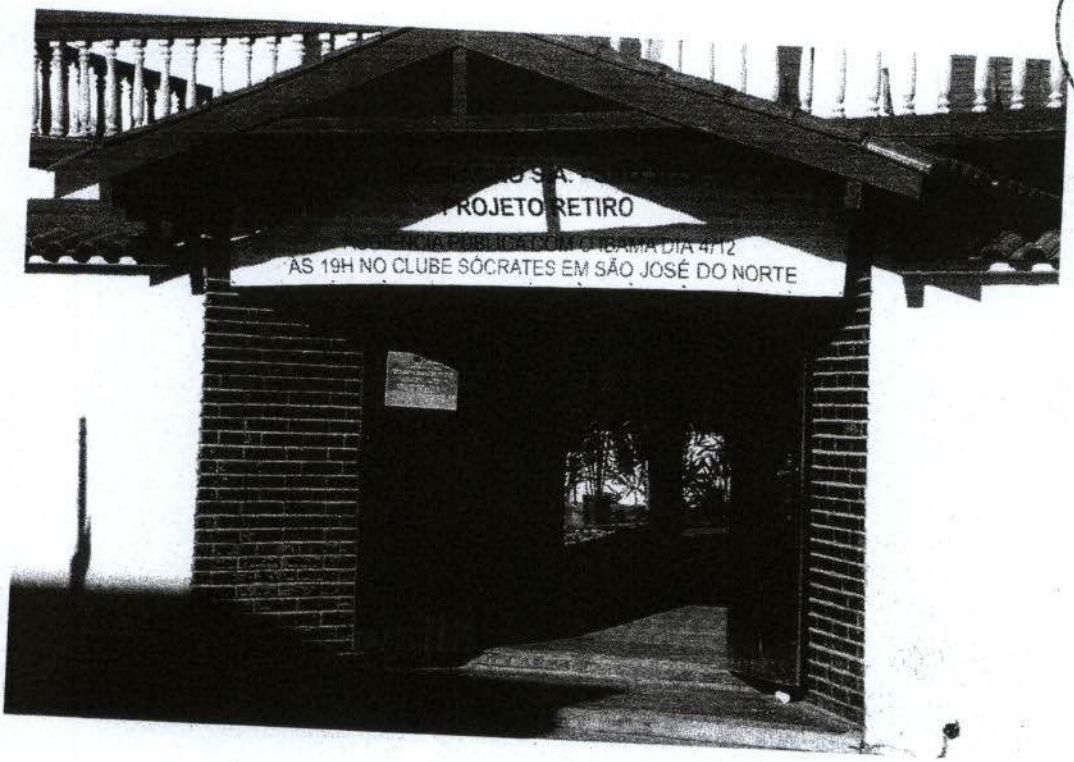
DILIC/IBAMA
Fl. 1065
Ass.: mfCA

# FAIXAS

# RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE

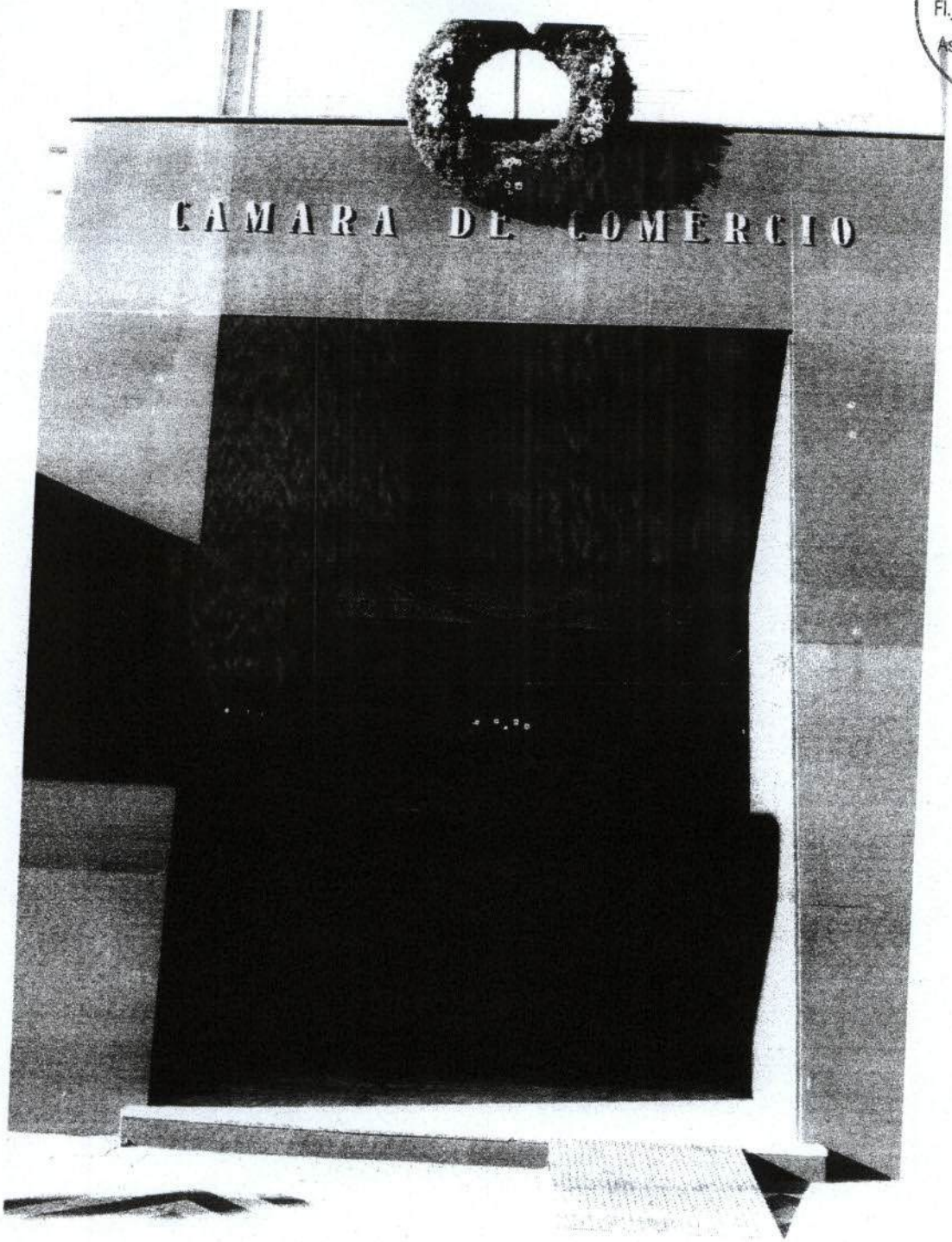
EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1066
Ass.: mfCA



EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1067
Ass.: MFCA



EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1068
Ass.: MFCA

# PUBLICAÇÃO EM JORNAL

# RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE

EM BRANCO

QUINTA, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

RIO GRANDE • ANO 40 • Nº 11.012

R$ 1,50

■ GERAL

Sistema de monitoramento da qualidade do ar do Município já está em funcionamento

Página 4

10%

■ GERAL

Foto: Leandro Carvalho/AA

# AGORA

O JORNAL DA TERRA • www.jornalagora.com.br

DILIC/IBAMA
Fl. 1069
Ass.: MCA

EM BRANCO

# São José do Norte

MOACIR RODRIGUES

## Calendário Oficial de Eventos Municipais foi aprovado por unanimidade

Após sugestões e ajustes, o Calendário Oficial de Eventos do Município foi aprovado, por unanimidade, pelos integrantes da Comissão de Tu- técnica sobre o calendário, mostrando os eventos programados para o Município, com seus respectivos períodos de realização. Jea- ganizadora de eventos evangélicos; integrantes da Casa do Poeta Brasileiro (Poebras); da Apae; da Colônia de Pescadores; do CTG lendário trará a listagem de festividades e eventos programados, como festas religiosas, culturais, filantrópicas, sociais e esportivas, que

### Retificação

Em nossa edição de ontem, informamos que a audiência pública da Rio Grande Mineração (RGM), em Rio Grande, estava marcada para terça-feira, dia (2), quando em verdade a audiência aconteceu ontem na Câmara de Comércio. Já a audiência marcada para São José do Norte está confirmada para hoje (quinta-feira) às 19h, no Clube Sócrates.

DILICIBAMA
Fl. 1070
Ass.: MFCA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1071
Ass.: mfca



QUARTA, 3 DE DEZEMBRO DE 2014 R$ 1,50

AGORA

O JORNAL DO SUL • www.jornalagora.com.br

AVENTURA

SEGURANÇA
Quatro são presos com motos furtadas

EM BRANCO

AGORA

# São José do Norte

NOACIR RODRIGUES

## Audiência pública trata da exploração de minério no Município

Nesta quinta-feira (4), estará acontecendo audiência pública referente ao projeto de mineração em São José do Norte, que será executado pela Rio Grande Mineração. A primeira audiência aconteceu ontem (2), no auditório da Câmara do Comércio, em Rio Grande, e a segunda (amanhã) terá por local o Clube Sócrates, às 19h.

O responsável pela implantação do Projeto Retiro, engenheiro César Augusto Braga Dias, está convidando a comunidade nortense a comparecer à audiência devido à importância da iniciativa, que terá investimento inicial de R$ 800 milhões e vai gerar 1.500 empregos diretos nos dois anos de implantação, sendo que na estatística mundial, para cada emprego direto na mineração são gerados dez indiretos. Na operação, prevista para acontecer em 2017, serão gerados 350 empregos diretos, sem contar a movimentação na prestação de serviços, fretamentos, aluguel de equipamentos, atividades ligadas à saúde e segurança do trabalho, todas terceirizadas. As operações de mineração estão previstas para durar entre 20 e 30 anos e também será em São José do Norte a localização da planta de separação mineral, que não utilizará produtos químicos.

**"Projeto é seguro e não prejudicará nenhuma outra atividade econômica"**

César Braga faz questão de esclarecer que o Projeto Retiro "não vai influenciar os projetos em andamento no Município. O empreendimento minerário que está em licenciamento é sólido e vem para somar, não para diminuir, e não vai atrapalhar outros empreendimentos ainda em fase de estudos".

Conforme o engenheiro da RG Mineração, "nas audiências teremos a oportunidade de esclarecer todas as dúvidas e mostrar que o empreendimento é plenamente recuperável dentro das melhores práticas. Já existe um empreendimento premiado no Brasil que utiliza o mesmo tipo de recuperação, que é o da Millenium, em Mataraca, na Paraíba". Braga Dias lembra que a RG Mineração, desde julho deste ano, implantou um ponto de informações para a comunidade na área central de São José do Norte. "São José do Norte tem potencial em diversas áreas e é interesse do Município aproveitar esse potencial. Nosso empreendimento é seguro e não prejudica nenhuma outra atividade econômica", conclui o executivo.

## 1º Festival de Esporte Educacional mobiliza escolas

Sol quente, grama aparada e ar fresco. Nada convida mais um atleta para o desporto que a combinação primordial da natureza encontrada na manhã deste último sábado (29), no pátio da Escola Municipal Monteiro Lobato, que como boa anfitriã, recebeu os colegas da E.M. Marechal Rondon, no primeiro Festival de Esporte Educacional de São José do Norte. O evento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec) foi realizado com a união de várias instituições, que [illegible] para que tudo fosse professores, coordenadores pedagógicos e direção das duas escolas distribuíram os alunos em quatro bases de atividades, com dez minutos de duração cada, que estimulavam em cada jogo pedagógico as habilidades de equilíbrio, coordenação motora, agilidade, flexibilidade e raciocínio, ao mesmo tempo. Pela didática passada pelos professores do IEE, o esporte não é trabalhado pela competição, mas sim visando à integração ao alcance de todos em brincadeiras infantis.

DILICIBAW 10722 MEGA

EM BRANCO

QUARTA, 24 DE SETEMBRO DE 2014 R$ 1,50
RIO GRANDE • ANO 40 • Nº 10.951

# AGORA

O JORNAL DO SUL • www.jornalagora.com.br

■ SETEMBRO VIOLENTO

Mês chega ao nono homicídio; o 41º do ano

Página 10

■ SAÚDE

Comitê Municipal de Enfrentamento à Tuberculose destaca importância da notificação dos casos

Página 6

**CONVITE PARA MISSA**

Maria de Lourdes Pires Campos Silva e demais familiares convidam para missa de um ano de falecimento de

**ANTONIO CORTEZ CAMPOS SILVA**

que será celebrada na Catedral de São Pedro, às 18h do dia 25/09/2014, quinta-feira.

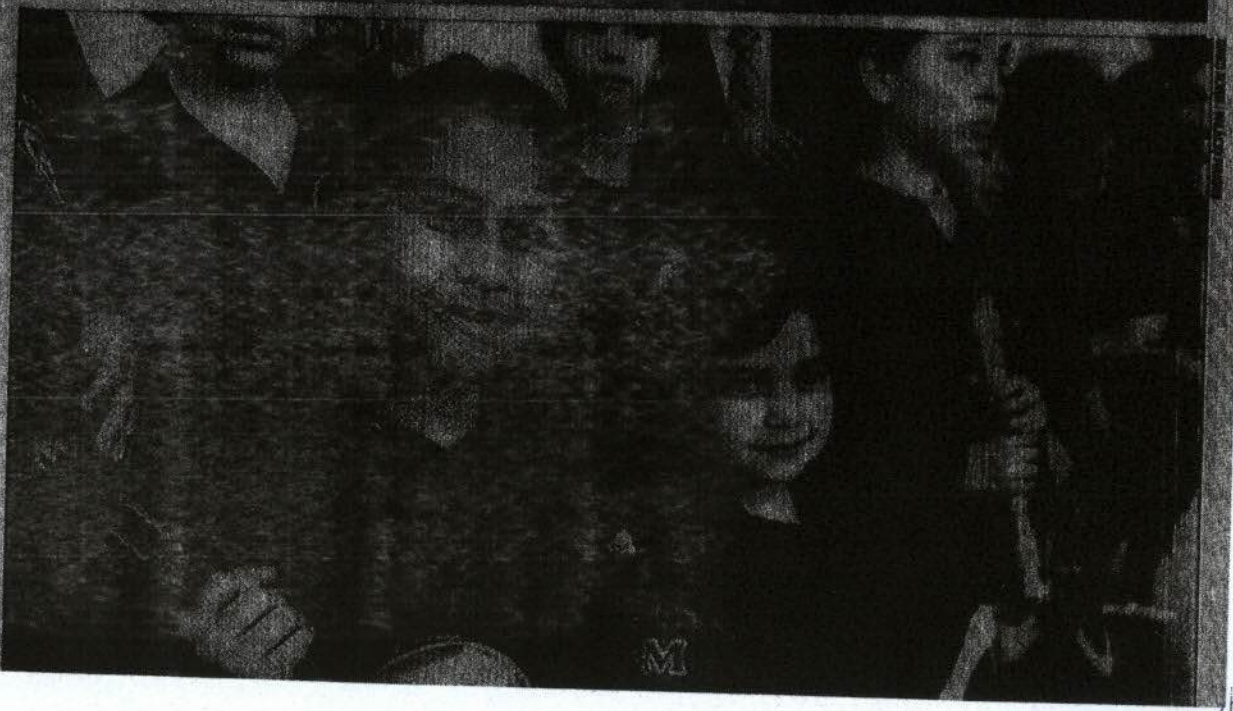
"Segues vivo no coração de cada um de nós."

**CONVITE PARA MISSA**

Eva M. P. da Silva convida para missa de um mês de falecimento do inesquecível

**PAULO ROBERTO LAMIN DE LIMA**

a realizar-se na Igreja Sagrada Família, no Cassino, dia 24 de setembro de 2014, às 16h



LIC/IBAMA 1073 mf64

EM BRANCO

# Alunos do Juvenal Miller recebem instrumentos para orquestra estudantil

Foi realizada na manhã de ontem (23) a entrega simbólica de uma orquestra estudantil, composta por 70 instrumentos musicais, aos alunos do Instituto de Educação Juvenal Miller. Os instrumentos foram entregues pelo secretário Estadual de Educação, José Clóvis de Azevedo, que observou que outras escolas receberão também instrumentos para orquestras estudantis. "Vamos entregar 51 orquestras em todo o Estado. O investimento foi de R$ 1 milhão em instrumentos", disse.

Cada orquestra contou com o investimento de cerca de R$ 20 mil. As orquestras são compostas por violões, violinos, flautas doce soprano barrocas, guitarras, amplificador de guitarra, triângulos, piano eletrônico, viola, violoncelo, contrabaixo elétrico, flautas doce contralto barrocas, amplificador de contrabaixo, bateria, estantes de partituras, esca-

FOTOS: LEANDRO CARVALHOSA

Estudantes receberam setenta instrumentos para a formação da orquestra

com a lógica, sensibilidade, e ainda com a capacidade de viver e conviver com os outros. Nosso sonho é que essas orquestras se consolidem e que tenhamos nos próximos anos, grandes orquestras musicais desenvolvidas nas nossas escolas. E uma cultura musical que estará ao alcance de todos", enfatizou.

A diretora do Instituto de Educação Juvenal Miller, Márcia Silveira, agradeceu ao Estado pelo repasse dos intrumentos e também pelos investimentos que têm sido feitos na escola. "É um momento muito importante para nós. Esse presente vai impulsionar a relação dos nossos alunos com a educação musical. Essa viagem com a música só gera bons frutos. Todo o investimento que tem sido feito na nossa escola, recebemos com todo o prazer, abraçamos e queremos dar um retorno à

uma demanda da promotoria pública, por causa da falta de segurança no local. Durante a obra, foram reformados os portões de acesso, o muro, a pintura, entre outros.

ALINE RODRIGUES

**EDITAL PUBLICADO PELO IBAMA EM 22 DE AGOSTO DE 2014.**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA tornou público em 22 de Agosto de 2014 (Diário Oficial da União número 161, secção 3, página 126) que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento Projeto Retiro, previsto para ser implantado nos municípios de São José do Norte e Rio Grande – RS. Informou também a quem interessar que, a contar da data de publicação deste edital, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, poderá ser solicitada Audiência pública, conforme determina a resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987. Para tanto, tornou público que se encontram para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do RIMA do referido empreendimento: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA/SEDE: Edifício-sede do IBAMA Bloco A, SCEN Trecho 2 – Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/913 Sul, Bloco D, Ed IPHAN, 5º andar, Brasília/DF; Prefeitura de Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900, Rio Grande/ RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Segundo Pereira Velho, 535, Bairro Tamandaré, CEP: 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QD. 601 Norte, SCAN, Lote L, Ed. ATP CEP: 70830-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, SBS, Qd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/ DF; Procuradoria da República do Ministério Público Federal, no Município de Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP: 96200-360, Rio Grande/RS; FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP: 90020-021 – Porto Alegre – RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira , nº 125, Cidade Baixa, CEP: 90050-250 – Porto Alegre – RS. Informo que o RIA/RIMA encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, no sítio www.ibama.gov.br/licenciamento.

Edital publicado no Diário Oficial da União número 161, Secção 3, página 126, assinado por Tomaz Miazak de Toledo.

DILIC/IBAMA

EM BRANCO

TERÇA, 2 DE DEZEMBRO DE 2014 R$ 1,50
RIO GRANDE ■ ANO 40 ■ Nº 11.010

10%

# AGORA

O JORNAL DO SUL ■ www.jornalagora.com.br

■ SEGURANÇA

## Cão baleado é resgatado pela Polícia Comunitária e sobrevive

Página 10

■ GAUCHÃO 2015

## São Paulo estreia em casa diante do Passo Fundo

Página 8

■ PAÍS

## Autópsia para determinar causa da morte de Jango é inconclusiva

Página 13

■ CASSINO

ILHA DOS MARINHEIROS

DILIC/IBAMA
1075
mfca

EM BRANCO

DILIC/IBAMA

...staff agradeceu a dedicação e lealdade de Mauro Borges. Acrescentou que ele permanece no ministério até que seja concluída a transição e formação da nova equipe.

O novo ministro nasceu, em 1952, no Recife (PE), e descende de uma tradicional família de políticos pernambucanos. Seu ...legenda ...ao PMDB, partido pelo qual conquistou, em 1998, o primeiro mandato de deputado federal. Em 2003, deixou o PMDB e vinculou-se ao PTB, reelegendo-se deputado federal em 2002 e em 2006. Em 2010, foi eleito senador pelo estado de Pernambuco, na chapa ...progra... econômico, inovação tecnológica e fortalecimento das micro e pequenas empresas. No Senado, Armando Monteiro integra as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e Educação, Cultura e Esporte (CE).

## EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao Projeto Retiro, em nome da Rio Grande Mineração S.A, que pretende implantar projeto de mineração que inclui atividades de lavra a céu aberto e beneficiamento de minerais pesados (entre os quais se incluem os principais produtos da lavra: Ilmenita, Rutilo, Zirconita e posteriormente Titano-Magnetita) no município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. Serão realizadas duas audiências, nos seguintes locais e horários a saber: Dia 3/12/2014, município do Rio Grande; local: Câmara de Comércio do Rio Grande - Praça Xavier Ferreira, s/n; horário: 19h. Dia 4/12/2014, município: São José do Norte; local: Clube Recreativo Sócrates - Ramiro Barcelos, 604; horário: 19h. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontram disponíveis para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e/ou Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA-Sede - SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do Ibama, Bloco A, Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/916 Sul, Bloco D, Ed. IPHAN, 5º andar, Brasília/DF, CEP-70390-135; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 - Brasília/DF; Prefeitura do Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900,Rio Grande/RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Edgardo Pereira Velho, 635, Bairro Tamandaré CEP: 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QD. 601 Norte, SGAN, Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI,SBS, Qd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/DF; Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Município do Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP: 96200-380, Rio Grande/RS; FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP: 90020-021 - Porto Alegre - RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira, nº1128,Cidade Baixa, CEP:90050-250 - Porto Alegre - RS.

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor
Substituto

a morte de Jango, ainda era conhecido. O laudo final da perícia dos restos mortais concluiu que o ex-presidente, deposto pela ditadura militar, realmente pode ter sido vítima de um enfarte, como foi informado à época por autoridades do regime militar, devido a histórico de cardiopatias.

A negativa da presença de medicamentos tóxicos ou veneno, no entanto, não sig... ...natural e envenenamento] se mantêm", disse o perito cubano Jorge Perez, indicado pela família Goulart para participar das investigações. Foram investigadas 700 mil substâncias químicas, de um universo de mais de 5 milhões conhecidas.

"Os resultados podem concluir que as circunstâncias são compatíveis com morte natural. O enfarte pode diz outro trecho.

O filho de Jango, João Vicente Goulart, disse que a família já esperava que o resultado não fosse conclusivo. Ele reivindicou que o Estado brasileiro faça o compartilhamento de documentos com outros países e que cobre o depoimento de agentes americanos que contribuíram com o regime militar brasileiro.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Gestão Administrativa
Núcleo de Seleção e Treinamento

## PUBLICAÇÃO Nº 127/2014 – NST

A Secretária de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 009/2013 – GABEX, de 23/01/2013, divulga a CLASSIFICAÇÃO FINAL para a contratação no cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2014.

Técnico em Segurança do Trabalho (30h)

| Colocação | Nomes |
|---|---|
| 1º | Mariana da Cunha Heringer Borges |
| 2º | Claudio Silveira Porciuncula |
| 3º | Carolina Dutra de Mello |
| 4º | Simone de Candia |
| 5º | Julio Cezar Madeira |
| 6º | Gladimir Flores Teixeira |
| 7º | Elisangela de Lima Lucas |
| 8º | Israel Barreto da Silva Risso |
| 9º | Alexandre Waltrich Rocha |

Prefeitura Municipal do Rio Grande, 01 de dezembro de 2014.

NIDIA ACOSTA BONFIM
Secretária de Município de Gestão Administrativa

EM BRANCO

# Vice-prefeito fala sobre os novos empreendimentos em SJN

WANDA LEITE

No dia 13 deste mês, o programa Sintonia 740 da Rádio Cultura Riograndina foi apresentado direto do estúdio em São José do Norte. Uma das presenças marcantes foi o vice-prefeito Francisco Xavier, que, como vocês podem acompanhar na entrevista, mostra-se otimista pelo atual desenvolvimento do município nortense.

**Wanda Leite** - O município está preparado para receber investimentos desta magnitude e oferece as condições necessárias para os tantos trabalhadores que virão para cá?

**Francisco Xavier** - Na realidade, dificilmente você encontraria uma cidade no Brasil preparada para receber toda uma revolução socioeconômica que hoje já realidade em São José do Norte. O município, que é pequeno, sem dúvida nenhuma tem uma série de limitações, praticamente em todas as áreas.

Tenho dito que maior que o grande desafio que temos hoje é a honra de estarmos à frente do executivo de São José do Norte juntamente com o Prefeito Zeny, que está em Brasília participando da Frente dos Prefeitos. Estamos muito preparados e com muito entusiasmo para enfrentar este desafio. Sem dúvida nenhuma, nessa revolução que ocorre hoje sobre os estaleiros no Brasil, da qual fazemos parte, nossa cidade tem todas as condições que permitem a ampliação do Porto do Rio Grande e da questão naval do Rio Grande, e possui espaços à beira da água em condições de receber a ampliação deste grande empreendimento e de outros, como a Mineradora e a empresa de Energia Eólica.

**W.L.** - Quanto à isenção de impostos para a construção do EBR, existe a possibilidade total, já que está em votação?

**F.X.** - Não existe nenhum exemplo brasileiro de municípios que recebam investimentos desta ordem e que não se ofereçam

Foto: Daiane Marques

**W.L.** - São José do Norte pode estar esquecendo outros setores, como a pesca, a agricultura e o setor madeireiro, pela grande expectativa e movimentação Naval? Ou o executivo está atento a todos os setores?

**F.X.** - É uma preocupação nossa e de maneira alguma queremos que isso aconteça aqui. Faremos o possível para que as novas cadeias produtivas não desloquem aquelas que são históricas e que trouxeram nosso município até aqui, como a pesca, a agricultura e o polo madeireiro, que é uma frente de desenvolvimento muito interessante para nossa cidade. Estamos preparando para 2015 a 1ª Feira Novo Norte, que será a primeira chamada regional e estadual em divulgação do

EM BRANCO

**W.L.** - Sobre este projeto que já está na Câmara de Vereadores para ser votado, o senhor acredita na sensibilidade de todos nesta votação ou corre o risco de ser vetado?

**F.X.** - Certamente nosso legislativo tem sido muito parceiro na defesa dos interesses sociais, analisando tudo com muito critério, tornando-se um legislativo eficiente. Temos a certeza de que no final, a exemplo de municípios brasileiros que estão recebendo grandes investimentos, eles acabarão tomando a decisão que realmente é necessária, oferecendo incentivos fiscais para atrair desenvolvimento para São José do Norte.

**W.L.** - Quais as medidas que estão sendo tomadas por parte do executivo em relação às moradias para essas pessoas que estão vindo para o município? Ou Rio Grande se beneficia com esses serviços?

**F.X.** - Dentre várias limitações, uma delas é a questão da moradia. Começamos a trabalhar fortemente com a Caixa Econômica Federal, que detém os programas, sendo um deles Minha Casa Minha Vida e outras linhas de financiamento no sentido de ampliar esta questão. Uma das limitações que temos encontrado para a questão da residência é a propriedade de terrenos. Na medida em que nós tivéssemos terrenos públicos, poderíamos oferecer o aumento de unidades residenciais. Atualmente temos mil trabalhadores nortenses que trabalham em Rio Grande. Estamos tomando todas as atitudes para que as pessoas se fixem em São José do N[illegible]e, fazendo parte da construção da primeira plataforma [illegible]do treinamentos no SENAI para os trabalhadores e [illegible]ra necessária para que eles possam fazer seu traba[illegible] de empregos, entre diretos e indiretos, no EBR de [illegible]rte é em torno de 20.000.

**W.L.** - Em função da fraca safra da pesca neste ano, existe algum incentivo para as famílias dos pescadores de São José do Norte?

**F.X.** - Na realidade as questões de frustração da safra, tanto na área da agricultura como na pesqueira, estão previstas, hoje, em programas estaduais e federais. Com a iniciativa de muitos vereadores, estamos buscando facilitar, neste primeiro momento, o acesso de nossos pescadores a esses recursos, que estão disponíveis para atender a essas situações de crise.

Venha conhecer a nova loja CVC
no Shopping Praça Rio Grande

EM BRANCO

QUINTA, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

R$ 1,50

RIO GRANDE • ANO 40 • Nº 12.012

# AGORA

O JORNAL DA TERRA • www.jornalagora.com.br

■ GERAL

Sistema de monitoramento da qualidade do ar do Município já está em funcionamento

Página 4

■ GERAL

Foto: Leandro Cavalheiro/AA

DILIC/IBAMA
Fl. 1079
Ass.: MCA

EM BRANCO

AGORA

# São José do Norte

MOACIR RODRIGUES

## Calendário Oficial de Eventos Municipais foi aprovado por unanimidade

Após sugestões e ajustes, o Calendário Oficial de Eventos do Município foi aprovado, por unanimidade, pelos integrantes da Comissão de Turismo. A técnica sobre o calendário, mostrando os eventos programados para o Município, com seus respectivos períodos de realização. Jeanizadora de eventos evangélicos; integrantes da Casa do Poeta Brasileiro (Pocbras); da Apae; da Colônia de Pescadores; do CTG lendário trará a listagem de festividades e eventos programados, como festas religiosas, culturais, filantrópicas, sociais e esportivas, que

### Retificação

Em nossa edição de ontem, informamos que a audiência pública da Rio Grande Mineração (RGM), em Rio Grande, estava marcada para terça-feira, dia (2), quando em verdade a audiência aconteceu ontem na Câmara de Comércio. Já a audiência marcada para São José do Norte está confirmada para hoje (quinta-feira) às 19h, no Clube Sócrates.

DILIC/IBAMA Fl. 1080 Ass.:

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1081
Ass.: MFCA



QUARTA, 3 DE DEZEMBRO DE 2014 R$ 1,50

O JORNAL DO SUL • www.jornalagora.com.br

AGORA

AVENTURA

SEGURANÇA

Quatro são presos com motos furtadas Página 10

EM BRANCO

AGORA

# São José do Norte

JOACIR RODRIGUES

## Audiência pública trata da exploração de minério no Município

Nesta quinta-feira (4), estará acontecendo audiência pública referente ao projeto de mineração em São José do Norte, que será executado pela Rio Grande Mineração. A primeira audiência aconteceu ontem (2), no auditório da Câmara de Comércio, em Rio Grande, e a segunda (amanhã) terá por local o Clube Sócrates, às 19h.

O responsável pela implantação do Projeto Retiro, engenheiro César Augusto Braga Dias, está convidando a comunidade nortense a comparecer à audiência devido à importância da iniciativa, que terá investimento inicial de R$ 800 milhões e vai gerar 1.500 empregos diretos nos dois anos de implantação, sendo que na estatística mundial, para cada emprego direto na mineração são gerados dez indiretos. Na operação, prevista para acontecer em 2017, serão gerados 350 empregos diretos, sem contar a movimentação na prestação de serviços, fretamentos, aluguel de equipamentos, atividades ligadas à saúde e segurança do trabalho, todas terceirizadas. As operações de mineração estão previstas para durar entre 20 e 30 anos e também será em São José do Norte a localização da planta de separação mineral, que não utilizará produtos químicos.

**"Projeto é seguro e não prejudicará nenhuma outra atividade econômica"**

César Braga faz questão de esclarecer que o Projeto Retiro "não vai influenciar os projetos em andamento no Município. O empreendimento minerário que está em licenciamento é sólido e vem para somar, não para diminuir, e não vai atrapalhar outros empreendimentos ainda em fase de estudos".

Conforme o engenheiro da RG Mineração, "nas audiências teremos a oportunidade de esclarecer todas as dúvidas e mostrar que o empreendimento é plenamente recuperável dentro das melhores práticas. Já existe um empreendimento premiado no Brasil que utiliza o mesmo tipo de recuperação, que é o da Millenium, em Mataraca, na Paraíba". Braga Dias lembra que a RG Mineração, desde julho deste ano, implantou um ponto de informações para a comunidade na área central de São José do Norte. "São José do Norte tem potencial em diversas áreas e é interesse do Município aproveitar esse potencial. Nosso empreendimento é seguro e não prejudica nenhuma outra atividade econômica", concluí o executivo.

## 1º Festival de Esporte Educacional mobiliza escolas

Sol quente, grama aparada e ar fresco. Nada convida mais um atleta para o desporto que a combinação primordial da natureza encontrada na manhã deste último sábado (29), no pátio da Escola Municipal Monteiro Lobato, que como boa anfitriã, recebeu os colegas da E.M. Marechal Rondon, no primeiro Festival de Esporte Educacional de São José do Norte. O evento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec) foi realizado com a união de várias instituições, que [illegible] professores, coordenadores pedagógicos e direção das duas escolas distribuíram os alunos em quatro bases de atividades, com dez minutos de duração cada, que estimulavam em cada jogo pedagógico as habilidades de equilíbrio, coordenação motora, agilidade, flexibilidade e raciocínio, ao mesmo tempo. Pela didática passada pelos professores do IEE, o esporte não é trabalhado pela competição, mas sim visando à integração ao alcance de todos em brincadeiras infantis.

DILIC/IBAMA 1082 MCN

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1083
Ass.: MFCA



# Projeto pioneiro na simulação de operações portuárias é desenvolvido por pesquisadores da Furg

Pesquisadores da Furg desenvolveram projeto de virtualização de operações para terminal de gás no Porto do Rio Grande. De acordo com a professora Elisa Fernandes, do Instituto de Oceanografia (IO), da Furg, o Porto do Rio Grande é pioneiro na simulação de operações.

Elisa, que é uma das pesquisadoras que compõem a equipe técnica que acompanha as operações, explicou que há três anos o projeto de simulação é desenvolvido no Porto em parceria com a empresa Oceânica Offshore.

No início de novembro, teve início a campanha de simulação para testes de segurança de navegação dos navios-tanques, que serão utilizados no transporte e regaseificação de Gás Natural no Porto do Rio Grande.

Segundo Elisa, toda a área do Porto do Rio Grande foi virtualizada com o apoio do professor Glauber Acunha Gonçalves, do Centro de Ciências Computacionais da Furg, que também compõe a equipe técnica do projeto. "O pessoal da Rede Nacional de Núcleos de Tecnologias do Gás (Rego) soube que tínhamos essa ferramenta, com o porto do Rio Grande representado virtualmente, e entraram em contato", revelou Elisa.

A pesquisadora explicou que com a ferramenta que permite a simulação em vários ambientes "Ela possibilita um cenário único no contexto nacional".

De acordo com o professor Glauber, hoje é possível a utilização de tecnologia de modelagem de ambientes baseada na integração de dados batigráficos (áreas verticais, aéreas panorâmicas e a carta distância), laser scanner e posicionamento GPS ultraprecisos.

"Para modelar o Porto em 3D, realizamos uma varredura laser as principais estruturas, sobrevoamos duas vezes toda a extensão do Porto para obter imagens com câmera aerotransportadas e embarcados câmeras na lateral. Laser buscando obter a perspectiva desde as embarcações. Esses dados são integrados num sistema computacional denominado photomodeller, onde as cenas são sintetizadas com a textura adequada. E como compor imagens em computadores, o que chamamos imagens digitais. São esses dados que alimentam os simuladores como o da oceânica em São Paulo, e tornam o processo viável e preciso", salientou o professor do Centro de Ciências Computacionais.

Com a utilização do simulador que fica na sede da empresa Oceânica Offshore, em São Paulo, é possível realizar estudos para investigar condições de operação de novas áreas virtualmente. "São realizadas diferentes manobras no simulador, envolvendo um navio-tanque, desta forma é possível desenvolver várias manobras para testar diferentes condições ambientais e quais riscos apresentam", explicou o professor.

Elisa destacou que esse tipo de estudo permite desenvolver o projeto com maior qualidade de informação e faz parte da etapa de licenciamento do projeto. "Com o projeto, é possível avaliar com quais condições críticas o terminal poderá operar com segurança. Será possível determinar o limite máximo para o terminal operar", concluiu a pesquisadora.

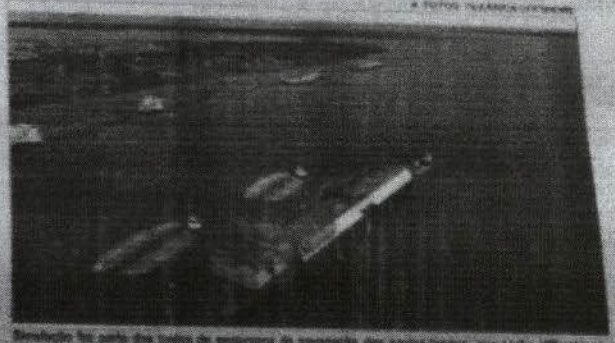
As ações desenvolvidas por esses estudos são realizadas em parceria com a Superintendência do Porto do Rio Grande (Suprg). Ao final do processo, um relatório de viabilidade e segurança das manobras será produzido, o que subsidiará a aprovação de operação no terminal.

Simone Tavares

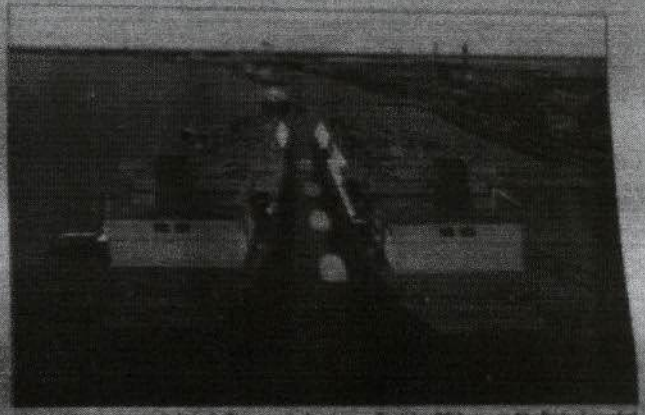
FOTO: VIDEO FURG

Professora Elisa, da Furg, é uma das pesquisadoras que compõem a equipe técnica que acompanha as operações

FOTO: VIDEO FURG



Simulação faz parte dos testes de segurança de navegação dos navios-tanques, que serão utilizados no transporte e regaseificação



Com a utilização do simulador, que fica na sede da empresa Oceânica Offshore, em São Paulo, é possível realizar estudos para investigar condições de operação de novas áreas virtualmente

**EDITAL**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que, em atendimento à legislação aplicável, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao Projeto Retro, em torno da Rio Grande Mineração S.A. que pretende implantar projeto de dragagem que inclui atividades de lavra a céu aberto e beneficiamento de minerais pesados (entre os quais, se incluem os principais produtos da lavra: Ilmenita, Rutilo, Zirconita e posteriormente Granada) no município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. Sendo realizadas duas audiências, nas seguintes locais e horários a saber: Dia 3/12/2014, município do Rio Grande, local: Câmara de Comércio do Rio Grande - Praça Xavier Ferreira, s/n, Centro - 19h. Dia 4/12/2014, município São José do Norte, local: Clube Recreativo Sócrates - Ramiro Barcelos, 804, Nucleo, 19h. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA 09/1987, torna público que se encontram disponíveis para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e/ou Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA-Sede - SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do Ibama, Bloco A, Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/916 Bld. Bloco D, Ed. IPHAN, 1º andar, Brasília/DF, CEP 70390-135; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70670-350 - Brasília/DF; Prefeitura do Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900,Rio Grande/RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Edgardo Pereira Vellho, 616, Centro, Tavares/RS CEP: 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QD. 801, Lote 1, Bld. ATE, CEP: 70820-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, SIG, Qd. 02, Lote 14, Bld. Caio Mariano, CEP: 70610-130, Brasília/DF; Procuradoria da República do Município do Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, Ministério Público Federal no Município do Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, Centro, Rio Grande/RS; FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Rua Carlos Chagas, 55, CEP: 90035-051 - Porto Alegre - RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira, nº 128 Centro Histórico, CEP: 90050-200 - Porto Alegre - RS.

THOMAZ MAZIAK DE TOLEDO
Diretor
Substituto

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1084
Ass.: MFCA



# Dilma Rousseff anuncia Armando Monteiro para o Ministério do Desenvolvimento

Senador Armando Monteiro Neto (PTB-PE) aceitou convite para assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

(ABr) O senador Armando de Queiroz Monteiro Neto será o novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O nome do parlamentar do PTB de Pernambuco foi anunciado ontem (1º) no Palácio do Planalto. Ele assumirá o lugar ocupado por Mauro Borges.

Por meio de nota, a presidente Dilma Rousseff agradeceu a dedicação e lealdade de Mauro Borges. Acrescentou que ele permanece no ministério até que seja concluída a transição e formação da nova equipe.

O novo ministro nasceu, em 1952, no Recife (PE), e descende de uma tradicional família de políticos pernambucanos. Seu pai, Armando Monteiro Filho, foi ministro da Agricultura de João Goulart. O avô, Agamenon Magalhães, foi governador de Pernambuco. Antes de entrar na política, exerceu atividades como administrador de empresas, industrial e advogado.

Armando Monteiro iniciou a vida política em 1990, como filiado do PSDB. Em 1992, deixou a legenda tucana e filiou-se ao PMDB, partido pelo qual conquistou, em 1998, o primeiro mandato de deputado federal. Em 2003, deixou o PMDB e vinculou-se ao PTB, reelegendo-se deputado federal em 2002 e em 2006. Em 2010, foi eleito senador pelo estado de Pernambuco, na chapa liderada pelo então candidato a governador Eduardo Campos. Em 2014, disputou o governo do estado, mas foi derrotado em primeiro turno pelo candidato do PSB, Paulo Câmara. Ele também foi deputado estadual por três legislaturas.

Como deputado e senador, Armando Monteiro atuou em defesa de temas como a geração de empregos, desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e fortalecimento das micro e pequenas empresas. No Senado, Armando Monteiro integra as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e Educação, Cultura e Esporte (CE).

# Doleiro Alberto Youssef recebe alta e volta para carceragem da PF em Curitiba

(ABr) O doleiro Alberto Youssef recebeu alta médica ontem (1º) do Hospital Santa Cruz, em Curitiba, onde estava internado desde a última sexta-feira (28). Youssef foi hospitalizado depois de apresentar febre, na carceragem da Polícia Federal (PF), onde está preso desde março. O doleiro, apontado como principal operador de um esquema criminoso que pode ter movimentado mais de R$ 10 bilhões em contratos superfaturados da Petrobras, chegou à sede da PF por volta de 14h50 desta segunda-feira.

Preso ainda na primeira fase da Operação Lava Jato, o doleiro já precisou cinco vezes de atendimento médico fora da carceragem da Polícia Federal. Em uma delas, às vésperas do segundo turno das eleições deste ano, a PF teve de desmentir boatos de que ele teria morrido.

O doleiro prestou o último depoimento de delação premiada na semana passada. Ele indicou à PF nomes de parlamentares que receberam dinheiro do esquema de corrupção. O acordo de delação premiada ainda depende de autorização do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, responsável pela análise do processo.

# Autópsia para determinar causa da morte de Jango é inconclusiva

(ABr) A autópsia dos restos mortais do ex-presidente João Goulart, morto há 38 anos na Argentina, não identificou a presença de medicamentos tóxicos ou veneno que pudessem ter causado a morte de Jango, como era conhecido. O laudo final da perícia dos restos mortais concluiu que o ex-presidente, deposto pela ditadura militar, realmente pode ter sido vítima de um enfarte, como foi informado à época por autoridades do regime militar, devido a histórico de cardiopatias.

A negativa da presença de medicamentos tóxicos ou veneno, no entanto, não significa que Jango não tenha sido assassinado. De acordo com peritos que participaram das investigações, as análises foram prejudicadas pela ação do tempo. "Do ponto de vista científico, as duas possibilidades [morte natural e envenenamento] se mantêm", disse o perito cubano Jorge Perez, indicado pela família Goulart para participar das investigações. Foram investigadas 700 mil substâncias químicas, de um universo de mais de 5 milhões conhecidas.

"Os resultados podem concluir que as circunstâncias são compatíveis com morte natural. O enfarte pode ser compatível, mas a morte pode ter sido causada por outras cardiopatias", diz trecho do relatório final das análises. "A negativa [da presença de veneno] não permite negar que a morte tenha sido causada por envenenamento" diz outro trecho.

O filho de Jango, João Vicente Goulart, disse que a família já esperava que o resultado não fosse conclusivo. Ele reivindicou que o Estado brasileiro faça o compartilhamento de documentos com outros países e que cobre o depoimento de agentes americanos que contribuíram com o regime militar brasileiro.

## EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao Projeto Retiro, em nome da Rio Grande Mineração S.A. que pretende implantar projeto de mineração que inclui atividades de lavra a céu aberto e beneficiamento de minerais pesados (entre os quais se incluem os principais produtos da lavra: Ilmenita, Rutilo, Zirconita e possivelmente Titânio-Magnetita) no município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. Serão realizadas duas audiências, nos seguintes locais e horários a saber: Dia 3/12/2014, município do Rio Grande, local: Câmara de Comércio do Rio Grande - Praça Xavier Ferreira, s/n, horário: 19h. Dia 4/12/2014, município: São José do Norte, local: Clube Recreativo Sócrates - Ramiro Barcellos, 904, horário: 19h. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontram disponíveis para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA de referido empreendimento: IBAMA-SEDE - SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do Ibama, Bloco A, Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/916 Sul, Bloco D, Ed. IPHAN, 3º andar, Brasília/DF, CEP 70390-166; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP 70670-350 - Brasília/DF; Prefeitura do Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira, S/N, CEP 96200-900 Rio Grande/RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Edgardo Pereira Reis, 1555, Bairro Centro, CEP 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QD. 601 Norte, Lote 1/3, Bairro Farquhar, CEP 70297-400, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, SBS, Quadra 2, Ed. Edifício Asa Branca, CEP 70070-120, Brasília/DF; Procuradoria da República do Município de Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, CEP 96200-000, Rio Grande/RS; FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS; Superintendência Estadual do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira, nº 126, Cassino, Bairro, CEP 96050-250 - Porto Alegre - RS.

THOMAZ MATAR DE TOLEDO
Diretor
Substituto

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Gestão Administrativa
Núcleo de Seleção e Treinamento

## PUBLICAÇÃO Nº 127/2014 - NST

A Secretária de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 009/2013 – GABEX, de 23/01/2013, divulga a CLASSIFICAÇÃO FINAL para a contratação no cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2014.

Técnico em Segurança do Trabalho (30h)

| Colocação | Nomes |
|---|---|
| 1º | Mariana da Cunha Heringer Borges |
| 2º | Claudio Silveira Porciuncula |
| 3º | Carolina Dutra de Mello |
| 4º | Simone de Candia |
| 5º | Julio Cezar Madeira |
| 6º | Gladimir Flores Teixeira |
| 7º | Elisangela de Lima Lucas |
| 8º | Israel Barreto da Silva Risso |
| 9º | Alexandre Waltrich Rocha |

Prefeitura Municipal do Rio Grande, 01 de dezembro de 2014.

NIDIA ACOSTA BONFIM
Secretária de Município de Gestão Administrativa

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1085
Ass.: MFCA



# Ibama apreende 41,7 toneladas de pescado

O Ibama apreendeu na manhã de ontem (28), 41.700 quilos de pescado em uma empresa localizada próximo ao pórtico do Rio Grande. Cerca de 3.500 quilos foram destinados para o programa Mesa Brasil do Rio Grande. O pescado será ainda dividido entre Santa Maria e Porto Alegre.

Conforme informações do chefe substituto do escritório regional do Ibama em Rio Grande, Jairo Nogueira, a empresa apresentou várias irregularidades, principalmente a falta de licenciamento ambiental e com referência ao peixe de água doce.

As irregularidades são, na declaração do estoque, referentes ao pescado de defeso das lagoas Mirim e Mangueira. "A instrução normativa exige a declaração do estoque no início da época do defeso. E a declaração não bateu com o estoque. A empresa tinha algumas espécies a mais do que o declarado e outras espécies a menos", salientou Nogueira.

Empresa vai responder processo administrativo e judicial por infrações criminais e crime ambiental

Cerca de 3,5 mil quilos do pescado foram destinados para o programa Mesa Brasil

Segundo uma placa afixada no prédio da empresa, há um licenciamento da Fepam, de número 74328009-DL, com a validade vencida em 16 de fevereiro de 2013. Além do mais, a empresa, segundo Nogueira, estaria funcionando apesar de estar com as atividades suspensas pelo Ministério da Agricultura, por falta de condições sanitárias.

Jairo Nogueira explica que a empresa vai responder processo administrativo e judicial por infrações criminais e crime ambiental. A reportagem do Agora tentou contato com o proprietário da empresa, mas não houve retorno.

Kelvin Pio

# Começa Operação Papai Noel da Brigada Militar

Foi lançada na tarde de ontem (28), no Largo Dr. Pio, a Operação Papai Noel da Brigada Militar.

De acordo com o capitão Mendonça, da 1ª Companhia do 8º Batalhão da Polícia Militar (8º BPM), a Operação Papai Noel é uma operação realizada todos os anos. "Reforçamos essa operação para deixar a comunidade mais calma neste período. É importante as pessoas saberem que estamos policiando o centro e os bairros", destacou o capitão, enfatizando ainda que a Polícia Comunitária permanece nos bairros.

Lançamento ocorreu na Praça Dr. Pio, na tarde de ontem

O capitão lembrou que nesta época do ano, as pessoas costumam receber o 13º e acabam circulando com mais dinheiro, e que é também um período em que são realizadas mais compras.

A Brigada Militar pede que as pessoas tomem algumas medidas de segurança como andar com bolsas na frente do corpo e com as alças fechadas e que evitem andar com grande volume de dinheiro. Após a cerimônia de lançamento da operação, os policiais já iniciaram o policiamento ostensivo no centro.

Vanessa Tavares

# Praia do Cassino tem cinco guaritas de salva-vidas danificadas por vândalos

Cinco guaritas de salva-vidas da praia do Cassino foram incendiadas por vândalos. A guarita localizada em frente ao acesso da Querência foi totalmente destruída.

De acordo com o secretário da SMC, Paulo Rogério Gomes, por volta das 17h de quarta-feira, foi feita uma denúncia na Secretaria informando o ocorrido. "Foram quatro guaritas danificadas e uma totalmente destruída", explica Gomes. As guaritas danificadas serão substituídas por outras nos próximos dias. Até a abertura oficial da temporada 2015, na segunda quinzena de dezembro, 12 guaritas para o serviço salva-vidas serão erguidas.

**Fios são danificados**

Ainda, de acordo com o secretário, dias 12 placas que evidenciavam as áreas não propiciar ao banho, devido existência de lixo, não tiveram fiação danificada. A passarela da Praia do Cassino, que liga a avenida Beira Mar à praia, também teve sua estrutura quebrada e os corrimãos arrancados. "A SMC realizou sua recuperação em junho e esse foi novamente depredado. Cada recurso utilizado na recuperação dos equipamentos é um recurso a menos que deixa de ser investido em favor da comunidade", frisou Gomes.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

## AVISO DE CANCELAMENTO

O Município do Rio Grande torna público para fins de informação e conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do processo Licitatório tipo Pregão Eletrônico nº 123/2014 /GAHEX - Aquisição de material de consumo - material de processamento de dados realizado no Portal do Governo Federal - Comprasnet, no dia 28/11/2014 às 14h, por motivo de determinação administrativa. Rio Grande, 28 de novembro de 2014. Inforsato Afonso dos Santos - Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Convênios.

## EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao Projeto Retiro, em nome da Rio Grande Mineração S.A. que pretende implantar projeto de mineração que inclui atividades de lavra a céu aberto e beneficiamento de minerais pesados (entre os quais se incluem os principais produtos da lavra: ilmenita, rutilo, zirconita e subsidiariamente titânio magnetita) no município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. Serão realizadas duas audiências, nos seguintes locais e horários a saber: Dia 3/12/2014, município do Rio Grande, local: Câmara de Comércio do Rio Grande - Praça Xavier Ferreira, s/n, horário: 19h. Dia 4/12/2014, município: São José do Norte, local: Clube Recreativo Sócrates - Ramiro Barcelos, 324, horário: 19h. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontram disponíveis para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Estado de Impacto Ambiental - EIA e/ou Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA-Sede - SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do Ibama, Bloco A, Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/916 Sul, Bloco D, Ed. IPHAN, 3º andar, Brasília/DF, CEP:70390-135; Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 - Brasília/DF; Prefeitura do Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900,Rio Grande/RS; Prefeitura de São José do Norte, Rua Eduardo Pereira Velho, 635, Bairro Tamandaré CEP: 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QD. 601 Norte, SGAN, Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-915, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, SBS, Qd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/DF; Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Município do Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 915, CEP: 96200-380, Rio Grande/RS; FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP: 90030-021 - Porto Alegre - RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira, nº 126,Cidade Baixa, CEP:90050-250 - Porto Alegre - RS.

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor
Substituto

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1086
Ass.: MFCA

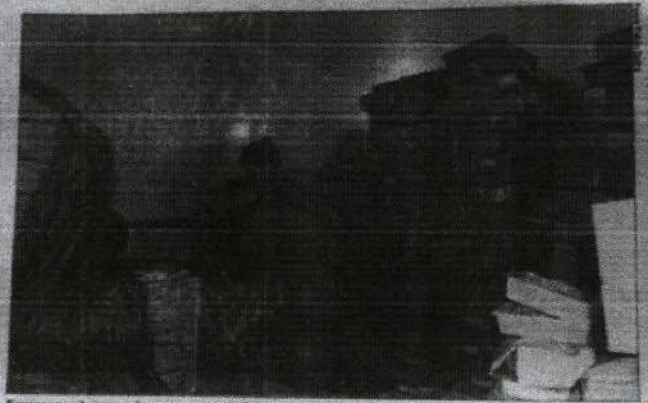


# Ibama apreende 41,7 toneladas de pescado

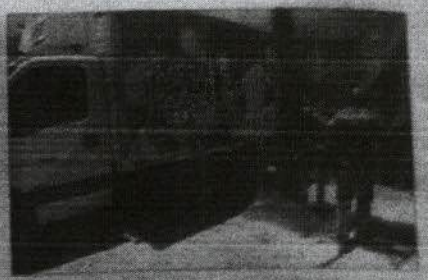
O Ibama apreendeu na manhã de ontem (28), 41.700 quilos de pescado em uma empresa localizada próximo ao pórtico do Rio Grande. Cerca de 2.500 quilos foram destinados para o programa Mesa Brasil do Rio Grande. O pescado será ainda dividido entre Santa Maria e Porto Alegre.

Conforme informações do chefe substituto do escritório regional do Ibama em Rio Grande, Jairo Nogueira, a empresa apresentou várias irregularidades, principalmente a falta de licenciamento ambiental e com referência ao peixe de água doce.

As irregularidades são, na declaração do estoque, referentes ao pescado de defeso das lagoas Mirim e Mangueira. "A instrução normativa exige a declaração do estoque no início da época do defeso. E a declaração não fechou com o estoque. A empresa tinha algumas espécies a mais do que o declarado e outras espécies a menos", salientou Nogueira.



Empresa vai responder processo administrativo e judicial por infrações criminais e crime ambiental



Cerca de 2,5 mil quilos de pescado foram destinados para o programa Mesa Brasil

Segundo uma placa afixada no prédio da empresa, há um licenciamento da Fepam, de número 74320009-DL, com a validade vencida em 16 de fevereiro de 2013. Além do mais, a empresa, segundo Nogueira, estaria funcionando apesar de estar com as atividades suspensas pelo Ministério da Agricultura, por falta de condições sanitárias.

Jairo Nogueira explica que a empresa vai responder processo administrativo e judicial por infrações criminais e crime ambiental. A reportagem do Agora tentou contato com o proprietário da empresa, mas não houve retorno.

Kevin

# Começa Operação Papai Noel da Brigada Militar

Foi lançada na tarde de ontem (28), no Largo Dr. Pio, a Operação Papai Noel da Brigada Militar.

De acordo com o capitão Mendonça, da 1ª Companhia do 6º Batalhão da Polícia Militar (6º BPM), a Operação Papai Noel é uma operação realizada todos os anos. "Realizamos essa operação para deixar a comunidade mais calma neste período. É importante as pessoas saberem que estamos policiando o centro e os bairros", destacou o capitão, salientando ainda que a Polícia Comunitária permanece nos bairros.

O capitão lembrou que nesta época do ano, as pessoas costumam receber o 13º e acabam circulando com mais dinheiro, e que é também um período em que são realizadas mais compras.

A Brigada Militar pede que as pessoas tomem algumas medidas de segurança como andar com bolsas na frente do corpo e com as mãos fechando seguro.

Lançamento ocorreu na Praça Dr. Pio, na tarde de ontem

e que evitem andar com grande volume de dinheiro. Após a cerimônia de lançamento da operação, os policiais já iniciaram o policiamento ostensivo no centro.

Kevin Taveira

# Praia do Cassino tem cinco guaritas de salva-vidas danificadas por vândalos

Cinco guaritas de salva-vidas da praia do Cassino foram incendiadas por vândalos. A guarita localizada em frente ao acesso da Querência foi totalmente destruída.

De acordo com o secretário da SMC, Paulo Rogério Gomes, por volta das 17h de quarta-feira, foi feita uma denúncia na Secretaria informando o ocorrido. "Foram quatro guaritas danificadas e uma totalmente destruída", explica Gomes. As guaritas danificadas serão substituídas por outras nos próximos dias. Até a abertura oficial da temporada 2015, em segunda quinzena de dezembro, 18 guaritas para o serviço salva-vidas serão erguidas.

**Placas danificadas**

Ainda, de acordo com o secretário, das 12 placas que evidenciavam as áreas não propícias ao banho, devido existência de lixo, oito também foram danificadas. A prefeitura da Praia do Cassino, que fica a avenida Beira Mar à praia, também teve suas estruturas quebradas e os cadeados arrancados. "A SMC realizou sua recuperação em junho e esse foi novamente depredado. Cada recurso utilizado na recuperação dos equipamentos é um recurso a menos que deixa de ser investido em favor da comunidade", frisou Gomes.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

## AVISO DE CANCELAMENTO

O Município do Rio Grande torna público para fins de informação e conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do processo Licitatório tipo Pregão Eletrônico nº 122/2014 /GABLEX - Aquisição de material de consumo – material de processamento de dados realizado no Portal do Governo Federal - Compranet, no dia 20/11/2014 às 14h, por motivo de determinação administrativa. Rio Grande, 28 de novembro de 2014. Jeferson Afonso dos Santos - Chefe do Gabinete de Compras Licitações e Contratos.

## EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao Projeto Retiro, em nome da Rio Grande Mineração S.A. que pretende implantar projeto de mineração que inclui atividades de lavra a céu aberto e beneficiamento de minerais pesados (entre os quais se incluem os principais produtos da lavra: Ilmenita, Rutilo, Zirconita e posteriormente Zircônio-Magnetita) no município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. Serão realizadas duas audiências, nos seguintes locais e horários e sejam: Dia 3/12/2014, município do Rio Grande, local: Câmara de Comércio do Rio Grande - Praça Xavier Ferreira, s/nº, horário: 19h. Dia 4/12/2014, município: São José do Norte, local: Clube Recreativo Sarraia - Ramiro Barcelos, 804, horário: 19h. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontram disponíveis para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Estado de Impacto Ambiental - EIA e/ou Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA-Sede - SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do Ibama, Bloco A, Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SEPS Qd. 716/916 Sul, Bloco D, Ed. IPHAN, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70386-135; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 - Brasília/DF; Prefeitura do Rio Grande, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N, CEP: 96200-900,Rio Grande/RS. Prefeitura de São José do Norte, Rua Eduardo Pereira Velho, 635, Bairro Tamandaré. CEP: 96225-000; Fundação Cultural Palmares, QS. 05, Lote, SGAN, Lote L, Ed. ATP, CEP: 70830-010, Brasília/DF; Fundação Nacional do Índio- FUNAI, QS, Cd. 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, CEP: 70070-120, Brasília/DF; Procuradoria da República do Município Público Federal no Município do Rio Grande/RS, Rua Marechal Floriano Peixoto, 910, CEP: 96200-380, Rio Grande/RS; FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, Av. Borges de Medeiros, 261, CEP: 90020-021 - Porto Alegre – RS; Superintendência do Ibama no Rio Grande do Sul, Rua Miguel Teixeira, nº 126 Cidade Baixa, CEP 90050-250 - Porto Alegre - RS.

THOMAZ MAZAK DE TOLEDO
Diretor
Substituto

EM BRANCO

LIC/IBAMA
1087
MFCA

# PI Jornal

**Nº 2264.2**

grupo mtrês | múltipla

Data: **19/12/2014** Prazo: **10/12/2014** Empresa: **grupo mtrês**

Cliente: **RIO GRANDE MINERAÇÃO**
Campanha: **Audiências Públicas**
Job: **Edital RG Mineração**

Contato: **Cesar Braga Dias (Outros)**
Responsável: **Rosana**
Validade: **10 dias**

Veículo: **Jornal Agora**

Nº Orçam. do Veículo:

**Anúncio 1 - Edital RG Mineração**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Determinação: | indeterminado | Sessão/Retranca: | | | |
| Edição: | Interior | Cores: | PB | Formato: | 3col x 12cm |

**Novembro de 2014**

| Dia do Mês: | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D |
| Nº Inserções: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |

**Dezembro de 2014**

| Dia do Mês: | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q |
| Nº Inserções: | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Total de Inserções: **3**

**Faturar Bruto Contra o Cliente**

**Valor Faturado: R$1.404,00**

**Dados de Faturamento do Veículo**

Valor Total: 1.404,00
Condição: A Prazo **1 x 1.404,00**

Data Recebimento Veículo: **26/12/2014**
Forma de Pagamento: **Boleto Bancário**

Observação

Edital de Publicação IBAMA

3col(12,8cm) x 12cm(altura)
Datas de veiculação: 29/11, 01 e 02/12
Valor por publicação: R$ 468,00
Valor total das 3 publicações: R$ 1.404,00

**Dados do Veículo**
Razão Social: **Organizações Risul Editora e Gráfica Ltda.**
CNPJ: **87.291.381/0001-93** CEP: **96200-480**
Endereço: **Rua Aquidaban, 695**
Bairro: **Centro** Cidade: **Rio Grande/RS**

**Dados do Cliente**
Razão Social: **RIO GRANDE MINERAÇÃO S.A**
CNPJ: **07.840.220/0002-53** CEP: **96225-000**
Endereço: **RUA DOS NAVEGANTES, 110**
Bairro: **DISTRITO DE BUJURU** Cidade: **SÃO JOSÉ DO NORTE/RS**
Tel: **(53)9704.3004** E-mail: **cezarbraga@terra.com.br**

grupo mtrês

RIO GRANDE MINERAÇÃO

Jornal Agora

**Dados da Agência**

grupo mtrês - M3 Comunicações Ltda. - 05-167-065/0001-40

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1088
Ass.: MFCA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1089
Ass.: MFCA

# VEICULAÇÃO NAS RÁDIOS
# RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1090
Ass.

| DATA | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | VALOR |
|---|---|---|
| 05.12.2014 | Valor referente veiculação comercial na emissora no período de 29/11/2014 a 08/12/2014. | 400,00 |

BANRISUL (041)
Ag. 0330
C/c: 061.550.40-02

| Base de Cálculo do ICMS | Alíquota | Valor do ICMS | Valor Total da Prestação | Data ou Período Prestação Serviço |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Novembro de 2014. |


A informação ao seu alcance
**RÁDIO CASSINO DO RIO GRANDE LTDA.**
Rua Republica do Líbano, 135 96200-360 Rio Grande-RS
Fone/Fax: (53)3035-3060 CNPJ Nº 89.112.452/0001-79
Email: tvrosadilla@hotmail.com


Fatura de Serviço de Comunicação
Nosso Numero:
Natureza da Operação:
Data da Emissão:
ICMS NÃO INCIDENTE CFE ART. 145 PARAGRAFO 70 INC. II LETRA D, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RGS

| 1ª via-Cliente<br>2ª Via-Cobrança<br>3ª Via - Financeiro | Serie Única<br>Nº 476 |
|---|---|

FATURA/DUPLICATA DUPUCATA

| Fatura Nº | Valor R$ | Nº de Ordem | Vencimento |
|---|---|---|---|
| 1737/2014 | 400,00 | 1737/2014 | 05.12.2014 |

89.112.452/0001-79
RÁDIO CASSINO
DE RIO GRANDE LTDA.
RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, 135
CENTRO – CEP 96200-360
RIO GRANDE – RS

**Nome do Sacado: RIO GRANDE MINERACAO S.A**

**Endereço: R DOS NAVEGANTES**

**CEP/Cidade/Estado: 96.225-000 /SAO JOSE DO NORTE /RS**

**Insc.CNPJ nº/ CPF : 07.840.220/0002-53**

| VALOR POR EXTENSO | QUATROCENTOS REAIS .xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
|---|---|

DEVE(M), POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME PEDIDOS E NOTAS DE EXECUÇÃO, PARA CUJA COBERTURA É EMITIDA A RESPECTIVA DUPLICTA DE NUMERO E VALORES INDICADOS NESTA FATURA PAGAVEL À RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. OU A SUA ORDEM NO VENCIMENTO ACIMA.

EM BRANCO

NOVARÁDIO 98,3 LitoralFM

**RÁDIO DIF. COMUNITÁRIA LITORAL FM 98,3**

ARAGÃO BOZANO,514 - SALA 104 - 1º ANDAR - FONE: (53) 3238.1672
SÃO JOSÉ DO NORTE - RS
CNPJ: 021.082.727/0001-90

**RECIBO**

**Nº 0342**

Recebemos de (a) RGM - Riograndense Mineração na forma de apoio cultura a quantia de R$ 750,00 ( Setecentos e Cinquenta Reais ), a esta emissora, referente a Patrocínio Jornal Janeiro + Ação de Dez. pelo qual se encontra amparado na lei 9612/98 lei das rádios comunitárias.

São José do Norte 05 de Janeiro de 2014.

Jonas Jardim - Diretor/Administrativo

DILIGIBAW Fl. 1091 Ass:

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1092
Ass:

**Rádio Cultura Riograndina Ltda**
**Rádio Nativa AM Zona Sul**
**CGC 94854866/0001-03**

**Comprovante de Irradiação de 2014. Cliente:** RGM Rio Grande Mineradora S/A **Produto**: Institucional
**Campanha:** Chamada Audiência Pública **Período:** 28 de Novembro a 04 de Dezembro de 2014 **Formato**: 30seg. **Nº Inserções**: 80

| Dias | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 08:00 | 08:30 | 09:30 | 10:00 | 10:30 | 11:30 | 13:00 | 14:00 | 14:30 | 15:00 | 15:30 | 16:00 | 18:00 | | | | | | | |
| 02 | 08:00 | 08:30 | 09:30 | 10:00 | 10:30 | 11:30 | 13:00 | 14:00 | 14:30 | 15:00 | 15:30 | 16:00 | 18:00 | | | | | | | |
| 03 | 08:00 | 08:30 | 09:30 | 10:00 | 10:30 | 11:30 | 13:00 | 14:00 | 14:30 | 15:00 | 15:30 | 16:00 | 18:00 | | | | | | | |
| 04 | 08:30 | 09:30 | 10:30 | 11:30 | 13:00 | 14:00 | 15:00 | 15:30 | 16:00 | 18:00 | | | | | | | | | | |
| 05 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 06 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 07 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 09 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 26 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 27 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 28 | 08:00 | 08:30 | 09:30 | 10:30 | 11:30 | 13:30 | 14:30 | 15:00 | 15:30 | 16:00 | 18:00 | | | | | | | | | |
| 29 | 08:00 | 09:00 | 10:00 | 11:00 | 12:00 | 13:00 | 14:00 | 15:00 | 16:00 | 17:00 | | | | | | | | | | |
| 30 | 08:30 | 09:00 | 09:30 | 10:00 | 11:00 | 12:00 | 13:00 | 14:00 | 15:00 | 16:00 | | | | | | | | | | |
| 31 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Nome: Wanda leite
Cargo: Diretora Geral
C.P.F.: 369.580.000-30

94 03
RIO GRANDE

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1093
Ass.: mfca

## Sociedade Emissoras Minuano Ltda

**Cliente** : Rio Grande Mineração - Grupo America
**Campanha / Produto** : Midia audiencia publica
**Periodo** : 01 a 04 dezembro
**Inserções** : 40 inserções
**Fatura** :
**PI** : 2256.1
**Agencia** : mtres

**PLANILHA DE VEICULAÇÃO**

| DIA | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 6:30 | 6:30 | 6:30 | 6:30 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | 8:15 | 8:15 | 8:15 | 8:15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 9:15 | 9:15 | 9:15 | 9:15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | 11:15 | 11:15 | 11:15 | 11:15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | 11:45 | 11:45 | 11:45 | 11:45 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | 12:15 | 12:15 | 12:15 | 12:15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | 16:45 | 16:45 | 16:45 | 16:45 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | 17:45 | 17:45 | 17:45 | 17:45 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | 18:45 | 18:45 | 18:45 | 18:45 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 20:30 | 20:30 | 20:30 | 20:30 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 26 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 27 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 28 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 29 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 30 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Declaro sob as penas do artigo 299 do Codigo Penal Brasileiro, que esta empresa prestou os serviços de publicidade conforme descritos nesta PLANILHA DE VEICULAÇÃO

RADIO MINUANO

Marco Antonio F Medeiros
Gerente Administrativo
C.I.C. 315.165.130-53

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1094
Ass.: mfc

# Sociedade Emissoras Minuano Ltda

**Cliente** : Rio Grande Mineração - Grupo America
**Campanha / Produto** : Midia audiencia publica
**Periodo** : 16 a 30 novembro
**Inserções** : 50 inserções
**Fatura** :
**PI** : 2256.1
**Agencia** : mtres

**PLANILHA DE VEICULAÇÃO**

| DIA | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 6:30 | 6:30 | 6:30 | 6:30 | 6:30 | |
| 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 8:15 | 8:15 | 8:15 | 8:15 | 8:15 | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 9:15 | 9:15 | 9:15 | 9:15 | 9:15 | |
| 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 11:15 | 11:15 | 11:15 | 11:15 | 11:15 | |
| 5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 11:45 | 11:45 | 11:45 | 11:45 | 11:45 | |
| 6 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 12:15 | 12:15 | 12:15 | 12:15 | 12:15 | |
| 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 16:45 | 16:45 | 16:45 | 16:45 | 16:45 | |
| 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 17:45 | 17:45 | 17:45 | 17:45 | 17:45 | |
| 9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 18:45 | 18:45 | 18:45 | 18:45 | 18:45 | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 20:30 | 20:30 | 20:30 | 20:30 | 20:30 | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 26 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 27 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 28 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 29 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 30 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Declaro sob as penas do artigo 299 do Codigo Penal Brasileiro, que esta empresa prestou os serviços de publicidade conforme descritos nesta PLANILHA DE VEICULAÇÃO

RADIO MINUANO 1410 KHz

Marco Antonio F Medeiros
Gerente Administrativo
C.I.C. 315.165.130-53

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1095
Ass.: MFCA

# PROTOCOLO CONVITES

# RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE

EM BRANCO

| Órgão/Endereço | Representante/Cargo | Recebimento dia | Recebido por | RG |
|---|---|---|---|---|
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Nedilandi Amorim Loureiro | 26/11/2014 | Fernando Machado | |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Presidente | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Alexandre Carinha Novo | 26/11/2014 | Fernando Machado | 7009744306 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereador | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Anderson da Fonseca Duarte | 26/11/2014 | Fernando Machado | 7009744306 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereador | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Christino Mattos de Azevedo | 26/11/2014 | Fernando Machado | 7009744306 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereador | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Fernando Antônio Machado | 26/11/2014 | Fernando Machado | 7009744306 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereador | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Ildomar Xavier da Costa | 26/11/2014 | Fernando Machado | 7009744306 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereador | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Jorge Luiz Ritter Penteado | 26/11/2014 | Fernando Machado | 7009744306 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereador | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Nedilandi Amorim Loureiro | 26/11/2014 | Fernando Machado | 7009744306 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereador | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Cinelande Borges Caminha | 26/11/2014 | Fabiany Zogbi | 5009164126 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereadora | | | |
| Câmara Municipal de Vereadores - SJN | Fabiany Zogbi Roig | 26/11/2014 | Fabiany Zogbi | 5009164126 |
| Dr. Álvaro Costa, 30 | Vereadora | | | |
| Procuradoria Geral do Município - SJN | Alexandro Machado Gonçalves | 26/11/2014 | Jaci de Abreu Pinto | 2074451523 |
| General Osório, 162 | Procurador do Município | | | |
| Secretaria Municipal da Assist Social, Cid. e da Mulher - SJN | Maria Conceição Ezedim Machado | 26/11/2014 | Raina Mattos Zogbi | 2074032117 |
| Carlos Bulamarque, 329 | Secretária Municipal | | | |
| Secretaria Municipal da Fazenda - SJN | Maria das Graças Saraiva | 26/11/2014 | Bruno Soares Weiss | 7088362269 |
| Marechal Deodoro, 276 | Secretária Municipal | | | |
| Secretaria Municipal de Administração - SJN | Luís Celso Camargo Júnior | 26/11/2014 | Paulo Fernando Silva | 1109415289 |
| General Osório, 158 | Secretário Municipal | | | |
| Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SJN | Umberto Pinheiro | 26/11/2014 | Rosane R. dos Santos | 2077319319 |
| Av. Getúlio Vargas, 542 | Secretário Municipal | | | |

EM BRANCO

| Órgão/Endereço | Representante/Cargo | Recebimento dia | Recebido por | RG |
|---|---|---|---|---|
| Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SJN<br>General Osório, 158 | Talita Marti Meireles<br>Secretária Municipal | 26/11/2014 | Aline Porto | 1114531781 |
| Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - SJN<br>Edgardo Pereira Velho, 635 | Alberto Geovane Oliveira Wyse<br>Secretário Municipal | 26/11/2014 | Julio Cesar Alcantara | 4084346818 |
| Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito - SJN<br>Edgardo Pereira Velho, 635 | Deivid Moraes Mendes<br>Secretário Municipal | 26/11/2014 | Darlene Fernandes | 7084703168 |
| Secretaria Municipal de Turismo e Promoções - SJN<br>15 de Novembro, 164 | Leísa Brignol de Llano<br>Secretária Municipal | 26/11/2014 | [illegible] | 6062714636 |
| Prefeitura Municipal de São José do Norte<br>Edgardo Pereira Velho, 635 | Zeny Oliveira<br>Prefeito Municipal | 26/11/14 | Silveira Silvane Silveira | 1041318823 |
| Prefeitura Municipal de São José do Norte<br>Edgardo Pereira Velho, 635 | Francisco Elifalete Xavier<br>Vice-Prefeito | 26/11/14 | Silveira Silvane Silveira | 1041318823 |
| Defensoria Pública de São José do Norte<br>Rua General Osório, nº 555 | Dr. Rafael Silveira Dourado<br>Defensor Público | 26/11/14 | Claudiomiro M. Ferreira | 8053303429 |
| Promotoria da Justiça de São José do Norte<br>RUA GEN. OSÓRIO 61 | Dr. FERNANDO GONZALEZ TAVÁRES<br>Promotor de Justiça | 26/11/2014 | Valquiria Soares | 1121003543 |
| Delegacia da Polícia Civil São José do Norte<br>RUA DR EDGARDO PEREIRA VELHO, 375 | Leandro do Amaral Pelletti<br>Delegado | 26/11/2014 | Kelly Nunes | 4057842959 |
| Brigada Militar São José do Norte<br>Av. Presidente Getúlio Vargas 608 | Ten. Rodnei Gallo Flores<br>Comandante | 26/11/2014 | Carlos Viego (Sargento) | 3084359219 |
| Ordem dos Advogados do Brasil - São José do Norte<br>Rua Conde de Porto Alegre, 87, Centro | Dr. José Gregório Botozele<br>Presidente | 26/11/2014 | Marco Pinto | OABIRS 87.976A |
| Colônia dos Pescadores Z-2<br>Rua General Osório, nº 96 | Irandi da Silveira Rodrigues<br>Presidente | 26/11/2014 | Ana Claudia Costa | 5036956455 |
| Cooperativa dos Agricultores (COOAFAN)<br>Rua Edgardo Pereira Velho, 635 | membro conselho | 26/11/2014 | Domingos Pinheiro | 7032339363 |
| Secretário meio ambiente<br>15 de novembro, 64 | | 26/11/2014 | Lisiane Pereira | 3074503325 |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1098
Ass: MFCA

| Órgão/Endereço | Representante/Cargo | Recebimento dia | Recebido por | RG |
|---|---|---|---|---|
| SMEC Gen. Osório, 253 | coordenadora Cultura | 26/11/14 | Aline Lisboa | 3082641212 |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

EM BRANCO

*Convites entregues entre o dia 19/12/2014 à 24/12/2014.

DILICIBAMA
Fl. 1099
Ass.: MFCA

| Entidade | Endereço | Recebido por | RG | Assinatura |
|---|---|---|---|---|
| ~~Emater~~ Sec. Saúde | Rua 15 de Novembro, 41 | Sabrina Azevedo | CPF: 010.414.810-12 | [illegible] |
| ~~Secretaria da saúde~~ EMATER | Rua General Osório 525 | SANDRA FULBER | CPF 932341300 63 | Sandra Fulber |
| Hospital São Francisco | Edgardo Velho 286 | [illegible] Cunha | 3153234906[illegible] | [illegible] |
| Grupo de Voluntários do hospital São Francisco | Maribel Oliveira | 15 de novembro 180 | 494554430/15 | [illegible] |
| APAE | 16 Julho nº 130 | Adriana Pinheiro | 3083364525 | Adriana Pinheiro |
| Associação Casa Lar | Av. Getulio Vargas 134 | Fernanda S. Borges | 5088371819 | Fernanda Borges |
| Semente da Esperança | Enrico Ribeiro da Silva | Chamaco | 9009921758 | [illegible] |
| Associação dos Artesões | Rosa Machado | Hidromaria | 208285 1249 | Machado |
| ASCOM | General Osorio 212 | Sandra Chaves | 3041143703 | [illegible] |
| ASPN | Marechal Floriano Peixoto | Elisane de Jesus | 5076764793 | [illegible] |
| ~~Igreja Católica~~ | | | | |
| Grupo de idosos Renascer | XV de Novembro 494 | Ana [illegible] Gauterio | 1016682849 | Ana Maria Gauterio não encontrado |
| Grupo de idosos Nostense | Carlos Bulamarque 675 | Carmeci Colares | 8057839915 | Carmeci Colares |
| Sind. Metalúrgicos | Próxima página | | | |
| ~~Municipários SJN~~ | | | | |
| SINTESJ | Rural | General Osorio | | |
| Sind. Rural | Silva Jardim, 84 | Joana | 1053414569 | [illegible] |
| Soc. Espirita de Jesus | General Osorio | | | [illegible] |
| ~~Adventista do 7º dia~~ | | | | |
| Conselho Municipal Politica sobre Drogas | Nelson Machado | Rua Alvaro Costa Sim | 980271820-34 | Nelson |
| ~~Circulo Operário~~ | | | | |
| Ambar | Thaiane Costa Gauterio | Thaiane | 4119771048 | [illegible] |
| Florestal Pinus | Thaiane Costa Gauterio | Ramiro Barcelos 657 | 4119771048 | [illegible] |
| Ventos do Atlântico | Thaiane Costa Gauterio | Ramiro Barcelos 657 | 4119771048 | [illegible] |
| Conselho Municipal de Esportes | Rua Alvaro Costa Sim | Nelson Machado | 980271820 34 | Nelson |
| Comtur | N. Floriano Peixoto | Elisane de Jesus | 5076764793 | [illegible] |

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1100
Ass.: MECA

| | endereço | | RG | |
|---|---|---|---|---|
| Instituto Histórico SJN | G. Osorio 127 | Fernando [illegible] | 756-256.140.04 | [illegible] |
| Juiza Fabiana Baldino | OSORIO 555 | JOÃO R. BRAGO | 801455493.4 | [illegible] |
| Associação do bairro Brasilia | N Senhora Lourdes | 42 carmen lucio | | x Carmen [illegible] |
| Associação do bairro Carlos Santos | Rua 9 176 | Adriana Silva de Castro | | n° alfabetizada. |
| Associação do bairro Guarida | Fernando Duprat 544 | Marcia Rodrigues | 615331140 71 | [illegible] |
| Associação do bairro João Landell | XV de novembro 558 | Leopoldino Rito | | [illegible] |
| ~~Associação do bairro Veneza~~ | | | | |
| Associação do bairro João Magalhães | | | | |
| Clube Sócrates | Ramiro Barcelos, 804 | [illegible] Souza | 1036510665 | [illegible] Souza. |
| CTG Barreira do Norte | | | | |
| CTG Batalhador da Querência | Lagoão | Dario Vaz | 1006955544 | x Dario Vaz |
| ~~CTG Estância Real de Bujuru~~ | | | | |
| Escola Soares de Paiva | | | | |
| Escola João de Deus Colares | Fernando Duprat 700 | Ildo Abreu | 89036255015 | [illegible] |
| Escola Marechal Rondon | Ramiro Barcelos | Andréa Ramos Bravo | 80681972 38 | [illegible] |
| Escola Monteiro Lobato | Rua 01 nº 100 C.C.S | Débora Carinha | 8072381661 | [illegible] |
| Instituto Estadual de Educação São José | Ramiro Barcelos, 874 | Bruno B. Machado | 1069101234 | Bruno |
| Escola Marques de Souza | MAL FLORIANO, 193 | JAIME OLIVEIRA [illegible] | 1049156738 | [illegible] |
| ~~Centro Madalena~~ | | | | |
| Centro Caramuru | entregue não | Saiu assinar - | sem telefone | |
| Recilladora São José | Rua 4 46 Guarida | Nubiel [illegible] Rodrigues | 3088366616 | Nubiel Rodrigues |
| Sind. Metalúrgicos | Getulio Vargas | Sandro Barango | 8053313931 | [illegible] |
| Corsan | Getulio Vargas 244 | Edemilson V. Luiz | 7014000504 | [illegible] |
| CEEE | GETULIO VARGAS, 720 | FABIANO DA SILVEIRA LOCO | 9068422791 | Fabiano Lood |
| Assoc. Bairro Tamandaré | Butrus [illegible] | Ademilson Rocha | | x Ademilson |

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1101
Ass.: MFCA

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nason | Marechal Floriano | Rogerio | RG 1338657676 | [illegible] |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1102
Ass.: mfCA

| Convidado | Cargo | Endereço | Data | Recebido por | RG |
|---|---|---|---|---|---|
| Sr. Prof. Maria Tereza Fernandes Correa | Diretora das Faculdades Anhanguera | A. Rheingantz 91 | 26/11/14 | Dayana Soares | 7064527034 |
| Sr Cleide Rodrigues | Sec. Municipal de Infraestrutura | Altamir Lacerda, 930 | 26/11/14 | Diovana | 69518874034 |
| Pedro Artur Neves Valério | Pres.Associação Comercial dos Varejistas | Andradas, 187 | 26/11/14 | Kel Afonso | 8054793172 |
| Cap. de- Mar - e - Guerra Ricardo Pereira da Silva | Capitão dos Portos do RS | Av. Almirante Cerqueira e Souza, 198 | 26/11/14 | CIDCLET | 775305-5 |
| Vice Almirante Leonardo Puntel | Comandante do 5º Distrito Naval | Av. Almirante Cerqueira e Souza, 70 | 26/11/14 | 2º56-FIN | 656233-7 |
| Capitão - de- Mar - e - Guerra Luís Filipe R. Freire | Chefe do Estado Maior do 5º Distrito Naval | Av. Almirante Cerqueira e Souza, 70 | 26/11/14 | 2º56-FIN | 656233-7 |
| Eng. Josenildo Bezerra Alves | Gerente Administração Polo Naval RG | Av. Almirante MAximiano Fonseca 4361 - Barra | 26/11/14 | GRACIELE | 1058076702 |
| Fuzeilo Naval Marcelo Palma | Comandante do Gpt. Fuzileiros Navais de RG | Av. Almirante Maximiano Fonseca s/n - Barra | 26/11/14 | 3º SG Lima | 7148056 |
| Sr. Gilmar Ávila | Sec. Habit. E Regularização Fundiária | Av. Buarque de Macedo s/n | 26/11/14 | Raphael Sena | 2122683432 |
| Sr. Eduardo Lawson | Sec. Controle e serviços urbanos | Av. Buarque de Macedo, 499 | 26/11/14 | MARCELO MORAIS | 37437.217-2 |
| Sr. petter Botelho | Sec. Turismo | Av. Buarque de Macedo, s/n | 26/11/14 | Darina Amaim | 9106699821 |
| Ten. Cel. José Nilo Correa Alves | Comandante do 6º BPM | Av. Honorio Bicalho, 20 | 26/11/14 | 3º SGT Olivera | SP 2295040 |
| Sr. Dirceu Lopes | Superintendente do Porto de Rio Grande | Av. Honorio Bicalho, s/n | 26/11/14 | Cristiana | 7077322134 |
| Exma Reitora Cleusa Dias | Reitora da Furg | Av. Itália Km 08 Campus Carreiros | 26/11/14 | Elis Regina Rocha | 6064527391 |
| Capitão Anderson Castro Rodrigues | Delegado de Poliia Rodoviária Estadual | Av. Itália s/n | 26/11/14 | [illegible] | RG 446410 |
| Paulo Edison Pinho | Presidente Centro de Industrias de RG | Av. Major Carlos Pinto, 373 | 26/11/14 | Paulo | 8031660197 |
| Torquato Ribeiro Pontes Netto | Presidente SindiPesca | Av. Major Carlos Pinto, 373 | 26/11/14 | Paulo | 8031660197 |
| Sr. Edson Lopes | sec. Mobilidade Urbana e Acessibilidade | Av. Major Carlos Pinto, 660B | 26/11/2014 | ROSANA M. | 1106355603 |
| Rafaela Lamer | Diretora do SENAI | Av. Portugal, 184 | 26/11/14 | Liziane Vieira | 607.469.129-3 |
| Dr. Adriano Pereira Zibetti | Promotoria de Justiça | Av. Silva Paes, 191 | 26/11/14 | Paulo | 1014481108 |
| Dra. Suziane Bicca Madruga | Promotoria civil | Av. Silva Paes, 191 | 26/11/14 | Paulo | 1014481108 |
| Dr. Marcio Schlee Gomes | Promotoria de Justiça Criminal | Av. Silva Paes, 191 | 26/11/14 | Paulo | 1014481108 |
| Dr. Luis Antonio Saud Telles | Diretor do Foro Estadual da Comarca de RG | Av. Silva Paes, 249 | 26/11/14 | Marcia | 5038194543 |
| Jorge Luis Bandeira | Presidente Sinduscom | Av. Silva Paes, 266/702 | 26/11/14 | Fátima | 34615415097 |

EM BRANCO

ICMBIO
Fl. 1103
ASSINATURA

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Dr. Elione Luiz Lopes | Delegado Regional de Polícia | Benjamin Constant, 29 3º andar | 26/11/14 | Kimberlly | 038-500-700-00 |
| Inspetor Fabiano Goia | Delegado da Policia Rodoviária Federal | BR 392 Km 28 | 26/11/14 | ARANHA | 201498729 |
| Sr. Vinícius Otavio Benoit Costa | Ibama Regional Rio Grande | Coronel Sampaio, 119 | 26/11/14 | Gencio | 102423435 |
| Sr. Iara Reis Gaspar | Sub Delegacia do Ministério do Trabalho | Gen. Neto, 386 | 26/11/14 | [illegible] | 1046684286 |
| Oscar Marcelo Silveira | Chefe do Setor de Inteligencia da PF | Gen. Osório, 512 | 26/11/14 | DAVID | 022-5200 |
| Sr. Carlos Pavão Xavier | Presidente CDL | General Osório, 430 | 26.11.14 | Maria L.C. | 1039558381 |
| Sr. Renan Lopes | Presidente Câmara de Comércio | General Osório, 430 | 26.11.14 | Jeluza | 707239503 1 |
| Delegado Gabriel Carvalho Leite | Departamento de Policia Federal | General Osório, 512 | 26/11/14 | DAVID | 022.5200 |
| Sra. Nidia Bomfim | Sec. Munic. Gestão Administrativa | General Osório, 536 | 26/11/14 | Filipe | 906315391 |
| Vereador Giovani Bastos Moralles | Presidente da Câmara de Vereadores | General Vitoriano, 441 | 26/11/14 | Rosane | 8069531013 |
| Sr. Ederson Pinto da Silva | Sec. Da Pesca | Largo Eng. João Fernandes Moreira 34 | 26/11/14 | [illegible] | 906638727 |
| Sr. Newton Marques | Sec. Desenv. Emprego e Renda | Largo Eng. João Fernandes Moreira 34 | 26/11/14 | [illegible] | 906638727 |
| Sr. Paulo Roberto de Souza Rodrigues | Sec, de comunicação | Largo Eng. João Fernandes Moreira 34 | 26/11/14 | [illegible] | 906638727 |
| Sr. José Leomar Soares | Sec. Desenvolvimento Primario | Largo Eng. João Fernandes Moreira 34 | 26/11/14 | [illegible] | 906638727 |
| Exmo Sr. Prefeito Alexandre Lindenmeyer | Prefeito Municipal | Largo Eng. João Fernandes Moreira s/n | 26/11/14 | [illegible] | 906638727 |
| Dra. Joane Unfer Caderaro | Diretora da Circunscrição Judiciaria do RS | Marechal Floriano 296 5º andar | 26/11/14 | | |
| Dr. Sergio Renato Tejada Garcia | Juiz Federal 2 Vara | Marechal Floriano 296 5º andar | 26/11/14 | [illegible] | 01823750 80 |
| Dr. Marco Almeida Medeiros | Inspetor Chefe da Receita Federal | Marechal Floriano 300 | 26/11/14 | Karen | 018.564.300-32 |
| Sra Vera Elizabeth da Silva | Sec de Saude | Marechal Floriano, 05 | 26/11/14 | Liliane | 01059534070 |
| Sra. Maria Cristina Juliano | Sec Cidadania ação Social | Marechal Floriano, 05 | 26/11/14 | Liliane | 01059534070 |
| Sr. André Lemes | Sec. Municipal de Educação | Marechal Floriano, 103 | 26/11/14 | Lourdes | 701673389 |
| Sr. Paulo Garcia | Secretario Municipal da Fazenda | Marechal Floriano, 201 | 26/11/14 | Josi Reinaldo | 427377.610-34 |
| Sr. João Carlos Brahm Cousin | Secretario de Coordenação e Planejamento | Marechal Floriano, 248 | 26/11/14 | Helena | 310773 040 04 |
| Dr. Fernando Machiavelli Pacheco | Procuradoria da República | Marechal Floriano, 518 | 26/11/14 | HELMUTH | 2814-2 |
| Dra Anelise Becker | Procuradoria da República | Marechal Floriano, 518 | 26/11/14 | HELMUTH | 2814-2 |

EM BRANCO

DILICIIBAMA
Fls. 1104
Rs. DMFCA

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Sr. Marcio Silvestre dos Sant | Procuradoria da República | Marechal Floriano, 518 | 26/11/14 | HELMUTH | 2814-2 |
| Sr. Celso dos Santos | Sec. De Cultura | Marechal Floriano, 91 | 26/11/14 | Franciane | 6087376551 |
| Dr. Pedro Ernesto Lassance Pereira | Chefe da Agência da Fazenda Estadual | Rua Ewbank s/n 4 º andar | 26/11/14 | Anderson | 8004190651 |
| Sr. Paulo Renato de Mattos Gomes | Sec. Cassino | Rua Fernando Freire, 412 | 26/11/14 | Elenice | 3054797745 |
| Sra Miriam Balestro Floriano | Sec. Meio Ambiente | Rua Pinto Lima, 64 | 26/11/14 | Mery Espinola | 2032090264 |
| Joel de Ávila | Presidente Sindicato Rural de Rio Grande | Visconde do Rio Branco, 1445 | 26/11/14 | GILMAR NOVELI | 7055211807 |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

EM BRANCO

RGM | Rio Grande Mineração SA

DILIC/IBAMA
Fl. 1105
Ass.:

DILIC/IBAMA
Fl. 1105
Ass.:

RGM
Rio Grande
Mineração SA

Rua dos Navegantes, 110 - Distrito de Bujuru
São José do Norte/RS - CEP: 96225-000
www.riograndemineracao.com.br

DILIC/IBAMA
Fl. 1106
Ass.: mfca

# CARRO SOM

# RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1107
Ass.: MFCA

1) **CARRO SOM RIO GRANDE**

Empresa: Dado Sonorização

Período: 26/11 à 3/12

Tempo: 22 horas

**Cronograma:**

26/11 – 2 horas

27/11 – 2 horas

28/11 – 2 horas

29/11 – 2 horas

30/11 – 2 horas

01/12 – 2 horas pela manhã

02/12 – 2 horas pela manhã – 2 horas pela tarde

03/12 - 2 horas pela manhã – 4 horas pela tarde

DILIC/IBAMA
Fl. 1108
Ass.:

*** CD anexo com áudio veiculado

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1109
Ass.: MFCA

## 2) CARRO SOM SÃO JOSÉ DO NORTE

Empresa: Estudio Viva Voz

Período: 26/11 à 4/12

Tempo: 20 horas

26/11 –1 hora

27/11 – 1 hora

28/11 – 2 horas

29/11 – 2 horas

30/11 – 2 horas

01/12 – 2 horas pela manhã

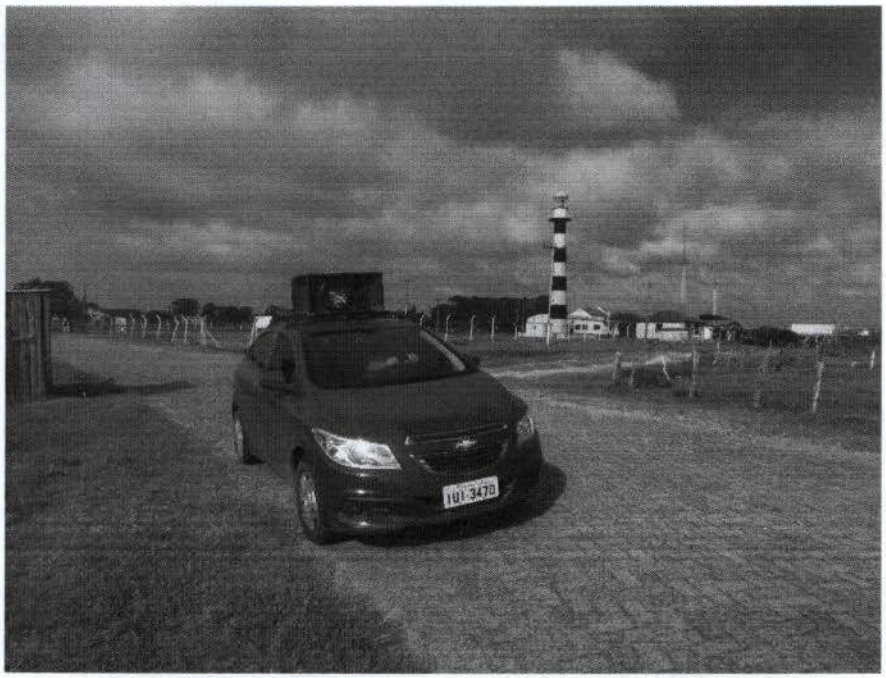
02/12 – 2 horas pela manhã

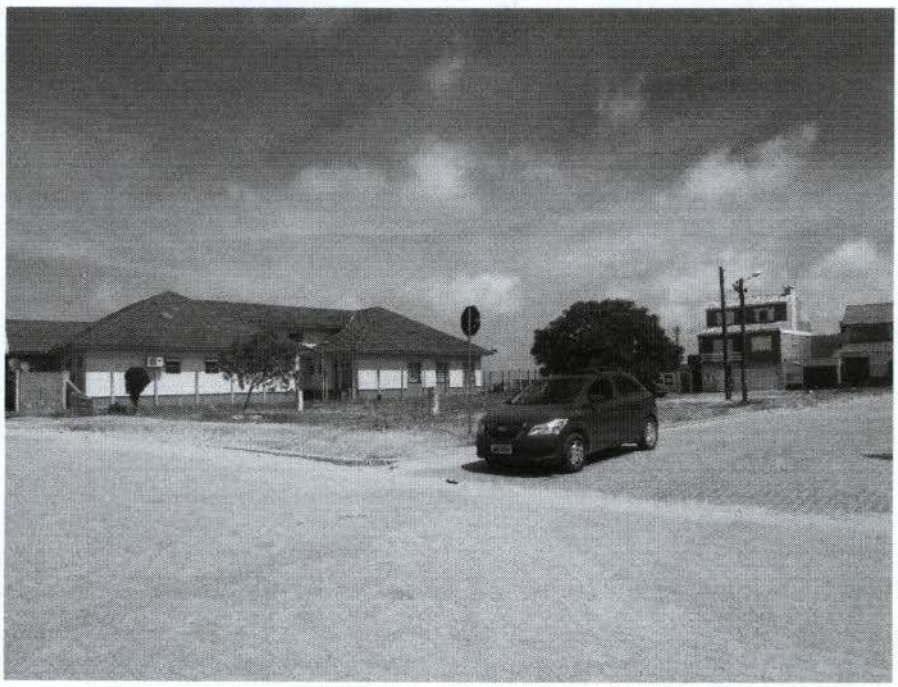
03/12 - 2 horas pela manhã – 2 horas pela tarde

04/12 – 2 horas pela manhã – 2 horas pela tarde

M BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1110
Ass.: MFCA



EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1111
Ass.: MFCA

*** CD anexo com áudio veiculado

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1112
Ass.: MFCA

# CARTAZES

# RIO GRANDE E SÃO JOSE DO NORTE

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1113
Ass.: mFCA

## Cartazes de divulgação da Audiência Pública: (Entre os dias 24 e 25 de novembro de 2014)

(15 de Novembro)

(Aragão Bozano)

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1114
Ass.: MFCA

Correio (Marechal Floriano)

Brisamar (Marechal Floriano)

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 115
Ass.: MCA

(Edegardo Pereira Velho)

(Edgardo Pereira Velho)

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1116
Ass.: mFCA

Rodoviária (Pinto Nogueira)

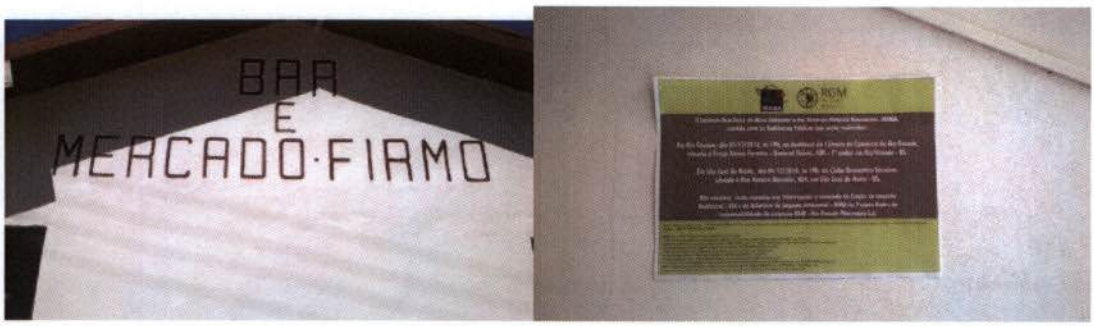
Caçulão (Pinto Nogueira)

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1116
Ass.: mfCA

Colônia dos Pescadores (General Osorio)

Bar e Mercado Castelo- Capivaras



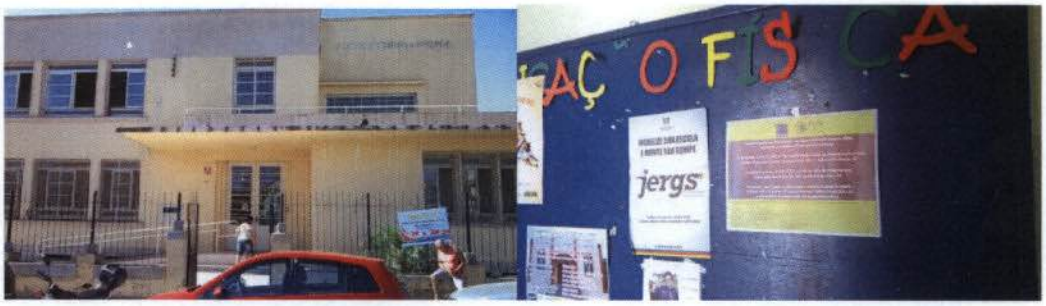

Bar e Mercado Firmo- Capivaras

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1117
Ass.:

Clube Recreativo e Cultura Sócrates- Ramiro Barcelos

Eletronorte- Aragão Bozano




Escola Marques de Souza- Marechal Floriano Peixoto

Escola Monteiro Lobato- Rua 1 Carlos Santos

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1118
Ass.:

Escola São José- Ramiro Barcelos

JB Cópias- Ramiro Barcelos

Casa de Carnes Gildo- Ramiro Barcelos

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1119
Ass.:

Mercado Altas Horas- Av. Getulio Vargas

Lotérica do Ziza- Ramiro Barcelos

Lotérica Mar Grosso- Marechal Floriano Peixoto

EM BRANCO

DILICIIBAMA
Fl. 1120
Ass.: MFCA

Associação Semente da Esperança- Erico Ribeiro da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos- Av. Getulio Vargas

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de SJN- Silva Jardim

EM BRANCO

IBAMA
Fl. 1121
Ass.: MFCA

Mini Mercado Eber- Brutus Nader

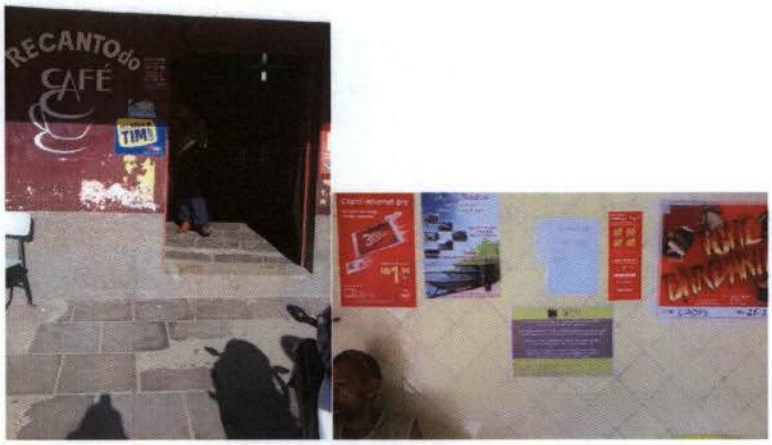
Padaria Doce Mel- Ramiro Barcelos

Bar do Baiano- Silva Jardim

Mercado Medeiros de Medeiros- Edgardo Pereira Velho

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1122
Ass.: mfCA




Recanto do Café- Marechal Floriano Peixoto

Mercado e Açougue Elizandro- Julio Miguel dos Santos

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1123
Ass.: mfCA

APAE SJN- Rua 16 de Julho

Mini Mercado e Açougue Econômico- Ramiro Barcelos

Padaria e Mini Mercado Pinheiro- Comendador Carlos Santos

EMBRA

DILIC/IBAMA
Fl. 1124
Ass.: MFCA

Lotérica Arona- Getulio Vargas

Salão e Barbearia- Rua 15 de Novembro

Bar do Paraguai- General Osório

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1125
Ass.: MFCA

Bar do Pescador- Capivaras

Bar do Lelen- Várzea

Mercado do Fogão- Passinho

Agropecuária Querência- Carlos Bulamarque

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1126
Ass.: MFCA

Bar do Marujo- Rua 1, Bairro Brasília

Clube Recreativo e Cultural Sócrates- Ramiro Barcelos

Comercial Alves- Carlos Bulamarque

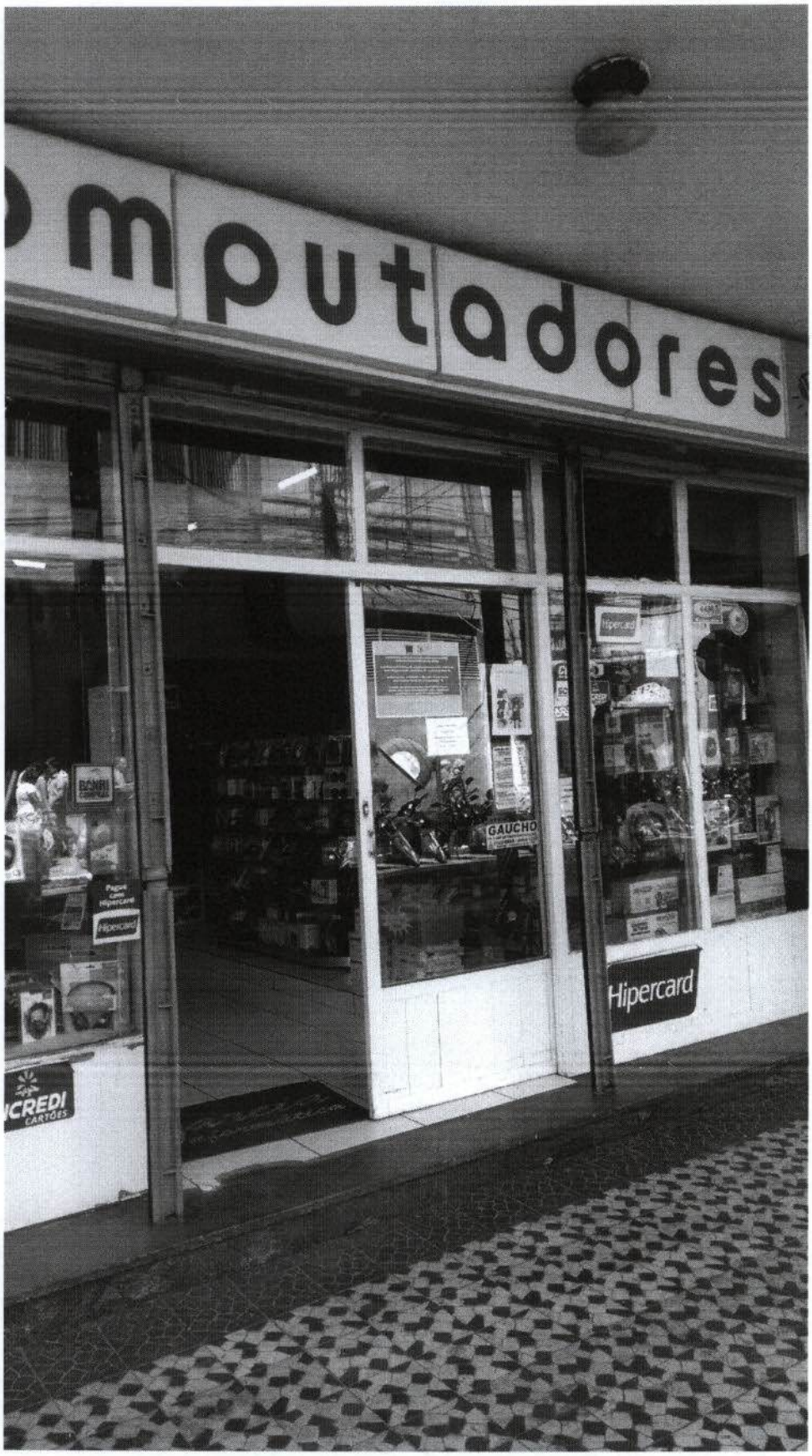
Escola João de Deus Colares- Fernando Duprat

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1127
Ass.: MFCA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1128
Ass.: MFCA



EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1129
Ass.: mfCA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Mineração e Obras Civis
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098
www.ibama.gov.br

DILIC/IBAMA
Fl. 1130
Ass.: mfoA

OF 02001.001281/2015-28 COMOC/IBAMA

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor
Carlos RS Machado
Coordenador da Furg - Universidade Federal do Rio Grande
Av. Itália, km 8 - s/nº
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96201900

Assunto: **Atendimento às solicitações**

Senhor Coordenador,

1. Em atenção ao documento enviado ao Ibama, entitulado: "Pedido de esclarecimentos e informações ao Ibama/Dilic sobre o licenciamento ambiental do Projeto de Mineração de titânio e zircônio- Projeto Retiro da Rio Grande Mineração – em São José do Norte/RS", comunicamos que as considerações encaminhadas serão avaliadas pela equipe responsável pela análise do EIA/RIMA, de acordo com a legislação vigente.

2. No que tange à solicitação de envio de cópia digital das Atas das audiências e das gravações das audiências, além da cópia das perguntas realizadas durante a realização das audiências públicas, informamos como possível remetê-las a Vossa Senhoria. Para tanto, solicitamos o envio de 10 (dez) DVD's para que este Instituto possa viabilizar o solicitado.

Atenciosamente,

**JONATAS SOUZA DA TRINDADE**
Coordenador da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1131
Ass.: MFCA

DIGITALIZADO NO IBAMA

**Ofício N.º 024/2015-SMMA**

São José do Norte, 10 de fevereiro de 2015.

Exmo. Senhor: Diretor

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção ao ofício 02001.012697/2014-91-DILIC IBAMA, o qual solicita que seja enviado o respectivo parecer técnico evidenciando as possíveis preocupações desse órgão, solicitamos uma nova prorrogação de prazo de resposta por mais 45 dias, a contar da data de hoje. Considerando a complexidade e o grande volume de trabalho que envolve a SMMA.

Sem mais para o momento, reiteramos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Kinae R. Mukai

Kinae Rodrigues Mukai
Secretária do Meio Ambiente

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: OF.
Nº. 02001.002595/2015-48
Recebido em 12/02/2015
Assinatura

Ilmo. Senhor
**THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO**
**DIRETOR SUBSTITUTO DA DILIC-IBAMA**
**SEDE DO IBAMA-CX POSTAL Nº 09566**
**BRASÍLIA-DF**

À: Comoc.
Por pertinência. 19/02/15

Aos Analistas Ambientais

Aristela

Mariana

Marcus Vinicius

Patrício

Para conhecimento e acompanhamento. Favor elaborar minuta de resposta ao interessado, informando/confirmando o recebimento do pedido de prorrogação de prazo para resposta.

Em 23/02/15.

Att,

Jônatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração
e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

DILIC/IBAMA
Fl. 1133
Ass:

( ETIQUETA DO

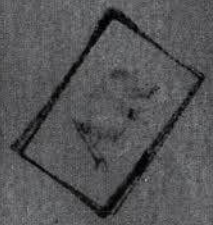
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE – RS
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
RUA XV DE NOVEMBRO N.º 164 – CENTRO
CEP: 96225-000
SÃO JOSÉ DO NORTE – RS

IBAMA - DLA SCEN TRECHO 2

CX POSTAL 09566

SEDE DO IBAMA - CX POSTAL Nº 09566

CEP: 70818-900 | BRASÍLIA DF BRASIL



COMOC/DILIC
Fls.: 1133
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Mineração e Obras Civis

PAR. 02001.000703/2015-48 COMOC/IBAMA

**Assunto:** Relatório referente à vistoria técnica ao Projeto Retiro.

**Origem:** Coordenação de Mineração e Obras Civis

**Ementa:** Relatório referente à vistoria técnica realizada nas Áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AII) do empreendimento denominado Projeto Retiro, que visa a exploração mineral de ilmenita, zirconita e rutilo, em São José do Norte/RS. Processo IBAMA n° 02001.004046/2011-84.

1. Segue anexo o Relatório da vistoria técnica realizada nas Áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AII) do empreendimento denominado Projeto Retiro, que visa a exploração mineral de ilmenita, zirconita e rutilo, nos municípios gaúchos de São José do Norte e Rio Grande;

2. A citada vistoria foi realizada no período entre os dias 17 a 21 de novembro de 2014 pelos servidores Marcus Vinícius Mendonça (meio biótico), Mariana Azevedo (meio fisico) e Patrício Gomes (meio socioeconômico). Entretanto, com vistas a otimização do tempo disponível optou-se pela divisão em duas frentes para realização da vistoria, de modo que, em função da estreita correlação entre os meios físicos e bióticos, uma frente foi formada pelos servidores Marcus Vinícius e Mariana e a outra frente composta pelo servidor Patrício Gomes. Em ambas as frentes tiveram presentes consultores contratados pelo empreendedor com a finalidade de apresentar o empreendimento e dirimir as dúvidas/esclarecimentos que no transcurso da vistoria surgiram;

3. Isto posto, cabe esclarecer que o relatório que se segue abrange exclusivamente assuntos atinentes aos meios físicos e bióticos, ao passo que, o relatório de vistoria referente ao meio socioeconômico seguiu em relatório próprio.

4. No Anexo I é apresentado o Relatório de Vistoria propriamente dito;

5. No Anexo II segue o relatório fotográfico da vistoria; e

6. Por fim, no Anexo III segue mapa contendo a marcação dos pontos visitados durante a vistoria realizada.

Brasília, 27 de fevereiro de 2015

Marcus Vinícius de P. Mendonça

**Marcus Vinícius de Paiva Mendonça**
Analista Ambiental da COMOC/IBAMA

Mariana Carriconde

**Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo**
Analista da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1134
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA



# RELATÓRIO DE VISTORIA

| | |
|---|---|
| Assunto: | Relatório de vistoria do empreendimento "Projeto Retiro" cujo empreendedor se trata da Rio Grande Mineração – RGM. |
| Processo n°: | 02001.004046/2011-84 |
| Período: | 17/11/2014 a 21/11/2014 |
| Anexo: | Relatório fotográfico;<br>Mapa de áreas observadas. |

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo documentar a vistoria técnica realizada na área do "Projeto Retiro", empreendimento que visa realizar a exploração mineral de ilmenita, rutilo e zirconita no município de São José do Norte/RS. O empreendedor em questão se trata da Rio Grande Mineração – RGM.

A equipe do IBAMA responsável pela vistoria foi composta pelos Analistas Ambientais Marcus Vinícius de Paiva Mendonça (Meio Biótico - Flora) e Patrício Melo Gomes (Meio Socioeconômico) e pela Analista de Infraestrutura Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo (Meio Físico).

O relato que se segue refere tão somente aos aspectos ligados ao meio físico e às questões atinentes à flora, componente do meio biótico.

## 2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

***Segunda-feira, 17.11.2014***

A equipe do Ibama embarcou em voo comercial de Brasília/DF até Porto Alegre/RS de onde se deslocou via terrestre até São José do Norte/RS.

***Terça-feira, 18.11.2014***

O período da manhã foi dedicado a apresentações sucintas do empreendimento por parte do empreendedor e das consultorias por ele contratadas. As apresentações foram realizadas separadas por temas. Os temas abordados foram os dados e as análises integrantes do EIA/RIMA, protocolado junto ao IBAMA, para os meios físico, biótico e socioeconômico. Ainda no período



MFCA

matutino registramos a participação nas apresentações do Analista Ambiental Luís Eduardo Torma Burgueño, lotado no ESREG/IBAMA de Rio Grande/RS. Na ocasião o referido servidor foi convidado pelos signatários a participar da vistoria.

No período vespertino, tendo em vista a otimização da vistoria e em virtude da estreita correlação dos assuntos, a equipe do IBAMA foi dividida em duas subequipes, uma com foco nos meios físico e biótico e a outra com foco no meio socioeconômico. Desta feita, os presentes signatários seguiram para vistoria de campo nas áreas direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento em apartado da subequipe da socioeconomia. Para tanto, fomos acompanhados pelos técnicos/consultores da RGM Aureliano (Geólogo) e Renato (Biólogo) que participaram do levantamento de dados e elaboração do EIA/RIMA.

Em função da estratégia e dinâmica adotada pela equipe para a vistoria, tentou-se cobrir o máximo possível da área prevista para ser afetada pelo empreendimento. Assim sendo, a equipe de vistoria do Ibama priorizou, inicialmente, o reconhecimento do todo perímetro do empreendimento, considerando para tanto inclusive a área de influência indireta. Ato contínuo, em alguns casos, foram destacados pontos específicos que, em função de suas relevâncias ambientais, foram eleitos com vistas a refinar o reconhecimento da área em questão, sendo-os descritos a seguir.

No ponto A (figuras 01 a 06), coordenadas UTM 22J 401213 m E 6460960 m S, trata-se do local previsto para início da frente lavra, pôde-se observar a presença esparsa de gramíneas, algumas "dunas" não vegetadas e a presença de alguns indivíduos de *Pinnus sp*. Nas adjacências desta área, foi observada uma concentração de arbustos e pequenas árvores, porém segundo os consultores que acompanhavam a vistoria, esta área estaria fora dos limites de lavra mineral. Em tal ponto, sinais evidentes do alto grau de antropismo na área foram percebidos em função da quantidade de marcas de pneus na areia, denotando trânsito frequente de veículos, e pela quantidade de lixo disposto no local. Próximo a este ponto, localiza-se o lixão municipal de São José do Norte/RS o qual é alvo de descrição mais detalhada no ponto em seguida.

No ponto B (figuras 07 a 12), coordenadas UTM 22J 402170 m E 6460597 m S, lixão municipal de São José do Norte/RS. Observou-se que esta área encontra-se devidamente cercada porém foi verificado depósitos irregulares nas adjacências externas da cerca inclusive em contato com a água em pontos aflorantes e em canais de drenagem próximos. Observou-se também presença abundante de mamonas, espécie conhecida por colonizar ambientes de lixões. Segundo os consultores, este lixão se encontra em processo de regularização em função do passivo ambiental existente, que está fora da frente de lavra e que foram realizados estudos que chegaram a conclusão que não há influencia direta do lixão sobre a área de lavra. Além disso, o empreendedor instalou alguns poços piezométricos ao redor do lixão para determinação da pluma de contaminação



MFCA

COMOC/DILIC
Fls.: 1135
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA



oriunda do mesmo, sendo que esta pluma não foi detectada mesmo após análises de qualidade da água.

No ponto C (figuras 13 a 14), coordenadas UTM 22J 408459 m E 6465826 m S, se trata da alternativa preferencial para instalação da Planta da Separação Mineral (PSM). A área em tela se trata de uma propriedade rural estabelecida coberta predominantemente por pastagens. Segundo os consultores presentes, a área em tela mede cerca de 160 hectares sendo que dentre os quais de 30 a 40 hectares serão ocupadas efetivamente pela PSM e suas estruturas de apoio, tanto administrativas como o posto para abastecimento dos caminhões utilizados no transporte com tanque de capacidade de 15.000 litros. Ainda nesta área existe a possibilidade, segundo o empreendedor, de abrigar uma subestação de energia caso se confirme o fornecimento de energia elétrica pela respectiva companhia estadual (CEEE), e esta opção seria preferencial ao plano de utilização de geradores descrito no EIA/RIMA. Para tanto, nos foi informado que será necessária a substituição da linha de transmissão atual, paralela à BR-101, por outra de maior capacidade num trecho aproximado de 12 quilômetros.

No ponto D (figuras 15 a 16), coordenadas UTM 22J 409786 m E 6464230 m S, furo de sondagem próximo ao plantio de *Pinnus sp.*

No ponto E (figuras 17 a 21) coordenadas UTM 22J 410325 m E 6463673 m S, local do piezômetro n° 05 da RGM, disposto em meio ao plantio de *Pinnus sp.* Nas adjacências deste piezômetro verificou-se a deposição de lixo proveniente das atividades de exploração de resina de Pinus, inclusive no canal de drenagem contíguo à estrada de serviço da Flopal (empresa que faz a exploração da resina do *Pinnus sp*).

Durante o trajeto de retorno a cidade de São José do Norte/RS foi vistoriado alguns trechos de banhado e pequenos arroios (riachos) que correm em direção ao mar, os quais, segundo os consultores, não serão atingidos pela frente lavra (figura 22). Ainda, foi vistoriada a Av. Perimetral a qual contorna a citada cidade evitando assim o trânsito de veículos pesados na área urbana, caso se confirme a possibilidade de embarque do minério a partir do Estaleiro EBR o que evitaria a travessia de balsa para embarque do minério em porto na cidade de Rio Grande/RS.

***Quarta-feira, 19.11.2014***

No ponto F (figuras 23 a 26), coordenadas UTM 22J 411965 m E 6459902 m S, foi visitada uma área com resquício de vegetação natural, composta por gramíneas que recobrem parte das "dunas" entre a praia e plantação de Pinus da Flopal (empresa florestadora que explora o cultivo de *Pinnus sp* em São José do Norte). Em virtude de no dia anterior ter-se tido a possibilidade de uma



MFCA

visualização mais geral do empreendimento, restou claro que o polígono vistoriado encontra-se fortemente antropizado, onde as paisagens e vegetações naturais foram maciçamente substituídas por monocultivo de *Pinnus sp*, plantações de cebolas e pastagens em menores escalas.

No ponto G, coordenadas UTM 22J 415625 m E 6463466 m S, visitou-se o ponto de amostragem n° 15 (PA-15) de coleta para teste de qualidade da água localizado em arroio situado em meio às "dunas" entre a praia e um outro resquício de vegetação natural classificada pelos consultores como restinga arbóreo-arbustiva de pequeno porte.

No ponto H (figura 27), coordenadas UTM 22J 425719 m E 6471449 m S, ponto de intersecção entre fragmento de vegetação natural (gramíneas) e plantio de *Pinnus sp* próximo a linha da praia. Como já relatado acima, reafirmamos que o polígono vistoriado encontra-se fortemente antropizado por silvicultura de Pinus, cultivo de cebola e pastagens associadas a bovinos, que em alguns momentos foram vistos pastando na vegetação de gramíneas resquícios de vegetação natural paralela a linha da praia.

No ponto I (figuras 28 a 29), coordenadas UTM 22J 431083 m E 6476712 m S, local chamado Barra do Estreito, onde o sangradouro do banhado dá início a um arroio (riacho) que corre em direção ao mar. Neste local, em função de sua beleza cênica, verifica-se a presença de casebres, de alguns bovinos pastando soltos e a grande proximidade com a plantação de Pinus, evidenciando ocupação antrópica. Segundo os consultores presentes na vistoria, este arroio, em virtude fazer a ligação entre o banhado e o mar, cumpre importante função ecológica como berçários para algumas espécies de peixes, em especial as tainhas, por necessitarem cumprir parte do seu ciclo de vida no mar e, durante período reprodutivo, necessitarem de águas doces.

No ponto J (figuras 30 a 34), coordenadas UTM 22H 396831 m E 6444229 m S, localização mais próxima entre o município de São José do Norte/RS e o complexo portuário de Rio Grande/RS, próxima ao Refúgio de Vida Silvestre do Molhe Leste, unidade de conservação municipal de São José do Norte/RS, sendo um dos dois refúgios de pinípedes no Rio Grande do Sul. Deste ponto, avista-se o complexo portuário de Rio Grande/RS além do avistamento de alguns exemplares de leões-marinhos nesta ocasião.

***Quinta-feira, 20.11.2014***

No período matutino foram visitados os pontos K, L e M.

No ponto K (figuras 35 a 36), coordenadas UTM 22H 394769 m E 6446541 m S, local da alternativa locacional apresentada no EIA para a Usina de Beneficiamento (UB) em Rio Grande. Entretanto, esta alternativa tem sido preterida em relação a alternativa de embarque em São José do Norte/RS, o que



MFOA

evitaria da travessia por balsas do minério pela Lagoa dos Patos.

No ponto L (figuras 37 a 38), coordenadas UTM 22H 395831 m E 6446209 m S, local do antigo atracadouro das barcas de São José do Norte/RS. Este ponto é o local de chegada do mineroduto apresentado no EIA como alternativa tecnológica ao transporte do minério antes do embarque em navios. Conforme indicado pelo empreendedor e mediante a tecnologia atualmente disponível para fluxo turbulento, se mostrou, além de dispendiosa, que é de difícil operação em função da granulometria e densidade dos minérios a serem bombeados além de altamente suscetíveis a entupimento da tubulação em casos de interrupção de bombeamento, seja por queda no fornecimento de energia elétrica seja por problemas nas bombas. Destaca-se o fato de todo o complexo portuário de Rio Grande/RS ser licenciado ambientalmente pelo OEMA/RS.

No ponto M (figuras 39 a 40), coordenadas UTM 22H 401834 m E 6454123 m S, local do Estaleiro EBR, que atualmente se encontra em fase de construção. Segundo informações do empreendedor, já foram iniciadas tratativas entre a RGM e o citado estaleiro no sentido para viabilizar o embarque do minério em um dos três berços de atracação do estaleiro. Ainda segundo o empreendedor, o referido estaleiro conta em sua retroárea com local disponível para estocagem do minério o qual será embarcado em navios através de *shiploader* móvel. Além disso, na área da EBR foi mostrada uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) similar a que se pretende utilizar na PSM da RGM para tratamentos dos efluentes gerados inclusive o de esgoto sanitário.

No período vespertino foi realizada na sede regional da RGM reunião de fechamento da vistoria, dentre os temas abordados destacam-se o que se segue:

- O empreendedor apontou a possibilidade de montar preferencialmente uma subestação de energia elétrica na área da PSM em função de concessionária estadual congênere disponibilizar energia elétrica para a atividade. Para tanto, será imperioso substituir a linha de transmissão em cerca de 12 quilômetros que fica na faixa de domínio da BR-101 e que para tanto já se encontra em avançadas tratativas junto DNIT. Enquanto não forem concluídas as tratativas com a CEEE e a substituição das linhas de transmissão, será utilizado o sistema de geradores descrito no EIA/RIMA;
- Com relação as tratativas junto ao IPHAN, o empreendedor informou que o citado Instituto aprovou ao plano de trabalho na Área Diretamente Afetada (ADA), porém, ainda afirmou que as pesquisas para refinamento das sondagens constataram que o teor dos minérios de interesse nestes pontos não são viáveis economicamente de exploração. Em face disso, afirmou que as áreas com vestígios arquelógicos não serão lavrados;
- No que se refere as tratativas entre a RGM e a FLOPAL (empresa que explora a resina dos *Pinnus sp*), o empreendedor informou que já


mfCA

apresentou proposta à florestadora, porém não havia até aquele momento formalizado.

***Sexta-feira, 21.11.2014***

A equipe do Ibama se deslocou via terrestre de São José do Norte/RS até Porto Alegre/RS de onde embarcou em voo comercial até Brasília/DF, finalizando a vistoria.

É o relatório.

Marcus Vinicius de Paiva Mendonça
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

Ciente.

Em 4/3/15

Juliana Alves Oliveira
Coordenadora de Mineração
Obras Civis - Substituta
COMOC/CGTMO/IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 1137
Proc.: 4046/2011
Rubr.: mfCA

# Anexo II
## Relatório Fotográfico

**Figura 01**. Local previsto para início da frente de lavra. Conforme pode perceber pelas muitas marcas de pneus diferentes deixadas na areia além de outros vestígios, pode-se inferir em grau importante de antropismo no local.

**Figura 02**. Vestígios de lixo e marcas de pneus em área próxima ao ponto de início da frente de lavra.

**Figura 03.** Lixo deixado na área próxima ao ponto de início da frente de lavra.

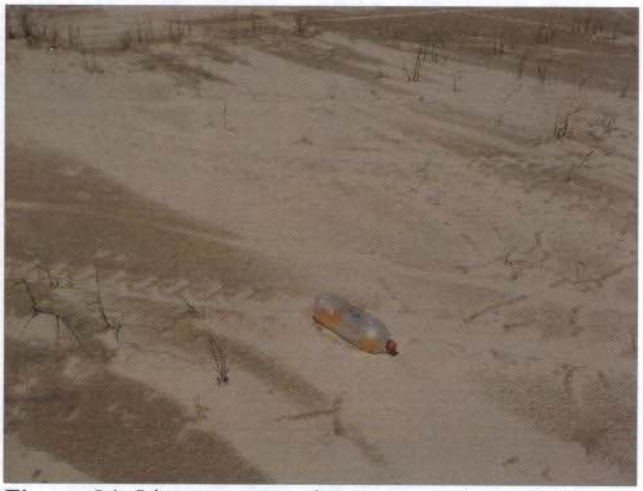


**Figura 04.** Lixo e marcas de pneus em área próxima ao ponto de início da frente de lavra.

**Figura 05.** Ponto no início da frente de lavra. A vegetação é tipicamente psamófila em mosaicos. Contribuem para fixação de dunas. Ao fundo a Lagoa dos Patos.

**Figura 06.** Vegetação arbustiva típica de ambientes psamófilos (ambientes arenosos).

mfCA

**Figura 07.** Lixo/entulho depositado ao longo da estrada de chão nas proximidades da área prevista para o início da lavra e do lixão municipal de São José do Norte/RS.

**Figura 08.** Deposição inapropriada de lixo/entulho ao longo da estrada de chão no entorno do lixão municipal de São José do Norte/RS, nas proximidades da área prevista para o início da lavra.

**Figura 09.** Registro de lixo/entulho depositado no lixão municipal de São José do Norte/RS, em regularização, coberto vegetação típica (mamona) desse tipo de ambiente.

**Figura 10.** Deposição inapropriada de lixo/entulho no entorno do lixão municipal de São José do Norte/RS.

**Figura 11.** Lixo/entulho depositado ao longo da drenagem pluvial da estrada de chão e pontos aflorantes de água, próximo do lixão municipal de São José do Norte/RS.

**Figura 12.** Poço de monitoramento da qualidade da água subterrânea disposto ao lado do lixão municipal de São José do Norte/RS.

COMOC/DILIC
Fls.: 1138
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

**Figura 13.** Área de propriedade rural escolhida como alternativa preferencial para instalação da Planta da Separação Mineral (PSM), com poste de linha de transmissão à direita.

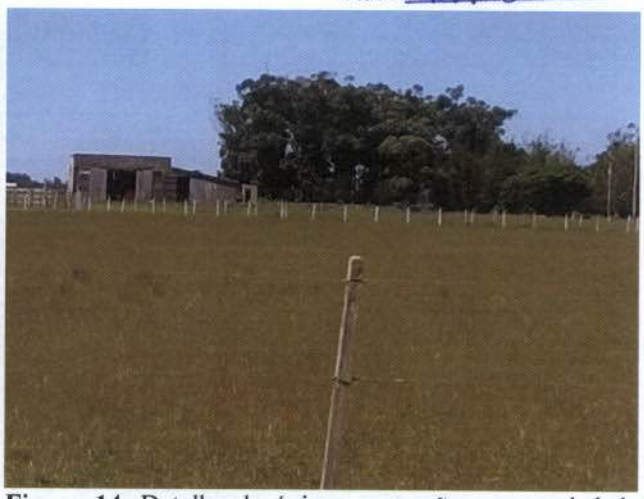


**Figura 14.** Detalhe da única construção na propriedade rural.

**Figura 15.** Furo de sondagem da RGM situado próximo ao plantio de *Pinus* da FLOPAL.

**Figura 16.** Detalhe da plaqueta de identificação do furo de sondagem da RGM situado próximo ao plantio de *Pinus* da Flopal.

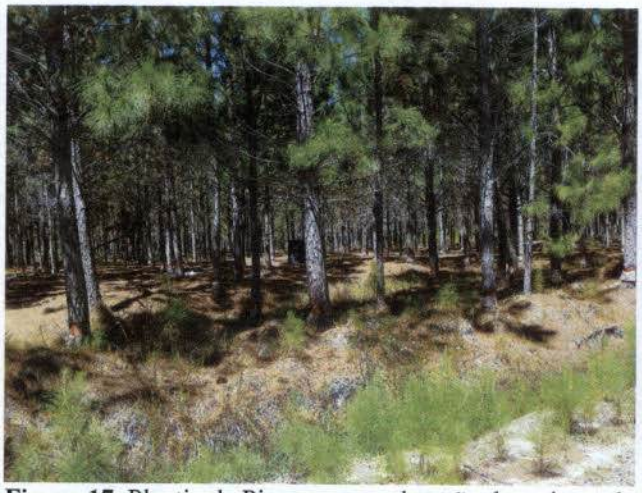


**Figura 17.** Plantio de Pinus para exploração de resina pela FLOPAL, no entanto esta área se encontra dentro do polígono a ser lavrado.

**Figura 18.** Detalhe da extração de resina de Pinus na área da FLOPAL.

MFCA

**Figura 19.** Detalhe do piezômetro n° 05 da RGM instalado na área de plantio de Pinus da FLOPAL.

**Figura 20.** Detalhe de um canal de drenagem na área da FLOPAL.

**Figura 21.** Detalhe da deposição inapropriada de resíduos sólidos em canal de drenagem na área da FLOPAL.

**Figura 22.** Sangradouro do banhado na Barra do Estreito formando um arroio. Neste ponto, foram avistados bovinos, além de resquícios de ocupação humana nas suas proximidades confirmadas por "chalés" erguidos.

**Figura 23.** Vegetação natural composta por gramíneas. Exercem função de fixação de dunas.

**Figura 24.** Vegetação natural composta por gramíneas e ao fundo nota-se vegetação de restinga arbóreo-arbustiva (de maior porte).

COMOC/DILIC
Fls.: 1139
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

**Figura 25.** Detalhe da transição dos tipos vegetacionais entre gramíneas e restinga arbóreo-arbustiva

**Figura 26.** Detalhe das gramíneas como fixadora de dunas. Ao fundo, o mar.

**Figura 27.** Da linha da praia foi avistado um rebanho bovino que se alimentava das gramíneas fixadora de dunas, além do plantio de Pinus ao fundo, o que ressalta o relevante grau de atividades antrópicas da área do empreendimento, tanto na AID como na AII.

**Figura 28.** Vista da Barra do Estreito e evidência de antropização nas suas proximidades.

**Figura 29.** Vista em direção ao mar da Barra do Estreito com plantação de Pinus em ambas as margens.

**Figura 30.** Vista do complexo portuário de Rio Grande/RS a partir de São José do Norte/RS.

MFCA

**Figura 31.** Vista da parte do município de São José do Norte/RS mais próxima ao município de Rio Grande/RS com indícios de antropização, ao fundo a cidade de São José do Norte e à esquerda a Lagoa dos Patos.

**Figura 32.** Vista do Refúgio da Vida Silvestre (RVS) do Molhe Leste em São José do Norte/RS e ao fundo complexo portuário de Rio Grande/RS.

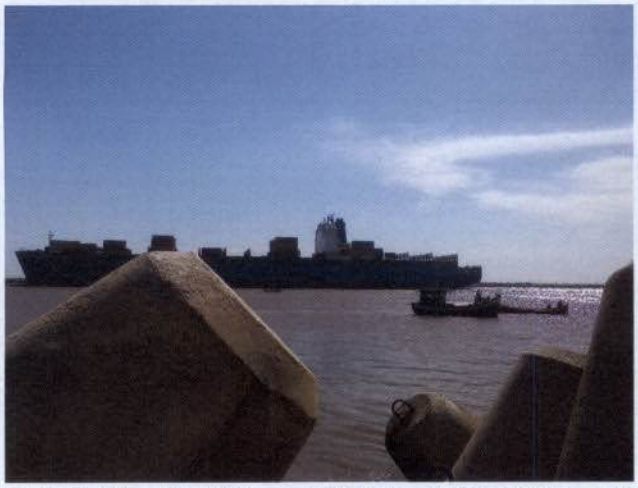


**Figura 33.** Grandes e pequenas embarcações, que poderiam ser usadas no escoamento para exportação do excedente de produção, vistas do RVS do Molhe Leste.

**Figura 34.** Leões marinhos vistos no RVS do Molhe Leste na saída da Lagoa dos Patos.

**Figura 35.** No Distrito Industrial de Rio Grande, local proposto como alternativa locacional 01 para a Usina de Beneficiamento (UB).

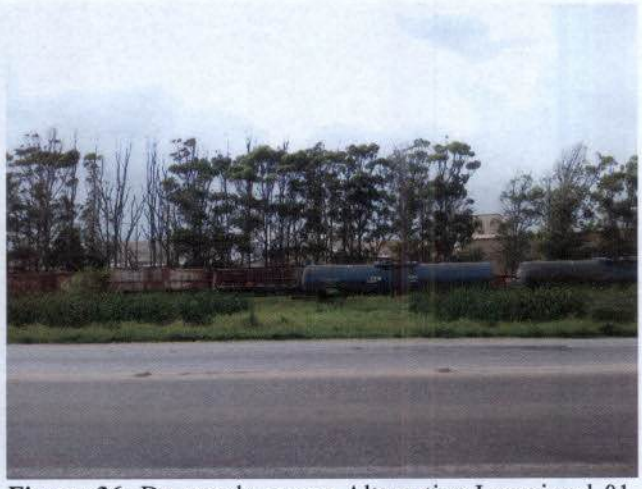


**Figura 36.** De acordo com a Alternativa Locacional 01, vista do local onde ocorreria o embarque dos minérios processados em navios. Da UB até o ponto de embarque o transporte do minério seria através de correias transportadoras.

COMOC/DILIC
Fls.: 1190
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

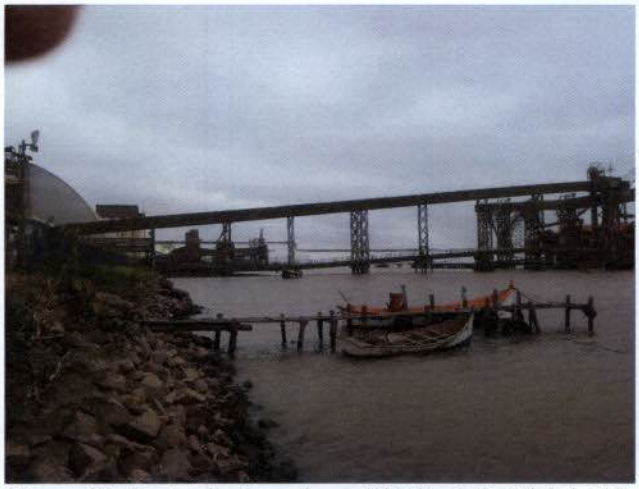


**Figura 37.** Ponto de chegada no Distrito Industrial de Rio Grande do mineroduto conforme proposto na Alternativa Locacional 01.

**Figura 38.** Vista do local aproximado da travessia do mineroduto (Alternativa 01). Ao fundo o município de São José do Norte/RS.

**Figura 39.** Vista para o Estaleiro EBR (em construção), alternativa para o embarque em São José do Norte para o minério em navios.

**Figura 40.** Vista para o Estaleiro EBR (em construção), alternativa para o embarque em São José do Norte para o minério em navios.

MFCA

EM BRANCO

Pelotas
Barra do Estreito
Próximo Intersecção Pinnus x Fragmento
PSM
Resq. de Veg. Natural e Ponto de Amostragem de Água n° 15
Piezômetro n° 05 RGM
Resquício de Veg. Natural
Lixão Municipal
BR 101
Estaleiro EBR - local de embarque do minério.
Rio Grande
BR 392
BR 471
Local de Chegada Mineroduto
Alternativa a PSM
RS-30
RVS Molhe Leste
RS-734
14.4 km
Cassino
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
© 2014 Google
Image © 2014 DigitalGlobe
Image © 2014 CNES / Astrium
Data das imagens: 7/24/2014
altitude do ponto de visão
Google

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

DILIC/IBAMA
Fl. 1141
Ass.: MFCA

OF 02001.002107/2015-01 DILIC/IBAMA

Brasília, 28 de fevereiro de 2015.

À Senhora
ANELISE BECKER
Procuradora da República da Procuradoria da Republica no Rio Grande do Sul
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Resposta ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS n° 1795/2014. I.C. n° 1.29.006.000189/2012-59. Projeto Retiro.**

REFERENCIA: OF 02001.024200/2014-87/MPF/PR/RS

Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, informo a Vossa Senhoria que este Instituto respondeu ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1782/2014 em 16/12/2014 a partir do Ofício nº 02001.014260/2014-91 DILIC/IBAMA. Ademais, comunico que o IBAMA teve conhecimento do Ofício SETCOL/PRM/RG/RS n° 1795/2014 somente em 08/12/2014, data de protocolo do referido expediente neste Instituto. Assim, esclareço que a correspondência dos Senhores José Gregório Botozele e Vitor Hugo da Silva foi recebida neste Instituto após a realização das audiências públicas, que ocorreram nos dia 03 e 04 de dezembro de 2014. Por fim, informo que a correspondência citada por Vossa Senhoria será considerada na análise em curso neste Instituto.

Atenciosamente,

**THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO**
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

fepam

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: 01
Nº. 02001.002612/2015-03
Recebido em 13/02/2015
Assinatura

**Of. FEPAM/DIRTEC n.º. 1519/2015 Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2015.**

COMOC/DILIC
Fls.: 1142
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

Senhor Secretário

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, em resposta ao OF. 02001.014560/2014-71 DILIC/IBAMA, encaminhos em anexo Informação Técnica nº. 16/2015.

Maiores informações poderão ser obtidas com o Geólogo André Bernardi Bicca de Barcellos através do telefone (51) 3288-9422 ou ainda, através do e-mail digen@fepam.rs.gov.br.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente

**Engº. Rafael Volquind**
**Diretor Técnico**

**Ilmo. Sr.**
**Thomaz Miazak de Toledo**
**Diretor Substituto da DILIC/IBAMA**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA – Caixa Postal nº. 09566**
**CEP: 70818-900 – Brasília - DF**
**Doc Id: 672888**

RECEBIDO
Em: 19/02/15
Ass.: Jeanne

A Comoc,

Para avaliação do documento, pertinência.

Claudia Jeanne da Silva Barros
Coordenadora de E. Elétrica Nuclear e Dutos
COEND/CGENE/DILIC/IBAMA 03.03.15

Aos analistas ambientais

Marcus Vinicius Mendonça,

Mariana Carricondo,

Aristela do Carmo e

Patricio Melo

EM BRANCO

Para conhecimento e consideração durante a análise do EIA/RIMA.

Em 5/3/2015.

Julevânia Alves Olegário
Coordenadora de Mineração
Obras Civis - Substituta
COMOC/CGTMO/IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 1143
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

fepam

Processo administrativo nº. 000103-05.67/15-5

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2015.

**DEPARTAMENTO DE QUALIDADE, PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA**
**DIVISÃO DE GERAÇÃO DE ENERGIA**

**INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 16/2015**

1. **Referência:**
Ofício 02001.014560/2014-71 DILIC/IBAMA

2. **Assunto:**
Processos de Licenciamento em área concorrente à do Projeto Retiro

3. **Informação técnica:**
Seguiu-se a ordem dos questionamentos manifestados pelo Diretor Substituto do DILIC/IBAMA:

(a) ***Existência de processos de licenciamento na FEPAM referente a geração de energia eólica em sobreposição as áreas de influência do Projeto Retiro em licenciamento no IBAMA***:

Tramita na FEPAM desde 19/07/2012 o processo nº12206-05.67/12-8 do Complexo Eólico Ventos do Atlântico. Foi encaminhado ao empreendedor em 19/09/2014 o Termo de Referencia para a elaboração do EIA-RIMA. Até a presente data o EIA-RIMA ainda não foi protocolado na FEPAM. Através de uma análise preliminar no sistema de geoprocessamento da FEPAM, verificou-se que o polígono do Complexo Eólico Ventos do Atlântico superpõem-se sobre diversos processos de requerimento de lavra mineral do DNPM, que possivelmente sejam do Projeto Retiro. Estas informações podem ser visualizadas no mapa em anexo.

(b) ***Proposição de reunião técnica entre FEPAM e IBAMA para discutir o assunto da sobreposição dos processos de licenciamento:***

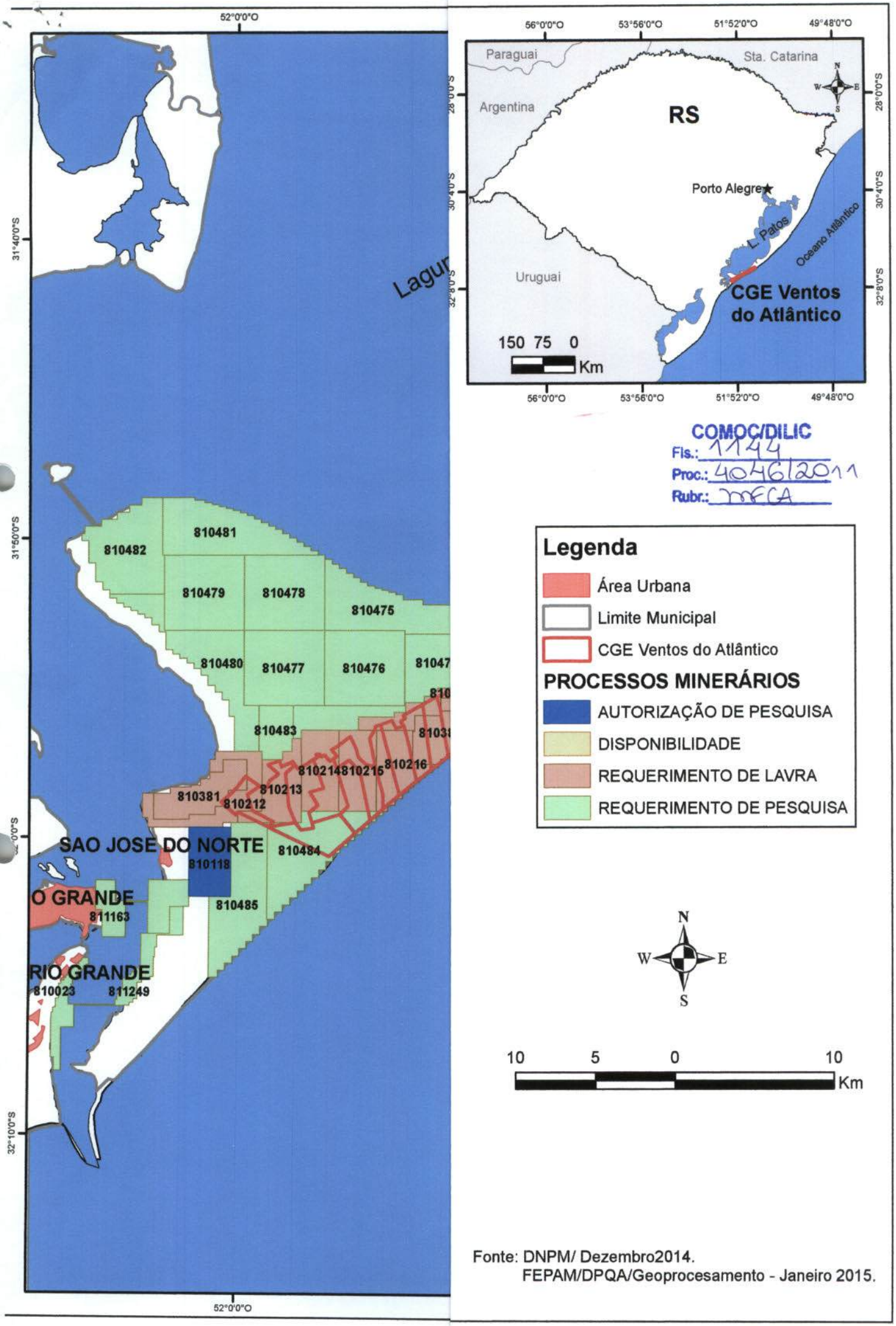
A sobreposição de áreas existe, e sendo assim conforme proposto pelo IBAMA os técnicos da FEPAM através do corpo técnico responsável pelo licenciamento do Complexo Eólico Ventos do Atlântico se coloca a disposição do IBAMA para uma reunião técnica em data a ser definida.

É a informação.

Geólogo André Bernardi Bicca de Barcellos,
Chefe da DIGEN/DQPI

**OBS: Em anexo mapa de localização do Complexo Eólico Ventos do Atlântico.**

EM BRANCO




Fonte: DNPM/ Dezembro2014.
FEPAM/DPQA/Geoprocesamento - Janeiro 2015.

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 114
Proc.: 4046/2011
Rubr.:

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.002297/2015-58 COMOC/IBAMA

Brasília, 06 de março de 2015.

Ao Senhor Celso Eduardo Medeiros da Silva
Rua Visconde do Herval, 1.130/202
PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 90130150

Assunto: **Respostas aos questionamentos decorrentes da Audiência Pública do empreendimento Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

Senhor,

1. Em conformidade com o regulamento das Audiências Públicas (AP) do empreendimento denominado "Projeto Retiro", realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS respectivamente, encaminho, em anexo, a(s) resposta(s) do empreendedor ao(s) questionamento(s) e laborado(s) por Vossa Senhoria.

2. Informo, por oportuno, que o acompanhamento do processo em epígrafe poderá ser realizado no sítio eletrônico em www.ibama.gov.br/licenciamento/.

Atenciosamente,

**JULEVANIA ALVES OLEGARIO**
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1146
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFOA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.002298/2015-01 COMOC/IBAMA

Brasília, 06 de março de 2015.

Ao Senhor
Charles Amaral da Silveira
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte
Rua Dr. Silva Jardim, 84, Centro
SAO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96225000

Assunto: **Respostas aos questionamentos decorrentes da Audiência Pública do empreendimento Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

Senhor Presidente,

1. Em conformidade com o regulamento das Audiências Públicas (AP) do empreendimento denominado "Projeto Retiro", realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS respectivamente, encaminho, em anexo, a(s) resposta(s) do empreendedor ao(s) questionamento(s) e laborado(s) por Vossa Senhoria.

2. Informo, por oportuno, que o acompanhamento do processo em epígrafe poderá ser realizado no sítio eletrônico em www.ibama.gov.br/licenciamento/.

Atenciosamente,

**JULEVANIA ALVES OLEGARIO**
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1147
Proc.: 4046/2011
Rubr.: mfCA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.002299/2015-47 COMOC/IBAMA

Brasília, 06 de março de 2015.

A Sua Senhoria
Francisco Simões Pires
Advogado da Masplam-Adm. Florestal Planj.Licenciamento Ambiental Ltda-Me
Av.Júlio de Castilhos, 811, conj.07,Bairro Centro.
SAO FRANCISCO DE PAULA - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 95400000

Assunto: **Respostas aos questionamentos decorrentes da Audiência Pública do empreendimento Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

Prezado Senhor,

1. Em conformidade com o regulamento das Audiências Públicas (AP) do empreendimento denominado "Projeto Retiro", realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS respectivamente, encaminho, em anexo, a(s) resposta(s) do empreendedor ao(s) questionamento(s) e laborado(s) por Vossa Senhoria.

2. Informo, por oportuno, que o acompanhamento do processo em epígrafe poderá ser realizado no sítio eletrônico em www.ibama.gov.br/licenciamento/.

Atenciosamente,

**JULEVANIA ALVES OLEGARIO**
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1148
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.002300/2015-33 COMOC/IBAMA

Brasília, 06 de março de 2015.

Ao Senhor
Irandi da Silveira Rodrigues
Presidente da Colonia de Pescadores Z-2
Rua General Osório, n° 96, Centro
SAO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96225000

Assunto: **Respostas aos questionamentos decorrentes da Audiência Pública do empreendimento Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

REFERENCIA: REQ 02023.003716/2014-30/

Senhor Presidente,

1. Em conformidade com o regulamento das Audiências Públicas (AP) do empreendimento denominado "Projeto Retiro", realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS respectivamente, encaminho, em anexo, a(s) resposta(s) do empreendedor ao(s) questionamento(s) e laborado(s) por Vossa Senhoria por meio do Requerimento n° 02023.003716/2014-30.

2. Informo, por oportuno, que o acompanhamento do processo em epígrafe poderá ser realizado no sítio eletrônico em www.ibama.gov.br/licenciamento/.

Atenciosamente,

**JULEVANIA ALVES OLEGARIO**
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1149
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.002301/2015-88 COMOC/IBAMA

Brasília, 06 de março de 2015.

Ao Senhor
Telmo Azevedo de Azevedo
Representante Legal da Flopal Florestadora Palmares Ltda
RUA 24 DE OUTUBRO, 1557 -S 201
PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 90510003

Assunto: **Respostas aos questionamentos decorrentes da Audiência Pública do empreendimento Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

Senhor Representante Legal,

1. Em conformidade com o regulamento das Audiências Públicas (AP) do empreendimento denominado "Projeto Retiro", realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS respectivamente, encaminho, em anexo, a(s) resposta(s) do empreendedor ao(s) questionamento(s) ela borado(s) pela FLOPAL Florestadora Palmares Ltda em seu Ofício n° 201/2014.

2. Informo, por oportuno, que o acompanhamento do processo em epígrafe poderá ser realizado no sítio eletrônico em www.ibama.gov.br/licenciamento/.

Atenciosamente,

**JULEVANIA ALVES OLEGARIO**
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1150
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.002303/2015-77 COMOC/IBAMA

Brasília, 06 de março de 2015.

Ao Senhor
Alexandre Ponzo de Azevedo
Diretor da Ventos do Atlântico Energia Eólica S/A
Rua Ramiro Barcelos, 657
SAO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96225000

Assunto: **Respostas aos questionamentos decorrentes da Audiência Pública do empreendimento Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

REFERENCIA: SOL 02023.003719/2014-73/

EM BRANCO

Senhor Diretor,

1. Em conformidade com o regulamento das Audiências Públicas (AP) do empreendimento denominado "Projeto Retiro", realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS respectivamente, encaminho, em anexo, a(s) resposta(s) do empreendedor ao(s) questionamento(s) e laborado(s) pela Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A. em seu Ofício n° 041/2014 e na solicitação n° 02023.003719/2014-73 SUPES/RS.

2. Informo, por oportuno, que o acompanhamento do processo em epígrafe poderá ser realizado no sítio eletrônico em www.ibama.gov.br/licenciamento/.

Atenciosamente,

**JULEVANIA ALVES OLEGARIO**
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1151
Proc.: 4046/2011
Rubr.: MFCA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.002350/2015-11 COMOC/IBAMA

Brasília, 06 de março de 2015.

Ao Senhor Vitor Hugo da Silva
Rua General Osório, n° 229, Centro
SAO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96225000

Assunto: **Encaminha resposta aos questionamentos referentes as Audiências Públicas do empreendimento Projeto Retiro. Processo IBAMA 02001.004046/2011-84.**

REFERENCIA: REQ 02023.003718/2014-29/

EM BRANCO

Senhor,

1. Em conformidade com o regulamento das Audiências Públicas (AP) do empreendimento denominado "Projeto Retiro", realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS respectivamente, encaminho, em anexo, a(s) resposta(s) do empreendedor ao(s) questionamento(s) e laborado(s) por Vossa Senhoria constantes nos autos do Requerimento n° 02023.003718/2014-29.

2. Informo, por oportuno, que o acompanhamento do processo em epígrafe poderá ser realizado no sítio eletrônico em www.ibama.gov.br/licenciamento/.

Atenciosamente,

**JULEVANIA ALVES OLEGÁRIO**
Coordenadora Substituta da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: OF
Nº. 02001.004195/2015-77
Recebido em 10/03/2015
Assinatura

**Ofício N.º 038/2015-SMMA**

São José do Norte, 04 de março de 2015.

DIGITALIZADO NO IBAMA
DILIC/IBAMA
Fl. 1152
Ass.: MFCA

Prezado Senhor:

Honrado em cumprimentá-lo, em resposta ao Ofício n.º 02001.012697/2014-91 DILIC/IBAMA, que solicita o parecer técnico evidenciando as possíveis preocupações desse órgão e, se for o caso, enumeração de solicitações que deverão fazer parte do respectivo processo de licenciamento ambiental (Projeto Retiro), venho através deste, encaminhar o Parecer Técnico n.º 008/2015, elaborado pelos servidores Waldir Jorge da Silva Gattass, Engenheiro Civil; Caroline de Azevedo Gibbon, Bióloga; Luiz Bravo Gautério Jr., Técnico de Controle Ambiental e Urbanístico; Rosa Maria Domingues Moraes, Engenheiro Agrônomo; Flávia das Neves Martins, Técnico de Controle Ambiental e Urbanístico e João Carlos Guatério, Técnico em Controle Sanitário.

Ademais, informo que estamos encaminhando o parecer enviado pela EMATER ao COMADES – Conselho Municipal de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, o parecer do Grupo de Agroecologia ECONORTE e parecer do I.P.A.C.

Informo que encaminharemos as propostas de compensações ambientais e medidas mitigatórias até 25 de março de 2015.

EM BRANCO

Sem mais para o momento, reiteramos os votos de estima e consideração.

DILIC/IBAMA
Fl. 1153
Ass.: MFCA

Atenciosamente,

Paulo Costa
Secretário Municipal do Meio Ambiente

PAULO COSTA
Secretário Municipal do Meio Ambiente
São José do Norte - RS
Decreto nº 10.991/2014

Aos auditos ambientais
Marcus Vinicius Mendonça,
Mariana Carricondo e
Aristela do Carmo
Para análise da pertinência. Verificar se há novas informações que devam ser considerados no processo de licenciamento ambiental.
Em 12/3/2015.

Julcemário Alves Olegário
Coordenadora de Mineração
Obras Civis - Substituta
COMOC/CGTMO/IBAMA

Prezado Senhor
**THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO**
**DIRETOR SUBSTITUTO DA DILIC/IBAMA**
**SEDE DO IBAMA-CX POSTAL Nº 09566**
**BRASILIA-DF**

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1154
Ass.: MFCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSÉ DO NORTE

**PARECER TÉCNICO Nº 008/2015**

Com base no memorando Nº. 2324/2014 de 29/12/2014 do GP e no OF 02001.012697/2014 DILIC/IBAMA, solicitando manisfestação Ténica - Projeto Retiro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Norte vem através deste elencar algumas preocupações e questionamentos referentes ao projeto de exploração de minério a ser desenvolvido pela empresa Rio Grande Mineração - RGM:

1. Não foram identificados no EIA-RIMA estudos que comprovem que os minérios a serem extraídos, bem como, os produtos gerados durante o beneficiamento não contém radioatividade e, de que modo e com que frequência será realizado o monitoramento e análise das emissões radiotivas durante todo o processo de exploração.

2. Não está claro como será realizada a recomposição e manejo da estrutura do solo, por quanto tempo esse solo será monitorado após as atividades e como será reconstituída a topografia do terreno, tendo em vista a ocorrência de dunas e áreas alagadas na área a ser lavrada. Além disso, questionamos a adição de fertilizantes para melhoria do solo, considerando que os mesmos serão depositados em larga escala, isso devido a extensão da área de exploração, os fertilizantes poderão se infiltrar no solo e alcançar o lençol freático ou serem lixiviados e atingir os corpos d'água adjacentes causando eutrofização. Também indagamos de que forma a retirada do minério irá afetar a recomposição do perfil do solo e subsolo que serão revolvidos no processo, atentando que este material é um recurso não renovável e estabilizado, salientando que um solo estável é inportante para a manutenção da qualidade dos recursos hídricos. Considerando que o solo ficará susceptível a processos erosivos, tais como assoreamento, desertificação, dispersão eólica, haverá a necessidade de manejos especiais contínuos.

3. Em relação aos recursos hídricos, como será efetuado o monitoramento da

EM BRANCO

EM BRANCO

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE
14/2015
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
013
DILIC/IBAMA
Fl. 1155
Ass.: MFCA

qualidade das águas subterrâneas e a gestão adequada das águas residuais durante o processo de mineração? Tratando-se da variabilidade do nível do lençol freático e da cunha salina, o que envolve fatores físicos e climáticos, quais garantias serão apresentadas de que não irá ocorrer alterações nessa dinâmica e nem homogenização de águas de diferentes características (doce e salgada), pois há relatos da presença de bolsões salinos em diferentes profundidades do solo. Como mencionado anteriormente, já existem riscos decorrentes da perfuração pela profundidade de lavra prevista no projeto, deste modo, há dúvidas de como mitigar os impactos e amenizar os riscos, também há incertezas de como o órgão fiscalizador irá controlar e garantir que a profundidade da perfuração não seja superior ao previsto no EIA-RIMA, e que métodos serão utilizados para garantir os procedimentos previstos. Ainda, considerando o exposto pela empresa RGM na audiência pública do dia 04.12.2014 em São José do Norte, provavelmente pelo déficit de volume extraído ao longo dos vinte anos de lavra resultará uma piscina com cerca de oito metros de profundidade interligada ao banhado do Estreito, o que não foi mencionado no EIA-RIMA. Analisando a profundidade do lençol freático, do banhado e da piscina conectada a estes, entendemos que a condição tornaria o lençol freático exposto e suceptível a contaminações, além de poder proporcionar a diminuição da matéria orgânica e o escoamento das águas do referido banhado.

4. Em relação à vegetação nativa arbórea e arbustiva presentes na área a ser minerada, é necessário o transplante e monitoramento das espécies imunes ao corte, tais como figueiras e corticeiras, o que não é mencionado no EIA-RIMA. Também não está claro se haverá reconstituição da fisionomia da vegetação nativa suprimida. Já em relação à fauna silvestre, se faz necessário a utilização de armadilhas de captura e posterior realocação de indivíduos, resgatando um número considerável de exemplares de cada espécie, tendo em vista que a técnica de afugentamento da fauna citada no EIA-RIMA não contempla os hábitos de muitas espécies existentes na área, algumas delas endêmicas e/ou vulneráveis. Resta salientar ainda, a

BIBLIOTECA

EM BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE
SECRETARIA MEIO AMBIENTE
DILIC/IBAMA
Fl. 1156
Ass.: mfCA

preocupação desse órgão com a existência de ambientes prioritários à conservação na área adjacente ao empreendimento.

5. Cabe salientar que todo recurso investido em pesquisas, estudos de monitoramento e recuperação, e ações de preservação e controle ambiental deverão ser de responsabilidade do empreendedor, assim como, a manutenção das estradas vicinais e logradouros públicos, tendo em vista o tráfego de veículos pesados oriundos do empreendimento e inclusive qualquer dano que por ventura venha ocorrer sobre bens móveis e imóveis.

6. As decisões em relação as compensações, medidas mitigatórias e destinação de verbas para projetos ambientais, para subsidiar as unidades de conservação já existentes e implementação do Sistema Municipal de Unidades de Conservação devem ser tomadas em conjunto com o Município.

Sendo este nosso parecer,

São José do Norte, 25 de fevereiro de 2015.

Waldir Jorge da Silva Gattass
Engenheiro Civil

Rosa Maria Domingues Moraes
Engenheira Agrônoma

Caroline de Azevedo Gibbon
Bióloga

Flávia das Neves Martins
Téc. de Controle Ambiental e Urbanístico

Luiz Bravo Gautério
Téc. de Controle Ambiental e Urbanístico

João Carlos Gautério
Téc. em Controle Sanitário

De acordo

Paulo Roberto da Silva Costa
Secretário da SMMA

ARCHIVO

ARCHIVO GRAFICO

Ao Ilmo. Sr. Secretario

Secretaria do Meio Ambiente de São José do Norte/RS.

Oficio Nº: 0023

DILIC/IBAMA
Fl. 1157
Ass.: MFCA

Vimos por meio deste, juntar ata de aprovação e/ou de moção a favor da instalação da mineradora Rio Grande conforme documento em anexo.

São José do Norte/ RS – 25/02/2015

Secretario do I.P.A.C.

José Carlos Corrêa

Instituto Preservação
I.P.A.C.
Ambiental Cultural

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1158
Ass.: mfCA

***O I.P.A.C. – INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL, Organização não governamental, sem fins lucrativos, comprometidos com a preservação ambiental, de resgate cultural e de caráter comunitário. Cof. Dec.de Utilidade Pública n. 252/01 – CNPJ N. ..04.708.536/0001-17,*** EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DATADA DE 20/02/2015, MEMBROS DO IPAC REUNIDOS PARA TRATAR ASSUNTO REFERENTE A INSTALAÇÃO DA MINERADORA DE SJN/RS , FOI EXPOSTO PELO SECRETÁRIO QUE A PREFEITURA DE SJN FORMULOU PEDIDO DE PARECER POSITIVO OU NEGATIVO DA PROVAVEL INSTALAÇÃO DA MINERADORA RG NAQUELE MUNICÍPIO.POR UNANIMIDADE OS MEMBROS DO IPAC ***APROVARAM MOÇÃO A FAVOR DA SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO***, OU SEJA, A FAVOR DA INSTALAÇÃO DA MINERADORA.O SR. PIERRE FERNANDES RESSALTOU QUE A MINERADORA VEM EM BOA HORA PARA OS MUNICIPES DE SJN. FRISANDO QUE O EMPREENDIMENTO DEVERÁ SER BEM FISCALIZADO. O SR. GLADIOMAR RESSALTOU QUE COM A OPERAÇÃO LAVA A JATO, EM TORNO DE 15 MIL HOMENS E MULHERES JÁ PERDERAM O EMPREGO NAS CIDADES DE SJN E RIO GRANDE. O SR. MARCO FALOU QUE O IARIMA TEM QUE SER BEM ACOMPANHADO E CHECADO PARA QUE TUDO QUE ESTA ALI ANUNCIADO SEJA CUMPRIDO, INCLUSIVE AS MEDIDAS MEDIGATORIAS. O SECRETÁRIO JOSÉ RESSALTOU A TODOS QUE O INSTITUTO JÁ FOI FAVORAVEL AO EMPREENDIMENTO EM AMBAS AUDIENCIAS PUBLICAS REALIZADAS. É IMPORTATE SALIENTAR QUE UMA EQUIPE DO IPAC COMPOSTA PELO SR. PEREIRA E SRA. CARLA E SR. MANOEL JÁ ESTIVERAM EM CONTATO COM MORADORES DA BARRA DO ESTREITO E QUE ESTES GOSTARIAM DE TER MAIS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DO EMPREENDIMENTO. O PESSOAL DESSA REGIAO SE MANIFESTOU COBRANDO CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA SEUS FILHOS, POIS OS MESMOS TEM INTERESSE EM TRABALHAR NA MINERADORA. OU SEJA, OS MORADORES QUEREM QUE SEJAM APROVEITADOS TODO O PESSOAL LOCAL. ENCERRADA A REUNIÃO VAI POR MIM SECRETÁRIO ASSINADO.

Instituto Preservação I.P.A.C. Ambiental Cultural

WWW. IPACAMB.COM.BR

EM BRANCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
DILIC/IBAMA
Fl. 1159
Ass.:

**Nota do Grupo de Agroecologia ECONORTE em relação ao projeto de mineração para são José do Norte.**

Nós do Grupo de Agroecologia ECONORTE viemos através deste manifestar nossa posição contraria ao projeto de mineração denominado Projeto Retiro por entendermos que qualquer projeto de exploração de recursos não renováveis é prejudicial não só a Natureza como também as comunidades, frágeis a qualquer interferência que resulte em impactos negativos.

Já sofremos processo de desaculturação consequente aos impactos das monoculturas de pinus assim como poucos estímulos, investimentos e valorização as culturas diversificadas e orgânicas, auto-sustentáveis por excelência, peculiar ao modelo de agricultura familiar, resultando assim um franco processo êxodo rural nas últimas décadas. **Precisamos recuperar nosso território e não degradá-lo ainda mais.** Pois primeiro permite-se a degradação do território para depois entrega-lo para empreendimentos de procedência escusa.

Apesar dos impactos pouco avaliados e escamoteados por seus conhecedores, acreditamos que tais empreendimentos potencializam o esvaziamento dos campos, e por assim dizer, defendemos a ideia de que não devemos permitir que sejam feitos rasgos no sentido geográfico, biológico e cultural no nosso município haja visto que em crises mundiais os municípios que produzem alimentos são os que menos sentem. Aceitar tais empreendimentos seria, para nós, decretar a nossa extinção. **Não acreditamos neste tipo de "progresso".**

Nós da Agroecologia acreditamos que **Progresso Sustentável** somente pode se dar com saúde nas mesas e nos campos principal fonte de desenvolvimento social.

Márcia Helena Silveira da Silveira
Nerina Santos da Silveira
Ana Maria Bulle Liperte
Cléberson Milani
Elisete dos Santos Amorim
Samuel Scott Hood dos Santos

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1160
Ass.: MFCA

São José do Norte, 24 de Fevereiro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
24/2/2015

Ao Senhor Presidente do Conselho:

Em resposta ao oficio do COMADES que nos solicitou um parecer técnico dos efeitos da mineração na área agrícola do município, declaramos que esta é uma atividade nova para os técnicos da Emater e estes não tem informações suficientes para emitir um parecer com segurança dos impactos da mineração nas atividades agropecuárias, embora avalie que o empreendimento é de grande impacto ambiental, social e da produção agropecuária e que requer aprofundado estudo e avaliação.

Assim que tivermos maiores informações técnicas sobre o empreendimento nos colocaremos a disposição para discutir sobre o assunto.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente

Sandra Fülber
Sandra Fulber

Chefe do Esc. Municipal da EMATER/ASCAR

Sandra Fulber
ERNMI – Social
Chefe de Escritório
ASCAR/EMATER-RS

Luciano da Silva Ossanes

Engenheiro Agrônomo

**Luciano da Silva Ossanes**
Engº Agrônomo
CREA nº RS 087368
CPF nº 599 076 900-82

DIGITALIZADO NO IBAMA

EM BRANCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE**
**Secretaria Municipal do Meio Ambiente**

Rua Edgardo Pereira Velho, 635 - Bairro Tamandaré - Fone: (53) 3238-1750
CEP 96225-000 - São José do Norte - RS

AO

Sr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA
Sede do IBAMA
caixa Postal nº 09566
Brasília - DF
CEP 70040-976

AR

04 MAR 20

DR/RS

DILIC/IBAMA
Fl. 1167
Ass:

CORREIOS
AR MP
FC0928/38

SEDEX
PESO (kg) 0064 MANDOU, CHEGOU.

DJ 32247069 8 BR

COMOC/DILIC
Fls.: 1162
Proc.: 4046/2014
Rubr.: mFCA

Rubr.:
Proc.:
Fls.:
COMOC/DILIC

IBAMA
MMA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**

DESPACHO 02001.006011/2015-11 COMOC/IBAMA

Brasília, 13 de março de 2015

À Coordenação de Mineração e Obras Civis

Assunto: **Impossibilidade de envio de respostas a questionamentos advindos das Audiências Públicas do Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

1. Em referência ao licenciamento ambiental do empreendimento "Projeto Retiro" (processo administrativo n° 02001.004046/2011-84) e considerando os questionamentos surgidos durante as Audiências Públicas de 03 e 04 de dezembro de 2014 e aos protocolados no IBAMA no prazo de 15 dias úteis após a realização destas, informo que houve questionamentos que não trouxeram os endereços para envio das respostas, razão pela qual, conforme previsto no § 1° do art. 8° e no § 1° do art. 12 do Regulamento das Audiências Públicas, não puderam ser enviadas as respostas aos interessados que se seguem: Abaixo Assinado inscrito no sítio eletrônico http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR77423 (fls 564 a 569), documento protocolado em nome do "Manifesto do Movimento #ACORDASJN" (fls 570 a 574), "Abaixo Assinado contra a mineração na localidade do Retiro São José do Norte – RS" (fls 610 a 642) e documento protocolado pela "Comunidade do Estreito" (fls 643 e 644).

2. Entretanto, indico que as respostas aos citados questionamentos integram o processo administrativo em comento, conforme quadro a seguir:

| ITEM | INTERESSADO(S) | FOLHA(S) DO PROCESSO |
|---|---|---|
| 1 | "Comunidade do Estreito" | 839 a 841 |
| 2 | "Manifesto do Movimento #ACORDOSJN" | 845 a 847 |
| 3 | Abaixos Assinados | 848 |

Marcus Vinícius de P. Mendonça
**MARCUS VINÍCIUS DE PAIVA MENDONÇA**
Analista Ambiental da COMOC/IBAMA

Ciente. Favor inserir esse despacho no processo administrativo
Em 13/3/2015.

Julevânia Alves Olegário
Coordenadora de Mineração
Obras Civis - Substituta
COMOC/CGTMO/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1163
Ass.: MFCA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA**
**SCEN - Trecho nº 02 - Edifício Sede - Asa Norte - Brasília - DF - 70818-900**
**Tel: (61) 3316-1302 / 3316-1681**
**DILIC**

| | | |
|---|---|---|
| **Nº Protocolo:** 02001.004854/2015-75 | | -URGENTE- |
| **Destinatário:** CGTMO | **Data:** | |
| **Despacho:** 1. Para as providências que o caso requer<br>2. atentar ao prazo: 27/03/15. | Paulo Grieger<br>Analista Ambiental<br>Matrícula: 6788130<br>DILIC/IBAMA | |

| | | |
|---|---|---|
| **Destinatário:** | **Data:** | |
| **Despacho:** À COMOC,<br>P/ANÁLISE E RESPOSTA.<br>Em 23.3.2015<br>MARCUS VINICIUS L. C. de Melo<br>Diretor de Licenciamento Ambiental<br>Substituto<br>DILIC/IBAMA | | |

| | | |
|---|---|---|
| **Destinatário:** | **Data:** | 23/03/15. |
| **Despacho:** Ao Analista Ambiental<br>marcus Vinicius<br>Favor elaborar minuta de resposta ao MPF. | Tânia Sousa da Trindade<br>Coordenador de Mineração<br>e Obras Civis<br>COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA | |

| | | |
|---|---|---|
| **Destinatário:** Ao Coordenador da COMOC | **Data:** | 25/03/2015. |
| **Despacho:** Informo que foi tramitada na presente data, na DOCIBAMA, a minuta do ofício em resposta ao MPF.<br>Marcus Vinicius de Paiva Mendonça<br>Analista Ambiental<br>Mat.: 1479227<br>COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA | | |

| Destinatário: | Data: 25/03/15 |
|---|---|
| Despacho: minuta de resposta encaminhada a DILIC, via SEI Ibama, em 25/03/15. | Jônatas Souza da Trindade<br>Coordenador de Mineração<br>e Obras Civis<br>COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA |

| Destinatário: Ao analista Marcus Vinícius | Data: 26/03/15 |
|---|---|
| Despacho: Favor anexar esta documentação no P.A do Projeto Retiro.<br>Att, | Jônatas Souza da Trindade<br>Coordenador de Mineração<br>e Obras Civis<br>COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA |

| Destinatário: | Data: |
|---|---|
| Despacho: | |

| Destinatário: | Data: |
|---|---|
| Despacho: | |

DIGITALIZADO NO IBAMA

PRM-RGR-RS-0000 1397 /2015

DILIC/IBAMA
Fl. 1164
Ass.: MFQA

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE**

Ofício nº 292 /2015/SETCOL/PRM/RG/RS

Rio Grande, 05 de março de 2015.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: OF.
Nº. 02001.004854/2015- 75
Recebido em 18/03/2015
Assinatura

A Sua Senhoria o Senhor
THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor de Licenciamento do IBAMA
Brasília/DF

Assunto: **Encaminha documentos**

Senhor Diretor,

Noticiando o recebimento de vossos Ofícios nº 02001.001526/2015-17 DILIC/IBAMA e nº 02001.001965/2015-20 DILIC/IBAMA, ainda no interesse do Inquérito Civil PRM/RG/RS nº 1.29.006.000189/2012-59 (http://www.prrs.mpf.gov.br/home/bancodocs/pii/prm-rio_grande/, Portaria IC n° 069/2012), ao tempo em que encaminho a Vossa Senhoria, para conhecimento e consideração no procedimento de licenciamento ambiental nº 02001-004046/2011-84, referente ao empreendimento minerário "Projeto Retiro", cópia da representação oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte e outros, à vista o teor do Ofício nº 118/2014/DIBIO/ICMBio (cópia também anexa), solicito a Vossa Senhoria que, **no prazo de 10 (dez) dias**, documente haver informado ao ICMBio o aceite do seu EIA-RIMA, solicitando a correspondente manifestação técnica.

Atenciosamente,

Anelise Becker
Procuradora da República

Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, Centro – CEP 96200-380 – Rio Grande-RS
Tel. (53) 3293-5800 – Fax: (53) 3293-5822 – prrs-prm-riogrande@mpf.mp.br

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1165
Ass.: mfca

ICMBio/CDoc
0777548

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**
**DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE**
Cx. Postal nº 7993 - CEP: 70673-970.

Ofício nº 428 /2014/DIBIO/ICMBio

Brasília, 02 de julho de 2014.

Ao Senhor
**THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO**
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2, Edifício Sede
Brasília – DF – 70.818-900

Assunto: **EIA/Rima do Projeto Retiro – Atlântico Sul**

Senhor Diretor Substituto,

1. Informamos que recebemos da empresa Rio Grande Mineração S.A. o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Retiro – Atlântico Sul.

2. Sobre o assunto, conforme estabelece a Resolução Conama nº 428, de 17 de dezembro de 2010, a autorização para o licenciamento ambiental a que se refere o §3º, do artigo 36, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, quando couber, deve ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador.

3. No que se refere à análise por parte do ICMBio, ela é realizada tendo como base o EIA/Rima enviado e previamente aceito por esse Instituto, à luz do Termo de Referência, conforme o art. 5º, da Portaria MMA nº 55/2014.

4. Nesse sentido, informamos que o EIA/Rima ora recebido será arquivado apenas como material para consulta, tendo em vista que este Instituto não recebeu pedido de autorização ou ofício informando que os estudos encaminhados foram aceitos.

Atenciosamente,

**MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA**
Diretor

EM BRANCO

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PROCURADORA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE-RS**

DILIC/IBAMA
Fl. 1166
Ass.: mfca

R.h.
Junte-se.
Oficie-se conforme
ao IBAMA
Rio Grande, 04/03/15

Anelise Becker
Procuradora da República

Procuradoria da República
Município de Rio Grande - RS
03 MAR. 2015
RECEBIDO

PRM-RGR-RS
1197 /2015

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE**, com sede à Rua Silva Jardim, nº 84, Centro, **GETÚLIO JORGE DOS SANTOS**, CPF nº 254.072.360-87, residente na localidade do Gravatá, SJN, **IRACI LOPES JARDIM**, CPF nº 254.502.040-00 , residente na localidade do Divisa, SJN, **LUIS FERNANDO MISSEL**, CPF nº 508.168.100-87, residente na localidade do Capão do Meio, SJN, **ANTONIO CARLOS MACHADO DE SOUZA**, CPF nº 130.538.410-53, residente na localidade do Parobé, SJN, **DINARTE COELHO AMORIM**, CPF nº 505.965.860-00, residente na localidade do Retiro, SJN, **ALCIMAR FARIAS DA SILVEIRA**, CPF nº 315.236.330-34, residente na localidade do Capão do Meio, SJN, **MARIA DOS SANTOS SILVA**, CPF nº 685.167.540-49, residente na localidade do Capão do Meio, SJN, **ANTONIO CLEUSO FRAGA COLARES,** CPF nº 261.145.260-15, residente na localidade do Retiro e **JOSÉ LOPES JARDIM,** CPF nº 201.999.960-91, residente na localidade do Divisa, SJN, todos brasileiros e agricultores, referente ao Projeto Retiro, no município vizinho de São José do Norte-RS, da empresa Rio Grande Mineração (RGM), vêm à presença de Vossa Excelência, dizer o que segue:

Primeiramente, cumpre informar que os acima qualificados são todos moradores do interior do Município de São José do Norte-RS, especificamente nas áreas que estão abrangidas pelo Projeto Retiro. Ou seja, a propriedade dos postulantes será diretamente atingida, caso o projeto seja aprovado.

Ocorre, Excelência, que após a exposição do projeto, tanto através do estante montado pela referida empresa no centro do Município, quanto nas audiências públicas realizadas em Rio Grande e São José do Norte, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, a população do Município em geral e, em especial, os moradores diretamente atingidos pelo projeto posicionam-se totalmente contrários à exploração de minérios nestas terras, por diversos motivos.

Dinarte Coelho Amorim
Alcimar F. da Silveira
José Lopes Jardim
Iraci Lopes Jardim
Estelio José do Ponto

**Excelentíssima Senhora**
**Anelise Becker**
**Procuradora da República**
**Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 518**
**Centro, Rio Grande-RS**

Vilso da Silveira

Na ocasião em que se manifestaram os representantes da RGM, muitas informações restaram obscuras ou não devidamente esclarecidas. No que tange à pretendida escavação de 8 metros de profundidade, por exemplo, ninguém ficou convencido da reposição do solo ao seu estado original. Pelo contrário, existe um fundado receio de que jamais o solo volte ao seu natural após a escavação. Aliás, isso foi dito inclusive por um dos representantes daquela empresa. Quando questionado incisivamente, deixou escapar que *"é certo que o solo não volta a ser 100% como era"*.

Além disso, independentemente do fato de voltar ou não ao estado anterior – o que é muito difícil de acreditar que ocorra, mas, apenas a título argumentativo, aceitar-se-á a premissa de que será recomposto o solo – faltou a informação de quanto tempo levará para que isso ocorra. Ora, os proprietários são, em sua maioria, plantadores de cebola. Sua vida depende da safra anual do produto. Ou seja, se ficarem sem a plantação em apenas uma safra, seu sustento naquele ano restará comprometido. E nada indica que a suposta recomposição do solo será rápida.

E, antes que se argumente que haverá remuneração aos superficiários pela exploração do subsolo, esta também não restou minimamente esclarecida pela empresa exploradora. Ao contrário, sempre que perguntados sobre o *quantum* indenizatório aos superficiários, aqueles trataram de tergiversar, sem apresentar uma resposta objetiva e satisfatória.

Outro ponto a destacar é que, por certo, haverá uma queda significativa na qualidade de vida dos moradores, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico. De um lado, a devastação do solo, a derrubada de árvores, plantas, e tudo o mais; de outro, a circulação de gente estranha pelas áreas, a incerteza quanto ao futuro, preocupações que nunca fizeram parte da vida dos moradores (continuidade da sua plantação, sua rotina de vida, desvalorização das suas terras).

O impacto ambiental também não ficou claro para os postulantes. Ninguém sabe – nem mesmo os próprios representantes da RGM – o tamanho do impacto que ocorrerá. Eles "querem acreditar" que o impacto será mínimo, no entanto, não conseguiram transmitir qualquer segurança e convicção a esse respeito, como Vossa Excelência pôde perceber na ocasião das audiências públicas. O ecossistema que hoje é equilibrado tem grandes chances de sofrer uma violenta agressão.

Além do mais, muitos dos que aqui se manifestam têm outros planos para suas áreas, como, por exemplo, a instalação de parque eólico, já tendo assinado contrato de arrendamento com a empresa Ventos do Atlântico. Note-se que os contratos foram assinados conforme a vontade dos proprietários, com todas as informações claras. Os que não quiseram assinar não o fizeram.

De outro lado, não existe manifestação de vontade em relação à mineração. No momento em que forem concedidas as licenças, ninguém será questionado se quer ou não disponibilizar suas terras, se concorda ou não com o valor estipulado de indenização, etc. Simplesmente, serão cavadas as crateras, queiram os superficiários ou não.

Após o término do projeto, ou, em caso de fracasso do mesmo, a RGM vira as costas e vai embora, sem qualquer comprometimento com a comunidade nortense.

DILIC/IBAMA
Fl. 1167
Ass.:

Os moradores, ao contrário, seguirão com sua vida e serão obrigados a conviver com as consequências da exploração das áreas ou de seu fracasso.

Note, Excelência, que não se trata de repudiar o progresso em nosso Município. Ao contrário, todos querem o progresso e o desenvolvimento. Mas não a qualquer custo. E o projeto em tela trouxe a todos muito mais dúvidas e incertezas do que a convicção de que possa ser uma solução satisfatória para a população.

Pelos motivos acima expostos, e considerando que Vossa Excelência tem tido participação ativa em questionamentos, estudo de documentos, fiscalização, enfim, tem se mostrado incansavelmente atuante no Projeto Retiro – e possui autoridade, envergadura e coragem para impedir que abusos sejam cometidos – recorrem os moradores a esta Digníssima Procuradora da República, para que tome ciência que **nenhum dos proprietários que firmam esta peça deseja a instalação da empresa RGM e de qualquer outra que venha explorar a mineração em nossas terras, pois temos outros planos que, em nosso ponto de vista, representam um menor risco ambiental e maiores resultados econômicos, não só para os proprietários, como para o Município e toda a comunidade**. E, pode-se afirmar com certa segurança, que este é um sentimento comum à imensa maioria da população nortense, como ficou claro na audiência pública realizada nas dependências do Clube Sócrates em 04.12.2014.

São José do Norte, 26 de fevereiro de 2015.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Getúlio Jorge dos Santos

Iraci Lopes Jardim

Luis Fernando Missel

Antônio Carlos Machado de Souza

Dinarte Coelho Amorim

Alomar Farias da Silveira

Maria dos Santos Silva

Antônio Cleuso Fraga Colares

José Lopes Jardim

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

MINISTÉRIO DA CULTURA
IPHAN
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DILIC/IBAMA
Fl. 1168
Ass.: MFCA

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
Departamento do Patrimônio Material E Fiscalização
SEPS Quadra 713/913 - Bloco D - 3º Andar
Tel.: (061) 2024-6300 - Fax: (61) 2024-6380
CEP.: 70.340-135 - Asa Sul - Brasília - DF
http://www.iphan.gov.br

Ofício n° 113/2015 - CNA/DEPAM/IPHAN

Brasília, 06 de março de 2015.

02.04.2015
IPHAN/PROTOC.SEDE
01450.005007/2015-77
06/03/2015
1084890

A Sua Senhoria o Senhor
**Luiz Augusto Bizzi**
Representante Legal da Empresa Rio Grande Mineração S.A.
Rua Moreira Cabral, 70, Cj. 4, Sala 20, Centro Sul
CEP.: 78.020-010, Cuiabá - MT

C/c
A Sua Senhoria o Senhor
**Thomaz Miazak de Toledo**
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama
70818-900 Brasília – DF

**Assunto:** EIA/RIMA do Projeto de Mineração Retiro - Processo IBAMA n.º 02001.004046/2011-84.

Prezado,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo que o diagnóstico arqueológico não interventivo constante no EIA/RIMA do empreendimento Projeto de Mineração Retiro, a ser implantado em São José do Norte/RS, não é suficiente para manifestação deste Instituto acerca da Licença Prévia do empreendimento.

2. Portanto, solicitamos, como forma de cumprimento da portaria Iphan 230/02, bem como para subsidiar este instituto quando da anuência à Licença Prévia do empreendimento em tela, que sejam apresentadas as seguintes complementações:

a) Projeto de diagnóstico arqueológico interventivo em subsuperfície, com vistas à emissão de portaria de pesquisa; bem como
b) Apresentação da Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos, conforme modelo disponível no portal do Iphan (Portaria Iphan n.º 241/98), referente ao sítio *RS-LC-73: Retiro I*, identificado durante a execução do diagnóstico não interventivo.

Atenciosamente,

**Rosana Najjar**
Diretora
Centro Nacional de Arqueologia
CNA/DEPAM/IPHAN
Mat.223118

À Comoc,

Para pertinências

Claudia Jeanne da Silva Barros
Coordenadora de E. Elétrica Nuclear e Dutos
COEND/CGENE/DILIC/IBAMA
01.04.15

Aos Analistas Ambientais
Marcus Vinícius de P. Mendonça
Mariana F. C. de Azevedo
Henrique B. Arakawa

Para conhecimento e consideração na análise em curso neste Instituto. Favor elaborar minuta de ofício encaminhando cópia deste expediente ao empreendedor, para conhecimento e manifestação.

Em 06/04/15.

Att,

Jônatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

# CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMDEMA

DILIC/IBAMA
Fl. 1169
Ass.: MFCA

Criado pela Lei Municipal nº 5.463, de 29 de novembro de 2000 / Decreto nº 7.669, de 26 de abril de 2001.

**Of. 044/2014 – IBAMA** Rio Grande, 26 de dezembro de 2014.

MMA/IBAMA/RS/COAD
RIOGRANDE
Origem: CONDEMA
Data: 06/03/15.
Of. 02616.000174/2015-54

Prezado Senhor,

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – órgão colegiado, de função deliberativa, normativa e fiscalizadora, instância superior do Sistema Municipal de Política Ambiental de Rio Grande, vem, por meio deste, solicitar a esta diretoria algumas medidas referentes às discussões realizadas na Audiência Pública destinada à avaliação do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Retiro, a ser desenvolvido no vizinho Município de São José do Norte.

Como o referido Projeto, sob a responsabilidade da empresa *Rio Grande Mineração S. A.*, pretende implantar atividades de mineração e lavra a céu aberto e de beneficiamento de minerais pesados (Ilmenita, Rutilo e Zirconita), o COMDEMA considera imprescindível que a Compensação Ambiental prevista em lei ocorra no próprio Município que sofrerá os impactos.

Caso este empreendimento seja licenciado, o COMDEMA solicita formalmente que todos os recursos financeiros oriundos da compensação ambiental sejam aplicados diretamente na preservação dos frágeis, porém relevantes, ambientes aí localizados, tais como os banhados da planície costeira e as marismas do estuário da Lagoa dos Patos. Na área contígua àquela que sofrerá o processo de mineração, existe o importante Banhado do Estreito, que o COMDEMA recomenda que seja transformado em uma Unidade de Conservação de proteção integral.

Há que se considerar ainda que o mapeamento incluído nos documentos técnicos (EIA e RIMA) não apresenta a escala necessária para que se possa qualificar e quantificar os microecosistemas, como pequenos banhados e matas de capão, que abrigam peixes endêmicos anuais, figueiras centenárias e corticeiras, que são espécies imunes ao corte. Também solicitamos que seja dada especial atenção à preservação e/ou transplante destas árvores. Outrossim, solicitamos ainda que, caso haja a emissão de licença de operação, seja a mesma concedida em parcelas (lotes correspondentes à

Rua Conselheiro Pinto Lima, 64-Centro

Fone: (0XX53) 3233.7275 - Fax: (0XX53) 3233.7276 - CEP 96200-530 - Rio Grande - RS

Ao NLA/SUPES/RS,

Para conhecimento e providên-
ciar que entenderem pertinente.

17/03/15

Luiz Roberto Louzada Jr.
ANALISTA AMBIENTAL
MAT 1526412

À COMOC,

por pertinência.

em 27/03/15

Diara Maria Sartori
Analista Administrativo
NLA - IBAMA/RS
Matr. 1183714

Aos Analistas Ambientais
Marcus Vinícius
Mariana
Henrique

Para consideração na análise em curso neste Instituto referente ao Projeto Retiro.

Em 08/04/15

Jônatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração
e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

SOLICITADA
Fl. 1170
ASS.: mfga

operação de dois anos) para que se possa analisar se os procedimentos de mitigação e compensação estão sendo realizados com sucesso. Caso contrário, a licença deverá ser suspensa até que sejam atingidas as metas de recuperação propostas.

Na certeza da acolhida desta solicitação, antecipamos nossos agradecimentos e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

Kleber Grübel da Silva
Presidente COMDEMA

Ao
Chefe do Escritório regional do IBAMA em Rio Grande
Rua Cel. Sampaio, 119 – Centro – Rio Grande
CEP 96 200180 - Rio Grande - RS

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores
Raízes da Terra do Retovado
CNPJ: 10.566.551/0001-70
Estrada do Retovado S/N
São José do Norte – RS

DILIC/IBAMA
Fl. 1171
Ass.: MFCA

Ofício oo2/2015

São José do Norte, 23 de março de 2015.

Ilmo. Sr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – Dilic - Brasília

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: OF
Nº. 02001.005974/2015-90
Recebido em 01/04/2015
Assinatura

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por meio deste, manifestar que nossos associados após realização de assembleia ainda possuem muitas dúvidas e incertezas quanto aos impactos tanto ambientais quanto sociais que o licenciamento e execução do Projeto Retiro da Empresa RGM Mineração pode provocar no nosso munícipio. Em vista disso, nossa posição é contrária ao empreendimento, pois não foram apresentadas informações suficientes nem documentos comprobatórios e laudos técnicos atestando que após a extração dos minérios a terra continuará a ser produtiva. Além disso, ainda não foram apresentadas informações satisfatórias e consistentes acerca das indenizações e procedimentos de regularização fundiária.

Cabe salientar que muitos moradores das áreas que serão afetadas não tiveram conhecimento da data da audiência pública e por isso não tiveram a oportunidade de participar para dirimir suas dúvidas e manifestar sua posição em relação a exploração de minério no solo Nortense. Frente a este fato, não nos resta outra alternativa senão solicitar que o IBAMA realize nova audiência.

Ademais, acreditamos que a exploração de recursos não renováveis prejudicará tanto a Natureza quanto a dinâmica econômica e social das comunidades afetadas e fragilizará ainda mais a produção agrícola, essencialmente a familiar contribuindo para acentuar ainda mais o êxodo rural.

Nos preocupa a pouca avaliação e as tentativas de mascarar os impactos. Sabemos que a inobservância das medidas compensatórias é comum aos grandes empreendimentos.

Como somos diretamente ligados ao campo e pesca artesanal, defendemos o Progresso Sustentável que mantem o homem no meio rural, ao invés de esvaziá-lo, pois a produção de alimentos é essencial à existência humana. Então, concordar com este tipo de projeto, seria para nós decretar o fim da atividade agrícola em São José do Norte.

Aos Analistas Ambientais

Marcus Vinícius

Mariana

Henrique

Para conhecimento e consideração na análise em curso neste Instituto.

Em 08/04/15.

Att,

Jônatas Souza da Trindade
Coordenador de Mineração
e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1172
Ass.: MFCA

Aproveitamos o ensejo para encaminhar documento assinado pelos associados a fim de comprovar que nos manifestamos de forma contrária à exploração de minério em solo Nortense.

Sem mais, renovamos votos de estima e consideração e colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Valmir Coelho
Presidente

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1173
Ass.: mFCA

nado

dos da Associação de
gricultores e Pescadores
erra do Retovado vêm
deste documento, mani-
em função do Impacto
e dos prejuízos à ativi
cola e de todo o setor
que são contrários à
da empresa RGM Minera-
unicípio de São José do

Oim Rocha 4082646458
cas Machado 7074452272
lho Machado 80 84706954
b Carvalho Jaraiva 27976440004
achado 019309420-79
uza da Rocha 99103672034
ntério dos Santos 38144220072
al Machado CPF 996-888-750-15
Guimarães Hood 4068194275
os Scott Hood CPF- 939-560-960-53
Carvalho Jaraiva 7044477078
Santos Scott Hood 8074058531
naral Machado 61267562072
Paraiva da Silva 1002100541
DOS SANTOS Scott Hood 936.833.580-72
Mentino Machado : 62520938072

DILIC/IBAMA
Fl.
Ass.

| | |
|---|---|
| 12578801 | Luiz F. A. Amarim 399.605.360-68 |
| 704231 | Cidelo O. Amarim 1036061057 |
| 396.176.320-04 | [illegible] 413679520-34 |
| 518405 | Claudinei J. Amarim 48947261068 |
| 12848355 | Ely Borges de Amarim CPF 195517540-34 |
| 1321988 | João Batista dos Santos Gaiteiro 208.701.160-53 |
| 28579356 | Eva Maria G. de Gaiteiro 67972055068 |
| 3071097 | Elisson dos Santos Amarim 022.106.440-03 |
| 3788388 | Alvaro de Farias Gaiteiro 4043325002 |
| J490-72 | Carlos Renato C. da Rocha 692.375.140-34 |
| 324545 | Veny Scott Flood de Abreu 679.661.790-87 |
| 603492 | Analicio Glaeser Duarte 176.636.360-15 |
| 27419354 | JUARES Souza JABOR 564.280.220-87 |
| 59087 | |
| 7.560-04 | |
| 13091 | |
| 80.290-00 | |
| 85.840-87 | |
| 1.100-07 | |
| 1010-49 | |
| 1.290-68 | |
| 483.740-15 | |
| 3832063 | |
| 523.023260-91 | |
| 0 | |
| 0053 | |
| 185216087 | |
| 328000-53 | |
| 111290-72 | |
| .969.720- | |

Tabelionato de Notas de São José do Norte
Tabeliã Designada: Andrea Carneiro Pedreschi - CPF: 912972900-97
Rua Eng.Fernando Duprat da Silva, 34, Centro, São José do Norte/RS - CEP: 96225-000 - Fone: (53) 3238-1444

**AUTENTICAÇÃO**

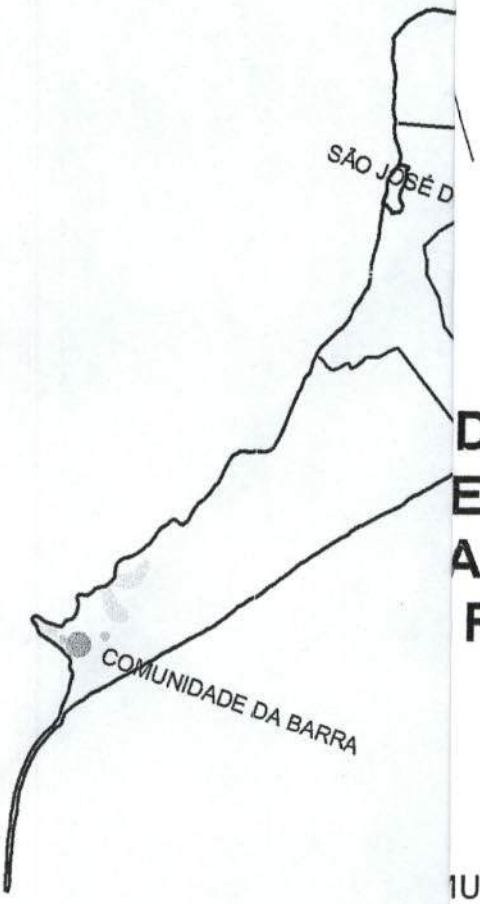
AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.

São José do Norte, 27 de março de 2015
Natiele Costa da Silva - Escrevente Autorizada
Emol. R$ 7,20 + Selo digital: R$ 0,60 - 0608.01.1400003.12766 a 12767

Firma

SERVIÇO NOTARIAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE
TABELIÃ DESIGNADA ANDREA CARNEIRO PEDRESCHI

DILIC/IBAMA
Fl. 1174
Ass.: MFCA




**DE 76,52 Km²**
**ELAS LOCALIDADES:**
**Arroio do Inhame,**
**Rincão Barbosa**

IUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

**MAPA GERAL DO MUNICÍPIO**

Patrícia Costa de Oliveira
Assessora de Gestão e Projetos
Engª Civil - CREA RS 166.755

EM BRANCO

EM BRANCO

Sr. Tomaz Miazaki de Toledo

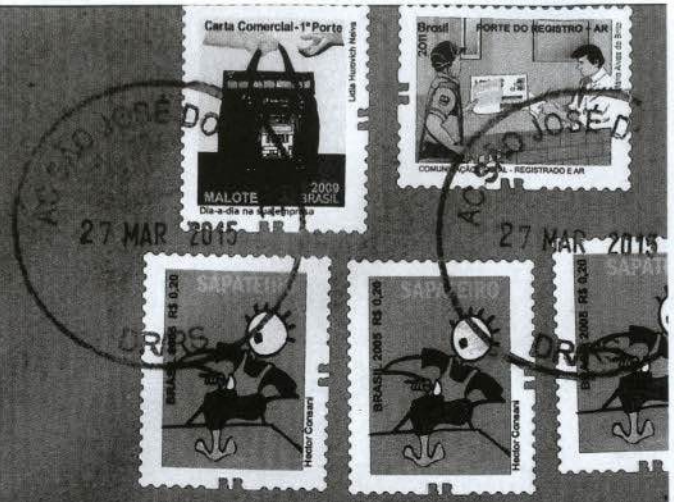
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto

SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama

70818-900 Brasília -DF

AR

AR




REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

CORREIOS

AR

PESO / WEIGHT (kg) 0047

JH 73668230 5 BR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Valmir Coelho - Assoc. Moradores, pescadores, agricultores
Raízes da Terra do Retovado
End para correspondência: Rua Marcelo Gama, 32
Centro - São José do Norte - RS - Porto Alegre
Cep: 96225-000

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: OF
Nº. 02001.005849/2015-35
Recebido em 31/03/2015
Assinatura

DIGITALIZADO NO IBAMA

DILIC/IBA
Fl. 1176
Ass.:

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**
**DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**
SEPN Lote 02 Edifício Marie Prendi Cruz – 4º andar – Brasília/DF – CEP 70 730-542
Fone: (61) 2028 2090 - Fax: (61) 2028 2028

**Ofício Nº 16/2015/DCBio/SBF/MMA**

Brasília, 27 de março de 2015.

A Sua Senhoria
**THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO**
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto - IBAMA
**70818-900 - Brasília-DF**

Assunto: **Solicitação de informações sobre o processo de licenciamento do "Projeto Retiro", no município de São José do Norte - RS**

Senhor Diretor,

1. A Procuradora da República Analise Becker está solicitação informações técnicas acerca da ameaça que o empreendimento minerário "Projeto Retiro" representa para o Banhado do Estreito.

2. Solicitamos que a Procuradora seja informada a respeito da situação do licenciamento do empreendimento e, se possível, sobre a ameaça que o mesmo representa para a área em questão. Pedimos que uma cópia da resposta seja encaminhada a este Departamento.

3. Seguem anexos a cópia do ofício n° 293/2015/SETCOL/PRM/RG/RS e do EIA-RIMA do empreendimento que nos foi encaminhado pelo ofício citado.

Atenciosamente,

**CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA**
Diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade, Dr. em ecologia

Ao Sr. Paulo
Grieger p/ registro,
e posteriormente
a COMOC, para providências

08/04/15.

Henrique Cesar Lemos Jucá
Assessor Técnico
DILIC/IBAMA

Para a CGTMO
1. Para as providências que o caso requer;
2. atenta OF02001.003785/2015-85 DILIC/IBAMA, de 08/04/15, solicitando dilação de prazo.

08/04/2015

Paulo Grieger
Analista Ambiental
Matrícula: 6788130
DILIC/IBAMA

EM BRANCO

À COMOC,

P/ RESPOSTA AO MMA, ENCAMINHANDO CÓPIA DE TODOS OS EXPEDIENTES JÁ RESPONDIDOS AO MPF.

9.4.2015

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis
CGTMO/DILIC/IBAMA

Aos Analistas Ambientais
Marcus Vinícius de P. Mendonça
Henrique Arakawa
Mariana F. C. de Azevedo

Favor elaborar minuta de resposta ao MPF e ao MMA. Favor considerar os elementos do EIA/RIMA para resposta ao MPF, considerando que os estudos serão os balizadores para análise dos impactos ambientais do projeto e considerando a responsabilidade objetiva dos signatários do estudo, nos termos do art. 69-A da Lei 9.605/98.

Em 10/04/15.

Att,

Jôna [illegible] da Trindade
Coordenador de Mineração e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

PRM-RGR-RS-0000 1400 /2015
7302/2015
Prot.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE**

BIBLIOTECA MMA
Fl. 1177
Ass.: MFCA

Ofício nº 296 /2015/SETCOL/PRM/RG/RS

Rio Grande, 02 de março de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA
Diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade – DCBio
Ministério do Meio Ambiente
Brasília/DF

Assunto: **Solicitação de informações**

Senhor Diretor,

Reportando-me ao vosso Ofício nº 07/2015/DCBio/SBF/MMA e ainda no interesse do Inquérito Civil instaurado nesta Procuradoria da República sob o nº 1.29.006.000189/2012-59 (http://www.prrs.mpf.gov.br/home/ bancodocs/pii/prm-rio_grande/, Portaria IC nº 069/2012), encaminho a Vossa Senhoria cópia digital do EIA-RIMA do empreendimento minerário "Projeto Retiro", com localização prevista para o Município de São José do Norte, RS, solicitando que, **no prazo de 20 (vinte) dias**, esclareça tecnicamente a ameaça que representa para o Banhado do Estreito.

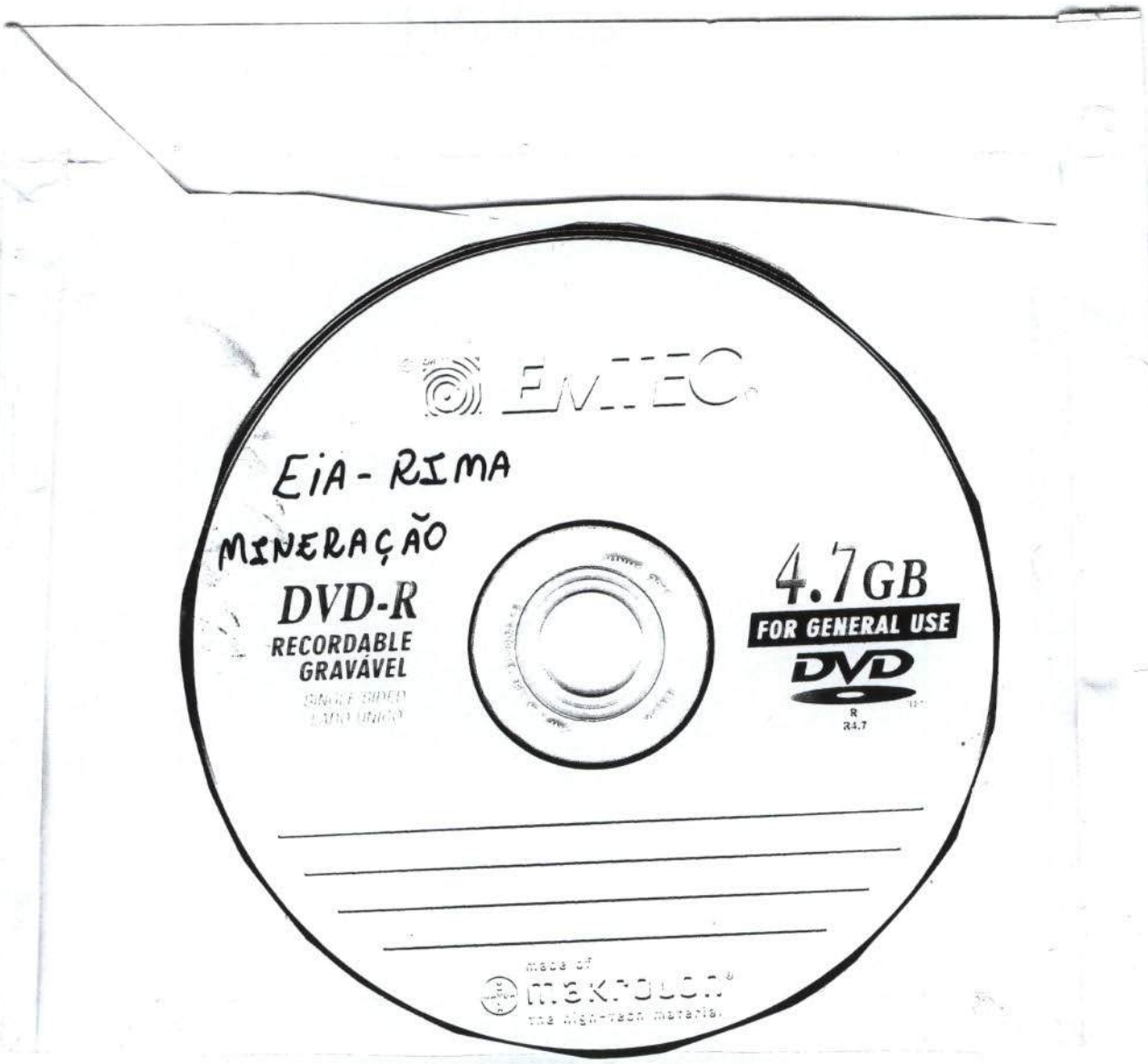
Atenciosamente,

Anelise Becker
Procuradora da República

Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, Centro – CEP 96200-380 – Rio Grande-RS
Tel. (53) 3293-5800 – Fax: (53) 3293-5822 – prrs-prm-riogrande@mpf.mp.br

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1178
Ass.:



EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

DILIC/IBAMA
Fl. 1179
Ass.: MCA

OF 02001.003785/2015-82 DILIC/IBAMA

Brasília, 08 de abril de 2015.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República do Ministério Público Federal/Prm/Rio Grande/Rs
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518 - Centro
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Dilação de Prazo - Ofício nº 293/2015/SETCOL/PRM/RG/RS - IC nº 1.29.006.000189/2012-59**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício nº 293/2015/SETCOL/PRM/RG/RS, de 2 de março de 2015 requisitando cópia digital do EIA-RIMA do empreendimento minerário "Projeto Retiro", encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, que por sua vez, encaminhou ao IBAMA para entendimento, mediante Ofício nº 16/2015/DCBio/SBF/MMA, de 27 de março de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.005848/2015-25, em 31 de março de 2015.

2. Isto posto, tem o presente a intenção em **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento de cópia do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC somente no dia 8 de abril de 2015, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

3. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 (vinte e cinco) dias úteis** a partir da data a ser considerada por Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

**THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO**
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

DILIC/IBAMA
Fl. 1180
Ass.:

OF 02001.003290/2015-53 DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de março de 2015.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República da Procuradoria da República no Municipio de Rio Grande Rs
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, Centro
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Resposta ao Ofício n° 292/2015/SETCOL/PRM/RG/RS.IC. 1.29.006.000189/2012-59.**

REFERENCIA: OF 02001.004854/2015-75/MPF/PR/RS

Senhora Procuradora da República,

1. Em atendimento ao Ofício n° 292/2015/SETCOL/PRM/RG/RS, protocolado junto ao IBAMA sob o n° 02001.004854/2015-75 em 18/03/2015, no interesse do Inquérito Civil PRM/RG/RS n° 1.29.006.000189/2012-59, serve-se do presente para informar que o segue.

2. Segundo a Resolução CONAMA 428/2010, empreendimentos sujeitos a EIA/RIMA estabelecidos pelo IBAMA como de significativo impacto ambiental só devem ser submetidos à autorização prévia, por parte do ICMBio, se localizados no interior ou na zona de amortecimento estabelecida de Unidade de Conservação Federal, ou ainda na faixa de 3 km de distância da UC, caso a mesma não possua zona de amortecimento. Neste sentido, tendo em vista que a unidade de conservação federal mais próxima da área de influência direta (AID) do empreendimento, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, localiza-se a aproximadamente 67 km a norte de tal área (Tabela 6.3.5.1-1 da página 704 do EIA), não há necessidade de autorização, por parte do Instituto.

2. Cabe destacar que o protocolo de cópia do EIA/RIMA do Projeto Retiro no ICMBio deu-se apenas com o objetivo de dar publicidade aos estudos e torná-los disponíveis em diversos locais.

3. No tocante a representação oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte, encaminhada por Vossa Senhoria a este Instituto por meio do expediente em epígrafe, informo que esta será avaliada tecnicamente no transcurso da análise de viabilidade ambiental do empreendimento em questão.

Atenciosamente,

**MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO**
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**
**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**Coordenação de Mineração e Obras Civis**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098**
**www.ibama.gov.br**

DILIC/IBAMA 1181 Ass.: MFCA

OF 02001.003611/2015-10 COMOC/IBAMA

Brasília, 02 de abril de 2015.

Ao Senhor
Luiz Augusto Bizzi
Presidente da ~~Luiz Augusto Bizzi~~ RIO GRANDE MINERAÇÃO SA
PRAÇA MOREIRA CABRAL, 518
CUIABA - MATO GROSSO
CEP.: 78020010

Assunto: **Encaminha cópia da representação da oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte referente ao Projeto Retiro. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

RECEBIDO
EM: 02/04/2015
HORA: 15:30 hrs
ASS:

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Senhoria cópia da representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte/RS que foi protocolada na Procuradoria da República no Município de Rio Grande/RS e posteriormente remetida ao IBAMA através do Ofício n° 292/2015/SETCOL/PRM/RG/RS, de 05/03/2015, para fins de conhecimento e manifestação acerca do teor dessa representação.

2. Informo que essa representação versa sobre assuntos ligados ao empreendimento minerário denominado Projeto Retiro que se pretende instalar no município de São José do Norte/RS.

3. A resposta à mencionada representação deverá ser enviada ao IBAMA no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento deste expediente.

4. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Coordenação de Mineração e Obras Civis, caso se faça necessário, pelo telefone (61) 3316-1098.

Atenciosamente,

**JONATAS SOUZA DA TRINDADE**
Coordenador da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Mineração e Obras Civis
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098
www.ibama.gov.br

DILIC/IBAMA
Fl. 1182
Ass.: MFCA

OF 02001.003630/2015-46 COMOC/IBAMA

Brasília, 02 de abril de 2015.

Ao Senhor
Luiz Augusto Bizzi
Presidente da Rio Grande Mineração S/A
PRAÇA MOREIRA CABRAL, 518
CUIABA - MATO GROSSO
CEP.: 78020010

Assunto: **Encaminha cópia do Ofício FEPAM/DIRTEC N° 1519/2015. Processo n° 02001.004046/2011-84.**

REFERENCIA: OF 02001.002682/2015-03/FEPAM/HENRIQUE LUIZ ROESSLER/R

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Senhoria cópia do Ofício FEPAM/DIRTEC n° 1519/2015, emitido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM/RS, protocolado junto ao Ibama em 13/02/2015 sob o n° 02001.002682/2015-03, no qual trouxe anexo a Informação Técnica n° 16/2015, para fins de conhecimento e manifestação acerca do teor dos documentos emitidos pela FEPAM.

2. Informo que a citada Informação Técnica versa sobre a existência de processos de licenciamento na FEPAM referente a geração de energia eólica em sobreposição as áreas de influência do Projeto Retiro (em licenciamento neste Instituto).

3. A resposta à mencionada representação deverá ser enviada ao IBAMA no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento deste expediente.

4. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Coordenação de Mineração e Obras Civis, caso se faça necessário, pelo telefone (61) 3316-1098.

Atenciosamente,

**JONATAS SOUZA DA TRINDADE**
Coordenador da COMOC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1.183
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA**
**SCEN - Trecho nº 02 - Edifício Sede - Asa Norte - Brasília - DF - 70818-900**
**Tel: (61) 3316-1302 / 3316-1681**
**DILIC**

| **Nº Protocolo:** 02001.002351/2015-65 | |
|---|---|
| **Destinatário:** CGTMO | **Data:** 10/02/2015 |
| **Despacho:** 1. ciente ao disposto no OF02001.001526/2015-17 DILIC/IBAMA, de 10/02/15)<br>2. e, verificar a existência de pendências. | Paulo Grieger<br>Analista Ambiental<br>Matrícula: 6788130<br>DILIC/IBAMA |

| **Destinatário:** | **Data:** |
|---|---|
| **Despacho:** À COMOC,<br>P/ PROVIDÊNCIAS.<br>em 11.02.2015<br>Jean Vinicius Leite Cabral de Melo<br>Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis<br>COMOC/DILIC/IBAMA | |

| **Destinatário:** | **Data:** 12/02/15 |
|---|---|
| **Despacho:** Duristela e mariana<br>Favor elaborar minuta de resposta ao MPF. Favor manter atualizado o site eletrônico do Ibama com toda a documentação recebida por este Instituto quanto ao empreendimento em questão. | Ronaldo Santos da Trindade<br>Coordenador de Mineração e Obras Civis<br>COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA |

| **Destinatário:** | **Data:** |
|---|---|
| **Despacho:** | |

| Destinatário: | Data: |
| --- | --- |
| Despacho: | |

| Destinatário: | Data: |
| --- | --- |
| Despacho: | |

| Destinatário: | Data: |
| --- | --- |
| Despacho: | |

| Destinatário: | Data: |
| --- | --- |
| Despacho: | |

DIGITALIZADO NO IBAMA

PRM-RGR-RS-0000630/2015

COMOC/DILIC
Fls.: 1.184
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE**

Ofício nº 104/2015/SETCOL/PRM/RG/RS

Rio Grande, 30 de janeiro de 2015.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Of.
Nº. 02001.002351/2015-65
Recebido em 09/02/2015
Assinatura

A Sua Senhoria o Senhor
THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor de Licenciamento do IBAMA
Brasília/DF

Assunto: **Solicitação de documentos**

Senhor Diretor,

Ao tempo em que **reitero** o Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1936/2014 e, pois, ainda no interesse do Inquérito Civil PRM/RG/RS nº 1.29.006.000189/2012-59 (http://www.prrs.mpf.gov.br/home/ bancodocs/pii/prm-rio_grande/, Portaria IC n° 069/2012), solicito a Vossa Senhoria que, **no prazo de 10 (dez) dias**, **(a)** encaminhe cópia dos registros audiovisuais das audiências públicas realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro corrente, nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte, tendo por objeto a discussão do EIA/RIMA referente ao "Projeto Retiro", de interesse da empresa Rio Grande Mineração S/A, **(b)** informe a razão por que o processo IBAMA nº 02001.004046/2011-84, que trata do empreendimento minerário "Projeto Retiro", em que pese solicitação objeto dos Ofícios SETCOL/PRM/RG/RS nº 1041/2014 e 1782/2014, **mais uma vez** se encontra desatualizado na correspondente página eletrônica dessa autarquia federal, uma vez que nela não constam os questionamentos apresentados durante a realização das audiências públicas ocorridas no interesse do licenciamento em questão, nos dias 03 e 04 de dezembro p.p., nem aqueles formulados após os referidos eventos, no prazo fixado por esse Instituto, **(c)** adotando as medidas cabíveis com vistas à manutenção de sua atualização em tempo real, **(d)** envie cópia

Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, Centro – CEP 96200-380 – Rio Grande-RS
Tel. (53) 3293-5800 – Fax: (53) 3293-5822 – prrs-prm-riogrande@mpf.mp.br

de tais documentos a esta Procuradoria da República, bem como **(e)** das respostas apresentadas, a respeito, pelo empreendedor.

Atenciosamente,

Anelise Becker
Procuradora da República

Rua Marechal Floriano Peixoto, 518, Centro – CEP 96200-380 – Rio Grande-RS
Tel. (53) 3293-5800 – Fax: (53) 3293-5822 – prrs-prm-riogrande@mpf.mp.br

# MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Carta
9912354765 - DR/RS
Ministério Público
da União
CORREIOS

IBAMA-DF - DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO IBAMA
DIRETOR DE LICENCIAMENTO DO IBAMA
OFÍCIO Nº 104/2015
THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
IBAMA - SCEN TRECHO 2 - ED. SEDE - CX. POSTAL Nº 09566
CEP 70818-900 - BRASÍLIA-DF

ENV/PRM-RGR-RS-00000093/2015

COMOC/DILIC
Fls.: 1185
Proc.: 02001.006486/2011-84
Rubr.:

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
Marechal Floriano [illegible] Nº 518
Rio Grande - RS - [illegible]96-380

COMOC/DILIC
Fls.: 1.186
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

**DG 940 984 554 BR**

## ATENÇÃO:

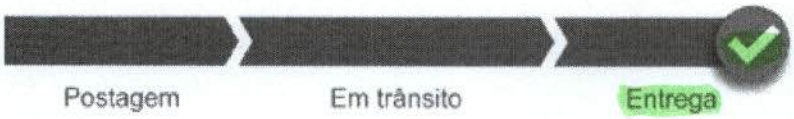
Objetos registrados recebidos do exterior que apresentam código iniciado por "R" pertencem à modalidade econômica, não possuindo rastreamento ponto a ponto e com prazo estimado de 50 DIAS ÚTEIS a partir da liberação na alfândega.

## Rastreamento

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

## Objetos postados no Brasil e destinados ao exterior

O rastreamento para objetos postados no Brasil com código iniciado por "R" e "C" não é garantido fora do território brasileiro. Para esses objetos, os Operadores postais de outros países podem não disponibilizar e/ou transmitir informação de rastreamento para o Brasil. Sendo assim, consultas de rastreamento de objetos podem também ser realizadas nos sites dos Operadores de destino disponíveis em: http://www.upu.int/en/the-upu/member-countries.html




**Objeto entregue ao destinatário**
09/02/2015 17:25 Rio Grande / RS

| | |
|---|---|
| 09/02/2015 17:25 Rio Grande / RS | **Objeto entregue ao destinatário** |
| 09/02/2015 09:39 Rio Grande / RS | **Objeto saiu para entrega ao destinatário** |
| 06/02/2015 16:26 Porto Alegre / RS | **Objeto encaminhado** de Unidade Operacional em Porto Alegre / RS para Unidade de Distribuição em Rio Grande / RS |
| 05/02/2015 16:21 Brasilia / DF | **Objeto encaminhado** de Agência dos Correios em Brasilia / DF para Unidade Operacional em Brasilia / DF |
| 05/02/2015 15:17 Brasilia / DF | **Objeto postado** |

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1.187
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

**Diretoria de Licenciamento Ambiental**
**SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF**
**CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670**
**www.ibama.gov.br**

OF 02001.001526/2015-17 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

À Senhora
Anelise Becker
Procuradora da República do Ministério Público Federal/Prm/Rio Grande/Rs
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518 - Centro
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Ofício nº 104/215/SETCOL/PRM/RG/RS nº 1936/2014 - IC nº 1.29.006.000189/2012-59**

REFERENCIA: OF 02001.002351/2015-65/PRM/RG/RS

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício nº 104/SETCOL/PRM/RG/RS, de 30 de janeiro de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.002351/2015-65, em 9 de fevereiro de 2015 que reitera o disposto no Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1936/2014, comunico que o pleito foi atendido pelo ofício OF 02001.001257/2015-99 CGTMO/DILIC/IBAMA, de 3 de fevereiro de 2015 (cópia em anexo), devidamente encaminhado para essa Procuradoria da República no Município de Rio Grande mediante registro protocolar pelo CORREIO.

2. Pelo exposto, esperando ter atendido a demanda dessa Procuradoria da República/MPF/RS, continuamos a disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente, O ORIGINAL FOI ASSINADO

**THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO**
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1188
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1293
www.ibama.gov.br

OF 02001.001257/2015-99 CGTMO/IBAMA

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

À Senhora
ANELISE BECKER
Procuradora da República da Procuradoria da Republica no Rio Grande do Sul
Rua Marechal Floriano Peixoto, 518
RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96200380

Assunto: **Resposta ao Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº 1936/2014. I.C. n° 1.29.006.000189/2012-59. Projeto Retiro.**

REFERENCIA: OF 02001.025890/2014-91/PR/RS

Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, encaminho a Vossa Senhoria cópia em formato digital dos registros audiovisuais das audiências públicas realizadas nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nos municípios de Rio Grande e São José do Norte, respectivamente.

Atenciosamente, ORIGINAL FOI ASSINADO

**MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO**
Coordenador-Geral da CGTMO/IBAMA

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1.189
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

**Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores**
**Raízes da Terra do Retovado**
**CNPJ: 10.566.551/0001-70**
**Estrada do Retovado S/N**
**São José do Norte – RS**

Ofício oo3/2015

São José do Norte, 26 de março de 2015.

OF: 02616.000278/2015-69

Ilmo. Sr. Luiz Roberto Louzada Jr.
Chefe do Escritório do Ibama
Rio Grande-RS

MMA/IBAMA/RS/COAD
RIOGRANDE
Origem: Associação de Moradores Agricultores e Pescadores
Data: 27/03/2015

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por meio deste, manifestar que nossos associados após realização de assembleia ainda possuem muitas dúvidas e incertezas quanto aos impactos tanto ambientais quanto sociais que o licenciamento e execução do Projeto Retiro da Empresa RGM Mineração pode provocar no nosso munícipio. Em vista disso, nossa posição é contrária ao empreendimento, pois não foram apresentadas informações suficientes nem documentos comprobatórios e laudos técnicos atestando que após a extração dos minérios a terra continuará a ser produtiva. Além disso, ainda não foram apresentadas informações satisfatórias e consistentes acerca das indenizações e procedimentos de regularização fundiária.

Cabe salientar que muitos moradores das áreas que serão afetadas não tiveram conhecimento da data da audiência pública e por isso não tiveram a oportunidade de participar para dirimir suas dúvidas e manifestar sua posição em relação a exploração de minério no solo Nortense. Frente a este fato, não nos resta outra alternativa senão solicitar que o IBAMA realize nova audiência.

Ademais, acreditamos que a exploração de recursos não renováveis prejudicará tanto a Natureza quanto a dinâmica econômica e social das comunidades afetadas e fragilizará ainda mais a produção agrícola, essencialmente a familiar contribuindo para acentuar ainda mais o êxodo rural.

Nos preocupa a pouca avaliação e as tentativas de mascarar os impactos. Sabemos que a inobservância das medidas compensatórias é comum aos grandes empreendimentos.

Como somos diretamente ligados ao campo e pesca artesanal, defendemos o Progresso Sustentável que mantem o homem no meio rural, ao invés de esvaziá-lo, pois a produção de alimentos é essencial à existência humana. Então, concordar com este tipo de projeto, seria para nós decretar o fim da atividade agrícola em São José do Norte.

Ao NLA/SUPES/RS,

Para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

30/03/15

Luiz Roberto Louzada Jr.
ANALISTA AMBIENTAL
MAT. 1526412

À COMOC,

Para consideração no âmbito do processo 02001.004046/2011-84.

Em 14/04/2015,

Mozart da Silva Lauxen
Analista Ambiental - IBAMA
Matrícula 0358609

Aos Analistas Ambientais

Maraiz Vinícius
Telda
Mariana
Henrique

Para consideração no âmbito da análise em curso do EIA/RIMA do projeto em questão.

Att,

Em 23/04/15.

Coordenador de Mineração e Obras Civis
COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA

COMOC/DILIC
Fls.: 1.190
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

Aproveitamos o ensejo para encaminhar documento assinado pelos associados a fim de comprovar que nos manifestamos de forma contrária à exploração de minério em solo Nortense.

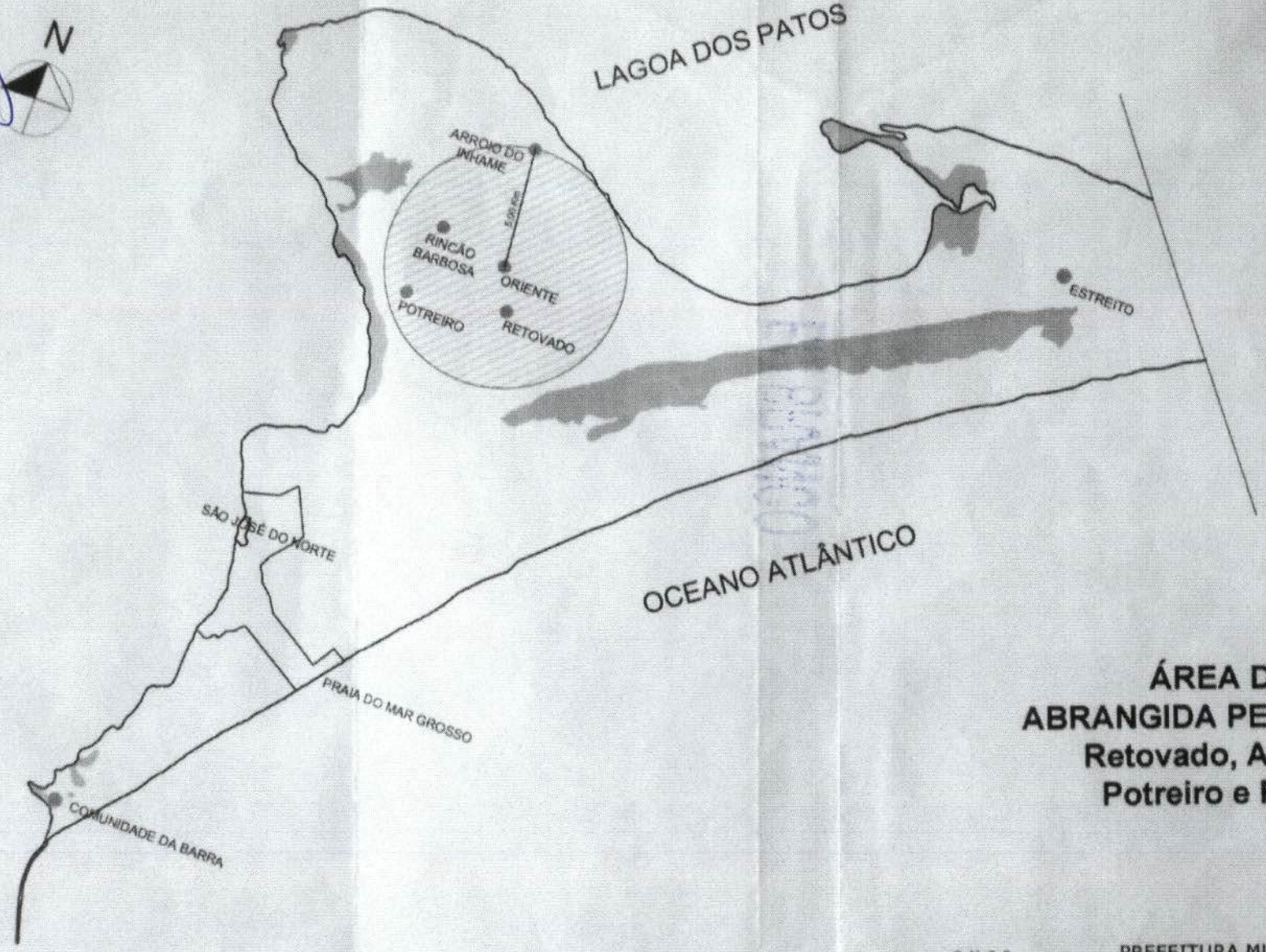
Sem mais, renovamos votos de estima e consideração e colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Valmir Coelho
Presidente

EM BRANCO

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1.191
Proc.: 0041046/2011-84
Rubr.:




**ÁREA DE 76,52 Km²**
**ABRANGIDA PELAS LOCALIDADES:**
**Retovado, Arroio do Inhame,**
**Potreiro e Rincão Barbosa**

S. M. C. P.
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO TÉCNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

**PARTE DO MAPA GERAL DO MUNICÍPIO**

01/01 março de 2010

Patrícia Costa de Oliveira
Assessora de Gestão e Projetos
Engª Civil - CREA RS 066 755

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1.192
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

Abaixo-assinado

Os associados da Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores Raízes da Terra do Retovado vêm por meio deste documento, manifestar que em função do Impacto Ambiental, e dos prejuízos à atividade, agrícola e de todo o setor primário, que são contrários à instalação da empresa RGM Mineradora no município de São José do Norte.

Andréa Amorim Rocha 4082646458
Alex Sander Lucas Machado 7074452272
Bruno Coelho Machado 8084706954
Antonio Paulo Carvalho Saraiva 27976440004
Shaina do Amaral Machado 019309420-79
Luiz César Souza da Rocha. 99103672034
Carlos Roberto Gaudério dos Santos 38144220072
Elieder Amaral Machado CPF 996-888-750-15
Dina Sari Guimarães Hood. 4068194275
VALÉRIO dos SANTOS SCOTT Hood CPF- 939-560-960-53
Luiz Amaro Carvalho Saraiva 7044477078
Claudia Marita Santos Scott Hood 8074058531
Izaura do Amaral Machado 61267562072
José Aires Saraiva da Silva 1002100541
SAIRO CUIZ DOS SANTOS Scott Hood 936.833580-72
Gil Néi Martins Machado : 62520938072

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1.193
Proc.: 004046/2011 84
Rubr.:

Vanderlei C. Coutinho Velida 1012578801
Pamela da Gama Coutinho Machado 8084704231
Auri Norberto Rajão de Abreu 596.176.320-04
Francisco Antonio Gomes Gaut 2024518405
Rudiner do Amaral Machado 9012848355
Maria A. C. de Carvalho 1111321988
Francisco Ometi dos S. Gauterio 5028579356
[illegible] 3033071097
Valdeu Miguel Amorim 1059788388
Maria Conceição Ezedim Machado 78888J490-72
Elair Glaeser Colares 1012324545
Rosalina dos Santos Duarte 1012603492
Gilberto Scott Hood Amorim 6027419354
Sonia M. dos Santos Duarte 75703459084
Dilza Terezinha Amorim Gauterio 939.387.560-04
Vera Regina Gauterio Amorim 45822913091
Pinheto A. Sarte CPF 146.380.290-00
Andréa Duarte Gauterio CPF: 923.185.840-87
Lidiane Abreu Duarte CPF: 003.514.100-07
Francisco A. de Jesus CPF 250.001.010-49
Neusa Uchoa Amorim CPF: 778.919.290-68
Rose Nara dos Santos Amorim 977.483.740-15
Silvio Duarte Amorim 00029832063
José Carlos Duarte Amorim CPF: 523.023.260-91
Gaulin Gomes Gauterio 469-769670-20
Rudivan Conde Oliveira 92684610053
Maria Celair Amorim Moras 72985216087
Elisete dos Santos Amorim CPF: 615328000-53
Edimilso Abreu Duarte C.P.F 622111290-72
Adriana Rosa Lopes CPF: 989.969.720-

EM BRANCO

COMOC/DILIC
Fls.: 1194
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

Luiz F. A. Amorim 399.605.360-68
Cidelia O. Amorim 7036061057
413679520-34
Claudinei F. Amorim 489472161068
Ely Borges de Amorim CPF 195517540-34
João Batista dos Santos Fonteiro 208.701.160-53
Eva Maria G. de Genuário 67972055068
Elisson dos Santos Amorim 022.106.440-03
Alvaro de Farias Fonteiro 40433250020
Carlos Renato C. de Rodrigues 692.375.140-34
Veny Scott Flood de Abreu 679.661.790-87
Analicio Glaeses Duarte 176.636.360-15
JUARES Souza JABOR 564.280.220-87

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS
Gabinete do Prefeito

COMOC/DILIC
Fls.: 1195
Proc.: 02046/2011-84
Rubr.:

**Ofício nº 126/2015 – GP**

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: OF.
Nº. 02001.007459/2015-44
Recebido em 23/04/2015
Assinatura

São José do Norte, 16 de abril de 2015.

Senhor Diretor:

Em complemento ao Ofício nº 038/2015, oriundo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA, o qual encaminhou o parecer técnico nº 008/2015 que diz respeito ao processo de licenciamento ambiental do chamado Projeto Retiro, remeto nesta oportunidade propostas para medidas antecipatórias, compensatórias e mitigatórias, elaboradas pelo conjunto das secretarias municipais.

Outrossim, informo que as mesmas foram submetidas e aprovadas por este Executivo com o aval de órgãos externos convidados, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio Grande e seus acadêmicos.

Cordialmente.

Francisco Elifalete Xavier,
Prefeito Municipal, em exercício.

**EXMO. SENHOR:**
**THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO,**
**MD. DIRETOR SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DO IBAMA,**
**ED. SEDE – CAIXA POSTAL Nº 09566**
**CEP 70818-900**
**BRASÍLIA-DF**

COMOC/DILIC
Fls.: 1.196
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

**MEDIDAS ANTECIPATÓRIAS, MITIGATÓRIAS E COMPENSATÓRIAS A SEREM CONTEMPLADAS NA EVENTUAL LICENÇA PRÉVIA PARA AS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO PRETENDIDAS NO "PROJETO RETIRO" DA RIO GRANDE MINERAÇÃO.**

**SMASCIM**

- Efetivação de um amplo programa de formação de mão de obra, principalmente para trabalhadores locais;
- Construção de alojamentos, e disponibilização de transporte para seus trabalhadores;
- Doação de um veículo para uso exclusivo do Conselho Tutelar (atua na proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente).

**SMEC**

- Implantação de sistema de tratamento de água em todas as escolas do interior do Município;
- Construção de 03 (três) canchas poliesportivas cobertas nas escolas do interior do Município;
- Apoiar a construção de polos de educação infantil em duas localidades do interior do Município: Estreito e São Caetano.

**SMS**

- Construção de duas Unidades Básicas de Saúde no interior do Município com os respectivos equipamentos.

**SMOU**

- Construção e manutenção dos acessos necessários ao transporte do minério até o local do embarque;
- Apoio a programa permanente de construção e manutenção das estradas vicinais;
- Urbanização e asfaltamento da estrada da Praia e Avenida Interpraias;
- Construção de acessos a todas as Unidades de Conservação, visando potencializar o turismo na região.

COMOC/DILIC
Fls.: 1197
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

COMOC/DILIC
Fls.: 1198
Proc.: 004046/2011-84
Rubr.:

**SMMA**

- Elaboração de projeto e execução voltados à remediação da área do antigo lixão;
- Projeto execução e Plano de Manejo da criação da Unidade de Conservação Lagoa do Moinho e Dunas Vermelhas;
- Elaboração do plano de Unidades de Conservação nos pontais da 5ª secção da Barra;
- Elaboração do plano de Unidades de Conservação da Lagoa do Paurá e Sítio Arqueológico do Bujuru Velho;
- Elaboração de Plano para a preservação das espécies nativas imunes à supressão, a partir da transferência das mesmas para locais adequados;
- Aplicação de cem por cento do percentual exigido pela SNUC, nas Unidades de Conservação existentes e a serem criadas no Município.

**SMAP**

- Custear um amplo programa de regularização fundiária das áreas afetadas pelo exercício da mineração;
- Implementar um programa de recuperação do solo com a utilização de espécies nativas da região;
- Apoiar a implementação de um programa de diversificação dos produtos locais, fomentando a comercialização com a construção de uma CEASA municipal.

**SMTT**

- Elaboração e execução do Plano de Mobilidade Urbana;
- Elaborar projeto e executar, voltado à identificação dos logradouros públicos da área urbana do Município;
- Elaborar projeto e executar, voltado à sinalização com nomenclatura das localidades próximas à BR 101 e nas estradas vicinais;
- Implantação de abrigos em paradas de ônibus junto à BR 101 nas diversas localidades do Município.

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1198
Ass.:

DESP. ENC. ABERT. 02001.000563/2015-16 COMOC/IBAMA

Brasília, 08 de maio de 2015

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento do volume VI e abertura do volume VII do processo nº 02001.004046/2011-84. Após o encerramento e abertura do volume tramite o processo para a Coordenação de Mineração de Obras Civis.

Atenciosamente,

Marcus Vinicius de P. Mendonça

**MARCUS VINICIUS DE PAIVA MENDONÇA**
Analista Ambiental do COMOC/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1799
Ass.:

# TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 08 dias do mês de maio de 2015, procedemos ao encerramento deste volume nº VI do processo de nº 02001.004046/2011-84, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº VII. Assim sendo subscrevo e assino.

**MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS**
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO